

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ENDYRA DE OLIVEIRA RUSSO

**A ANPUR e seus desígnios: 30 anos de disputas e contingências no
pensar sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil**

(Versão Depósito)

São Paulo

2023

ENDYRA DE OLIVEIRA RUSSO

A ANPUR e seus desígnios: 30 anos de disputas e contingências no pensar sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil

(Versão Depósito)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor(a) em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Comin

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R958a Russo, Endyra
A ANPUR e seus desígnios: 30 anos de disputas e contingências no pensar sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil / Endyra Russo; orientador Álvaro Comin - São Paulo, 2023.
250 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Planejamento territorial urbano. 2. Associação sem fins lucrativos. I. Comin, Álvaro, orient. II. Título.

RUSSO, Endyra de Oliveira. A ANPUR e seus desígnios: 30 anos de disputas e contingências no pensar sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2023

RESUMO

Esta tese tem como objeto a Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, associação que reúne programas de pós-graduação *strictu e latu sensu* e entidades de pesquisa reconhecidas na área. Insere-se no conjunto de estudos de sociologia que se debruçam sobre instituições acadêmicas e a produção do conhecimento, tendo como referencial teórico-metodológico os instrumentos de análise e interpretação desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1930-2002). Como recorte temporal, tem-se os 30 primeiros anos de existência da Associação e como enfoque, suas atividades, seus dirigentes, os eventos que promoveu e os temas que priorizou. Os dados mobilizados pela pesquisa mostram uma Associação que atinge suas finalidades estatutárias. No entanto, se por um lado, a mobilização de amplo contingente de pesquisadores e a distensão dos temas por ela abarcados tem sido estratégia eficaz para fortalecer a área frente à competição por recursos dos órgãos financiadores, por outro, parece comprometer a capacidade da Associação de funcionar como agente de mudança da realidade por ela criticada, finalidade implícita da Associação, presente em depoimentos de seus membros dirigentes. A conclusão aponta, pois, para a necessidade de revisão do escopo de atuação da ANPUR, ou quiçá, de explicitação de seus princípios norteadores. Por ser uma pessoa jurídica de direito privado, embora sem fins lucrativos, e regida por estatutos registrados em cartório, inicia-se o texto pela descrição de seus regulamentos e alterações por eles sofridas, procurando tecer correlações entre as mudanças regimentais, o contexto universitário no qual a ANPUR está imersa, e as diferentes expectativas explicitadas por seus participantes sobre os rumos da Associação. Aspectos da formação e expansão do universo acadêmico no Brasil são aprofundados no capítulo seguinte, que revela especificidades recentes na área de Planejamento Urbano e Regional, refletidas na composição dos membros participantes da Associação. O item seguinte observa os eventos frequentados, os encontros promovidos e os prêmios concedidos pela ANPUR. O espectro de temas tratados em cada uma dessas oportunidades evidencia a amplitude do campo, que não se esgota na ANPUR, haja vista a quantidade de outros fóruns que tratam os temas deste campo, e por isso mesmo, poderia dispensar a Associação de exauri-los “sob sua asa”. Em seguida, o trabalho se debruça sobre os dirigentes da Associação, procurando traçar, a partir de marcadores sociais selecionados, as características mais gerais dos membros da ANPUR, e construir, de forma mais detalhada, o perfil de alguns personagens expoentes, esmiuçando suas relações com os temas e com as posições ocupadas. Por fim, extrapola-se na construção de apontamentos de ordem mais geral sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil atual.

ABSTRACT

ANPUR and its intents: 30 years of disputes and contingencies in thinking about the field of Urban and Regional Planning in Brazil

This thesis is about the National Association of Urban and Regional Planning and Research - ANPUR, an association that brings together postgraduate programs and recognized research entities in the field of urban and regional planning. It is based on a series of sociological studies that focus on academic institutions and the production of knowledge, taking as theoretical and methodological reference the tools of analysis and interpretation developed by Pierre Bourdieu (1930-2002). In terms of temporal frame, we focus on the first 30 years of the Association's existence to analyze its activities, leaders, events and themes prioritized in that period. The data mobilized by the research show an association that has achieved its statutory objectives. In other words, the mobilization of a large contingent of researchers covering a wide range of topics proved to be an effective strategy to strengthen the field of urban and regional planning in the competition for the resources of funding agencies. Nevertheless, it seems to have compromised the association's ability to transform the reality it criticizes, an implicit purpose of the association as emphasized by its leading members. The conclusion therefore points to the need to review the scope of ANPUR's activities, or perhaps to make its guiding principles explicit. The text begins by describing ANPUR's statutes and their modifications, since the association is a private legal entity, albeit not-for-profit, governed by statutes registered with a notary. The aim is to draw correlations between the changes in the statutes of the Association, the academic context in which ANPUR is immersed, and the different expectations expressed by its participants regarding the paths of the Association. Aspects of the formation and expansion of the academic universe in Brazil are further explored in the following chapter, which reveals the more recent specificities of the field of Urban and Regional Planning, reflected in the composition of the members participating in the Association. The next part examines the events attended, the meetings promoted, and the awards granted by ANPUR. The range of topics dealt with in each of these occasions shows the breadth of the field, which is not even exhausted in ANPUR, given the number of other forums dealing with the topics of this field. For this very reason, the Association could refrain from trying to exhaust them "under its wing". Next, the work focuses on the leaders of the association, trying to trace, on the basis of selected social markers, the more general characteristics of the members of ANPUR, and to build a more detailed profile of some prominent personalities, scrutinizing the themes they have privileged and the positions they have occupied. Finally, we extrapolate on the construction of more general notes on the field of urban and regional planning in Brazil today.

SUMÁRIO

Resumo	3
Abstract	4
SUMÁRIO.....	5
INTRODUÇÃO	8
MATERIAIS E MÉTODOS	13
I. Referencial teórico metodológico.....	13
I.1 História social do trabalho social de construção da realidade social	15
I.2 O material e o simbólico - sistema simbólico de dominação	16
I.3 Campos e capitais como instrumentos analíticos.....	18
I.4 Campos político, econômico, burocrático e de produção cultural.....	20
I.5 Campos científico e acadêmico.....	22
II. As opções da pesquisa	32
II.1 Porque estudar a ANPUR	32
II.2 Recorte espaço-temporal.....	34
II.3 Fontes de informação	34
CAPÍTULO I – O QUE PRETENDE E FAZ A ANPUR	36
I.1 Aspectos institucionais-regimentais: os Estatutos da ANPUR.....	37
I.1.1 Finalidades da Associação, o Ensino e a Pesquisa.	39
I.1.2 Composição, Poderes, e Autonomia acadêmica.....	44
I.1.3 Outras revisões dos Estatutos.....	49
I.2 Propostas, atividades...expectativas e realidades	53
1.2.1 Atuação junto às agências de fomento à pós-graduação.....	57
1.2.2 Relação com associações congêneres nacionais e internacionais.....	60
1.2.3 Política de divulgação científica	64
1.2.4 Grupos de trabalho, projetos de pesquisa, redes e outros	71
I.3 Querelas de poder que constam em ata.....	73
I.3.1 Composição e méritos das chapas diretoras	74
I.3.2 Inclusão de novos membros, mas quais?	76
I.3.3 Participação de estudantes, indivíduos e outros setores	91

I.4 Atuação pública, uma ambição frustrada?	93
I.4.1 Por uma atuação política da ANPUR.....	94
I.4.2 Representação Institucional	96
I.4.3 Moções.....	99
CAPÍTULO II – EM BUSCA DE UM LUGAR NA CIÊNCIA	101
II.1 Expansão e diversificação das Instituições de Ensino Superior – IES no Brasil. 101	
II.1.1 Antecedentes	104
II.1.2 Expansão da rede privada de IES (1995-2002)	116
II.1.3 Expansão da rede pública de IES (2003-2010).....	125
II.2 CAPES, CNPQ e “Áreas” na pós-graduação.....	132
II.2.1 Avaliação do ensino superior brasileiro.....	136
II.2.2 “Áreas de avaliação” e outras Áreas.....	139
II.2.3 Área de PLURD: novos atores em cena.....	142
II.3 Membros da ANPUR: distribuição regional e por “áreas”	152
II.4 Administrando a escassez	157
CAPÍTULO III – TEMAS, AGENDAS, E O SABER CHANCELADO	163
III.1 Mutações da ideia de Planejamento	165
III.1.1 Planejamento e estado-nacional	167
III.1.2 Planejamento subnacional.....	171
III.1.3 Planejamento em diferentes escalas	174
III.2 Medindo a temperatura: eventos promovidos ou apoiados pela anpur	176
III.3 Os Encontros Nacionais e os Prêmios da ANPUR.....	177
III.3.1 Temas centrais e temas do momento	178
III.3.2 Conferências, mesas e sessões: alguns aspectos quantitativos	193
III.3.3 Os trabalhos premiados pela ANPUR.....	193
III.4 Pessoas e temas relevantes	194
CAPÍTULO IV – MAS QUEM FAZ A ANPUR?.....	196
IV.1 Formação e atuação acadêmica	205
IV.2 Atuação profissional e pública.....	213
IV.3 Produção científica e outras	219
IV.3 Marcadores de distinção	221

UM CAMPO PARA A ANPUR? CONCLUSÕES E APONTAMENTOS PARA PESQUISAS FUTURAS.....	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229

INTRODUÇÃO

O Trabalho intitulado “A ANPUR e seus desígnios: 30 anos de disputas e contingências no pensar sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil” tem como objeto a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.

Esta Associação, como suas congêneres, criada no contexto de valorização da pós-graduação no início dos anos 1980, vivencia as inflexões sofridas pelo sistema de ensino superior no país, para cuja afirmação vem contribuindo de forma efetiva. De forma direta, com a participação de seus representantes em eventos e reuniões consultivas ou deliberativas promovidos por órgãos responsáveis pela regulamentação e financiamento das políticas de desenvolvimento urbano ou regional. De forma indireta, na construção de pautas e agendas encampadas por diferentes atores não governamentais. Ou ainda, na realização dos seus Encontros Nacionais (ENANPUR), que propiciam momentos de amplo debate entre estudantes e especialistas. Desta forma, a Associação tem tentado a pautar as decisões públicas.

Comemorando neste ano de 2023 seus 40 anos de existência, a ANPUR é uma Associação consolidada e dinâmica, como mostra o crescente número de filiados e associados, e o exponencial aumento dos participantes de seus Encontros.

A tese que se intentou construir procurou responder às seguintes indagações: o que é a ANPUR? O que faz a Associação? Quais agendas e pautas priorizadas? E quem são as pessoas envolvidas nas suas decisões?

Para tanto, lança-se mão do conceito de “campo” definido por Pierre Bourdieu (1920-2002), e é no referencial teórico-metodológico desenvolvido este autor que é embasada a construção desta tese. Busca-se verificar quais as possibilidades e condicionantes da conformação do “campo” de estudos em Planejamento Urbano e Regional no Brasil recente.

Tomando a ANPUR como objeto, a primeira premissa é de que ela reúne as características presentes no “campo” do Planejamento Urbano e Regional, ainda que seja uma associação de contorno eminentemente acadêmico, podendo-se desta forma tomar a parte pelo todo, ou no vocabulário *Bourdiano*, tomar a ANPUR como um “sub-campo”, em *homologia* ao campo maior (o mundo acadêmico) no qual este “sub-campo” estaria inserido.

Mesmo que parte dessa abrangência seja mais desejada do que alcançada, está dentre as diretrizes da Associação e é preocupação expressa por seus membros dirigentes a confluência, em suas atividades, de agentes de diferentes disciplinas ou profissões, de diferentes setores (governamentais e não governamentais), de diferentes regiões geográficas e de diferentes escalas administrativas.

Cada conjunto desses agendas formaria, por si, diferentes “sub-campos”, com disputas específicas como, por exemplo, pela alocação dos recursos, mormente públicos, em certas políticas de desenvolvimento urbano e regional. Essas estariam refletidas em lutas por

legitimidade acadêmica, e conseqüentemente, pelos recursos das agências de fomento, fazendo da peleja alocativa espécie de “desague”, seguindo o raciocínio de Bourdieu, de todas as brigas teóricas, ideológicas ou programáticas travadas entres os diversos setores da sociedade: agentes dos meios público ou privado, dos diferentes ramos profissionais e das diversas escalas de poder.

Cabe enfatizar a peculiaridade talvez deste “campo” do Planejamento Urbano e Regional que é a estreita correspondência entre o ensino e sua prática profissional (LEME: 2015), o que faz com que as lutas, e conseqüentemente, os reconhecimentos ou poderes simbólicos advindos de outros “sub-campos” não acadêmicos tenham maior permeabilidade, mesmo que seja característica geral dos “campos” uma certa busca por autonomização. É essa característica, chamada às vezes de intersetorialidade, que torna a análise do objeto em questão de contorno ainda mais difícil.

Se optamos neste trabalho pela terminologia Planejamento Urbano e Regional-PUR, em referência inclusive à própria nomenclatura da Associação, objeto desta pesquisa, não deixamos de notar que o termo pode se referir ora a um campo mais difuso de pesquisa (o campo dos estudos urbanos e regionais – nome que recebe a revista editada pela Associação)¹, ora um objeto bem mais preciso, como os planos de desenvolvimento regional, os planos diretores municipais, p.e., ora ainda a própria Área de Conhecimento instituída pela CAPES.

Tentaremos fazer referência ou precisar o uso do termo conforme o desenrolar do texto, sem a intenção de defini-lo, já que a sua indefinição mesma é característica formativa deste campo, como observou de forma arguta de LIMONAD (2021), uma de suas Presidentes (gestão 2011 – 2012):

essa identidade disciplinar incerta conduz não somente a uma confusão entre o Planejamento e o Urbanismo, mas a um entrelaçamento com a ciência política, a gestão pública e outros domínios disciplinares com uma tendência a reproduzir fronteiras analíticas alheias, o que limita sua capacidade de desenvolver uma reflexão explicativa e analítica ampliada (p.32).

A investigação toma, pois, as seguintes direções, organizadas em 4 capítulos.

O CAPÍTULO I – O QUE PRETENDE E FAZ A ANPUR visa dar os contornos institucionais da ANPUR, compreendendo os aspectos regimentais da Associação e suas atividades. Por ser uma pessoa jurídica de direito privado, embora sem fins lucrativos, e regida por estatutos registrados em cartório, inicia-se o texto pela descrição de seus regulamentos e alterações por eles sofridas, procurando tecer correlações entre as mudanças regimentais, o contexto universitário no qual a ANPUR está imersa, as relações estabelecidas com outras associações congêneres ou correlatas, nacionais ou internacionais e por fim, as diferentes expectativas

¹ Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – RBEUR (<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur>).

explicitadas por seus participantes sobre os rumos da Associação, muitos contidos nos “Relatos dos Presidentes”, sessão presente em algumas edições da RBEUR, e compiladas na edição comemorativa dos 30 anos da Associação².

O **CAPÍTULO II – EM BUSCA DE UM LUGAR NA CIÊNCIA** traz aspectos da formação e expansão do universo acadêmico no Brasil, que revela especificidades recentes na área de Planejamento Urbano e Regional, refletidas na composição dos membros participantes da Associação, no crescimento do número de instituições filiadas e associadas e suas mudanças no tocante à área disciplinar e unidade da federação. Os marcos institucionais sobre a política para o ensino superior – o que interfere na estrutura e possibilidades de financiamento do campo de pesquisa em planejamento urbano e regional, e sobre as políticas nacionais urbanas, são, pois, marcos importantes para determinadas inflexões de temas e pesquisa.

O **CAPÍTULO III – TEMAS, AGENDAS, E O SABER CHANCELADO** enfoca os eventos frequentados, os encontros promovidos e os prêmios concedidos pela ANPUR. Como “chanceler” do conhecimento, o que é valorizado ou reconhecido pela ANPUR reverbera para o seu entorno, entendido como seu “campo de influência”. O espectro de temas tratados em cada uma dessas oportunidades evidencia a amplitude do campo, que não se esgota na ANPUR, haja vista a quantidade de outros fóruns que tratam os temas deste campo. Procuramos nos guiar pelas seguintes questões: Quais os temas recorrentes, que permaneceram, e quais foram perdendo força e por quê? Quais temas foram tratados como “emergentes” e por quê? Os temas mais procurados em determinado período são condicionados pela agenda de políticas públicas em implementação naquela ocasião, são o resultado do interesse acumulado de seus pesquisadores ou são mero reflexo da hegemonia de seus “agentes promotores”? Quem são os convidados a falar sobre cada tema e por quê? Que características os colocam na posição de destaque num Encontro?

Para essa “classificação” temática, em blocos e sub-blocos, inicialmente foram sistematizados dados quantitativos e qualitativos de cada ENANPUR, tais como tema central, local de realização, suas conferências mesas e sessões, os trabalhos apresentados em cada oportunidade, obtidos dos Anais dos Encontros. Depois, com base em uma bibliometria realizada previamente nos eventos que a ANPUR participou, citados nas Atas das Assembleias Gerais da Associação, elencou-se “termos” recorrentes que se configuram como objetos de pesquisa (tais como instrumentos urbanísticos, grandes eventos...), que foram ajustados com base no “tesouro” elaborado pelo UrbanData.

O **CAPÍTULO IV – MAS QUEM FAZ A ANPUR?** Se debruça sobre os dirigentes da Associação, procurando traçar, a partir de marcadores sociais selecionados, as características

² RBEUR v. 15 n. 1 (2013): maio, sessão “O campo do planejamento urbano e regional” (<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/view/112>).

mais gerais dos membros da ANPUR, e construir, de forma mais detalhada, o perfil de alguns personagens expoentes, esmiuçando suas relações com os temas e com as posições ocupadas.

Chamamos de “marcadores sociais” características concernentes à área e instituição de formação (graduação, metrado, doutorado e pós-doutorado, quando houve), se no Brasil ou no exterior, e a importância relativa dessas instituições dentre o universo acadêmico; à trajetória acadêmica (atuação junto aos órgãos de fomento de ensino e pesquisa) e profissional (atuação no setor público, privado, ONG etc.), entre outras que poderão fornecer chaves interpretativas sobre temas estudados, posições ocupadas (ou tomadas de posição) e o reconhecimento recebido pelos pares. Teria a ANPUR priorizado em suas diretorias pessoas com perfil mais acadêmico, ou com maior atuação no setor público, ou com trajetória de engajamento junto a movimentos ou entidades não governamentais? Ou buscou-se um equilíbrio entre esses perfis de professores e por quê?

Os indicadores de reconhecimento acadêmicos adotados foram a ocupação de postos em organizações ou comissões acadêmicas, orientação (ou orientando) de teses e dissertações premiadas pelas instituições governamentais (CAPES, MCT), pela ANPUR ou associações acadêmicas semelhantes, ou se são autores de livros, artigos e trabalhos premiados, incluindo aqueles atribuídos pela própria Associação, procurando traçar correspondências entre orientadores, orientandos, instituições e redes de pesquisa.

Como indicadores extra-acadêmicos adotou-se a ocupação de postos de destaque em órgãos públicos, em comissões consultivas ou deliberativa ou em organismos internacionais, além dos prêmios mais diversos concedidos por instituições que compõem o “campo” do Planejamento Urbano e Regional, entre eles, por exemplo, o IAB – Institutos dos Arquitetos do Brasil.

A partir do levantamento dos nomes mais relevantes para ANPUR (aqueles mais citados pelos entrevistados, ou aqueles mais recorrentes em mesas e conferências dos Encontros e Seminários promovidos pela Associação), procuramos ir além desses “marcadores” inicialmente elencados para traçar trajetórias e aprofundar os perfis, rotas ou instituições que conferem posição de destaque (consagração), procurando identificar de que maneira a ANPUR, enquanto instituição eminentemente acadêmica, reforça trajetórias acadêmicas ou o quanto é permeada por poderes simbólicos advindos de fora do mundo acadêmico, dos setores públicos e dos não estatais.

O capítulo trabalha conceitos caros a P. Bourdieu, como a consagração e a distinção. Para este autor, trata-se do limite entre as possibilidades de ação individual dentro de determinadas estruturas.

Os dados mobilizados pela pesquisa mostram uma Associação que atinge suas finalidades estatutárias. No entanto, se por um lado, a mobilização de amplo contingente de pesquisadores e a distensão dos temas por ela abarcados tem sido estratégia eficaz para fortalecer a área frente à competição por recursos dos órgãos financiadores, por outro, parece

comprometer a capacidade da Associação de funcionar como agente de mudança da realidade por ela criticada, finalidade implícita da Associação, presente em depoimentos de seus membros dirigentes. A conclusão aponta, pois, para a necessidade de revisão do escopo de atuação da ANPUR, ou quiçá, de explicitação de seus princípios norteadores.

Por fim, extrapola-se na construção de apontamentos de ordem mais geral sobre o campo do Planejamento Urbano e Regional no Brasil atual. Espera-se poder extrair algumas considerações do funcionamento deste “campo”, seu processo de hierarquização e de seleção e avaliar em que medida as trajetórias individuais podem ser compreendidas como contribuição coletiva da ANPUR à vida pública e à agenda do Planejamento Urbano e Regional.

Além de referências bibliográficas como aquelas produzidas pela própria Associação, sejam os livros, os artigos publicados na RBEUR, foram sistematizadas informações oriundas dos Estatutos, Atas de Assembleias, site e anais ENANPUR, e organizados dados coletados dos currículos lattes dos participantes de cada Diretoria, além daqueles obtidos por meio de entrevistas com os membros diretores da Associação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tomando a ANPUR como objeto, a primeira premissa é de que ela reúne as características presentes no “campo” do Planejamento Urbano e Regional, ainda que seja uma associação de contorno eminentemente acadêmico, podendo-se desta forma tomar a parte pelo todo, ou no vocabulário *Bourdiano*, tomar a ANPUR como um “sub-campo”, em *homologia* ao campo maior no qual este “sub-campo” estaria inserido.

Mesmo que parte dessa abrangência seja mais desejada do que alcançada, estão nas diretrizes da Associação e são preocupação expressa de quase todos os seus dirigentes. Quais sejam: a confluência de agentes de diferentes disciplinas, de diferentes setores (governamentais e não governamentais), de diferentes regiões geográficas e de diferentes escalas administrativas.

Esmiuçando um pouco, cada uma dessas características, ou cada um desse conjunto de agendas, forma por si diferentes “sub-campos” que traduzem suas disputas específicas: por legitimidade acadêmica (e conseqüentemente, pelos recursos das agências de fomento), e por priorização na alocação dos investimentos/ fundos (mormente públicos) finalidade última, seguindo o raciocínio de Bourdieu, de todas as disputas teóricas, ideológicas ou programáticas travadas entres os diversos setores da sociedade: agentes dos meios público ou privado, dos diferentes ramos profissionais e das diversas escalas de poder.

Cabe enfatizar a peculiaridade talvez deste “campo” do Planejamento Urbano e Regional que é a estreita correspondência entre o ensino e sua prática profissional (LEME: 2015), o que faz com que as disputas, e conseqüentemente, os reconhecimentos ou poderes simbólicos advindos de outros “sub-campos” tenham uma permeabilidade em certo sentido desejada, mesmo que seja característica geral dos “campos” uma certa busca por autonomização. É essa peculiaridade que torna a análise do objeto em questão de contorno ainda mais difícil.

I. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

Bourdieu é um sociólogo da ruptura. Ruptura epistemológica, como ele mesmo apresentou em *O Ofício de Sociólogo*. Mas também da ruptura com a ruptura entre a lógica do conhecimento prático e a lógica do conhecimento teórico e, ainda dos limites entre as diversas ciências sociais.

Ruptura epistemológica significa, para BOURDIEU, a ruptura com o senso comum, inclusive com o senso comum científico. Assim, o “pretense cientista” deve colocar-se

frontalmente em oposição ao que chama de “atitude positivista”, que se atém às aparências de evidência como se estas fossem “naturais” (1998: 36). Por isso, o trabalho intelectual deve: “produzir e disseminar instrumentos de defesa contra a 'dominação simbólica'”, entendida, entre outros aspectos, como a imposição de problemáticas pré-concebidas, cuja reprodução irrefletida “mascara as fontes e estruturas de novas desigualdades” (WACQUANT, 2005: 35).

Bourdieu sugere que, como os numerosos objetos reconhecidos pela ciência oficial, tidos assim como “naturais”, como a pobreza, são fruto de um longo trabalho social de construção social de sentido, e “variam ao sabor das flutuações da consciência social do momento”, merecem considerações de caráter histórico, mas também estrutural, procurando identificar os agentes e os capitais que fazem com que esses objetos se tornem, por exemplo, problemas públicos, e que mereçam uma consideração pelo Estado.

Histórico, porque para fazer essa ruptura epistemológica, é necessário identificar a origem dos conceitos que embasam o conhecimento sobre a realidade. Para ele, “um dos instrumentos mais poderosos de ruptura é a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento”, isso quer dizer, a história social do trabalho social de construção da realidade social (BOURDIEU, 1998: 36).

Estrutural, porque, para ele, o trabalho social de construção de sentido se dá inevitavelmente mediante lutas, pela imposição de uma visão dominante sobre a sociedade. Esta se reflete, por exemplo, nas classificações sobre a sociedade (pobreza, habitação adequada). A visão hegemônica será aquela cujos defensores possuem a natureza e o volume de capital que lhes permitem ser dominantes no campo onde essas lutas são travadas. Como a distribuição dos capitais é desigual entre os seus portadores, e como capitais permitem que outros capitais sejam acumulados, as desigualdades nos diversos campos, se refletem e se reproduz no campo simbólico, formando, dessa maneira, um sistema simbólico, de dominação.

Para BOURDIEU, “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”, e define capitais como “trunfos”, atributos que conferem poder em determinados campos a seu portador, e podem ser esses de diversas ordens, como econômico, culturais, informacionais, etc. (1998: 15).

As representações, para BOURDIEU, como os sistemas de classificações oficiais (dos quais faz parte o conceito de déficit habitacional, ou de habitação adequada, etc.), quando partilhadas por todos são a substância do senso-comum e dessa forma têm poder de construção da realidade, na medida em que são simultaneamente inscritas nos cérebros e nas instituições, logo, e ao mesmo tempo inscritos na objetividade das organizações sociais (1998: 34 e 113). De fato, o problema da habitação e do déficit habitacional se desdobra em um conjunto de instituições (estrutura da burocracia, e das leis e normas) que materializam seu entendimento.

Essas “representações legítimas”, uma vez investidas de eficácia simbólica e prática da regulamentação oficial, podem de fato determinar as práticas”. Assim, “o conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política”. São, dessa forma, uma das dimensões fundamentais das lutas políticas pelo domínio dos instrumentos de poder estatal, nas palavras de Bourdieu, “generalizando a fórmula de Max Weber, pelo monopólio da violência física e simbólica legítima” (2006: 128-9).

A escolha deste referencial se deu, portanto, em função da possibilidade de entender a construção de um problema, como o habitacional, como reflexo das disputas pela alocação dos recursos públicos entre os vários setores da sociedade, isso porque a forma de solução do problema, em especial no caso da habitação, implica, necessariamente, na definição do papel do Estado na sua resolução. E é esse conjunto de relações que este trabalho pretende delinear, ou seja, identificar os agentes e seus diferentes interesses, a forma como lançam mão de seus capitais para impor (numa luta simbólica) sua visão de mundo e como esta luta, travada em diferentes campos e momentos da política habitacional, se reflete no conceito de déficit habitacional.

I.1 HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO SOCIAL DE CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Para BOURDIEU, fazer a história social da emergência dos problemas públicos é perceber como se deu a sua constituição progressiva, analisando em particular o papel do campo político e, sobretudo, do campo burocrático, quer dizer, é fazer a história do trabalho coletivo, frequentemente realizado na concorrência e na luta, necessário para “dar a conhecer e fazer reconhecer certos problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis”, ou seja, oficiais. Esse trabalho coletivo, que ocorre por meio de “reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções, etc.”, visa a tornar aquilo que poderia continuar a ser um problema privado, particular, singular, num problema social, objeto de tomadas de posição oficiais (1998: 37).

As instituições, representações ou categorias de percepção são, portanto, produtos da história, da sedimentação de percepções vitoriosas nas lutas passadas. Mas são função também do acaso, das oportunidades oferecidas, probabilidades que dependem dos capitais em jogo e acumulados e, portanto, também da história.

Porém, para além de estudar a gênese de um determinado campo (em torno de um problema), deve-se objetivar o campo de produção do conhecimento sobre esses problemas, ou seja, deve-se ter como objeto “o campo de produção das representações objetivadas do mundo social”. Exemplo disso seria fazer a sociologia do sociólogo, do estatístico e da estatística, ou seja, “por em questão” o campo da produção cultural ou ideológica, no qual o próprio cientista está metido. Para ele, fugindo assim do risco de se “ser objeto dos problemas

que se tomam para objeto”, refletindo sobre as “possibilidades do conhecimento”, ou os limites de produção deste (IDEM: 150).

E “a existência de uma ciência social de práticas sociais que a invocam por caução” ou seja, na medida em que o saber científico é acionado como capital, faz com que haja “cada vez mais agentes, no próprio seio do mundo social, que fazem entrar conhecimentos doutos, senão científicos, na sua prática e, sobretudo, no seu trabalho de produção ou de manipulação das representações do mundo social” (IDEM: 47).

De acordo com MICELI, estudioso do autor em foco, a proposta metodológica de Bourdieu exige, portanto, uma reflexão sistemática a respeito da prática subjetiva, e teórica, pois o “modo de operação e os resultados desta prática se ligam diretamente às condições de possibilidade teóricas e sociais da apreensão objetiva e, ao mesmo tempo, aos limites deste modo de conhecimento”, científico ou objetivista. Para ele, “todo conhecimento objetivista encerra uma pretensão à dominação legítima”, na medida em que “encerra a reivindicação de um poder fundamentado na razão” (2011: 48-9), em detrimentos de outros.

Assim, a luta do cientista social seria a de lutar contra o senso comum, pois a luta política é também uma luta simbólica (no campo simbólico). Esta luta é, portanto “ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (1998: 142). Ele deve lutar, em particular, contra a política estabelecida, contribuindo para o “trabalho de invenção política”, necessário, por outro lado à renovação do pensamento crítico, tornando assim possível “o casamento do realismo sociológico com a utopia cívica” (WACQUANT, 2005: 34).

I.2 O MATERIAL E O SIMBÓLICO - SISTEMA SIMBÓLICO DE DOMINAÇÃO

De acordo com MICELI, na medida em que os sistemas simbólicos, para Bourdieu, tendem a se transformarem, no limite, em funções políticas, “na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças”, este acaba privilegiando as funções sociais cumpridas por esses sistemas (2011A: X).

Os dois momentos, objetivista e subjetivista, estariam presentes, em relação dialética, na formação desses sistemas, uma vez que “as categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1998: 141). Ou seja, a percepção do mundo social é produto dessa dupla estruturação (BOURDIEU, 2004: 160).

As instituições, dessa forma, se realizariam também nos dois “estados do social”: “o sistema objetivo de posições e os pacotes subjetivos de disposições depositadas nos agentes sob forma de esquemas cognitivos e conativos que informam seus pensamentos, sentimentos, e conduta”, os primeiros cristalizados, por exemplo, nos campos político e burocrático, e os

segundos, nas estruturas mentais, ou *habitus* (WACQUANT, 2005: 11). *Habitus*, portanto, sendo a estrutura social introjetada, pacotes subjetivos de disposições.

Essas relações objetivas (sistema objetivo) são relações entre posições ocupadas nas distribuições dos recursos que são ou que podem se tornar operantes, eficientes (capitais), a exemplo de “trunfos em um jogo, na concorrência pela apropriação dos bens raros que tem lugar nesse universo social”. Esses poderes sociais fundamentais (recursos operantes) são “o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural”. Esses quando percebidos e reconhecidos como legítimos, constituem o capital simbólico. Do lado subjetivo, a visão de mundo (ou um pacote de disposições) é estruturada pois os “esquemas de percepção e apreciação, em especial, os que estão inscritos na linguagem, exprimem relações de poder simbólico”, que estruturam o juízo de gosto nos mais diferentes domínios. Esses dois mecanismos concorrem para produzir um mundo comum, um mundo do senso comum, ou pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social (BOURDIEU, 2004: 154 E 161).

Para BOURDIEU, as diferentes classes e frações de classes estariam, pois, envolvidas “numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posição ideológica reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (1998: 11).

As lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social também podem adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar, e fazer valerem determinadas realidades. Do lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social e pretendem assim exprimi-la (BOURDIEU, 2004: 162).

A proposta da sociologia da cultura assim delimitada por Bourdieu se constitui como uma “ciência das relações entre a reprodução social e a reprodução cultural, vale dizer, de que maneira as relações entre grupos e/ou as classes obedecem a uma lógica que se reproduz de forma dissimulada no plano das significações”. Dessa forma, o autor teria desenvolvido uma “concepção teórica capaz de revelar as condições materiais e institucionais que presidem à criação e à transformação de aparelhos de produção simbólica cujos bens deixam de ser vistos como meros instrumentos de comunicação e/ou de conhecimento” (MICELI, 2011: XII-XIII).

O efeito (propriamente ideológico) deste conjunto de relações consiste precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosa, jurídicas etc.". Dessa forma, “é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante”, que tende a “impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (BOURDIEU, 1998: 13-4).

Sendo assim, “para além das representações que os agentes incorporam, capazes de propiciar justificativas simbólicas para a posição que ocupam”, o observador deve “reconstituir o sistema completo de relações simbólicas e não-simbólicas, ou seja, as condições de existência material e a hierarquia social daí resultante” (MICELI, 2011: XIII).

Para essa apreensão é necessário ter em mente que a relação entre campo de produção simbólica (ou cultural) e material se dá por homologia: “o campo de produção simbólica seria um microcosmos da luta simbólica entre as classes; é ao servirem a seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nessa medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção”. Pode-se dessa maneira “evitar a redução brutal dos produtores ideológicos aos interesses de classe que eles servem” (BOURDIEU, 1998: 12-3).

Para o autor em referência, o poder simbólico é um “poder subordinado”, “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”, incluindo e em especial, o poder econômico.

Para o autor, “as ideologias são sempre duplamente determinadas”, quer dizer, “elas devem suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem (...), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção”. (IDEM:14).

E quanto mais se autonomiza um campo mais se derivam relações internas de dominação. O que se vê notadamente “à medida que a política se ‘profissionaliza’ e que os partidos se ‘burocratizam’”, pois “a luta pelo poder político de mobilização tende cada vez mais a tornar-se numa “competição a dois níveis”, isto é “o resultado da concorrência pelo poder sobre o aparelho a qual se desenrola no seio do aparelho só entre profissionais, que depende a escolha daqueles que poderão entrar na luta pela conquista dos simples laicos”, que é o mesmo que dizer que “a luta pelo monopólio da elaboração e da difusão dos princípios de divisão do mundo social está cada vez mais estreitamente reservada aos profissionais e às grandes unidades de produção e difusão, excluindo de fato os pequenos produtores independentes (a começar pelos ‘intelectuais livres’)” (BOURDIEU, 1998: 194).

1.3 CAMPOS E CAPITAIS COMO INSTRUMENTOS ANALÍTICOS

BOURDIEU usa a noção de campo como uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que deve orientar todas as opções práticas da pesquisa. Ou seja, “funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial em suas propriedades” (1998: 27-8).

O campo, no seu conjunto, define-se relacionamento, por meio do “jogo das oposições e das distinções”. Dessa forma, nem as instituições, nem os agentes, nos atos e discursos que produzem, tem sentido senão relacionamento, como “um sistema de desvios de níveis diferentes” (IDEM: 179).

O campo é também, em muitos casos, o próprio “princípio gerador” do poder (ou capital) atuante. Assim, campo pode ser definido como “sistema de diferenças constitutivas de sua estrutura e as disposições diferentes, os interesses diferentes, e mesmo antagônicos, que ele gera entre os agentes situados em diferentes posições desse campo e empenhados em conservá-los ou transformá-los” (BOURDIEU, 2004: 128).

Por meio da utilização deste conceito, põe-se em prática “o preceito do método” de BOURDIEU, que impõe que “se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista”, pois, “é preciso pensar relacionalmente” (1998: 27-8).

Para ele, qualquer campo é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa a transformar ou conservar a relação de forças estabelecida nesse campo: cada um dos agentes investe a força (capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico” (BOURDIEU, 2004: 177).

A construção do sistema de relações - o pensar relacional pode fazer identificar as relações “invariantes”, para além das especificidades de cada objeto estudado, permitindo pensar relacionamento cada caso como um caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes ” permitindo que no uso do conceito de campo se possa acionar o recurso da analogia, como na afirmação que “a teoria econômica deve ser antes pensada como um caso particular da teoria geral dos campos” (BOURDIEU, 1998: 33 E 69).

Para MICELI, Bourdieu teria ele mesmo levado às últimas consequências esse método da analogia ao transpor para a análise do campo simbólico o vocabulário da esfera propriamente econômica como “capital cultural, bem simbólico, empresa de salvação etc.”, E é porque se utiliza dessa analogia que se pode dizer que há mercado de bens materiais como mercado de bens simbólicos” (2011: XXX E XXXVI).

O campo político, por exemplo, sendo entendido como “ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, o que faz com que “a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura”, um mercado, no qual há uma “desigual distribuição dos instrumentos de produção de representação do mundo social” (BOURDIEU, 1998: 163-4).

O capital acionado nesses diversos campos, e que representa “um poder sobre um campo (num dado momento)”, pode existir “no estado objetivado, em forma de propriedades materiais” ou, no caso do capital cultural, “no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido” e, mais precisamente, sobre o “produto acumulado do trabalho passado” (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre “os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e ganhos”. É dessa forma que se pode afirmar que capital permite que se acumule outros capitais.

As espécies de capital são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado. Deve-se, portanto, entender “as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico” (BOURDIEU, 1998: 15 E 134), entendido como subordinado aos demais, ou como a “forma que se revestem as diferentes formas de capital (econômico, cultural, etc.) quando percebidas e reconhecidas como legítimas” (BOURDIEU, 2004: 154).

A distribuição dos capitais, ou das “propriedades atuantes”, são os “princípios de construção do espaço social (BOURDIEU, 1998: 180).

A posição de um determinado agente no “espaço social” é definida pela distribuição dos poderes (capitais) que atuam em cada campo, sobretudo, o capital econômico (nas suas diferentes espécies: capital cultural e o capital social), mas também “o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação, fama, etc.”, e que é “a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” e na forma de homologia, pode ser definida “pela posição que ele ocupa nos diferentes campos”. O conhecimento da posição ocupada pelo agente neste espaço social permite “uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condições) e relacionais (posição)” desses agentes (IDEM: 134-6).

Para BOURDIEU, as diferenças objetivas na distribuição de interesses e dos capitais atuantes podem explicar as estratégias adotadas nas lutas e, mais precisamente, as alianças e as divisões em campos (2006: 137).

Para ele o trabalho científico deve ter em vista estabelecer um conhecimento adequado não só do espaço das relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do campo”, mas também “das relações necessárias estabelecidas, pela mediação do *habitus* dos seus ocupantes, entre essas posições e as tomadas de posição correspondentes”, quer dizer, “entre os pontos ocupados neste espaço e os pontos de vista sobre este mesmo espaço, que participam na realidade e no devir deste espaço” (BOURDIEU, 1998: 150).

Assim, para Bourdieu, o espaço da interação funcionaria “como uma situação de mercado linguístico”, “o lugar da atualização da intercessão entre os diferentes campos” (IDEM: 55).

I.4 CAMPOS POLÍTICO, ECONÔMICO, BUROCRÁTICO E DE PRODUÇÃO CULTURAL

A autonomia (relativa) dos campos e, em especial, do campo de produção cultural, que se especifica como campo artístico, literário, científico (ou simbólico), segundo o autor aqui trabalhado, deriva da divisão social do trabalho iniciada com o capitalismo, pois “com os progressos da diferenciação do mundo social e a constituição de campos relativamente autônomos (BOURDIEU, 1998: 143). O “trabalho teórico” em específico, como uma “experiência de um mundo social sobre o qual pode-se agir, de maneira quase mágica, por signos”, não seria outra coisa senão a “mediação do trabalho de outro” (MICELI, 2011: XXXVII).

A especificidade do campo de produção cultural consiste na sua capacidade de “fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado”, ou seja, “trazer à luz experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social”, que ocorre por meio da categorização e da classificação, e representa “um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo do senso comum o consenso explícito de qualquer grupo” (BOURDIEU, 1998: 142 E 2004: 176).

Esse trabalho de produção e de imposição de sentido, que ocorre “sem interrupção, a cada momento da existência corrente”, faz-se tanto no seio das lutas do campo de produção cultural como por meio delas mesmas”. Assim, o campo de produção é “a função própria, o interesse específico dos produtores profissionais de representações objetivadas do mundo social”, dos métodos de objetivação (BOURDIEU 1998: 143).

Mas essa luta ocorre sobretudo no subcampo político, entendido como o “mundo semi-autônomo” dentro do qual agentes e instituições especializados “lutam entre si para oferecer formas politicamente efetivas e legítimas de percepção e de expressão aos cidadãos comuns” (WACQUANT, 2005: 26).

Assim, a imposição da problemática a que o investigador está sujeito, como qualquer agente social “torna-se mais provável na medida em que os problemas que são *taken for granted* num universo social são aqueles que têm mais probabilidade de receberem *grants*, materiais ou simbólicos”, ou seja, os problemas a serem tomados como objeto científico tendem a ser aqueles “bem vistos” pelos administradores científicos e pelas administrações”, que ocorre quando o pesquisador “toma à sua conta as questões que andam no ar do seu tempo mas sem se submeter ao exame”, ou seja, sem objetivar a objetivação (BOURDIEU 1998: 138).

Depreende-se, portanto, que a “luta pela autoridade científica é menos autônoma do que querem crer os que nela se acham envolvidos”. Para BOURDIEU, isso seria facilmente verificável na “concorrência entre as disciplinas”, por exemplo, a respeito de uma noção (como a do déficit habitacional). Na realidade, a disputa pelas noções corresponde, em geral, através de diferentes mediações (dentre as quais os contratos de pesquisa não são de menor importância), a momentos da política governamental (IDEM: 110).

Para Bourdieu, a compreensão do papel do campo político como um “teatro de representação performática do mundo social” leva à necessidade de se entender a “fabricação simbólica de coletivos, sejam eles famílias, classes, grupos étnicos, regiões, nações ou gêneros” (APUD WACQUANT, 2005: 26-7).

A construção histórico-estrutural deste campo, que se coloca no centro da divisão do trabalho de dominação, teria origem na longa gestação da burocracia do Estado no interior do aparelho monárquico (BOURDIEU, 2006: 12). Esse campo burocrático, por sua vez, também se autonomiza, porém, também apenas relativamente, pois se “o campo do funcionalismo público

superior dispõe de uma indiscutível autonomia, baseada nas suas estruturas objetivas, tradições e regras próprias e nas competências dos agentes”, a verdade é que “as rivalidades que aí se manifestam se devem em grande medida às pressões, determinações ou influências externas” (IDEM: 130).

A esfera do funcionalismo público superior (ou campo burocrático) seria pois “o local de um permanente debate em torno da função do Estado. Pode-se considerar que “a produção de um bem ou um serviço tem tanto ou mais hipóteses de ser controlada pelo Estado quanto mais esse bem ou serviço for considerado como indispensável pelo que podemos designar como opinião pública mobilizada ou atuante (por oposição a ideia corrente de ‘opinião pública’) e o mercado falhar nesse domínio” (IBIDEM: 130).

De fato, cada um desses agentes ou grupos de agentes burocráticos tenderia a apoiar-se, para impor a sua perspectiva política e fazer passar os seus interesses específicos “nas forças externas ou seus porta-vozes no seio das instâncias representativas (assembleias parlamentares, comissões, etc.)” e a recorrer, “de forma mais ou menos consciente, às representações que os agentes sociais produzem individual ou coletivamente” (IBIDEM: 130).

Para WACQUANT, o campo burocrático seria a “noção elaborada por Bourdieu para redefinir o Estado como uma arena de lutas pela definição e manipulação dos bens públicos”, o Estado representando o “banco central do capital simbólico, garantidor de todos os atos de autoridade” e situado “no baricentro do campo de poder”. O campo político seria o “microcosmo semiautônomo, onde partidos e políticos disputam a oferta de serviços ao cidadão”. Já o campo de poder, sinônimo de classe dominante, seria a “constelação de instituições interligadas nas quais os detentores de várias espécies de capital (econômico, religioso, legal, científico, acadêmico, artístico etc.) lutam para impor a supremacia particular de capital que controlam” (2005: 29-30). O campo econômico sendo aquele no qual o capital econômico seria o mais atuante.

Mas o campo burocrático poderia ser também descrito como “conjunto de instituições públicas impessoais dedicadas ao serviço dos cidadãos e reivindicando nomeação e classificação oficiais” nas quais seus funcionários tendem a “afirmar e a defender a sua existência defendendo a existência desses organismos e empenhando-se no cumprimento de suas funções” (BOURDIEU, 2006: 14).

I.5 CAMPOS CIENTÍFICO E ACADÊMICO

Conforme sistematiza GARCIA (1996), o universo da ciência é um universo de formas e produções simbólicas e, como tal, está submetido às mesmas leis gerais que vimos anteriormente acerca da "teoria dos campos", assumindo formas específicas no interior deste campo.

É exatamente isso que BOURDIEU (1983A) diz logo no início do texto "O campo científico": "O universo 'puro' da mais 'pura' ciência é um campo social como outro qualquer, com suas

relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas" (p.122, GRIFO DO AUTOR).

São essas formas específicas do funcionamento do campo científico que a seguir se tenta examinar, tendo já como pano de fundo algumas daquelas invariantes a que Bourdieu se refere.

Segundo Bourdieu, o campo científico é um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas que, conquistadas pelos agentes em lutas anteriores, concorrem pelo monopólio de uma espécie particular de capital, a legitimidade científica ou a autoridade científica (o capital específico em jogo no mundo da ciência), ou, o que é dizer o mesmo, concorrem pelo poder de impor os critérios que definem o que é e o que não é científico.

Essa forma de capital que é a autoridade científica ou, ainda, a competência científica, pode ser entendida, segundo BOURDIEU (1983A), como a capacidade técnica e o poder social de agir e falar legitimamente em nome da ciência. Legitimidade essa socialmente outorgada, geralmente, pelos pares concorrentes, a um agente ou grupo de agentes no interior do próprio campo.

É necessário frisar que o autor não reduz a autoridade científica a um conjunto de capacidades técnicas ou teóricas determinadas. Pelo contrário, enfatiza que é impossível dizer até onde vai, na ideia de autoridade ou de competência científica, a capacidade técnica e onde começa o poder simbólico. Ou seja, os títulos escolares, as distinções e os rituais de consagração científica que atravessam o mundo acadêmico e científico, "contaminam" a percepção da capacidade propriamente técnica dos pesquisadores. Assim, toda a autoridade ou competência científica é constituída, na verdade, de uma "razão social" que se legitima, apresentando-se como "razão puramente técnica" (BOURDIEU, 1983A).

O autor cita como exemplo extremo dessa dupla face da legitimidade científica a tecnocracia. Efetivamente, é sabido quanto a tecnocracia, propalando princípios e razões puramente técnicas, vem exercendo, nas sociedades modernas, formas de controle social e político as mais sofisticadas e funcionais para as classes que detêm o poder econômico e político.

Evidenciando a dupla natureza de que se reveste a autoridade científica, Bourdieu aponta para uma característica da violência simbólica tantas vezes destacada ao longo de seus trabalhos. Por detrás de uma aparente neutralidade que lhes confere legitimidade, os sistemas simbólicos cumprem da forma mais eficaz a reprodução das estruturas sociais.

Para se compreender o funcionamento e a estrutura do campo científico, BOURDIEU (1983A, 1987B) indica que se tem de considerar tanto a posição de cada disciplina na hierarquia das disciplinas científicas que constituem o campo científico quanto a posição dos diferentes produtores e agentes na hierarquia própria de cada uma das disciplinas científicas.

O campo científico e a comunidade científica não são um todo indiferenciado e homogêneo. Segundo diz BOURDIEU (1975), há, no campo científico, um sistema de classificação em vigor — nem sempre explícito — que trata determinados domínios, objetos, métodos e teorias como "dignos" ou "indignos" de receber o interesse e os investimentos dos agentes do campo. E os pesquisadores participam sempre da importância e do valor simbólico que a representação dominante atribui aos seus objetos de trabalho e de pesquisa, aos seus problemas e métodos de investigação.

Uma boa ilustração das hierarquias que se estabelecem no interior de um campo ou disciplina científica em um determinado momento de sua história é oferecida no artigo intitulado "*A propos d'une rencontre entre chercheurs; sciences sociales et politique au Brésil*", no qual Monique de SAINT MARTIN (1988), tendo por pretexto a X Reunião Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), realizada em Campos do Jordão em 1986, analisa a dinâmica do funcionamento do campo das Ciências Sociais no Brasil, nos anos que se seguem ao fim dos governos militares implantados em 1964.

Falando da posição dominada e da pequena autonomia que o campo das Ciências Sociais e seus agentes mantinham em relação às demandas do campo do poder e da política nessa década de redemocratização da vida política brasileira, SAINT MARTIN (1988) destaca como esse fato marcava o lugar que os diferentes grupos de trabalho e suas temáticas ocupavam no evento que é objeto de sua análise:

Os grupos de trabalho que, na reunião da ANPOCS, tratam do Estado e da democracia, ou da política e dos partidos, ocupam posições de honra; os grupos que tratam da cultura, da religião, da educação, da história indígena e da população negra ocupam as posições relativamente dominadas. Assim, as participantes dos trabalhos do grupo "Educação e Sociedade" me parecem de uma origem mais modesta que as participantes do grupo "Elites políticas" que estão vestidas de modo mais "chic e esmerado, são mais "femininas" e, sem dúvida, também de origem social mais elevada³. (p.129)

Assim, disciplinas como as ciências políticas, a sociologia política, e temas como o autoritarismo, a democratização, a representação política, o sistema eleitoral e outros afins, ocupavam um lugar privilegiado nas hierarquias de disciplinas e objetos de estudo do campo das Ciências Sociais por sua proximidade com as demandas do campo político. Ao contrário, as disciplinas, temas e objetos de estudo que não apresentavam uma relação tão imediata com o campo do poder, como por exemplo a Sociologia da Educação, ocupavam as posições inferiores do campo.

As palavras anteriormente transcritas de SAINT MARTIN (1988) destacam também o fato de que a distribuição dos agentes, pela hierarquia de disciplinas de um campo científico, sofre a mediação de fatores como o sexo e o capital social e cultural de que os diversos agentes são

³ Tradução da autora do texto original em francês.

portadores. Assim, observa a autora que os participantes dos grupos de trabalho mais prestigiosos apresentavam indícios de serem portadores de maior capital social e cultural, quando comparados aos seus colegas que se ocupavam de temas e questões que não apresentavam a mesma rentabilidade simbólica no interior do campo nesses anos.

Os intelectuais que ocupavam as posições dominantes no campo, os mais prestigiados e reconhecidos por seus pares eram exatamente os que, além da autoridade científica, conquistada por suas trajetórias no campo acadêmico e científico, detinham visibilidade no campo político. Eram numerosos os sociólogos e cientistas políticos que, nesses anos, concorriam a cargos eletivos da administração pública, assim como um número significativo de economistas era convidado a assumir postos de conselho e gestão em órgãos governamentais, atividades essas que acarretavam, aos que a elas se dedicavam, formas de reconhecimento e prestígio que não se submetiam a critérios propriamente científicos.

Segundo Bourdieu, é essa distribuição desigual de legitimidade no interior do campo científico que pode explicar a frequente tendência dos pesquisadores a se concentrar em torno dos problemas de pesquisa mais prestigiosos e, portanto, possíveis de conferir maior visibilidade e autoridade científica aos que a eles se dedicam. Ou, ainda, pode mesmo explicar os fluxos de migração de pesquisadores em direção a objetos que, mesmo sendo menos prestigiosos, têm a vantagem de atraírem um menor número de agentes, o que implica um nível de competição relativamente mais fraco e, por isso, maiores possibilidades de obtenção de distinções e reconhecimento.

Do mesmo modo, pode-se explicar pela distribuição desigual de legitimidade o fato de algumas áreas de conhecimento ou disciplinas serem mais consagradas ou legítimas que outras (por exemplo, a dominação das disciplinas teóricas sobre as aplicadas, de caráter mais pragmático) ou, ainda, o fato de as investigações de cunho teórico acarretarem maior lucro simbólico aos pesquisadores do que as pesquisas empíricas.

E, ainda, nessa mesma direção, BOURDIEU (1987b) aponta para uma questão que nos parece muito cara a nós, trabalhadores e pesquisadores do campo educacional, dizendo que: "Diversamente de uma prática legítima, uma prática em vias de consagração coloca incessantemente aos que a ela se entregam a questão de sua própria legitimidade" (p.155).

Os educadores, de certa forma, não se confrontam, no campo educacional, em especial, em algumas áreas do conhecimento pedagógico, com o problema da legitimidade de seus objetos de estudo e de suas práticas⁴?

⁴ Vide, por exemplo, a investigação sócio-histórica desenvolvida por Garcia, 1994 sobre a disciplina de Didática nas antigas Faculdades de Filosofia, sua posição no interior dessas instituições e entre as disciplinas que constituíram os currículos de formação de professores em nível universitário no Brasil até aproximadamente o final da década de 60.

Quanto à distribuição dos produtores pelas diferentes hierarquias do campo científico e seus investimentos no interior dessas hierarquias, BOURDIEU (1983A, 1987B) destaca que tanto a posição dos produtores no interior do campo, como as suas possibilidades de investimento e de obtenção de sucesso a partir desses investimentos são questões mediadas pela origem social dos agentes, pelo capital simbólico e cultural (expresso por exemplo em títulos escolares) que cada um conseguiu acumular ao longo de sua vida e trajetória escolar e, por fim, pela posição do próprio campo considerado na hierarquia das disciplinas científicas e em relação a outros campos sociais como o campo político e econômico.

Ou seja, as aspirações científicas dos agentes no interior do campo científico são proporcionais ao capital de reconhecimento que cada um já conseguiu acumular. Dessa forma, aqueles professores e pesquisadores mais bem situados no interior do campo científico tendem a desenvolver uma produção intelectual mais abundante e "ambiciosa" quanto mais elevada for a sua posição nos degraus da "hierarquia de legitimidade" do campo (BOURDIEU, 1987B).

Pode-se, então, depreender que as hierarquias no interior do campo científico se constituem pela posse de uma parcela maior ou menor de legitimidade científica. Como anteriormente se apontou, a atribuição dessa forma de legitimidade que implica a autoridade científica é tarefa dos próprios pares concorrentes no interior do campo. É tanto mais um processo interno ao próprio campo quanto maior for o grau de autonomia do campo ou da disciplina científica considerada. É interessante destacar que, segundo BOURDIEU (1983A), as ciências da natureza gozam de maior autonomia que as ciências sociais porque:

(...) o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política. Segue-se daí que as posições na luta interna não podem jamais atingir o grau de independência com relação às posições nas lutas externas que se observa no campo das ciências da natureza. (P.148)

Assim o autor explica, para usar suas expressivas palavras, "o desenvolvimento tardio e sempre ameaçado" das ciências sociais em direção a uma autonomia real que supõe "a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico autorregulado e autárquico (...)" (P.147).

Como se buscou mostrar, as posições dominantes no interior do campo científico pertencem àqueles que dispõem de maior capital científico, maior celebridade ou prestígio. Conforme ORTIZ (1983), são aquelas posições que detêm o poder de impor aos outros elementos do campo a definição de ciência que melhor lhes convém e que lhes permite ocupar a posição de dominantes.

Também aqui, no interior do campo científico, podem ser encontradas aquelas estratégias de conservação e subversão de que já se falou anteriormente. É no confronto entre as ortodoxias e as heterodoxias que vão se definindo os limites de um determinado campo ou

disciplina científica, como é, ainda, por essas lutas que se explicam as transformações que se dão no nível das teorias, dos objetos de estudo e dos métodos de pesquisa em uma dada disciplina científica.

A própria acumulação do capital científico, segundo BOURDIEU (1983A), é o resultado das lutas que atravessam o campo científico. Pois, na tentativa de se distinguir daqueles que o precedem, o "aspirante" à consagração científica tem de necessariamente incorporar as ideias, os conceitos, os métodos e as teorias já produzidas e sistematizadas numa construção nova, que tenta superar as anteriores. É assim que fins particulares de reconhecimento e legitimidade dos produtores individuais acabam se transformando, por uma lógica própria do funcionamento do campo, em algo proveitoso para o progresso da ciência, ou seja, a ampliação do conjunto de conhecimentos científicos. A ideia de objetividade também é construída, no interior do campo científico, segundo os mesmos princípios. A objetividade das práticas científicas e seus produtos e os critérios que a definem são fruto de um consenso que se constrói no campo segundo critérios discutidos no interior do próprio campo.

De tudo o que se disse anteriormente é necessário destacar que, acima de tudo, BOURDIEU (1983A, 1987B) ensina que, no campo científico, as tomadas de posição dos produtores e as obras por eles produzidas são passíveis de uma dupla leitura, uma no campo cultural e outra no campo político, as duas intimamente vinculadas. Mesmo aquelas tomadas de posição que significam contribuições e avanços ao progresso científico ou que se manifestam na forma de divergências teóricas ou epistemológicas são, antes de tudo, posições políticas e interesses em luta no interior do campo.

É por isso que ele enfatiza que uma sociologia científica da ciência só pode constituir-se com a condição de perceber claramente que às diferentes posições no campo científico associam-se representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas através das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias. (1983A.: 154, *GRIFOS DO AUTOR*)

Bourdieu alerta, a seguir, que a sociologia da ciência e do conhecimento implica que o sociólogo seja capaz de mapear a totalidade das posições em jogo no interior do campo e suas estratégias, e não somente as posições adversárias à sua.

Pode-se encontrar em sua obra *Homo Academicus*, publicada em 1984, na França, um exemplo da aplicação desses princípios ao estudo de um campo científico em particular, qual seja, o campo universitário francês.

O que Bourdieu fornece nesse livro é o resultado de uma minuciosa análise da estrutura do campo universitário na França, dos princípios que organizam e que conformam aquilo a que dá o nome de "conflito entre faculdades". O autor mostra a posição das diferentes faculdades (basicamente Medicina, Direito, Ciências e Letras) em relação ao campo do poder, a autonomia

maior ou menor de cada faculdade diante desse campo e as implicações em termos da estrutura e organização de cada uma delas. Trata, ainda, das formas de recrutamento e distribuição dos professores e pesquisadores por essas diferentes faculdades e suas hierarquias, considerando indicadores do tipo: o capital cultural e social que cada agente do campo herdou, os determinantes escolares, o capital de poder e prestígio universitário, o capital científico e intelectual, as disposições políticas etc.

No campo universitário francês, as diferentes faculdades se distribuem segundo uma estrutura homóloga à estrutura do campo de poder. Ou seja, num polo, as faculdades cientificamente dominantes, mas socialmente dominadas e, em outro, as faculdades cientificamente dominadas, mas social e politicamente dominantes (ou dominantes na ordem temporal, como ele mesmo diz). Essa oposição, segundo suas palavras, concerne sobretudo ao lugar e à significação que as diferentes categorias de professores dão à atividade científica e à própria ideia de ciência (BOURDIEU, 1984: 76-7).

Para explicar tal fato Bourdieu vai buscar em Kant a oposição entre essas duas categorias de faculdades que, no campo universitário, disputam o monopólio pelo pensamento e pelo discurso legítimo sobre o mundo social.

No primeiro polo, as "faculdades superiores", compreendendo as faculdades de Teologia, Direito e Medicina, apresentando-se como faculdades menos autônomas em relação ao campo do poder político e econômico e especialmente encarregadas de formar e controlar os usos práticos do saber. São dominantes na ordem política porque são mais dependentes das demandas desse campo, e formam os agentes que vão executar, sem questionamentos, as leis de uma determinada ordem social e científica. No segundo polo, as "faculdades inferiores", das quais fazem parte as Ciências e as Letras, dominantes na ordem cultural porque são mais dependentes das normas e critérios próprios dessa ordem e são mais voltadas para as necessidades de construção dos fundamentos racionais da ciência e para o questionamento da ordem estabelecida (BOURDIEU, 1984).

Dessa forma, o campo universitário francês, na ótica do autor, está organizado segundo dois princípios de hierarquização opostos e concorrentes: de um lado, uma hierarquia social segundo o capital herdado e o capital econômico e político atualmente detidos e, de outro, uma hierarquia fundada propriamente sobre o capital de autoridade e prestígio intelectual e científico.

O autor relaciona, ainda, a posição ocupada nas diferentes faculdades e disciplinas pelos professores e pesquisadores universitários à posse de determinados índices de capital econômico e cultural.

De um modo geral, Bourdieu considera que os professores universitários se situam no polo dominante do campo cultural opondo-se, pela posse de uma determinada forma institucionalizada de capital cultural que lhes propicia uma carreira burocrática e vantagens regulares, tanto aos patrões da indústria e do comércio como aos setores mais "heréticos" do

campo cultural, como por exemplo, os escritores e artistas sem um vínculo mais institucionalizado. Entretanto, pelas divisões que atravessam o campo universitário como um todo, os professores se distinguem entre si segundo a posição que ocupam nos diversos degraus da hierarquia das faculdades e das disciplinas.

BOURDIEU (1984) mostra que as faculdades dominantes, segundo uma hierarquia temporal e política (no caso francês, a Medicina e o Direito), recrutam seus corpos profissionais no interior das frações de classe da burguesia, detentoras de maiores índices de capital econômico, político e cultural herdados ou atualmente conquistados. Esses profissionais tenderiam a acumular mais seguidamente as funções de autoridade no interior da universidade e as funções de poder no universo político e econômico.

Em relação a esses profissionais destaca, ainda, que o julgamento da sua "competência estatutária" é perpassado por uma mistura de justificativas técnicas e sociais. As próprias formas de recrutamento desses profissionais revelam estratégias de reprodução destinadas a conservar, além de uma posição "rara", um determinado *ethos* que caracteriza o "espírito do corpo profissional" (BOURDIEU, 1984: 83).

Já à medida que ocorra o afastamento para os degraus inferiores da hierarquia das faculdades (as Ciências e as Letras), considerando o princípio temporal e político, vamos encontrar os profissionais oriundos das classes populares ou médias que devem a seu sucesso escolar sua ascensão às classes superiores. Esses profissionais, segundo o autor, estariam mais dispostos a se sujeitarem a uma hierarquização fundada na autonomia da ordem científica; e, em função do *habitus*, tenderiam a reinvestir os seus esforços na própria instituição, sendo pouco inclinados a buscar outras formas de poder fora do mundo universitário.

Enfim, com esse estudo, Bourdieu desvela o fato de que a própria ideia de autoridade científica e a concepção de ciência variam conforme a posição do agente no campo e/ou a posição da disciplina considerada em relação às demais disciplinas que constituem o campo científico. Tanto assim que esses conceitos assumem significados profundamente diferentes no seio das faculdades "superiores" e no seio das faculdades "inferiores". Nas primeiras, o prestígio científico é profundamente contaminado por uma razão propriamente social ligada à posse de uma clientela proveniente das elites e ligada ao longo aprendizado de um arbitrário cultural distintivo, que caracteriza o corpo profissional. Enquanto, nas segundas, a autoridade científica se submete mais facilmente aos critérios próprios da ordem científica.

Segundo HEY (2008), "campo acadêmico é o lócus de relações, tendo como protagonistas agentes que têm por delegação produzir conhecimento acadêmico, isto é, um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal." Para a mesma autora, o campo

acadêmico “refere-se ao uso de um aparato institucional, até o presente assegurado pelo Estado brasileiro, que garante a produção e circulação dos produtos acadêmicos”⁵ (p. 15).

No Brasil, conforme HEY (2008), tal aparato abrange tanto as universidades como as agências financiadoras (Capes e CNPq), com o apoio das quais é possível criar associações de pós-graduação e pesquisa, produzir periódicos científicos e eventos no país, criar centros e grupos de pesquisa e realizar acordos institucionais para intercâmbios científicos com centros internacionais.

De acordo com SANTOS (2009, *APUD* STREMEL 2077), o campo acadêmico pode ser tomado como um subcampo do campo científico. Para ela, os estudos sobre política educacional constituem um campo acadêmico. A autora entende que a produção do conhecimento em política educacional pode ser considerada um campo acadêmico de pesquisa ou subcampo do campo da pesquisa educacional. Assim, entendemos que a política educacional é um campo e no âmbito dessa discussão a tratamos como campo acadêmico, que vem se constituindo por meio da criação de espaços institucionais em universidades e centros de pesquisa, como, por exemplo, disciplinas, linhas e grupos de pesquisa, bem como da criação de associações científicas, periódicos especializados, eventos científicos, redes de pesquisa, etc.

Como forma de identificar a emergência dos estudos sobre política educacional no Brasil, um elemento interessante refere-se ao emprego do termo “política educacional” ou “políticas educacionais”. Com base nas contribuições da noção de campo de Bourdieu, compreendemos que identificar o uso do termo é relevante, pois a sua utilização é uma forma de caracterizar os conhecimentos produzidos pelos agentes do campo. Desse modo, a localização dos primeiros estudos relacionados à política educacional e a identificação do período em que o termo começou a ser usado no Brasil proporciona evidências para a análise da constituição do campo. Esse mapeamento das publicações envolve considerar os livros, os artigos de periódicos de representatividade da área da educação, documentos oficiais e outras publicações da área.

A institucionalização do campo acadêmico pode ser analisada a partir da criação de: associações científicas, grupos de trabalho, grupos e linhas de pesquisa na Pós-Graduação, periódicos, disciplina, redes de pesquisa e eventos científicos específicos de política educacional.

A criação dos espaços institucionais é um dado fundamental para compreender a constituição de um campo acadêmico. Além das associações científicas, das linhas e grupos de pesquisa, outros elementos fazem parte da estrutura do campo e dos “processos de

⁵ Ver também texto Sossai (2016), o qual faz uma análise do termo e as maneiras pelas quais ele vem sendo empregado em estudos de políticas educacionais. Um levantamento sobre os diferentes usos da noção de campo em política educacional pode ser encontrado em Stremel (2016).

institucionalização” (SUASNÁBAR; PALAMIDESSI, 2007), tais como: a disciplina, os periódicos especializados, os eventos e redes de pesquisa específico.

Essas fontes possibilitam a análise de diversos aspectos: a histórica; as questões de conteúdo, teóricas, epistemológicas, metodológicas; os agentes e sujeitos do campo (professores, pesquisadores, autores); entre outros.

A tentativa de elaborar uma periodização é sempre um desafio, pois demanda um conjunto substancial de materiais e fontes. Além disso, é preciso levar em conta que, como produto de uma história, a constituição do campo acadêmico da política educacional precisa ser compreendida a partir das “condições históricas e sociais de sua integração” (BOURDIEU, 2002, P. 17, TRADUÇÃO NOSSA).

Nessa perspectiva, a análise da constituição de um campo demanda considerar a “totalidade concreta das relações que integram o campo intelectual como sistema” (BOURDIEU, 2002, P. 17, TRADUÇÃO NOSSA). Sendo assim, é preciso considerar os movimentos mais amplos no contexto sociopolítico, o Estado e os próprios sujeitos que ocupam o campo. Segundo Bourdieu e WACQUANT (1992),

[...] não podemos captar a dinâmica de um campo senão mediante uma análise sincrônica de sua estrutura e, simultaneamente, não podemos captar esta estrutura sem uma análise histórica, isto é, genética, de sua constituição e das tensões que existem entre as posições em seu seio, assim como entre esse campo e os outros campos e, especialmente, o campo de poder. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, P. 90, TRADUÇÃO NOSSA).

Assim, pesquisar um campo envolve uma análise sincrônica, ou seja, o olhar sobre um conjunto de fatos que determinam o objeto de estudo. Envolve, também, uma análise diacrônica, isto é, examinar as mudanças que foram ocorrendo no campo ao longo do tempo. O pensar sobre o real como relacional (BOURDIEU, 1989) demanda compreender o objeto no interior do contexto histórico, político e educacional brasileiro, no âmbito internacional, na interface com outros campos de conhecimento, assim como a partir dos vários aspectos (agentes, instituições) que contribuíram para a estruturação do campo.

Na pesquisa sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional realizada, o conjunto amplo de dados e fontes mapeados constitui em perspectivas de pesquisa ainda a serem aprofundadas, tais como: a análise do conteúdo das publicações do campo (aspectos teórico-metodológicos, epistemológicos⁹, etc.), análise dos programas das disciplinas de Política Educacional (conteúdos, bibliografia, enfoques teóricos, professores, etc.), um olhar sobre os agentes e sujeitos do campo, as suas posições e contribuições, entre outras.

II. AS OPÇÕES DA PESQUISA

II.1 PORQUE ESTUDAR A ANPUR

A ANPUR foi fundada por cinco programas de pós-graduação compunham a Associação: Esses programas já vinham desenvolvendo estudos no tema urbano e regional. Como narram seus membros fundadores ou diretivos, a ANPUR foi constituída sob o signo da crise urbana.

Para Fernandes et. al. (2015), a Associação nasceu pelo signo da crise urbana, como tantas outras iniciativas acadêmicas semelhantes (a exemplo da Escola de Chicago, inspirada pela crise urbana norte-americana, no alvorecer do século XX). A consolidação dos programas de pós-graduação em estudos urbanos e regionais teriam sido criados como objetivo de estudá-la e propor-lhe soluções.

Inicialmente a crise era vista como um fenômeno decorrente da velocidade de urbanização. Pois, ao longo da segunda metade do século XX, a população brasileira que vivia em áreas urbanas multiplicou-se mais de sete vezes, saltando de 18 milhões para 138 milhões, o equivalente a uma média de 2,3 milhões de pessoas somadas à população urbana por ano. (Fernandes et. al., 2015).

A crise manifestava-se no encolhimento do mercado de trabalho, da renda dos trabalhadores, da produção de habitações, da dotação de infraestruturas e de equipamentos e serviços urbanos, alcançando o Banco Nacional da Habitação, o BNH, agente central na implementação da política.

Assim, a crise seria a consequência de uma tal urbanização caótica, como a define Wilson Cano (ano), retratada pelas más condições de vida de parcela significativa da população e por um alto nível de insegurança do conjunto da sociedade. No início da década de 1980, o país havia percorrido um rápido e dramático processo de urbanização, enquanto sua economia passava por uma recessão de grandes proporções, magnificada pelos chamados choques do petróleo que levaram à crise da dívida externa e a um consequente colapso de investimentos públicos e privados em países em

Em 1980, a população urbana havia ultrapassado 2/3 da população total (67,7%, em comparação aos 36% registrados em 1950). A tragédia urbana era refletida pelo número de mortes por causas externas, especialmente assassinatos e acidentes de trânsito, com mais de 100 mil mortes por ano, com predominância nas grandes aglomerações. A falta de expansão da infraestrutura na velocidade da urbanização, agravada pelo modelo automotivo e pelas consequências do crescimento do consumo de drogas. Além de todos os problemas conhecidos e mencionados, surgiu um problema novo relacionado com a alta concentração urbana, que é o problema do saneamento e do abastecimento de água. DINIZ (2015)

Se por um lado a cidade é símbolo de modernidade, por outro é também a manifestação dos graves problemas sociais decorrentes da forma como o capitalismo brasileiro

vinha modelando suas estruturas produtivas e sociais. Assim, se as desigualdades regionais do desenvolvimento no Brasil ainda eram marcantes e inaceitáveis, elas não podiam ser tratadas de forma isolada, porque a cidade organiza e comanda o território.

Hoje sabemos que a velocidade não é a explicação, mas algo estrutura⁶.

O planejamento nacional não pode ser feito por região ou setor isolado, mas exige uma complementaridade temática, setorial e territorial e uma visão nacional. Nesse sentido, o planejamento urbano e regional deve ser visto como parte central do planejamento e do desenvolvimento brasileiros. (DINIZ, 2015).

Ocorre a interdisciplinaridade é mais do que a junção caleidoscópica de diversas disciplinas sobre um mesmo objeto. Sandra Lencioni, afirma que professora da USP, a ANPUR sempre foi um espaço de superação dos constrangimentos disciplinares, de troca de procedimentos de investigação e de revelação dos limites da compreensão do real. Os Programas filiados à ANPUR expressam um sentido de diálogo revelando a busca pela interdisciplinaridade tendo como motivador o tema do planejamento urbano e regional, mas abrindo-se para uma ampla reflexão sobre a dinâmica socioespacial em geral.

A escolha do tema desta tese, no entanto, decorre, como não poderia deixar de ser, do meu percurso/ trajetória como arquiteta-urbanista. Estudante da fau, militante do movimento estudantil, ativista da habitação. Desde cedo trabalhei no poder público e tive contato com os movimentos diversos por luta por moradia. Todos os que participaram de alguma forma desse momento foram transformados, seguiram caminhos profissionais apenas relativamente diferentes pois a noção de engajamento permanece - mesmo que a distância em relação a experiência diminua sua intensidade e influência.

Encontrei como estudante de Arquitetura e Urbanismo (da USP), uma faculdade que no final dos anos 1990 clivagens nítidas e que forçavam - ferindo os próprios ideais da escola de integração de saberes⁷, seus alunos a tomarem posição - as vezes precocemente e muitas vezes sem possibilidade de retratação, visão compartilhada em depoimentos de colegas de turma.

As hipóteses perseguidas para desvendar essa "ausência" de "profissionalização" recaíram pois 1. na da formação acadêmica brasileira, 2. nas disputas interprofissionais pela conformação profissional e na dependente da encomenda pública, mas sobretudo 3. nas clivagens advindas de diferentes posturas acadêmico-profissionais (mais ou menos militante) - que impediam atualmente a formação de uma noção de classe ou de profissão - ausência de

⁶ Passados XX anos, os problemas continuam. Segundo Diniz, ANPUR tem sido incapaz, a despeito de seus Xx membros. De responder às necessidades. No seu encontro nacional, a mesa dos ex-presidentes...Em muitas de suas sessões, Celso Furtado e Florestan Fernandes são acionados como referência a perseguir.

⁷ Conforme proposta curricular Artigas

um consenso sobre o perfil profissional esperado. Tal clivagem se explicaria pela trajetória dos profissionais atuais? aspectos sociais, profissionais e acadêmicos.

Para essa abordagem o sistema de ensino, em vez de promover a igualdade de oportunidades, teria a função de reproduzir as desigualdades presentes na sociedade. O êxito escolar resultaria não apenas das diferenças de capital cultural na família de origem, mas, também, dos diferenciais de classe na propensão a investir no mercado escolar. Por meio de um processo denominado por Bourdieu (1998) de “causalidade do provável”, os indivíduos internalizam suas chances (isto é, as probabilidades objetivas de seu grupo social) de acesso a esse ou àquele bem (material ou simbólico), transformando a condição objetiva em esperança subjetiva. Foram esses três eixos perseguidos e enredados ao longo da pesquisa.

É essa noção de trajetória que fundamenta as opções teóricas e empíricas desta tese. Interessou-me entender a formação desse domínio de conhecimento que apresentava clivagens nítidas observadas pelos diferentes perfis de representação da categoria profissional, e pela ausência mesma de uma definição acadêmica (graduação) e profissional (o urbanista, separado do arquiteto).

II.2 RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL

A opção inicial era de abranger apenas os primeiros 20 anos da ANPUR, de 1983, data da criação da Associação, até o ano 2003, quando da instituição do Ministério das Cidades, marco importante da organização do setor público federal responsável em grande medida pela regulação e investimento nas políticas de desenvolvimento urbano. Em alguma medida o novo governo que se instalou também fez alterações nos órgãos voltados ao desenvolvimento regional, embora não com a mesma urgência com que foi criada a nova pasta. Ocorre que a expansão do sistema de ensino superior promovido nos anos seguintes induziu inflexões relevantes na composição dos associados e filiados da ANPUR, em termos quantitativos, mas também qualitativos, alterando a proporção das disciplinas. Desta feita, resolveu-se incluir a década subsequente, expandindo a pesquisa até o ano de 2013. Essa mudança aumentou consideravelmente o volume dos dados trabalhados e se, por um lado, permitiu enxergar as mudanças mais recentes, por outro acabou comprometendo uma análise mais aprofundada ou homogênea para o período, de forma que, a depender o que está sendo analisado em cada momento do trabalho o tratamento quanto a abrangência dos dados pode variar.

II.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

Importante observação sobre a qualidade do material empírico, mormente suas deficiências. O curriculum Lattes foi instituído pelo CNPQ, sendo de preenchimento obrigatório para quem pleiteia recursos deste órgão. Dentro do universo acadêmico ele tem cobertura relativamente adequada, ou seja, e quase todos os professores universitários possuem alguma informação cadastrada em seus Lattes. Ocorre que parte dos professores mais antigos – o que

ocorre sobretudo com os fundadores da ANPUR e seus primeiros dirigentes, não inseriram nele todas as informações se seriam consideradas importantes para a análise nesta tese. Portanto, há muitas ausências de preenchimento, quanto mais anterior é a formação de seus donos, o que compromete um adequado conhecimento de suas características. Fato que poderia ser sanado com entrevistas ou outros materiais complementares, mas dos quais só se lançou mão em casos mais pontuais, dada a ampla gama de pessoas aqui abordadas

Outro aspecto diz respeito ao próprio preenchimento das informações. Como o sistema de cadastramento não possui quase nenhum a inteligência de validação de dados, é possível por exemplo, inserir o nome da Universidade de São Paulo de praticamente infinitas maneiras (tais como U. de São Paulo, Univ. São Paulo, Univ. S. Paulo, etc.), o que inclui ainda possíveis erros de digitação (por exemplo: Univ. de São Paulo), validações muito fáceis para quem trabalha com dados, mas cuja inexistência acarreta uma etapa longa e exaustiva de compatibilização de dados, muitas vezes deixando possíveis lacunas no caminho.

Sendo este, no entanto, por opção da pesquisadora, a fonte principal de informação, é possível que parte dos resultados encontrados diverja da realidade estrita dos fatos, mesmo utilizando-se mecanismos de validação e de observação para sua validade. Acredita-se, porém, não comprometer a qualidade final do trabalho. Procedeu-se a sistematização das siglas.

Além do material documental, tais como atas de assembleias e reuniões, estatutos, e boletins, foram consultados os currículos Lattes de todos os diretores da ANPUR, no período de 1983 a 2013, para a construção de um perfil do campo quanto à formação e pós-graduação (área e instituição), identificando possíveis mudanças de áreas de estudo e coincidências quanto às instituições frequentadas, a ocupação de postos de destaque no universo acadêmico (nas respectivas Universidades ou nos órgãos de fomento à pesquisa em nível federal ou estadual), bem como de postos nos setores público e privado, procurando identificar marcadores pessoais e de suas trajetórias que possuam algum potencial explicativo sobre determinadas tomadas de posição no que diz respeito aos rumos da Associação quanto com relação a seus objetos de estudo

A realização de entrevista com alguns dos presidentes e responsáveis pela seleção dos temas e trabalhos, tentando resgatar na memória daqueles o processo de tomada de decisão e os fatores que condicionaram as escolhas naquele momento.

CAPÍTULO I – O QUE PRETENDE E FAZ A ANPUR

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega programas universitários de pós-graduação e entidades brasileiras que desenvolvem atividades de ensino ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais e do planejamento urbano e regional.

A ANPUR foi fundada em 1983 por cinco programas de pós-graduação que à época se dedicavam às questões urbanas e regionais: Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR/UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano Universidade Federal de Pernambuco - MDU/UFPE, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGPUR/UFRJ e Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Brasília – PPGPUR/UNB.

Desde então ampliou significativamente o número e o espectro de instituições associadas e filiadas, reunindo quarenta anos depois setenta e dois membros, classificados segundo os órgãos oficiais em diferentes áreas disciplinares como planejamento urbano e regional, arquitetura-urbanismo, geografia, economia, administração pública, ciências humanas e sociais, e outras.

O site oficial da Associação destaca que a ANPUR é uma associação pluridisciplinar e aberta, cujas finalidades principais abrangem, entre outras: o incentivo ao estudo, ao ensino e à pesquisa no campo do conhecimento dos estudos urbanos e regionais; a divulgação de informações e troca de experiências nas áreas de conhecimento correlatas; a promoção de reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações entre os integrantes das instituições associadas e, também, com outras associações congêneres, nacionais e estrangeiras.

Mas o que é o campo do conhecimento dos estudos urbanos e regionais?

Seguindo elaboração de Maria Cristina Leme LEME (2015), Presidente da ANPUR (gestão 2001-2003), a partir da análise dos processos internos e externos que tensionaram e produziram inflexões na área de ensino e pesquisa em estudos urbanos e regionais, pode-se identificar três períodos na trajetória da Associação.

O primeiro período, de formação da Associação, entre 1983 e 1988, teria sido etapa fundamental, com a elaboração e aprovação do Estatuto e a realização dos primeiros encontros nacionais, a definição do perfil acadêmico da associação e de seu arcabouço legal.

O segundo período coincidiria com a ampliação dos campos disciplinares que passam a integrar a ANPUR entre 1988 e 2002, consolidando-se o princípio da interdisciplinaridade que

definiria a Associação e que traria forte impacto na sua forma de representação e interlocução com outros programas e com as instituições de fomento.

O terceiro período, a partir de 2002, seria de forte expansão e descentralização territorial, incluindo programas não apenas nas cidades capitais, mas também de cidades polos regionais, ampliando a representação da Associação no âmbito nacional.

O Capítulo I se concentra em identificar “os processos internos e externos que tensionaram e produziram inflexões na área de ensino e pesquisa em estudos urbanos e regionais”, a partir de um olhar sobre a forma institucional da ANPUR, seus contornos normativos, analisando seus estatutos e modo de funcionamento.

Para facilitar a identificação das mudanças regimentais e dos integrantes de cada gestão da ANPUR, sistematizamos a **Tabela 1- Gestões ANPUR**, que resume o ano de início de cada Diretoria, cargos ocupados, pessoas e instituições às quais estavam vinculadas.

I.1 ASPECTOS INSTITUCIONAIS-REGIMENTAIS: OS ESTATUTOS DA ANPUR

Estatutariamente, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR pode-se considerar relativamente estável, tendo recebido poucas alterações em seus regimentos desde sua criação. Embora em várias Assembleias Gerais tenha sido cogitada ou mencionada a necessidade de adequação do Estatuto à prática institucional⁸, a ausência de quórum, o “adiantado da hora”, a falta de amadurecimento sobre determinado ponto, ou a não inclusão antecipada do referido “ponto de pauta”, impediram a adequação textual tempestiva.

Além da Ata de Fundação, lavrada em 8 de junho de 1983⁹, a ANPUR foi regida apenas por outros dois Estatutos (2012 e 2018)¹⁰, tendo esses pouco alterado seus princípios

⁸ “Rever pontos dos estatutos a partir da prática desenvolvida nas últimas gestões e que se mostram inadequadas ao novo perfil da instituição” (ANPUR, Ata 1993).

⁹ Os atos jurídicos e institucionais de fundação foram amplamente divulgados para que a próxima Assembleia Geral da Associação, segundo as Disposições Transitórias de seus Estatutos, elegeisse seu Conselho Diretor e Conselho Fiscal definitivos e examinasse a conveniência de “ratificar ou modificar” seus Estatutos. Assim, em 15 de agosto de 1984, na Assembleia Geral especificamente convocada, foram realizadas alterações em alguns artigos dos Estatutos, e foi eleito o Conselho Diretor definitivo, sob a presidência do professor Ricardo Libanez Farret, da UNB, com mandato de dois anos. (Grinover, 2015)

¹⁰ Seguido o relatado na Ata de 1995 parece ter havido modificações importantes no estatuto, que serão consideradas. No entanto, por não estar disponível no site da Associação, tampouco ter sido localizado nos arquivos físicos consultados, estamos considerando apenas os três que foram publicizados. mas não

Tabela 1- Gestões ANPUR

GESTÃO	CARGO ANPUR	NOME	VÍNCULO	UNID	SUBUNID
1983	Conselho Diretor Provisório	Guilherme Costa Varela	UFPE	CAC	MDU
		Lucio Grinover	USP	FAU	
		Martim Oscar Smolka	UFRJ	IPPUR	
		Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR
		Wrana Maria Panizzi	UFRGS	FAU	PROPUR
1984	Presidente	Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR
	Secretário Executivo	José Galbinski	UNB	FAU	
	Diretor	Guilherme Costa Varela	UFPE	CAC	MDU
		Lucio Grinover	USP	FAU	
		Martim Oscar Smolka	UFRJ	IPPUR	
		Brasilmar Ferreira Nunes*	UNB	ICS	
		Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*	UFRJ	IPPUR	
Moema Castro Debiagi*	UFRGS	FAU	PROPUR		
1986	Presidente	Martim Oscar Smolka	UFRJ	IPPUR	
	Secretário Executivo	Carlos Bernardo Vainer	UFRJ	IPPUR	
	Diretor	Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller	UNB	FAU	
		Jorge de Rezende Dantas	USP	EP	
		Raul da Silva Navegantes	UFPA	NI	
		Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR
		Presidente	Celso Monteiro Lamparelli	USP	FAU
Secretário Executivo	Philip Oliver Mary Gunn	USP	FAU		
Diretor	Marcus André Barreto Campelo de Melo	UFPE	CFCH		
	Rainer Randolph	UFRJ	IPPUR		
	Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR	
	Ivone Salgado	PUCCAMP	FAU		
	Conselho Fiscal	Mário Velloso Costa	UFMG	NI	
Moema Castro Debiagi	UFRGS	FAU	PROPUR		
1991	Presidente	Milton Almeida dos Santos	USP	FFLCH	GEO
	Secretário Executivo	Maria Adélia Aparecida de Souza	USP	FFLCH	GEO
	Diretor	Ana Clara Torres Ribeiro	UFRJ	IPPUR	
		Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes	UFBA	FAU	
		Wrana Maria Panizzi	UFRGS	FAU	PROPUR
	Conselho Fiscal	Circe Gama Monteiro	UFPE	CAC	MDU
		Cristina Gobbi	UNB	NI	
Roberto Smith	UFC	FEAAC			
1993	Presidente	Wrana Maria Panizzi	UFRGS	FAU	PROPUR
	Secretário Executivo	Naia Geila Innocente de Oliveira	FEE/RS	NI	
	Diretor	Hermes Magalhães Tavares	UFRJ	IPPUR	
		José Carlos Cavalcanti	UFPE	CCSA	
		Roberto Luís de Melo Monte-Mór	UFMG	FACE	CEDEPLAR
		Benny Schvasberg	UNB	FAU	
	Conselho Fiscal	Isaías Carvalho Santos Neto	UFBA	EA	
		Suzana Pasternak Taschner	USP	FAU	
1995	Presidente	Carlos Bernardo Vainer	UFRJ	IPPUR	
	Secretário Executivo	Pedro Abramo	UFRJ	IPPUR	
	Diretor	Ana Maria Fernandes	UFBA	FAU	
		Maria Cristina da Silva Leme	USP	FAU	
		Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR
		Circe Gama Monteiro	UFPE	CAC	MDU
	Conselho Fiscal	Geraldo Magela Costa	UFMG	IG	
		Romulo Celso Krafta	UFRGS	FAU	PROPUR
1997	Presidente	Norma Lacerda Gonçalves	UFPE	CAC	MDU
	Secretário Executivo	Silvio Mendes Zancheti	UFPE	CAC	MDU
	Diretor	Aldo Paviani	UNB	IH	
		Maria Flora Gonçalves	UNICAMP	IE	
		Tania Maria Diederichs Fischer	UFBA	EA	
		Celia Ferraz de Souza	UFRGS	FAU	PROPUR
	Conselho Fiscal	Denise Barcellos Pinheiro Machado	UFRJ	FAU	
		Leila Christina Duarte Dias	UFSC	CFH	

GESTÃO	CARGO ANPUR	NOME	VÍNCULO	UNID	SUBUNID
1999	Presidente	Maria Flora Gonçalves	UNICAMP	IE	
	Secretário Executivo	Yvonne Miriam Martho Mautner	USP	FAU	
	Diretor	Cássio Frederico Camargo Rolim	UFPR	DEPECON	
		Geraldo Magela Costa	UFMG	IG	
	Conselho Fiscal	Henri Acselrad	UFRJ	IPPUR	
		Décio Rigatti	UFRGS	FAU	PROPUR
		Esterzilda Berenstein de Azevedo	UFBA	FAU	
		Frederico Rosa Borges de Holanda	UNB	FAU	
2001	Presidente	Maria Cristina da Silva Leme	USP	FAU	
	Secretário Executivo	Suzana Pasternak Taschner	USP	FAU	
	Diretor	Heloisa Soares de Moura Costa	UFMG	IG	
		Leila Christina Duarte Dias	UFSC	CFH	
		Rainer Randolph	UFRJ	IPPUR	
Conselho Fiscal	Sarah Feldman	USP-SC	IAU		
	Eva Machado Barbosa Samios	UFRGS	FAU	PROPUR	
	Paulo Castilho	UNB	NI		
		Virginia Pitta Pontual	UFPE	CAC	MDU
2003	Presidente	Heloisa Soares de Moura Costa	UFMG	IG	
	Secretário Executivo	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	UFMG	FACE	CEDEPLAR
	Secretário Adjunto	Jupira Gomes de Mendonça	UFMG	EA	
	Diretor	Ana Clara Torres Ribeiro	UFRJ	IPPUR	
		Ana Maria Fernandes	UFBA	FAU	
Conselho Fiscal	Brasilmar Ferreira Nunes	UNB	ICS		
	Carlos Roberto Monteiro de Andrade	USP-SC	EESC		
	José Antônio Fialho Alonso	FEE/RS	NI		
		Sônia Marques	UFRN	NI	
2005	Presidente	Ana Maria Fernandes	UFBA	FAU	
	Secretário Executivo	Tania Maria Diederichs Fischer	UFBA	EA	
	Secretário Adjunto	Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes	UFBA	FAU	
	Diretor	Edna Maria Ramos de Castro	UFPA	NAEA	
		Lilian Fessler Vaz	UFRJ	PROURB	
Conselho Fiscal	Nabil Georges Bonduki	USP	FAU		
	Frederico Rosa Borges de Holanda	UNB	FAU		
	Leila Christina Duarte Dias	UFSC	CFH		
		Rodrigo Ferreira Simões	UFMG	FACE	CEDEPLAR
2007	Presidente	Edna Maria Ramos de Castro	UFPA	NAEA	
	Secretário Executivo	José Julio Ferreira Lima	UFPA	FAU	
	Secretário Adjunto	Luis Eduardo Aragón Vaca	UFPA	NAEA	
	Diretor	Adauto Lúcio Cardoso	UFRJ	IPPUR	
		Leila Christina Duarte Dias	UFSC	CFH	
Roberto Luís de Melo Monte-Mór		UFMG	FACE	CEDEPLAR	
Conselho Fiscal	Virginia Pitta Pontual	UFPE	CAC	MDU	
	Brasilmar Ferreira Nunes	UNB	ICS		
	João Farias Rovati	UFRGS	FAU		
		Renato Luiz Sobral Anelli	USP-SC	EESC	
2009	Presidente	Leila Christina Duarte Dias	UFSC	CFH	
	Secretário Executivo	Elson Manoel Pereira	UFSC	CFH	
	Secretário Adjunto	Maria Inês Sugai	UFSC	CFH	
	Diretor	Ana Clara Torres Ribeiro	UFRJ	IPPUR	
		Lucia Cony Faria Cidade	UNB	IH	
		Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	USP	FAU	
	Conselho Fiscal	Silvio José de Lima Figueiredo	UFPA	NAEA	
		Eloisa Petti Pinheiro	UFBA	FAU	
		Ester Limonad	UFF	POS GEO	
	Conselho Fiscal (Suplente)	Rodrigo Ferreira Simões	UFMG	FACE	CEDEPLAR
Celia Ferraz de Souza		UFRGS	FAU		
Elis de Araújo Miranda		UCAM	NI		
		Iná Elias de Castro	UFRJ	IGEO	

GESTÃO	CARGO ANPUR	NOME	VÍNCULO	UNID	SUBUNID
2011	Presidente	Ana Clara Torres Ribeiro	UFRJ	IPPUR	
	Secretário Executivo	Ester Limonad	UFF	POSGEO	
2012	Secretário Adjunto	Benny Schvasberg	UNB	FAU	
	Presidente	Ester Limonad	UFF	POSGEO	
2011	Secretário Adjunto	Orlando Alves dos Santos Júnior	UFRJ	IPPUR	
		Lilian Fessler Vaz	UFRJ	PROURB	
	Diretor	Maria Ângela de Almeida Souza	UFPE	CAC	MDU
		María Mónica Arroyo	USP	FFLCH	
	Conselho Fiscal	Paola Berenstein Jacques	UFBA	FAU	
		Cibele Saliba Rizek	USP-SC	EESC	
		Elson Manoel Pereira	UFSC	CFH	
		Paulo Pereira de Gusmão	UFRJ	IGEO	
	Conselho Fiscal (Suplente)	Angelo Szaniecki Perret Serpa	UFBA	IGEO	
		Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	UFPA	NAEA	
2013	Presidente	Virginia Pitta Pontual	UFPE	CAC	MDU
	Secretário Executivo	Lúcia Leitão Santos	UFPE	CAC	
	Secretário Adjunto	Fabiano Rocha Diniz	UFPE	CAC	
		Eduardo Alberto Cusce Nobre	USP	FAU	
	Diretor	Ivo Marcos Theis	FURB	NI	
		Pedro de Novais Lima Júnior	UFRJ	IPPUR	
		Rodrigo Ferreira Simões	UFMG	FACE	CEDEPLAR
	Conselho Fiscal	Eneida Maria Souza Mendonça	UFES	CAR	
		Simaia do Socorro Sales das Mercês	UFPA	NAEA	
	Conselho Fiscal (Suplente)	Benny Schvasberg	UNB	FAU	
		Clarice Maraschin	UFRGS	FAU	PROPUR
		Francisco de Assis da Costa	UFBA	FAU	
	Geraldo Majela Gaudêncio Faria	UFAL	FAU		

fundadores. Esses são os documentos disponibilizados no portal da Associação na internet¹¹. Além desses, o Estatuto de 1995 traz algumas alterações que valerão ser pontuadas. Este foi encontrado apenas no acervo físico da Associação.

Algumas observações sobre as alterações regimentais sofridas, ainda que pontuais, nos Estatutos ou nos Regimentos Internos, podem ajudar a adentrar nosso objeto, na sua “antessala”.

De modo geral os Estatutos apresentam os seguintes capítulos: I. Da Caracterização, II. Das finalidades, III. Da Organização, IV. Dos recursos, V. Das disposições gerais e VI. Das disposições transitórias.

Desses documentos, dois aspectos se destacam, sobre os quais procuraremos nos aprofundar:

1. A importância dada desde o início à pesquisa, tendo as questões relativas ao ensino adentrado entre as preocupações da Associação mais fortemente a partir de 2002, com a realização dos Seminários Nacionais de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais – SEPEPUR e em boa medida graças a insistência de alguns membros, como Ana Clara Torres Ribeiro, espécie de “lume”¹² da ANPUR, cujo falecimento em 2011, justamente no ano que tornara-se Presidente da Associação, teria causado verdadeira “fratura”¹³ na Associação, conforme expressão emprestada de Eduardo Nobre, Presidente da ANPUR (2015-2017), em entrevista para a autora¹⁴.

2. o aspecto marcadamente acadêmico assumido pela Associação, a despeito de sua própria “vocação”, ou “ambição” de formação profissional “de quadros atuantes nas administrações públicas” (Diniz, 2015), lócus precípua da atividade do Planejamento, ainda que se possa fazê-lo fora delas ou contra elas¹⁵.

A indefinição sobre a formação de quem e para que é presente na ANPUR tanto a existência de diferentes posições sobre o assunto pode de ser considerada uma “riqueza” e “potencialidades” da Associação¹⁶, conforme nos esclarece Heloísa Soares, Presidente da

¹¹ <https://anpur.org.br/documentos/estatutos/>

¹² Alguns membros da diretoria, além de comprometeram parte do seu tempo na gestão da Associação, nas tarefas de coordenação de suas atividades, se debruçaram, de alguma forma registrada, seja em Atas de Assembleia, seja em artigos diversos, sobre as finalidades da Associação e os objetivos de suas atividades. Ana Clara Torres Ribeiro era um deles.

¹³ Em especial no que tange a relação da ANPR com as ciências sociais, visto que Ana Clara, além de Brasilmar Nunes, era dentre os membros das Associação, quem melhor fazia a ponte entre a ANPUR e sua correlata ANPOCS.

¹⁴ São Paulo, junho de 2023.

¹⁵ Sobre Planejamento insurgente ver, entre outros, Vainer (2017).

¹⁶ Segundo opinião de Heloísa Soares Costa Moura, em conversa com a autora, em abril de 2023.

ANPUR (2003-2005), mas contribui para as dificuldades na definição dos próprios “contornos” do campo, como visto acima, e se reflete na dificuldade tomada de posição da própria Associação, enquanto agente, como veremos adiante.

I.1.1 FINALIDADES DA ASSOCIAÇÃO, O ENSINO E A PESQUISA.

A ANPUR é atualmente regida pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em Campinas/SP, em 18 de maio de 2018. Nele se lê como finalidades da Associação (Artigo 2º):

- a) Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa no âmbito de suas áreas de atuação;
- b) Promover a divulgação de estudos e mecanismos de divulgação ampla de informações referentes às suas áreas de atuação;
- c) Estimular e difundir a reflexão acerca das experiências inovadoras de planejamento e gestão;
- d) Promover reuniões científicas e participar de eventos, objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras e estrangeiras;
- e) Organizar e promover atividades específicas de cooperação, inclusive intercâmbio de docentes e pesquisadores, entre os cursos de pós-graduação e outros núcleos, programas e órgãos nacionais, estrangeiros e internacionais de ensino e pesquisa.
- f) Promover a difusão científica nas suas áreas de atuação, através de suas publicações, tais como: revistas científicas, livros, anais de eventos, relatórios e outras que considerar adequadas para a essa finalidade. (ANPUR, ESTATUTO 2018).

Antes deste, o Estatuto aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em Brasília/DF, em 8 de novembro de 2012, nada dizia de diferente sobre as finalidades da ANPUR, apenas não incluía a alínea “f” sobre a difusão científica, muito embora uma condição melhor, em termos de periodicidade e estabilidade do financiamento para esta atividade, fosse almejada desde as primeiras reuniões da Associação, conforme relatam seus muitos Presidentes (ANPUR, 2015).

No seu Estatuto originário, ou seja, sua a Ata de Fundação, encontravam-se as seguintes finalidades:

- 1. Incentivar o estudo, o ensino e a pesquisa no âmbito do planejamento urbano e regional.
- 2. Contribuir para o estudo dos problemas urbanos e regionais brasileiros.
- 3. Promover reuniões científicas e participar de eventos, objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais.
- 4. Promover a divulgação de estudos em planejamento urbano e regional, por meio de uma revista periódica e de publicações especializadas.

5. Organizar e promover atividades específicas de cooperação, inclusive o intercâmbio de docentes e pesquisadores, entre os cursos de pós-graduação e outros núcleos, programas e órgãos nacionais; estrangeiros e interna ensino e pesquisa. (ANPUR, ESTATUTO 1983)

Comparando os dois textos transcritos acima, vê-se que o item “2”, da Ata de Fundação” teria sido desdobrado nas duas alíneas, “b” e “c “ do Estatuto de 2018, visando dar melhor clareza sobre as formas como a ANPUR devia contribuir, não apenas para o “estudo dos problemas urbanos e regionais”, mas para a divulgação desses e “de informações referentes às suas áreas de atuação”, ampliando o rol temático sob sua alçada, dando especial ênfase ao planejamento e gestão, e propondo-se ainda a difundir a reflexão acerca das “experiências inovadoras” nessas áreas.

Tais alterações, aparentemente pontuais, refletem importantes inflexões pelas quais passou o amplo campo de estudos urbanos e regionais nessas últimas décadas, ainda que neste trabalho o recorte temporal esteja restrito aos primeiros 30 anos da Associação.

Nesses houve uma sensível ampliação do conjunto de Programas que ingressaram como membros (associados ou filiados) da Associação, acompanhando o movimento crescente do número de cursos de pós-graduação no país, e do aumento mais acentuado ocorrido nos Programas de pós-graduação centrados no desenvolvimento regional, na gestão e no meio ambiente (ver **Capítulo III**).

Também o enfoque dado à atividade de “difusão científica por meio de publicações”, que levou à sua explicitação como um item em separado no Estatuto da Associação, reflete o movimento de ampliação do universo de instituições acadêmicas no Brasil, e do aumento substancial do número de revistas científicas que o acompanhou.

Revela, ademais, a necessidade de uma melhor organização interna da atividade editorial, ou de política de informações sobre a área (teses, cursos, eventos etc.) dentro das atribuições dos membros dirigentes da Associação, munindo a ANPUR, e seu “campo de estudos”, de armas para enfrentamento das diversas frentes de batalha:

- com os órgãos financiadores nacionais, haja vista a consolidação do sistema nacional de avaliação dos programas de pós-graduação, acirrando a disputa entre esses programas pelos critérios da avaliação e atribuição de notas e, conseqüentemente, pela distribuição de recursos entre as instituições das diferentes áreas de estudo e pesquisa.
- com associações congêneres nacionais, na luta pela ampliação do número de programas por elas representados, garantindo certa legitimidade na barganha dos recursos destinados às Associações de pós-graduação para publicações, eventos, viagens, portanto, para sua própria manutenção e existência.
- com associações congêneres internacionais, na resistência à imposição, um tanto velada, de pautas de interesse ou objetos de pesquisa, muitas vezes contornada de forma diplomática nas comissões organizadoras dos eventos internacionais da área, ou resistência

mais frontal e expressa, de um “currículo único” para as escolas de “planejamento”, o que acarretaria numa provável invasão estrangeira no mercado nacional de “planejadores”.

- e por fim, com os conglomerados editoriais mormente de língua inglesa e a homogeneização dos padrões de indexação, combate no qual a ANPUR se alia às associações nacionais, do Cone-Sul ou da América Latina de forma mais ampla, e conta com a expertise e o apoio dos órgãos de suporte à pesquisa científica no Brasil, enfrentando o desafio como pode para ampliar o acesso a sua revista, mantida totalmente online e de acesso gratuito, assim como aos Anais de seus Encontros Nacionais.

Veremos mais sobre alguns desses tópicos nos **Capítulo III**.

Outros aspectos das inflexões do campo acadêmico de estudos urbanos e regionais pinçados das alterações dos textos normativos que regem a Associação são sistematizados a seguir:

Na Ata de Fundação, de 1983, a ANPUR é qualificada da seguinte maneira:

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por finalidade congregar programas e instituições brasileiras que desenvolvem atividades no campo do planejamento urbano e regional, por intermédio de pesquisas e formação de recursos humanos altamente qualificados, em nível de pós-graduação.

De forma semelhante, os Estatutos Sociais de 2012 e de 2018 a qualificam como:

(...) uma Associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, e congrega programas ou instituições universitárias e entidades, sediadas no Brasil, que desenvolvem, de maneira sistemática e permanente, ensino ou pesquisa nas áreas de estudos urbanos, estudos regionais ou planejamento urbano e regional.

Vê-se que a expressão “programas e instituições brasileiras” recebeu contorno mais preciso e abrangente com a redação “programas ou instituições universitárias e entidades, sediadas no Brasil”, deixando clara a diferenciação, e a maior hierarquia, das instituições universitárias quando ladeadas pelas demais “entidades”, que seriam sobretudo as instituições de pesquisadas ligadas aos setores público e terciário, casos da FEE/RS e do IBAM¹⁷, e abrindo, por outro lado, a possibilidade de instituições não brasileiras, mas como alguma representação no Brasil, também poderem participar, como é o caso do *Lincoln Institut of Land Policy*, cujo

¹⁷ FEE/RS, IBAM, como se irá explicitar no subitem I.2.2.

departamento para estudos da América Latina era coordenado até há alguns anos por um ex-professor da UFRJ, e um dos primeiros Presidentes da ANPUR (gestão 1986-1988)¹⁸.

O próprio Martin Smolka, protagonizou alguns dos ajustes mencionados. Enquanto representante do IPPUR/ UFRJ na Assembleia de 1995, sob presidência de Carlos Vainer (da mesma Instituição) respondeu, ao pedido de “esclarecimento a respeito da possibilidade de abertura da associação para participação internacional, tendo em vista a alteração proposta, inclusão do termo "sediadas no Brasil" para as instituições, programas e entidades”, tratar-se de “uma questão de forma literária” (ANPUR, ATA DE 1995).

Martin Smolka sugeriu a definição de "entidade", no parágrafo único desse artigo, do mesmo modo que se fez com "programa universitário", mas em função de ponderações do Presidente retirou a proposta, ficando a redação do Artigo primeiro, Parágrafo único: “Entende-se por programa universitário a unidade básica responsável pela operacionalização da atividade de ensino e/ou pesquisa e que tenha uma estrutura de coordenação colegiada definida” (ESTATUTO ANPUR, 1995).

Também o trecho “que desenvolvem atividades no campo do planejamento urbano e regional, por intermédio de pesquisas e formação de recursos humanos altamente qualificados, em nível de pós-graduação” recebeu nova redação, na forma: “que desenvolvem, de maneira sistemática e permanente, ensino ou pesquisa nas áreas de estudos urbanos, estudos regionais ou planejamento urbano e regional”. Algumas considerações sobre esta alteração:

A. A inclusão, na própria definição da ANPUR, da locução “de maneira sistemática e permanente”, antes presente como parágrafo primeiro ao artigo primeiro¹⁹, demonstra a intenção reforçada da ANPUR de reunir instituições sólidas, e embute uma preocupação com a sua permanência.

No entanto, funcionou também como espécie de barreira de entrada às instituições mais jovens. Como veremos adiante, cada pedido de filiação ou associação é decidida em Assembleia. Embora tenha havido preocupação crescente em diminuir a discricionariedade nessas aprovações, com a formalização de regras, alguns programas, inclusive pertencentes ao eixo SE-NE, passando por Brasília, tiveram dificuldade de serem aprovados, pelo menos, em seus primeiros pleitos.

¹⁸ Martin Oskar Smolka é uma importante referência nos primeiros anos da ANPUR, tanto na presidência, quanto na organização de mesas nos Encontros Nacionais e de seminários diversos sobre o tema da renda da terra, embora tenha se afastado gradativamente do cenário brasileiro.

¹⁹ Poderão filiar-se à ANPUR as entidades que produzem conhecimentos de forma sistemática e permanente, sobre o espaço urbano e regional, a níveis de análise e projeto (Parágrafo 1º, Artigo 1º, Ata de Fundação. ANPUR, 1983)

Veremos no **Capítulo II** como a importância das pessoas e instituições do “núcleo” fundador da ANPUR resiste ainda hoje à chegada de novos membros. Embora a predominância pessoal venha diminuindo, a presença das instituições fundadoras permanece na composição das chapas de diretoria. Na Tabela 1 – Gestões ANPUR, ressaltamos em negrito a presença constata, até o ano de 2013, dos cinco membros fundadores da ANPTUR.

B. A Substituição do trecho “por intermédio de pesquisas e formação de recursos humanos pelos dizeres “[...] que desenvolvem [...] ensino ou pesquisa”, sintetiza algumas discussões. Vejamos:

B.1 Embora constasse desde as primeiras reuniões da ANPUR, as reflexões relativas ao ensino de Planejamento Urbano e Regional – PUR passou a ser abordado de forma mais estrutural apenas em 2002, quando da Instituição do Seminários sobre Pesquisa e Ensino em PUR – SEPEPUR, em 2002.

Esses Seminários, realizados em anos intercalados em relação aos Encontros Nacionais – ENANPUR contam com a presença dos coordenadores e representantes de todos os Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa filiados e associados, de muitos de seus professores e estudantes, de representantes das agências públicas do Sistema Nacional de Educação e do Sistema Nacional de Pesquisa, procurando consolidar o amplo esforço reflexivo da ANPUR.

B.2 A manutenção da “pesquisa” em destaque em ambos os textos denota a centralidade que essa atividade sempre.

Isso condiz em parte com o diagnóstico feito por Durham (1998) quando afirmou que “entre nós, a demanda social pela criação de universidades é, na verdade, uma demanda por ensino superior e não por instituições que associem ensino e pesquisa” (pp.35).

A autora detectava que no final do século passado no Brasil, “Não só a colaboração com a indústria tem sido, muitas vezes, estigmatizada, como, com poucas exceções, não existe empenho sistemático em associar a pesquisa científica às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país e da região”. Para ela, no entanto “as ciências sociais são as que talvez tenham desenvolvido esta relação de modo mais consistente”. E reforça: “A sociedade, de forma geral, não tem uma compreensão adequada da importância da pesquisa”, insistindo para o fato que “torna-se cada vez mais difícil sustentar o desenvolvimento da pesquisa nas universidades se o seu interesse social e econômico não for sistematicamente levado em consideração e se ele não estiver associado a uma ampliação de vagas na graduação”. (idem, pp. 35-37).

Cabe lembrar que à época a Universidade enfrentava o dilema do enfrentamento do financiamento federal e frente ao incentivo a abertura de novas universidades privadas, cujos números cresceram enormemente nas gestões de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1996-

2002) na Presidência da República²⁰. Tratava-se, pois, também de marcar posição quanto a importância da Universidade pública.

B.3 A diferenciação entre “ensino” e “formação de recursos humanos”, haja vista que, embora se encontrasse um certo consenso sobre a necessidade da formação em PUR ser voltada para a prática profissional, por meio de ocupação de cargos nos setores público e privado, existe, por outro lado, uma gama de diretores da ANPUR que privilegia a formação crítica e muitas vezes menos imediatista no sentido de ocupar posições na estrutura profissional existente, abrindo possibilidades de uma atuação mais *insurgente*²¹.

Tal discussão, inclusive, explicaria, ainda que parcialmente, a inexistência, ou praticamente sua irrelevância em termos numéricos, de cursos de graduação em PUR, como veremos em mais profundidade, no **Capítulo III**.

C. A adoção da expressão “nas áreas de estudos urbanos, estudos regionais ou planejamento urbano e regional” em detrimento à que dizia “atividades no campo do planejamento urbano e regional” expressa uma das principais características da ANPUR, e sua dificuldade em contornar sua abrangência, tópico trabalhado no **Capítulo IV** desta tese.

D. Por fim, a supressão da expressão *em nível de pós-graduação* que qualifica e toda a questão de uma formação de graduação ou pós em PUR, pois há pouquíssimos cursos em PUR no nível de graduação.

E sobre a Extensão: Para além dos Encontros Nacionais, a ANPUR realiza, a cada dois anos, os Seminários Nacionais de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais – SEPEPUR. Em 2022, a iniciativa incorporou “Extensão” em seu enunciado: Seminário de Avaliação do Ensino, Pesquisa & Extensão em Estudos Urbanos e Regionais.

I.1.2 COMPOSIÇÃO, PODERES, E AUTONOMIA ACADÊMICA

Atualmente a ANPUR é composta por sua Assembleia Geral, uma Diretoria e um Conselho Fiscal. A diretoria inclui a Presidência, Secretaria Executiva, a Secretaria Adjunta e quatro Diretores, que representam a sua diversidade disciplinar e regional. Além deles, há o Conselho Fiscal e o Conselho Fiscal Suplente, com três membros cada.

Mas a ANPUR começou com uma diretoria menor, que foi se ampliando, seguindo o movimento de ampliação do número de filiados, diversificação das atribuições, e um maior volume orçamentário. Da formação inicial (1984), com um Presidente, um Secretário Executivo, e quatro ou às vezes três Diretores, totalizando seis membros da Diretoria, passou-se, a partir de 1989, a contar também com o Conselho Fiscal (três membros), estrutura que se manteve

²⁰ Este tema foi amplamente estudado pela Academia. Vide, entre outros, Martins (2007) e Hey (2009).

²¹ Isso será mais bem trabalhado nos capítulos adiante.

até 2003, quando foi criado o cargo de Secretário Adjunto. Finalmente, em 2009, houve a adição dos cargos do Conselheiro Fiscal Suplente (mais três cargos), quando então a Diretoria da ANPUR passa a contar com um total de treze membros diretores. Esse movimento pode ser acompanhado na mesma **Tabela 1- Gestões ANPUR**.

A Associação não tem uma base fixa permanente, mas ganha o endereço das instituições que sediam a Presidência e a Secretaria Executiva, sendo nos seus primeiros três anos, sediada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/ UFRJ.

No que tange o controle financeiro da Associação, desde 1989 ajustes de formas e regras para a prestação de contas pelo Conselho Fiscal perante os demais membros diretores foram sendo inseridas. Mas até 1991, a ANPUR não dispunha de conta própria, sendo uma conta nominal em nome do Presidente da Associação, lidando-se à época com cruzados novos, OTN, BTN e cruzeiros.

A Assembleia Geral, órgão soberano, é constituída de um representante de cada “entidade associada”, responsável pela eleição do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor, e por estabelecer as linhas gerais de atuação da ANPUR, aprovar a filiação de novas entidades; examinar e manifestar-se sobre os programas formulados pelo Conselho Diretor, supervisionar a execução dos programas e orçamentos; promover e apoiar a Criação de grupos de trabalho, entre outras atribuições.

O mandato da Diretora é de dois anos, embora a gestão eleita em 1986 (1986-1988) tenha tido seu mandato estendido até o ano de 1989. Ficou estabelecido pela Assembleia daquele ano a data de vinte e dois de junho de mil novecentos e oitenta e nove para a posse da nova Diretoria eleita. As demais eleições ocorreriam sempre no último dia do Encontro Nacional da Associação, que ocorrem em geral em meados do ano, a cada dois anos.

Os trechos acima descritos são transcritos a seguir, conforme encontrados no seu Estatuto (2018):

[...]

Parágrafo 14 - A Assembleia Geral, órgão soberano, é constituída de um representante de cada entidade associada, reunindo-se, ordinariamente, no mínimo, uma vez por ano. [...]

Parágrafo 29 - As reuniões extraordinárias da Assembleia Geral são convocadas pelo Conselho Diretor, ou por dois terços (2/3) das entidades associadas. [...]

Parágrafo 39 - O Conselho Diretor é composto de um Presidente, um Secretário Executivo e três Diretores, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 29. [...]

O Presidente, o Secretário-Executivo e, pelo menos, um dos três Diretores são escolhidos dentre os representantes de programas ou cursos de pós-graduação *strito- senso*.

[...]

Compete a Assembleia Geral:

- a) estabelecer as linhas gerais de atuação da ANPUR;
- b) examinar e manifestar-se sobre os programas formulados pelo Conselho Diretor;
- c) eleger os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;
- d) aprovar a filiação de novas entidades;
- e) modificar os estatutos;
- f) aprovar o relatório anual do Conselho Diretor;
- g) aprovar as contas da ANPUR, mediante parecer do Conselho Fiscal e,
- h) convocar, por solicitação de dois terços (2/3) de seus membros, reunião extraordinária do Conselho Diretor.

Pelo Estatuto atual, o Presidente, o Secretário-Executivo e, pelo menos, um dos três Diretores são escolhidos apenas dentre os representantes de programas ou cursos de pós-graduação *strito senso* (programas “associados” à ANPUR), diferenciação que foi inserida quando as categorias de membro “associado” e membro “filiado” ficaram mais bem definidas, estabelecendo-se uma hierarquia clara entre.

Conforme parágrafo primeiro do artigo primeiro da Ata de Fundação (1983), poderiam se filiar à ANPUR entidades que produzissem conhecimentos de forma sistemática e permanente, sobre o espaço urbano e regional, a níveis de análise e projeto.

O artigo 15 da mesma Ata dizia que, para filiação à ANPUR, seria exigida a apresentação de, pelo menos, cinco entidades associadas. Os casos omissos seriam decididos pelo Conselho Diretor, cabendo recurso à Assembleia Geral.

Segundo o membro do Conselho Provisório da ANPUR, Lucio Grinover, na Assembleia Geral especificamente convocada, em 15 de agosto de 1984²², foram realizadas alterações em alguns artigos dos Estatutos, particularmente no artigo 4, que tratava da filiação à ANPUR. (GRINOVER, 2015).

Em 1989 propôs-se que a documentação que acompanha a postulação de filiação ou associação fosse colocada à disposição dos delegados antes da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral, para exame prévio me que as cartas de apresentação exigidas pelo Estatuto incluíssem uma indicação justificada da Instituição que apresenta a respeito da qualidade em que o novo membro deveria ser incorporado – se filiado ou associado.

Pedidos de Filiação ou Associação seriam feitos mediante apresentação do interessado por 03 (três) membros da Associação, tendo o pleito que ser encaminhado pela Diretoria à Assembleia, que deveria aprová-lo.

²² Ata não encontrada no site da ANPUR.

Membros filiados teriam 3 delegados na Assembleia Geral e a possibilidade de apresentar candidatos à Presidência e Secretaria Executiva e pelo menos um dos três Diretores, enquanto associados teriam apenas 1 delegado e poderiam no máximo eleger 2 Diretores, com exclusão do Presidente e Secretário - Executivo²³. (ANPUR, ATA 1989).

Três décadas depois, o Estatuto da ANPUR de 2012 (artigo 4º) definia a divisão dos membros das duas categorias (I. Filiados e II. Associados) da seguinte forma:

Na qualidade de *Filiados*, poderiam integrar a ANPUR programas e entidades que promovessem ensino de pós-graduação *strictu-sensu* e pesquisa nas áreas de estudos urbanos, estudos regionais ou planejamento urbano e regional, no âmbito de instituições de ensino superior.

Na qualidade de *Associados*, integrariam a ANPUR programas e entidades que desenvolvessem atividades de ensino de pós-graduação ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais.

Não houve mudança na sua estrutura de poder, embora conste a hierarquia entre associados e filiado. A preocupação recorrente para aceite ou não de determinada instituição nos quadros da ANPUR tem como argumento principal a manutenção da autonomia da Associação, estritamente condicionada à “autonomia universitária” dentro do contexto do Ensino Superior no Brasil.

Segundo Durham (1998), que participou ativamente das discussões sobre a “reforma universitária” dos anos 1990²⁴, a autonomia é concebida como a capacidade de autogestão e de autorregulamentação das atividades de ensino, pesquisa e extensão por parte de uma comunidade acadêmica caracterizada por possuir um corpo docente de alta competência e qualificação, profissionalmente comprometido com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

A autonomia administrativa e financeira, nesta perspectiva, decorre necessariamente e são instrumentos de efetivação da autonomia didático-científica. São esses ideais e pressupostos que têm marcado toda a legislação e todo o debate público sobre as universidades no Brasil. - de controle ideológico promovido pelos governos militares, que provocou o êxodo de muitos de nossos cientistas mais ilustres e destruiu alguns dos mais promissores centros de investigação.

A análise da situação brasileira revela claramente que, se hoje já se garantiu plena liberdade acadêmica às universidades públicas, o mesmo não ocorreu com as particulares. Numa interpretação equivocada dos objetivos da autonomia, as mantenedoras privadas a têm,

²³ Regulamento também não encontrado no site da ANPUR, sabendo-se apenas que o capítulo III, art. 42, esclarece a diferença de natureza entre associados e filiados, e que o capítulo IV, art. 52, parágrafos 22, 32 e 42 esclarecem a diferença entre direitos e deveres dos filiados. (ANPUR, ATA 1989).

²⁴ Vide HEY (2009).

frequentemente, interpretado como liberdade de atuação no mercado de serviços educacionais. A autonomia é vista exclusivamente da perspectiva administrativa e financeira e passa a ser atributo da mantenedora e não da universidade. Professores são contratados ou despedidos em função de interesses puramente **comerciais** ou de controle político sobre o corpo docente.

Os cursos e seus conteúdos são determinados exclusivamente por interesses financeiros. O empenho na manutenção de uma clientela pagante influi nos critérios de aprovação e diplomação dos alunos.

Nestas condições, a autonomia da universidade é seriamente ameaçada pelo controle das mantenedoras. Mais do que isto, a universidade se afasta dos ideais acadêmicos de promoção da excelência no ensino e na pesquisa, aos quais a autonomia deveria estar subordinada. No setor público acontece o inverso.

Embora esteja assegurada a liberdade acadêmica, a ausência de autonomia administrativa e financeira e o controle burocrático externo que esta ausência implica, impedem que a organização da universidade seja adequada de modo pleno às exigências do ensino e da pesquisa.

O objetivo primeiro da política educacional para o ensino superior consiste em assegurar autonomia plena para todas as universidades, sejam elas públicas ou privadas. A autonomia, entretanto, tem limites. Isto costuma ser reconhecido na expressão de que autonomia não é soberania.

Os limites legítimos da autonomia residem nos interesses e nas demandas da sociedade abrangente a qual, quer diretamente, através do pagamento de mensalidades, quer indiretamente, através de impostos, financia a universidade.

O ideal da autonomia acadêmica pode, efetivamente, nas instituições públicas, entrar em contradição com os interesses sociais mais amplos quando se associa ao corporativismo.

É possível, e frequentemente ocorre, que os interesses dos docentes em termos de salário, de prestígio, de condições de trabalho e, inclusive, de desenvolvimento intelectual pessoal, se dissociem das demandas sociais por formação profissional competitiva em termos do mercado de trabalho, por contribuição direta da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social, por retorno econômico dos investimentos realizados com educação e, principalmente, por acesso generalizado aos benefícios que o ensino superior pode oferecer.

Existe também o perigo de um patrulhamento ideológico interno, o qual é tão prejudicial quanto o controle externo das posturas políticas. É por esta razão que a autonomia nunca é absoluta, mas apenas se realiza no jogo complexo de interesses que envolvem, de um lado, demandas sociais específicas ou difusas, mediadas por agentes políticos ou pelas forças do mercado e, de outro, a visão da comunidade acadêmica sobre o ensino e a pesquisa e suas reivindicações propriamente corporativas, mais ou menos legítimas.

I.1.3 OUTRAS REVISÕES DOS ESTATUTOS

Alguns outros aspectos pontuais, em especial sobre a organização interna merecem, por fim, uma rápida consideração.

No que diz respeito ao processo de votação nas Assembleias, que também precisou ser aprimorado. Em 1991, diante da dificuldade de garantir passagem aérea para todos os representantes.

Pelo § 22 do Art. 52 do Estatuto da ANPUR de 1984, a "representação na Assembleia Geral far-se-á na proporção de três (3) representantes por membro filiado e um (1) representante por membro associado". (ANPUR, ATA 1991: 2).

Tendo as alternativas de votação que implicavam em a) votação por bancada, b) votos por procuração e c) votação apenas pelos legados dos membros filiados presentes a Assembleia, votou-se pela alternativa "c".

Carlos Vainer IPPUR/UFRJ assumindo o protagonismo da discussão e instando aos presentes a reafirmação da "autonomia do voto de cada delegado". (IDEM: 3).

Em seguida foi colocada em votação a inclusão no quarto de um novo parágrafo: "*os membros filiados ou associados que não se fizerem representar em três assembleias gerais consecutivas serão passíveis de exclusividade*", sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Com relação ao artigo sétimo, referente. às atribuições da diretoria foram aprovados seguintes adendos:

"e) promover e apoiar a criação e funcionamento de grupos temáticos, redes e outras formas de aglutinação que dinamizem o intercâmbio científico;

h) estabelecer valor e forma de pagamento por: inscrição em eventos promovidos pela Associação, publicações e serviços prestados pela ANPUR, etc.;

i) submeter à Assembleia Geral forma e valor das contribuições fixas dos membros institucionais".

Os dois primeiros adendos foram aprovados por unanimidade e o último recebeu um voto contrário.

A respeito da proposta de criação do tesoureiro ficou acertado que deverá ser apreciada na próxima assembleia.

O Secretário-Executivo da ANPUR, como porta-voz da Diretoria, propôs mudança do parágrafo 22 do artigo 42 do Estatuto, mudança está vinculada ao caráter dos associados.

A proposta da Diretoria é que a autonomia dos filiados e associados foi discutida em 1993. Deve ser um critério apreciado no pedido de ingresso na ANPUR. A Diretoria propõe

ainda que se crie uma terceira categoria de associados, os membros individuais. A redação do artigo 42 ficaria assim modificado:

Art. 42 - Os membros da ANPUR serão admitidos segundo três categorias: filiados, associados e individuais.

§ 12 - Conserva-se redação original.

§ 22 - Poderão integrar a ANPUR, na qualidade de associados, programas e entidades que desenvolvem autonomamente atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais.

§ 32 - Conserva-se a redação individuais serão admitidos, mediante aprovação da Diretoria, após apresentação de filiado ou associado que comprove sua atuação na área de pesquisa e/ou pós-graduação no campo dos estudos urbanos e regionais e o pagamento de uma taxa anual. (ANPUR, ATA 1995).

A discussão foi aberta pelo Presidente, Vainer (IPPUR/UFRJ) tomado a palavra. Coloca que não se sente preparado para uma discussão de mudanças de estatutos e propõe que a próxima diretoria prepare este debate para a Assembleia do V Encontro, em 1993. Diz ainda que mudanças estatutárias deveriam ser enviadas aos centros filiados e associados pelo menos com 2 meses de antecedência.

Regina Pacheco (FGV/SP) retruca que a Assembleia é soberana; se qualquer proposta de mudança ficar sujeita à apresentação com 2 meses de antecedência, nunca se conseguira mudar nada.

Martim Smolka (IPPUR/RJ) por sua vez comenta que IPPUR reuniu-se inúmeras vezes e esta questão não foi sequer ventilada. Segundo ele, ou a associação se prepara antes, ou a Assembleia não fica séria. Os delegados vêm com a posição da instituição. O Prof. Milton Santos Filho da razão ao IPPUR, mas ressalva que nunca se preparou dias antes e que esperar 2 anos para introduzir modificações nos Estatutos é tempo demais. Propõe que as modificações estatutárias propostas pela Diretoria sejam votadas.

Yvonne Mautner (NERU) comenta que a questão da FEE também era delicada e nem por isso deixou de ser votada. Acha que a Assembleia é soberana.

Suely Schiffer (FAU-USP) manifesta-se também a favor da total soberania da Assembleia. Pede, entretanto, que os delegados, logo no começo do encontro, recebam pauta da Assembleia, Estatutos e demais informações que os permitam inteirar-se com algumas horas de antecedência sobre o material a ser votado, possibilitando-lhes inclusive a chance de discussões prévias, durante o Encontro.

Tomada nota de reivindicações do delegado da FAU-USP e verificado o *quorum*, entra em votação a seguinte questão de ordem: a Assembleia deseja retirar de pauta a mudança estatutária, dado que não foi preparado e entregue aos centros previamente? A Assembleia decide votar pela manutenção na pauta do item 5, por 15 votos a favor e 14 contra. O Secretário-Executivo repete então a proposta da Diretoria, propondo a votação por destaque.

É colocada em votação a mudança introduzida no § 22, art. 42, que diz respeito a autonomia. Votam a favor 10 delegados; contra 2 e 12 abstenções. Pelo art. 14 das Disposições Gerais, a mudança estatutária não foi aprovada, já que não obteve 2/3 dos votos dos representantes dos membros da ANPUR. Em seguida é colocado em votação o novo parágrafo 42 do Art. 42, relativo a sócios individuais.

Encaminhada a discussão, o Prof. Vainer coloca uma restrição: não poderá postular ser membro individual pessoa que desenvolva seus trabalhos em instituição já membro da ANPUR. Smolka considera a proposta contraditória: o membro individual paga e os outros, pertencentes a instituições filiadas e associadas, não pagam? Além disso, não existe nada impeditivo para que um profissional participe da ANPUR, mesmo não sendo membro de instituição filiada ou associada. Além disso, o sócio individual não deve ter direito a voto. O Prof. Rubem (FGV-SP) coloca em princípio não ser contra a associação individual. Mas vê, no caso da ANPUR, problemas de equidade e a longo prazo, problemas políticos. Colocada em votação a proposta de sócios individuais, computaram-se 13 votos a favor, 3 contra e 10 abstenções. Não tendo alcançado a votação mínima de 2/3 requerida para modificações no Estatuto, a proposta é rejeitada.

Em 1999 houve a proposição de formação de um Conselho de representantes, deveria ser incluído nos estatutos da ANPUR. Na ocasião ficou estabelecido um Conselho Consultivo Provisório, sendo a matéria necessariamente incluída na Assembleia Geral seguinte. esse Conselho, composto de um representante de cada entidade filiada ou associada, deveria se reunir duas vezes ao ano, tendo como incumbência discutir e aconselhar a Direção da ANPUR, continuando as decisões a serem "de exclusiva responsabilidade da Diretoria".

A proposta foi aceita pela Assembléia e a nova Diretoria deverá implementá-la imediatamente após o início de sua gestão, cabendo à primeira reunião a tarefa de propor uma forma estatutária para o funcionamento do Conselho.

Em 2003 Maria Flora Gonçalves (UNICAMP) comenta a necessidade de se tomar posição em relação ao pagamento da anuidade. Manifesta-se também pela mudança de estatuto da ANPUR, para um estatuto bem enxuto, além da elaboração de um Regimento Interno da associação.

A ANPUR cresce e necessita normas. Propôs um período de transição de 4 meses, após a eleição de cada nova diretoria, a ser colocado no regimento. Comenta também a proposta de formação do Conselho Consultivo, resolvido na Assembleia do IX ENA, se deve ou não ser incorporado ao estatuto.

Na mesma Assembleia, ainda sobre os estatutos, propunha-se mudanças envolvendo:

- Período de transição entre diretorias;
- Composição da nova diretoria: inclusão da secretaria adjunta;
- Sobre a necessidade de moradia na mesma cidade do presidente e do secretário executivo;

- Anuidades, inadimplência;
- Instâncias intermediárias, como Conselho Consultivo e Fórum de Coordenadores;
- Condições de voto e de exclusão de programas filiados e associados

Em 2005 a proposta de Revisão dos consistia incorporar “mudanças já em curso e estabelecendo direitos, deveres e condições de participação dos associados e filiados, conforme deliberação da Assembleia de 2003, para apresentação à Assembleia durante o XI ENA.

Houve verificação de quórum para discussão do estatuto. Feito isso, foi apreciada a proposta de criação de duas novas diretorias (formalização da secretaria-adjunta, existente desde 2001 e criação de uma nova diretoria), apresentada pelo prof. Carlos Vainer, considerando que o número de filiados da ANPUR passou de 5, no momento de sua criação, em 1983, para 52 entidades no presente momento. Assim sendo, a ANPUR passa de 5 para 7 membros na diretoria. A redação do artigo 50 § 30 fica então modificada para "A diretoria é composta por um Presidente, um secretário executivo, um secretário adjunto e quatro diretores, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, observado o disposto no § único do artigo 20". Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos delegados.

Em 2007 houve nova composição da diretoria (artigo 50 § 30) e em 2009 a Reforma do Estatuto tinha como objetivo apenas “adequá-lo às Leis 10.406 (2002) e 11.127 (2005)²⁵. (ANPUR, ATA 2007).

Em 2011, em virtude da morte da então Presidente da ANPUR, Ana Clara Torres Ribeiro, nova mudança foi introduzida no estatuto apenas para deixar mais claro o movimento sucessório.

Em 2013, foram informadas, pela presidente, Prof.a Ester Limonad as mudanças institucionais alcançadas no período, conforme segue:

- a) Mudanças no Estatuto conforme as exigências jurídicas legais:
- divisão de tarefas entre o secretário-executivo e adjunto;
 - interstício de dois meses entre a eleição da nova gestão e a posse da nova diretoria, que deve se dar em 1º de agosto de 2013, conforme exigências do setor jurídico do Banco do Brasil (artigo 19 do estatuto ora em vigor)

²⁵ Este item foi objeto da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 29 de maio de 2009, anterior a esta e que aprovou a nova versão do Estatuto da ANPUR.

I.2 PROPOSTAS, ATIVIDADES...EXPECTATIVAS E REALIDADES

Nos seus primeiros 30 anos de Associação, o Estatuto e a organização da ANPUR sofreram poucas inflexões em seu conteúdo. No entanto, a aparente estabilidade estatutária, para além do afinamento lexical perseguido, esconde diferenças relevantes sobre o que cada um dos membros participantes de suas diretorias pensa ou deseja como finalidade ou como “vocação” para a Associação, quem, ou quais programas estariam “aptos” a compor seu conjunto de representados.

Além de recontar um pouco da história vivida pela Associação nos seus primeiros 30 anos, alguns aspectos puderam ser pinçados nas Atas de Assembleia, alguns em momentos decisórios sobre os rumos da Associação, tornando essas peças interessantes documentos para adentrar para além da antessala, nos bastidores²⁶ das negociações e dos conflitos aparentemente bem resolvidos nos textos normativos.

Na Ata da Assembleia de 1983, de fundação da Associação, constam os primeiros desígnios para a ANPUR, mas não constam nelas as discussões ocorridas. Assim, seus aspectos principais foram sistematizados no item anterior.

A Ata da Assembleia Geral de 1984 apenas altera a chapa provisória, dando posse à Diretoria que assumiria o Biênio de 1984-1986. A Ata da Assembleia de 1986, assim como a de 1987 (que prorrogou o mandato por mais um ano, ficando sempre em ano ímpar, não foram encontradas nos arquivos digitais disponibilizados pela ANPUR em seu sítio eletrônico, tampouco foram localizadas no seu acervo físico da ANPUR, desde 2007 sediado em uma sala na Universidade Federal do Pará – UFPA.

Assim, a Ata da Assembleia de 1989 pode ser considerada a primeira a registrar de fato as atividades e discussões que tomaram lugar naquele momento. Priorizando para estudo as Assembleias nas quais houve eleição de Diretoria, além da ata de 1989, conseguimos encontrar, em formato digital ou em papel, as Atas dos anos 1991, 1993, 1995, 1999, 2007, 2009, 2011, 2013, totalizando nove Atas sistematizadas.

Todas essas trazem como Pontos de Pauta em geral, além da eleição da nova Diretoria, os seguintes tópicos, não necessariamente na mesma ordem:

- I. Prestação de Contas da Diretoria;
- II. Balanço das atividades desenvolvidas pela gestão
 - a) atuação junto às agências de fomento à pós-graduação
 - b) relações com associações congêneres

²⁶ Que foram em arte confrontadas com entrevistas realizadas (entre os anos de 2016-2023) com alguns dos Presidentes da ANPUR.

- c) cooperação internacional
 - d) política de informação com:
 - i. criação de uma revista da ANPUR
 - ii. boletim da ANPUR
 - iii. edição de catálogo de teses e dos programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional
 - iv. apoio a grupos de trabalho permanentes
 - e) promoção de eventos
 - f) outros
- III. Deliberação sobre solicitações de novos membros (de filiação ou associação)
 - IV. Deliberação sobre dos proximos Encontros Nacionais da ANPUR;
 - V. Diretrizes de trabalho para a próxima gestão;

Na Assembleia Geral de 1989, o então Presidente Martin Smolka, discorrendo sobre as atividades desenvolvidas em sua gestão, asseverou terem sido realizadas todas aquelas previstas no plano de trabalho aprovado na Assembleia Geral anterior, a exceção do Encontro sobre Pesquisa na Área de Planejamento Urbano e Regional.

Contudo, o Presidente da ANPUR destacava a realização do Simpósio "Por uma Política Científica e Tecnológica para o Planejamento Urbano e Regional", que não constava da programação original, e que teria permitido importante avanço na discussão da comunidade, suprimindo, em parte, a não realização do evento sobre pesquisa.

Destacou ainda a importância da presença da ANPUR em diferentes fóruns onde se discute e decide a política científica tecnológica do país, bem como junto às agências de fomento à pós-graduação em planejamento urbano e regional: SBPC, CAPES, CNPq. Por fim, reforçou igualmente o avanço da cooperação entre ANPUR e associações congêneres tais como a ABEP, ANPOCS, ANTAC, ANPEC.

Desde 1989, algumas atividades foram sendo definidas como de caráter permanente, entre elas: a edição de um catálogo geral dos cursos e programas de pós-graduação em planejamento urbano e regional (inicialmente proposto como um estudo "*follow up*" dos programas); a edição anual de um catálogo de teses; a criação de uma revista da ANPUR; a regularidade e a ampliação da lista de assinantes do Boletim da ANPUR, e o apoio a grupos de trabalho permanentes - "a" a "d" dos Pontos de Pauta, distinguindo essas daquelas envolvendo a realização de eventos, encontros, seminários etc - alíneas "e" e "f".

Em 1991 os delegados representantes do IPPUR/UFRJ propuseram à nova Diretoria, que seria encabeçada por Milton Santos e Maria Adélia Aparecida de Souza, importantes

nomes do Departamento de Geografia da USP²⁷, reconhecidos no Brasil e internacionalmente, que a ANPUR deveria reorientar sua atuação, de modo a enfrentar de maneira adequada as dificuldades anuncia para os próximos anos. Fundamentalmente, deveria:

assumir de maneira mais efetiva e aberta seu papel político, engajando-se no de bate público acerca das grandes questões envolvendo nossas cidades e nossas regiões, bem como o papel e lugar da intervenção do Estado. (ANPUR, ATA 1991: 4)

Propunha, ademais, à nova Diretoria, que está deveria assumir mais plenamente o papel político de dirigente e representante da comunidade. Fosse em relação aos debates públicos a respeito de temas e questões relevantes ao planejamento e desenvolvimento urbano - regional, fosse nos confrontos concernentes às questões de política universitária, científica e tecnológica.

Tais propostas embasavam-se na percepção de um “quadro geral desfavorável à Universidade e à produção científico-acadêmica”, compartilhado por todas as áreas e associações científicas e acadêmicas, provocado pela “ofensiva neoliberal - que invoca o fracasso do planejamento racionalista-tecnocrático-centralista para tecer o elogio das forças de mercado e do estado mínimo” (ANPUR, ATA 1991: 4).

Contra tal situação, a ANPUR deveria intensificar seus esforços no sentido de “uma resistência da comunidade científico-acadêmica contra a política de desmantelamento da capacidade de brasileira de pesquisa, reflexão e formação (pós-graduação)”, concentrando seus esforços em “iniciativas e atividades que articulem e coesionem [sic] o conjunto da área de planejamento urbano e regional” (IDEM).

Almeja-se que fossem implementadas comissões, permanentes ou não, que estudariam, preparariam e divulgariam posições da comunidade sobre diferentes questões, além de conduzir uma política editorial de âmbito nacional.

Eventos e iniciativas de caráter temático ou regional, poderiam contar com a chancela da ANPUR, mas deveriam ser conduzidos pelas instituições, grupos de instituições ou coletivos de pesquisadores e professores da comunidade e nesse sentido, a “Diretoria não deveria mais consagrar-se a viabilizar e, às vezes, administrar estes eventos temáticos”. (ANPUR, ATA 1991:5).

Ou seja, a ANPUR deveria distinguir claramente as iniciativas e atividades de natureza global, a serem conduzidas diretamente pela Direção ou sob sua coordenação, e aquelas de natureza temática, parcial ou regional, a serem promovidas pelos membros da Associação com seu apoio.

²⁷ A definição de Milton Santos como Diretor da ANPUR naquela ocasião foi encarada como estratégica na ampliação da visibilidade da Associação e de garantir sua importância e reconhecimento.

Dentre as iniciativas globais e prioritárias constavam:

- a) Constituição de uma Comissão de Ensino, encarregada de formular e apresentar uma proposta da ANPUR para o ensino na área do planejamento urbano e regional;
- b) Constituição de uma Comissão de Doutorado, encarregada de formular e apresentar uma proposta da ANPUR para o desenvolvimento de programas de doutoramento na área de planejamento urbano e regional;
- c) Constituição de uma Comissão Política Universitária, Científica e Tecnológica, encarregada de acompanhar e manifestar-se a respeito da política governamental, bem como de elaborar e apresentar uma proposta referente a área de planejamento urbano e regional;
- d) Elaboração e execução de uma avaliação global do ensino de pós-graduação na área planejamento urbano e regional, utilizando-se a metodologia de "follow-up";
- e) Edição de uma revista científica de alto nível;
- f) Edição (manutenção) do boletim informativo;
- g) Elaboração e divulgação de um catálogo das instituições de ensino e pesquisa que sejam membros da ANPUR (ANPUR, ATA 1991: 5).

Ao analisarmos o conjunto das realizações da Associação nos seus primeiro 30 anos de atuação, e aquelas que “restaram pendentes”, vemos que algumas atividades ganharam bastante corpo no decorrer dos anos, enquanto outras foram sendo deixadas para outras oportunidades e talvez tenham parcamente sido realizadas.

Um catálogo de teses da área, ou dos programas filiados à Associação seriam alguns exemplos de atividades que a ANPUR não conseguiu abraçar, embora em parte tenham sido supridos pela consolidação do UrbanData²⁸, assim como pelo surgimento dos portais acadêmicos como o Scielo e o Scopus ou mesmo com a popularização das ferramentas de busca tipo Google Scholars.

Por outro lado, a atuação da ANPUR frente aos órgãos financiadores de ensino pesquisa e extensão tem sido considerável, sem falar da importância crescente que a Revista editada pela ANPUR – RBEUR tem alcançado, da abrangência temática e quantitativa das sucessivas edições dos Encontros Anuais da ANPUR, a quantidade enorme de eventos nacionais e internacionais promovidos ou apoiados pela ANPUR.

Como vimos no subcapítulo anterior, algumas questões quanto a suas finalidades talvez tenham ficado relevadas, sobretudo no que tange a influência na sociedade (e/ou no governo), ou tenham apenas podido ser postas em prática em contexto político mais favorável a

²⁸ UrbanData-Brasil/CEM é um banco de dados bibliográfico que reúne informações publicadas, sob diferentes formatos editoriais, acerca das várias dimensões do urbano brasileiro, foi fundado pela socióloga Licia do Prado Valladares no final dos anos 1980. Ver <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/>

participação da sociedade como um todo, e da parcela acadêmica, em particular, como as gestões do PT no governo federal.

Tentaremos confrontar em que medida os desígnios da ANPUR foram postos em marcha e quais dele têm ficado relegados

Assim, pode-se questionar em que medida as finalidades da ANPUR então sendo alcançadas, ou pelo menos aquelas estabelecidas estatutariamente, frente a outras que forem sendo deixadas ao longo do processo.

Tentaremos primeiro mostrar outras finalidades e depois passar para as atividades

1.2.1 ATUAÇÃO JUNTO ÀS AGÊNCIAS DE FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO

Celso Lamparelli, em nome da chapa que assumiria a Diretoria a partir daquela ocasião (1989-1991), chamava a atenção para as dificuldades que seriam enfrentadas nos anos seguintes, quando tanto o planejamento urbano e regional, quanto a universidade e a pesquisa científica seriam alvo de ataques sistemáticos. Os primeiros anos pós-redemocratização seriam de fato dramáticos em termos de escassez de recursos para ciência e tecnologia, e do desmonte dos órgãos de pesquisa e planejamento²⁹.

Gestões Collor e Itamar

A ANPUR, desde 1989, tem estado presente nas Reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, fundado em 1948, que acontecem anualmente, em meados de julho, promovendo, isoladamente ou em parceria com outros institutos (como o Instituto de Estudos Avançados – IEA/USP³⁰) cursos, simpósios e seminários sobre assuntos relacionados à urbanização e ao desenvolvimento urbano e regional³¹.

Em 1993 a Diretoria informava ter participado de todas as reuniões do Conselho Político da SBPC para o qual o Presidente da ANPUR naquela gestão (1991-1993), Milton de Almeida Santos, havia sido eleito membro representante da Área de Ciências Humanas.

A participação nas reuniões da SBPC tornou-se atividade permanente da Diretoria da ANPUR a partir de 1995. (ANPUR, ATA 1995). Como membro da SBPC a ANPUR vem sendo representada nas reuniões ordinárias da SBPC, por pesquisadores/professores residentes nas cidades que sediam as reuniões.

²⁹ Em 1991 pela primeira vez o Brasil não realizaria seu Censo populacional decenal. O IBGE sofreu fortes cortes de gastos e de pessoal. Os recursos para pesquisa foram praticamente drenados.

³⁰ Na 41a (1989) Reunião da SBPC promoveu curso Simpósio sobre Reforma Urbana e Regional. Na 42a Reunião da SBPC (1990), a ANPUR, juntamente com o Instituto de Estudos Avançados IEA-USP, promoveu Seminário sobre Urbanização na América Latina.

³¹ Ver Tabela Eventos Promovidos ou Apoiados pela ANPUR (1989-2013).

Ainda em 1993, Martim Smolka, delegado do IPPUR/ UFRJ, propôs que a nova Diretoria da ANPUR, liderada por Wrana Maria Panizzi (PROPUR/UFRGS) e Naia Geila Innocente de Oliveira (FEE/RS), manifestasse junto à CAPES o seu descontentamento com relação à divisão das áreas relacionadas a temática urbana e regional. Carlos Martins, delegado de UNIV, reforçou a questão, apontando a necessidade de se proceder à análise e à discussão ampla sobre o assunto. Ana Fernandes, da UFBA, demonstrou preocupação quanto à falta de respeito da CAPES, quanto ao processo de escolha dos consultores da Área.

A questão da representação nos Comitês de Área da CAPES passou a ser preocupação recorrente da ANPUR.

Gestão FHC 1996 – 2002

Em 1997 sugeriu-se a realização de uma oficina afim de avaliar a situação da representação institucional da área de Arquitetura e Urbanismo da CAPES, estendendo convite aos programas e às entidades nacionais com “interfaces significativas”. (ANPUR, ATA 1997).

Na Assembleia seguinte, a Diretoria preocupava-se em “articular as representações nas entidades de fomento”; e “em garantir as informações acerca das mudanças processadas no interior das agências de fomento”. Na ocasião, Carlos Vainer, do IPPUR/ UFRJ, propôs moção demonstrando o posicionamento crítico da ANPUR frente à política acadêmica, científica e tecnológica brasileira, com ênfase nas recentes mudanças e procedimentos adotados pela CAPES e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. (ANPUR, ATA 1995).

Como veremos adiante, a elaboração de moções, além da representação institucional em comissões de organizadas por órgãos do poder executivo ou legislativo³², tornou-se a forma mais constante de manifestação pública da ANPUR.

Na virada do milênio a ANPUR reunia a maioria dos programas de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo aprovados pela CAPES. Em novembro de 2001 a Diretoria de Avaliação da CAPES solicita à ANPUR que organize reunião de coordenadores de Programas para se discutir “uma pauta de atuação em conjunto”. Na oportunidade, a ANPUR teria ajudado não só na organização dos programas da área de Arquitetura e Urbanismo junto àquela entidade, como no processo de elaboração do Documento de Área e na elaboração do Qualis. Alguns depois, a ANPUR contribuiria ainda para a formatação do QUALIS internacional da Área de Economia.

Além disso, a ANPUR indicou representantes de Área de Planejamento Urbano e Área de Arquitetura e Urbanismo no CNPq, a partir de consulta entre Pesquisadores Produtividade

³² Por exemplo, em 2008 Representação da ANPUR na Mesa Redonda sobre Planos Diretores e exequibilidade legal, realizado na Câmara dos Deputados, pelo Deputado Federal Zezéu (PT).

níveis 1 e 2A, que deveriam indicar cinco nomes, sendo enviada lista com os três mais votados e indicação da ANPUR como Associação Científica. (ANPUR, ATA 2003).

A partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores no governo federal, o Brasil encontrou contexto mais favorável na ciência tecnologia e educa o superior³³.

2003-2016 – Lula e Dilma

A partir de 2004 a ANPUR foi ampliado o diálogo com o CNPq³⁴, indicando a ANPUR em sucessivos anos (2004 a 2011 pelo menos), entre os pesquisadores PQ-1 e 2 do CNPq pertencentes a programas filiados ou associados, e após consulta a esses, nomes para atuarem como representantes das Áreas de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional e Demografia, Geografia Humana e Geografia Física e para seus respectivos Comitês de Assessoramento (de Arquitetura e Urbanismo, Demografia, Planejamento Urbano e Regional e Geografia), ampliando (em 2006) sua influência, ainda que pontual, também na indicação de nomes para o Comitê de Assessoramento da Área de Turismo.

Em 2003 houve a criação do Ministério das Cidades, uma das primeiras medidas do novo governo, fruto de ampla manifestação de diversos setores da sociedade civil. Assim, umas das primeiras medidas, ainda em 2003, foi o convite para ANPUR integrar o Comitê Coordenador do Projeto FINEP HABITARE³⁵. (ANPUR, ATA 2005).

Traz a Ata de 2007 que a ANPUR teria participado em 2006 do julgamento do Edital MCT/MCidades/CNPq no 060/2005 - Seleção Pública de Propostas para Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana/ Apoio a Elaboração de Planos Diretores Participativos - Comitê de avaliação dos projetos, e no mesmo ano, do Edital Habitare e do Edital PROEXT MEC/MCIDADES 01/2006 (Extensão Universitária). (ANPUR, ATA 2007).

Em 2008 a ANPUR participou da Comissão de Associações Científicas que entregou Carta ao CNPq denunciando a situação desigual de distribuição das Bolsas de Produtividade em Pesquisa Distorções. Nela, mostrava-se que a Grande Área de Humanidades, embora concentrasse número maior de pesquisadores, tanto no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, quanto nos Programas de Pós-Graduação, recebia apenas 22% das bolsas existentes.

Pleito antigo da ANPUR, de formação de um CT Cidades na CAPES, que atenderia os anseios de maiores investimentos em ciência e tecnologia para a Área de Humanidades, foi aprovado por unanimidade e com aclamação na Assembleia de 2009³⁶. (ANPUR, ATA 2009).

³³ Vide documentos de avaliação da CAPES.

³⁴ Em 2011 o CNPq solicitou à Presidência da ANPUR que indicasse representantes ao "Prêmio Jovem Cientista — categoria Sênior". (ANPUR, ATA 2011).

³⁵ Ver: [//www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/habitare](http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/habitare)

³⁶ Ocorreu a organização em duas Áreas AUD e PUR, mas um CT Cidades não chegou a ser criado.

Na mesma época foram iniciadas tratativas para formalização do Convênio — IPEA-ANPUR que permitiria acesso ao Programa de Bolsas de Mestrado que disponibilizaria 20 bolsas a serem alocadas aos programas filiados e associados à ANPUR, que comporia a Comissão Seletiva da ANPUR.

Por solicitação da SBPC, em 2005, foram indicados nomes para compor as Comissões Temáticas ligadas à Amazônia e Política Tecnológica. (ANPUR, ATA 2005).

Em continuidade foram propostas duas novas atividades no X ENA: uma mesa redonda com a participação da nova direção dos órgãos de fomento para apresentação dos resultados do Workshop e uma mesa redonda para um balanço da produção científica da comunidade da ANPUR. (ANPUR, ATA 2005).

1.2.2 RELAÇÃO COM ASSOCIAÇÕES CONGÊNERES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Assim como já estava na Ata de Fundação (1983): “Promover reuniões científicas e participar de eventos, objetivando o intercâmbio de informações entre seus associados e os de associações similares brasileiras, estrangeiras ou internacionais.”

Ao final de sua gestão (1989-1991), Lamparelli afirmava ter encampado “ampla articulação para a votação do representante da área no CNPq”, tendo ainda angariado “participação em grupos das Associações de Pós-Graduação, que culminou com o Fórum Nacional das Associações de Pós-Graduação em maio de 1991”. (ANPUR, ATA 1991: 3).

Reunindo representantes da ANPOCS, ANPEC, ANTAC, ABEP, ANPAD, ANPET e ABRASCO, o Fórum discute a Política de Ciência e Tecnologia na área³⁷.

Além desta iniciativa, que Carlos Vainer, na Assembleia de 1991 definiu como “o Fórum das Associações, montado pela ANPUR” pouco costa em ata sobre relações com as correlatas nacionais que assim demonstrou ser a visão geral. (IDEM: 3).

Em 1993 Ana Fernandes já sugeria a revisão do Estatuto da ANPUR para contemplar redes de pesquisa de apoio interinstitucional. Na Assembleia daquele ano constam iniciativas de articulação interinstitucional para formação de redes de pesquisa e cursos de pós-graduação e intercâmbio de professores e alunos dos diferentes centros, que permanece como “projeto” na Assembleia seguinte, de articulação, cooperação e intercâmbio com associações brasileiras afins, “visando envolver várias instituições, respeitando as orientações definidas pela Coordenação e pelos coordenadores das diferentes vertentes” (ANPUR, ATA, 1993).

Em 2003 houve estabelecimento de uma política de colaboração com a Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ANTAC, através de participação mútua na organização de eventos e trabalho conjunto de representação no Ministério das Cidades. E a

³⁷ ANPEC, ANTAC, ABEP, ANPAD, ANPET e ABRASCO.

realização de evento conjunto sobre o Estatuto da Cidade reunindo a ANPUR e o Conselho Nacional de Pesquisa em Direito - CONPEDI.

A iniciativa visa favorecer uma reflexão participativa sobre as principais questões que envolvem a aplicação e a produção dos efeitos esperados pela norma urbanística, tendo em vista a sua atuação nos dois órgãos como representante da UERJ, coloca-se à disposição para a realização do referido evento, ainda este ano ou no início de 2004.

Assim, a realização e eventos em conjunto parece ser a maior forma de intercâmbio entre as associações congêneres nacionais. Entre os anos 1989 e 2013 foram realizados inúmeros eventos com outras associações nacionais³⁸.

Isso em parte funciona também para as relações de cooperação internacional onde há uma profusão de eventos entre associações, principalmente as aquelas que reúnem um conjunto maior de outras associações ou programas vinculados.

A *Bartlett Internationale Summer School* – BISS³⁹ e a *Association of European Schools of Planning* - AESOP⁴⁰ foram as primeiras relações internacionais estabelecidas pela ANPUR. Em 1989, Martin Smolka, representante do IPPUR/UFRJ propôs a nova Diretoria “estretar os laços de colaboração, inclusive firmando os protocolos de cooperação e associação que se fizessem necessários”, o que foi aclamado naquela Assembleia. (ANPUR, ATA, 1989).

Muitos associados haviam apresentado trabalhos na BISS 10 (México), BISS 11 (Paris) e BISS 12 (Moscou), sendo a BISS 13 realizada em São Paulo, no prédio da FAU/USP, e contava com “previsão de vinda de 30 pesquisadores estrangeiros”, estando o próprio Martin Smolka responsável pelos contatos com os organizadores⁴¹. (IDEM).

No ano seguinte São Paulo receberia o encontro Latino-Americano promovido pelo NERU e REDES⁴².

Naquele início, segundo o então Secretário Executivo, Philip Gunn (FAU/USP), o principal instrumento de integração era o Boletim da ANPUR, onde havia espaço reservado “para relatos de eventos no exterior” (ANPUR, Ata, 1989).

Ele ressaltou a estreita colaboração com a *International Sociology Association* – ISA⁴³, com a ANPUR reproduzindo avisos de eventos e notícias da Newsletter do *Research Committee*

³⁸ Ver Tabela Eventos Promovidos ou Apoiados pela ANPUR (1989-2013). A lista de associações parceiras atuais é encontrada em: <https://anpur.org.br/institucional/relacoes-institucionais/>

³⁹ Promovida pela Bartlett School of Architecture, da University College London.

⁴⁰ <https://aesop-planning.eu/aesop/about-aesop>

⁴¹ Consultar o Boletim ANPUR n2 19.

⁴² NERU e REDES

⁴³ <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa>

21, RC-21 (*Urban and Regional Research*) e do *Research Committee* 43, RC-43 (*Housing and Built Environment*).

Em meados dos anos 1990, além da de filiação à AESOP (proposta, pelo MDU/UFPE, em 1993), havia interesse em aprofundar relações com SIAP⁴⁴ “no sentido de estabelecer meios e modos de ampliar nossas articulações em escala continental”, atividade que ficou delegada à Diretoria de então. (ANPUR, Ata, 1995).

Desde então os contatos com outras entidades internacionais ou intercontinentais foram se estreitando, tendo a ANPUR realizado 4 mesas na conferência de 1997 da ACSP (Flórida). Os temas daquele momento eram: "A crise do planejamento e os desafios do ensino", "A conferência Habitat II no contexto Latino-americano", "Planos e projetos na construção da cidade moderna" e "Impactos do NAFTA e do MERCOSUL em área de fronteira".

No mesmo ano, participou ou enviou representação institucional ao I *World Planning School Congress* (1997, China) e ao Congresso da AESOP (1997, Grécia). (ANPUR, Ata, 1997).

O início dos anos 2000 foi marcante em termos de cooperação internacional e de construção de uma política de intercâmbio latino-americana, tendo os membros do *Global Planning Education Association Network* - GPEAN participado do X Encontro Nacional da ANPUR – X ENA (2003)⁴⁵, bem como do Presidente da Red Ibero Americana de Investigadores – RedII, depois de representantes da ANPUR estarem presentes no Encontro da Red II, realizado em 2002, em Cuba. Reunião da Red Ibero Americana Globalização e Território seria realizada no Rio de Janeiro, conjuntamente com o IPPUR, em maio de 2004

O GPEAN, formado por nove associações (ANPUR, ACSP, AESOP, APERAU, ACUPP, ANZAPS, APSA, ALEUP, AAPS)⁴⁶ “tem o objetivo de desenvolver uma política de cooperação no ensino de pós-graduação em planejamento urbano e regional”. (ANPUR, Ata, 2003).

Sobre o GPEAN

As associações são representadas pelos Presidentes ou seus representantes, a partir de comitês formados para atividades específicas: desenvolvimento e manutenção do site, publicação dos DURP com os melhores artigos indicados pelas associações, organização dos Congressos Mundiais de Escolas de Planejamento - WPSC e finanças.

⁴⁴SIAP. Na continuidade o presidente do SIAP afirmou a importância da disposição da ANPUR em estreitar laços com a suas entidades e que as pessoas vinculadas a ANPUR podem ser associadas a SIAP, a partir de pagamento de uma taxa de vinte e cinco dólares, que poderá ser repartida entre as duas entidades (quarenta por cento para a ANPUR que ficaria encarregada de distribuir o boletim do SIAP e sessenta por cento para esta última).

⁴⁵ Mesa Redonda Construindo uma Agenda de Intercâmbio Internacional e Fórum de Intercâmbio Internacional.

⁴⁶ ACSP (EUA), AESOP (Europa), APERAU (Francofone), AZAPS (Austrália/Nova Zelândia), ALEUP (países da América Latina), APSA (Ásia), ACUPP (Canadá), AAPS (África).

Durante o X ENA (2003) foi oficialmente assinado o GPEAN Charter (Estatuto) e no mesmo ano a ANPUR indicou os ganhadores do I Prêmio Milton Santos da ANPUR para a publicação nos *Dialogues in Urban and Regional Planning* (DURP I), do GPEAN⁴⁷.

No XI ENA em Salvador (2005) houve reunião do II WPSC *Steering Committee*, e no próprio *II World Planning Schools Congress*, ocorrido no México, em 2006, a ANUR participou da Mesa de Abertura e da Mesa Redonda "A New Agenda for Planning and Planning Education".

Assim a participação da Anpur no GPEAN Global Planning Education Associations Network e no WPSC World Planning Schools Congress, tem sido mantido e aprofundado, com representações no Coordinating Committee (CC), no Steering Committee (SC). O Steering Committee é responsável pela organização do III WPSC⁴⁸.

Os representantes mais frequentes nas atividades do GPEAN no período foram: Maria Cristina da Silva Leme (2002, 2003), Prof. Carlos Vainer (2004, 2005, 2006), Suzana Pasternak (2002), Rainer Randolph (2003), Henri Ascerald (2004), Heloisa S. M. Costa (2004, 2005), Ana Fernandes PPG-AU/FAUFBA (2006, 2007), Roberto Monte-Mór, CEDEPLAR-UFMG (2013), Ester Limonad, POSGEO-UFF (2013).

Em relação à América latina, a Red II⁴⁹ é o parceiro mais constante, que participou de uma das mesas do II Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, Belo Horizonte, setembro de 2004⁵⁰.

Sobre a Red II

A Red Iberoamericana de Investigadores prestou homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro no evento realizado em outubro de 2012, na Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte/ MG.

Os grandes eventos no Brasil também entraram na pauta da ANPUR. Estranho que não houve nenhuma menção sobre a participação da ANPUR na EcoRio 92.

⁴⁷ Henri Acselrad, autor do artigo publicado passou a colaborar da edição do DURP II (2005). O comitê de seleção brasileiro coincidia com o júri do II Prêmio Milton Santos e Comissão Editorial da RBEUR, ambos da ANPUR.

⁴⁸ Assim, no GPEAN, a ANPUR vem participando do Coordinating Committee (2005, 2007), do International Editorial Board (DURP I, II, III e IV)⁴⁸, dos Steering Committees (2003, 2004, 2005, 2007, 2013)⁴⁸, do Track Chairs e da Comissão Científica de seleção de trabalhos⁴⁸, esses últimos três referentes ao II WPSC (realizado em 2006, no México), e no III encontro do WPSC, a saber: Albânia; Japão; Austrália; e Holanda.

⁴⁹ *Red Iberoamericana de Investigaciones sobre globalización y territorio*, ou *Red Iberoamericana de posgrados sobre políticas y estudios territoriales*.

⁵⁰ tendo participado do seu VI Encontro "Construyendo espacios para la colaboración regional" (México, 2005), entre outros. Ver tabela.

Em 2010, no *V World Urban Forum*, realizado no Rio de Janeiro/RJ, a ANPUR organizou um *Networking Event* chamado “*a critical assessment of international influences on urban policies*” e duas *mesas redondas*, uma reunindo pesquisadores, intitulada “*Bridging the Urban Transport Divide*”, e outra com Universidades, de nome “*Bridging the gap between research and action at city level - the role of Universities*”.

Outras relações internacionais: Seminário Internacional "Urbanismo 10 anos: percursos e perspectivas", realizado pelo PROURB/FAU-UFRJ — sessão de abertura: Heloisa Costa - Rio de Janeiro, setembro 2004 e **Urban Symposium** — IPEA/Banco Mundial — coordenação de mesa: Heloisa Costa - Brasília, abril 2005.

Dois eventos mostram o amplo espectro de atuação da ANPUR e ao mesmo tempo, os diferentes perfis de seus diretores.

Em 2007, por exemplo, o IPPUR/UFRJ, na figura de Carlos Vainer, ajudou a organizar, junto com Realização: IPPUR/UFRJ, IGEO/UFBA, UFRB, UNEB e UCSal, o *I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas*, ocorrido em Salvador⁵¹.

No mesmo ano, a FAUUSP, na pessoa de Nabil Bonduki, organizou o V Seminário Internacional *Latin American Real Estate Society*, LARES. Os realizadores: *CJ&N Real Estate Consulting*, Consult Soluções Patrimoniais, BRE - *Brazilian Real Estate*, EMBRAESP - Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio, Precisão - Avaliações e Perícias, Contacto - Consultores associados.

Os parceiros, diferentes do outro que foi só universidade e setores do MAB, A preocupação de Nabil com as políticas públicas

Outra importante parceria é o Seminário Cooperação Brasil – França. (2002, no Rio de Janeiro) tocada por Ana Fernandes e Maria Cristina Leme, umas das principais ancoras quando se fala no tema da Política de divulgação científica da ANPUR, tratada a seguir.

1.2.3 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Está na Ata de fundação da ANPUR (1983) a finalidade de “promover a divulgação de estudos em planejamento urbano e regional, por meio de uma revista periódica e de publicações especializadas”⁵²,

Essa preocupação aparece desde as primeiras reuniões da Assembleia Geral da ANPUR. Em 1989 Maria Cristina da Silva Leme, delegada da FAU/USP, sugeriu que se avaliasse, de

⁵¹ O evento, o tema de represas, a posição de Vainer

⁵² Reforçada no Estatuto de 2018 com a redação: “Promover a difusão científica nas suas áreas de atuação, através de suas publicações, tais como: revistas científicas, livros, anais de eventos, relatórios e outras que considerar adequadas para a essa finalidade”.

maneira global, “a circulação de informações na área de ensino e pesquisa sobre planejamento urbano e regional, e elaborasse uma política geral de informação”. (ANPUR, Ata 1989).

À ocasião, Carlos Bernardo Vainer, delegado do IPUUR/ UFRJ, já havia sugeriu a criação de Grupo de Trabalho para “realizar exame e avaliação das publicações existentes sobre a temática do planejamento e desenvolvimento urbano e regional”, e assim propor uma política global de publicação”. (Idem).

Embora uma revista da ANPUR só tenha possível vir à luz 15 anos depois da criação da Associação, e embora ainda os Boletins da ANPUR não contassem com a periodicidade, recorrência ou abrangência desejada, a ANPUR sempre foi ativa em termos de divulgação científica, e têm publicado inúmeros livros, seja a partir dos seminários que realiza, dos Prêmios⁵³ para melhores artigos, livros, teses e dissertações que promove, ou ainda na disponibilização dos Anais dos seus Encontros Nacionais bienais, ainda que as plataformas de acesso a esses últimos tenha se alterado de forma relevante ao longo dos anos.

A título de exemplo, em 1993 no seu “aniversário” de dez anos, foram editados 7 importantes livros⁵⁴, além dos Anais do IV ENA. A “confinidade das iniciativas tomadas durante a gestão 1993-1995” seria perseguida nas gestões seguintes. (ANPUR, Ata 1995).

Revista da ANPUR – a RBEUR

Em 1993 foi elaborado, por Marco Aurelio de Filgueiras Gomes (FAU/UFBA), projeto específico da Revista da ANPUR a ser encaminhado ao Programa CNPq/FINEP de apoio a editoração. A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais - RBEUR, no entanto, foi editada pela primeira vez na gestão seguinte (1995-1997), tendo o primeiro volume saído em 1999, comemorando-se então, os 15 anos de Associação⁵⁵.

Em 1999, no entanto, sua continuidade “nao estava garantida”. Tratava-se de “tentar consolidar a Revista da Associação”. (ANPUR, Ata 1999)., o que felizment para área, foi atingido e em 2003 a Revista teve finalmente seu financiamento aprovado pelo CNPq.

O v. 15 n. 1 (2013): maio traz um importante Dossiê intitulado O Campo do Planejamento Urbano e Regional, resultado do Workshop de Avaliação do Ensino e Pesquisa. Como vimos/veremos, esse Workshop deu início realização, que passou a ser bienal, dos Seminários de ensino e pesquisa – SEPEPUR e que a partir da edição passou a reunir também

⁵³ Sobre os prêmios, ver <https://anpur.org.br/eventos-e-premios/premiacoes/>

⁵⁴ 1. Reestruturação do Espago Urbano e Regional no Brasil, 2. Fim de século e Globalização, 3. Natureza e Sociedad de Hoje, 4. Globalização e Espago Latino-americano, 5. Estudos sobre o Novo Mapa do Mundo, 6. Território: Globalização Fragmentação, 7. Cidade e História: Modernização das Cidades Brasileiras" nos séculos XIX e XX. Para acesso das publicações da ANPUR: <https://anpur.org.br/livros/>

⁵⁵ Ver editorial Maria Flora Gonçalves: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/issue/view/2>

o Fórum de Editores, o Encontro de Revistas Científicas de Planejamento Urbano e Regional – ERCIPUR⁵⁶.

Na mesma edição, o editor da Revista até então, Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes, apresentou relato da sua atuação na comissão Editorial, destacando o fato da revista ter podido regularizar sua periodicidade, além de contar com o financiamento do CNPq, também com uso recursos próprios, condição que perduraria ainda por algum tempo, obtidos pela venda dos exemplares, ainda impressos⁵⁷.

Em 2004 foi elaborado o regimento Interno da RBEUR e em 2007 foi iniciado seu registro no *Scielo*, mas a disponibilização online das revistas em formato digital foi atingida apenas em 2013⁵⁸, tendo o acervo de revistas, livros e anais publicados pela ANPUR sido doados aos membros associados e filiados.

Neste ínterim, contudo, a RBEUR sofreu com a intermitência⁵⁹ de recursos, pois, embora “tenha sido apresentada solicitação de financiamento junto ao CNPq, esta não foi atendida, em virtude de a revista não apresentar as indexações nas bases exigidas pelo CNPq (*Scielo*, ISI e *Scopus*)”. (ANPUR, ATA 2011).

Para reduzir os custos de impressão e distribuição, sempre elevados, a impressão e distribuição da RBEUR passou a ser feita pela Editora Letra Capital Ltda. do Rio de Janeiro, além de convênio com os Correios e adoção do porte pago para material impresso. Para isso foi necessário adequar a revista ao padrão DIN e às normas editoriais do IBICT.

Outros diferentes ajustes foram feitos, mormente entre os anos 2011 e 2012, até que a revista pudesse ser totalmente adequada às exigências do *Scielo* e da *Redalyc* para indexação: entrou em funcionamento efetivo o sistema online de submissão de artigos e solicitação de pareceres; houve o cadastramento de todos os membros da comissão editorial e do conselho editorial no banco de consultores da RBEUR para propiciar o sistema de avaliação cega por pares; ocorreu ainda registro inserção no site dos Periódicos da CAPES; no *Latindex* (Catalogo e Diretório); e no *Cross-Ref* relativo a todas as publicações online da ANPUR.

O Conselho Editorial da RBEUR, também foi de modo a atender as exigências dos indexadores internacionais e do regulamento da revista, contemplando os seguintes critérios: excelência acadêmica, apenas um representante por programa membro ou filiado, diversidade

⁵⁶ ERCIPUR: <https://anpur.org.br/eventos-e-premios/ercipur/>

⁵⁷ Era feita verdadeira peregrinação pra divulgação da revista” Elaboração de cartões postais de divulgação de cada número (meio eletrônico e em papel), ampliação do número de assinaturas, homepage, vendas por consignação, lançamentos em eventos, negociações para distribuição via editoras universitárias” (ANPUR, Ata 2003)

⁵⁸ Disponibilização integral e gratuita no formato Open Journal System – OJS, compatível com o formato OAJ e OAI adotados pelo Scielo.

⁵⁹ O IPEA chegou a contribuir, mas não renovou o edital de financiamento para a Revista. Organização da participação da ANPUR na II CODE

de campos de conhecimento e de tipos de membros que integram a associação, distribuição regional, das diversas regiões do país.

O “contador georreferenciado” indica o sensível aumento de visibilidade da ANPUR e da RBEUR em escala nacional e mundial, em boa medida graças à esses registros e indexações, expressiva no crescimento das submissões online e das consultas aos artigos no site.

Boletim da ANPUR

Segundo o presidente da ANPUR Celso Lamparelli (1989-1991), em sua gestão, o Boletim foi editado sistematicamente do nº 14 a 19, 6 Boletins com o novo formato, incluindo artigos de conjuntura e informativos

Em 1991, o Presidente da ANPUR narra que o Boletim é importante ainda para a divulgação dos eventos, “com a divulgação do conhecimento e com a socialização dos eventos”. Até os anos 200, o Boletim era o principal meio de comunicação entre os associados, dado que “a ideia de uma revista ainda não amadureceu”. Vainer Pede que a nova Diretoria que vier a ser eleita nesta Assembleia mantenha o formato do Boletim.

Em 1993 a Diretoria afirmava que diante da impossibilidade que teve a Diretoria, durante toda a gestão (1991-1993) de editar os Boletins da ANPUR, tomou a decisão de se comunicar com os associados os filiados, através de cartas, mantendo a comunidade mobilizada e informada sobre as dificuldades que estavam sendo enfrentadas.

Aldo Paviani ressaltou a necessidade da comunicação e intercâmbio de informações entre os membros da ANPUR, propondo futura diretoria pensar na volta da publicação do Boletim da ANPUR, sugerindo para tanto, o pedido de apoio material das agendas, como por exemplo, a solicitação de Bolsa de Apoio Técnico ao CNPq.

Professor Marco Aurelio de Filgueiras Gomes, membro da Diretoria da ANPUR referiu-se a questão do Boletim, colocando como fundamental a ANPUR possuir mecanismo ágil de intercâmbio das informações; a publicação do Boletim implica, também, no envolvimento de toda a comunidade. Relatou o pequeno retorno que teve dos membros da Associação quanto ao material a ser inserido em um possível Boletim.

Professor Milton Santos falou sobre a necessidade dos membros da ANPUR pensarem as novas formas de informação possíveis para seus intercâmbios.

Para a próxima diretorias (1993-1995): Estabelecer e manter a comunicação entre os centros através de boletins. Essa comunicação deve contemplar os eventos a serem realizados, assim como as comunicações de atividades de ensino a pesquisa. Estabelecer, também, a rede eletrônica de comunicação entre os pesquisadores dos centros.

Proposta de Hélio Viana, os eventos da ANPUR ultrapassam os interesses dos associados e filiados, daí a necessidade de maior divulgação desses eventos para as pessoas

estudiosas da área. A Professora Maria Adélia Aparecida de Souza informou sobre a existência de uma mala direta da ANPIJR com cerca de 1.000 nomes, ressaltando o custo financeiro dessa divulgação. Professor Milton Santos ressaltou a pertinência da sugestão para o crescimento da ANPUR.

Proposta de Ricardo Farret sobre a retomada da ideia de elaboração da mala direta organizada pela Diretoria da ANPUR com o apoio das agências de fomento e dirigida aos membros da ANPUR. Sugere que os Diretores regionais da ANPUR façam a intermediação regional dessa mala direta.

Em 1995 Continuava como atividade a ser realizada pela próxima Diretoria (1955-1997) a regularização da periodicidade do Boletim e, atualização da lista de endereços. Ata 1997: foram relatadas as melhorias havidas no Boletim, a elaboração do vi Catálogo e da Homepage. Em 1999 ainda intentava-se “implementar novas formas de comunicação” (ANPUR, ATA 1999).

A primeira versão do site da Anpur foi criada na gestão de Maria Flora Gonçalves (Presidente), da UNICAMP, 1999-2001.

Em 2003 falava-se em manutenção da homepage e mudança de servidor, atualização das informações relativas às instituições associadas e filiadas, publicações e eventos. Inclusão de links com programas e associações nacionais e internacionais.

Prof. Norberto Olmiro Horn Filho, da UFSC, comentou desconhecer a possibilidade dos programas estabelecerem link com o site da ANPUR e sugere a normatização destes links.

E ainda intensificar a visibilidade da ANPUR e as formas de comunicação entre os 39 programas: “a homepage, a revista e os prêmios são formas fundamentais de manter a capilaridade”. (ANPUR, ATA 2003).

Em 2007 o Boletim da ANPUR já dispunha de periodicidade mensal, versão eletrônica, distribuição via e-mail e disponibilização no site da ANPUR, tendo sido iniciada campanha de recomposição do acervo de boletins impressos da ANPUR (até hoje não realizada).

Também houve atualização regular do site da ANPUR, com a inserção das novas edições dos boletins e disponibilização das RBEUR em versão para download. Divulgação regular dos eventos realizados e apoiados, além da Campanha de Vendas das RBEUR e Anais dos encontros anteriores.

A gestão que se encerrou em 2009 teve como objetivo atender a necessidade de atualização do site da Anpur, criar nova linguagem e ampliar as possibilidades de serviços na gestão da instituição. Nos últimos anos a Anpur tem experimentado crescimento, fato que pode ser observado no número de venda da Revista REBEUR, no aumento do número de participantes em seus encontros anuais e no número de instituições filiadas e associadas. As novas demandas exigiram a criação de um sítio eletrônico estruturado e mais atualizado a fim de organizar e facilitar os trabalhos de pesquisa, o acesso às publicações da Anpur, acervo de

banco de dados, armazenamento de informações de eventos em curso e a divulgação mais eficiente dos eventos. (ANPUR, ATA 2009).

Durante os anos 2009-2011, buscou-se agilizar a comunicação entre a diretoria da ANPUR e seus membros, por meio de: atualização regular da página na internet; publicação periódica de boletins informativos; consulta sobre assuntos importantes ao conjunto de membros associados e filiados e professores atuantes na ANPUR; atendimento diário da secretaria da Associação. Dentre as ações administrativas, procurou-se gerir o acervo de revistas, livros e anais publicados pela ANPUR, com vistas a comercializar o maior número possível de exemplares e disseminar essas publicações entre os programas de pós-graduação e centros de pesquisa membros da Associação; e regularizar a situação fiscal e contábil da ANPUR, que em 2009 estava em débito com as declarações periódicas enviadas à Receita Federal do Brasil.

Em 2013 A prof.a Ester Limonad informou, ainda, sobre a atualização e reestruturação do site da ANPUR e que em razão do aumento de visibilidade da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, bem como do Portal de Publicações da ANPUR, devido aos registros de indexadores virtuais (*Google* e *Google Scholar*) houve a necessidade de mudar de servidor para melhorar as condições de segurança, a velocidade de acesso, bem como de ampliar o espaço de back-up de alojamento da revista e do portal de 3 GB para 25 GB. Com isso, aquela gestão (2011-2013) buscou agilizar a comunicação entre a diretoria da ANPUR e seus membros, por meio de: atualização regular da página na internet; consulta sobre assuntos importantes ao conjunto de membros associados e filiados e professores atuantes na ANPUR; atendimento diário da secretaria da Associação.

Catálogos de teses e de programas de pós-graduação em PUR

Um catálogo da área, almejado desde a fundação da Associação, não foi iniciado na gestão de 1986, nem pode ser iniciado na gestão seguinte (1989-1991). Na Ata de 1991, a Diretoria entendeu que este seria “um problema que os centros filiados e associados deveriam resolver” (ANPUR, ATA 1991:3)

Em 1989 deu-se ao convênio firmado entre a ANPUR e o IUPERJ, sob a direção da Professora Licia Valladares para a implantação do UrbanData. À época sem outras fontes de financiamento, a ANPUR deslocou recursos de compra de computador para permitir o financiamento do UrbanData⁶⁰.

⁶⁰ A Profa. Dra. Licia Valladares, o IUPERJ, agradece o empenho da atual Diretoria na implementação do UrbanData. ANPUR, ATA 1993)

Em 1993, constava do rol de atividades não realizadas por aquela diretoria (1991-1993), e no rol de atividade para a próxima diretoria (1993-1995): elaboração de um catálogo para divulgar o perfil das instituições no campo do ensino e pesquisa.

Também para a diretoria seguinte restou realizar uma reflexão sobre a produção de conhecimento no campo dos estudos regionais e urbanos enfatizando as questões da diversidade disciplinar, métodos e metodologias e paradigmas. Esta reflexão deve ser objetivo de um evento de caráter nacional.

Em 1995 Continuava como atividade a ser realizada pela Diretoria que assumia (1995-1997) a Elaboração de um catálogo com o perfil dos membros da ANPUR.

Maior esforço parecer ter sido voltado para aglutinar os filiados, chegando-se a propor “assumir e coordenar, em acordo com os membros, uma programação nacional de visitas nacionais e estrangeiras”, visando “reanimar a participação de membros pouco presentes.” (ANPUR, ATA 2003).

Em relação ao Mapeamento acadêmico das instituições integrantes, foi realizado o Workshop de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, nos dias 29 e 30 de agosto de 2002, com o patrocínio da FINEP e do CNPq. Participaram deste workshop coordenadores ou representantes dos 36 programas associados ou filiados à ANPUR, além de representantes de outras associações científicas.

O workshop contou também com a participação de responsáveis pela direção e formulação da política de fomento ao ensino e pesquisa: a vice-presidência do CNPq, a superintendência da FINEP e a direção de avaliação da CAPES.

Como atividade intermediária - entre a posse da atual diretoria e o XENA - o Workshop foi extremamente útil, reunindo todos os programas em torno de uma agenda de questões em comum sobre o ensino de pós-graduação e a pesquisa em estudos urbanos e regionais: o debate entre ensino público e privado, o debate entre formação acadêmica e formação profissionalizante, a questão da avaliação em ensino e pesquisa.

Foi feito um mapeamento das linhas de pesquisa de alguns programas associados/filiados. As conclusões a respeito do sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES e do sistema de avaliação dos pesquisadores do CNPq foram encaminhadas aos responsáveis, a título de sugestão da comunidade acadêmica.

Esta atividade - avaliação do ensino e pesquisa - revelou-se importante, tanto como fator de articulação entre programas, como por estabelecer outra forma de interlocução com a direção das agências de fomento.

Em 2005 almejava-se ainda um “mapeamento institucional e acadêmico das instituições integrantes” (ANPUR, ATA 2005).

1.2.4 GRUPOS DE TRABALHO, PROJETOS DE PESQUISA, REDES E OUTROS

Desde 1989 já se ressaltava a necessidade de uma maior articulação entre diferentes iniciativas e propostas. Por exemplo, no mesmo ano havia um evento programado pela FAU/USP em torno da temática do Plano Diretor, semelhante à proposta apresentada pelo IPPUR/NEUR/NERU.

Na mesma Assembleia (1989), Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR/ UFRJ) acentuou a necessidade de assegurar no Plano de Trabalho da gestão seguinte uma discussão aprofundada sobre Planos Diretores, argumentando sobre sua importância política e sua urgência, tendo o pleito sido acolhido pela Assembleia.

Ana Clara Torres Ribeiro teria sugerido a criação de um Grupo de Trabalho sobre História Urbana, que deveria debruçar -se sobre aspectos teóricos e metodológicos.

Em 1991, algumas iniciativas merecem consideração mais alongada, em face de sua duração e importância: Seminário História da Cidade e do Urbanismo e o Colóquio Poder Local.

O Professor Milton Santos Filho, alertou para a:

necessidade de condensação em temas fundamentais as diversas propostas apresentadas, face situação difícil de financiamento para as discussões científicas. Tratar temas emergentes como Finanças Locais e Regionais. Pensar numa certa divisão em temas que são estratégicos, conjunturais e emergentes. (ANPUR, ATA 1993).

Em 1993 propunha-se a descentralização da atuação da diretoria com a formação de Comissões e Grupos Temáticos e/ou Regionais. Dois dos temas relevantes elencados foram “o Regional e o Urbano: estudos e planejamento: projeto de pesquisa” e “Estruturação Espacial Intraurbana em Diferentes Formações Sociais”.

Naquela Assembleia Regina Pacheco sugeriu criação de uma rede de Pesquisa sobre Inovações e continuidades na Gestão Urbana e Regional (agendas dos governos locais e de outras esferas de governo que tem impacto sobre a gestão e as políticas urbanas)⁶¹, e uma rede de Pesquisa sobre Economia Política das Finanças Públicas Locais⁶².

Os Professores Nabil Bonduki e Marcus Andre de Mello viram oportunidade para propor a criação de uma rede de investigadores sobre Políticas e Intervenções Municipais na

⁶¹ Coordenação: Mestrado em Administração/UFBA e Mestrado em Administração Pública e Governo/FGV (associados a ANPUR e ANPAD);

⁶² Coordenação: Mestrado em Administração Pública e Governo/FGV.

Area da Habitação de Interesse Social, com o objetivo de registrar e sistematizar as experiências de políticas e intervenções municipais na Area de habitação de interesse social⁶³.

Jose Carlos Cavalcanti aproveitou a ocasião também encaminhar suas sugestões de grupos de trabalho: "Formação e Dinâmica da Rede Urbana Brasileira", como o objetivo integrar os estudos regionais realizados⁶⁴; "Privatização de Serviços Públicos", para sistematizar a produção acadêmica e profissional sobre o tema, e formar um banco de dados sobre o tema⁶⁵.

Na Assembleia de 1995 a importância dada ao tema "redes" suscitou a ideia de se estabelecer um vínculo permanente entre as pessoas e/ou grupos de pesquisa envolvidos na temática; troca de publicações; organiza indicações bibliográficas; promover intercâmbio de informações de comum interesse (organizar uma pequena infraestrutura), além de outros eventos, como seminário e workshop.

Na mesma oportunidade, houve a consolidação da rede CIHURB (Cidade História Urbanismo), sendo esta incorporada no programa de trabalho da Associação. Essa rede, em funcionamento desde 1991, era composta pelos programas de Pós-Graduação da FAU-USP, FAUFBA, EESC-USP, FAU-UFRGS, FAU-UFF, PAU-UFRN.

Ainda em 1995 ressaltou-se a realização do projeto de pesquisa Avaliação do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, sendo destacada a inovação na forma de encaminhamento e o agradecimento às coordenadoras dos eixos temáticos e demais participantes.

A respeito deste projeto citado foi informado que sairá uma publicação com os resultados parciais, dentro de três ou quatro meses e que o mesmo conta agora com recursos financeiros.

Ainda nesse ponto, a presidente mencionou outro projeto de pesquisa Ciência, Tecnologia e Informação, que recebera financiamento naquele ano.

Dando seguimento, Ângela Fontes do IBAM apresentou uma proposta de inclusão na pauta do sétimo encontro do tema "Relações de Gênero e Espaço Urbano".

⁶³ Sob a coordenação preliminar do Mestrado de Desenvolvimento Urbano/UFPE e do Mestrado de Arquitetura da EESC/USP

⁶⁴ Instituições Proponentes: Núcleo de Economia Urbana e Regional do Instituto de Economia da UNICAMP/SP, Fundação Joaquim Nabuco/PE, Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e a Fundação de Economia e Estatística, NERD/RS. Proposta do MDU/IPPUR

⁶⁵ Promoção de um evento nacional (talvez internacional); Instituições Proponentes: Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional (MDU/UFPE) e Instituto de Pesquisa e Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional/ UFRJ.

O Presidente afirmou o compromisso da diretoria em consultar os membros da ANPUR antes de fechar o formato e programação do próximo encontro e lembra que outras propostas podem ser encaminhadas para a diretoria.

Foi, ainda, levantada como lacuna do encontro o pouco tratamento dado a questão do instrumental tecnológico na manipulação de dados na área e sugerido que a pesquisa em andamento na ANPUR desenvolva mais essa questão, especificamente no eixo temático coordenado por Eva Samios.

Eventos promovidos pela ANPUR ou dos quais a Associação tenha participado, Sistematização dos a partir da leitura as Atas de Assembleia e que assim ajudam a demonstrar não só as prioridades de ação das Diretoras, como também os temas em voga ou as preocupações da comunidade acadêmica com relação às agendas de desenvolvimento e planejamento urbano e regional, sistematização que se mostrou bastante construtiva para a análise que faremos sobre os encontros Nacionais, no **Capítulo IV**.

I.3 QUERELAS DE PODER QUE CONSTAM EM ATA

Prestígio dos diretores reconhecidos pela produção científica, pela atuação acadêmica e perante as atividades da ANPUR. Diniz (1915), sobre os 16 primeiros Presidentes da ANPUR:

todos eles de alta envergadura intelectual e com ampla experiência no ensino e na gestão pública, constitui referência, memória e guia para o debate, para o planejamento e para a formulação de políticas públicas sobre a problemática urbana e regional no Brasil.

Milton Santos Filho, em 1989 destacou as qualidades do próximo Presidente da ANPUR, que acabava se der eleito. Para ele, Celso Lamparelli deveria ser reconhecido tanto pela sua produção científica, quanto pela sua atuação como professor, e ainda pela sua permanente atividade no âmbito da Associação.

A chapa proposta em 1991A soma todas essas considerações e é aprovada por aclamação⁶⁶. O novo Presidente eleito, Prof. Dr. Milton Santos, comenta que faz 30 anos que ele foi eleito para a presidência da AGB (Associação Brasileira de Geógrafos). Sente-se orgulhoso de presidir uma Diretoria jovem, aguerrida e com predominância feminina.

⁶⁶ Presidente: Milton Santos, Departamento de Geografia-USP; Secretária-Executiva: Maria Adélia Aparecida de Souza, Departamento de Geografia - USP; Diretores: Wrana Maria Panizzi (PROPPUR/UFRJ), Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ), Marco Aurélio A. de Figueiras Gomes (FAU/UFBA); Conselho Fiscal: Roberto Smith (CAEN-UFMG), Cristina Gobbi (UNB), Circe Monteiro (MDU-UFPE)

Além das tarefas habituais, pretende ampliar a visibilidade do planejamento na reconstrução do país.

Carlos Vainer (IPPUR-UFRJ) comenta que a chapa tem grande apoio da comunidade e os membros da ANPUR se sentem comprometidos com a chapa proposta. O Prof. Dr. Celso Lamparelli, em nome da Diretora atual, declara ter enorme satisfação em entregar a ANPUR para uma nova Diretoria com tal peso.

Vainer insistia na mudança de qualidade que a ANPUR vem registrando, perceptível através da qualidade de trabalhos enviados para o IV Encontro, na melhora do nível da discussão, na capacidade de organização. Cumprimenta o Presidente e o Secretário Executivo pelo trabalho que realizaram, sobretudo nessa época difícil; segundo o Prof. Vainer, a consolidação da Associação se deve a essa Diretoria, com a conquista do boletim e um novo formato.

Na ata de 1995, Philip Gunn apresentou uma proposta de chapa, ressaltando que não foi uma tarefa fácil, mas que se chegou a uma proposta de nomes com história na ANPUR e com plenas condições de levar a ANPUR para a frente, nesse momento de aprofundamento das encruzilhadas que exige novos encaminhamentos para a associação⁶⁷.

As lúreas são prática em quase toda a sucessão. Heloisa Soares, por exemplo, empossada como presidente da ANPUR (2003-20005), agradece e comenta que foi uma decisão coletiva que trouxe o núcleo da diretoria para Minas Gerais e assim pretende continuar durante a gestão. Mas os relatos são vários.

I.3.1 COMPOSIÇÃO E MÉRITOS DAS CHAPAS DIRETORAS

Desde a assembleia de 1989, Carlos Vainer (IPPUR/ UFRJ) ressaltava a importância de entender que a Diretoria, embora composta com colegas de diferentes instituições, não como “um conselho de representantes”, mas “como espaço de encontro, que articula e fala pelo conjunto da comunidade, e não por tal ou qual instituição membro” (ANPUR, ATA: 1989).

Ana Maria Fernandes, na Assembleia de 1989, ressaltava a importância de se dar continuidade à orientação até então seguida na composição da Diretoria, que permitia contemplar as diferentes temáticas, abordagens e regiões.

Como as Assembleias são de participação livre para toda a comunidade, qualquer um dos presentes, mesmo eu não ocupante de cargo, pode tomar a palavra, inclusive os alunos, embora não tenham direito a voto.

O Prof. Celso Lamparelli, em nome da chapa proposta, falou do compromisso coletivo da chapa em manter e desenvolver o trabalho que foi realizado e chamou a ..."tenção para as

⁶⁷ Ficando assim definida a nova diretoria: Presidente - Carlos Vainer/IPPUR-UFRJ

dificuldades que serão enfrentadas nos próximos anos, quando tanto o planejamento urbano e regional, quanto a universidade e a pesquisa científica, serão alvos de ataques sistemáticos.

Composições das chapas – predomínios e alterações

Tabela 2- Presidentes ANPUR

CARGO ANPUR	GESTÃO	NOME	VÍNCULO	UNID	SUBUNID
Conselho Diretor Provisório	1983	Guilherme Costa Varela	UFPE	CAC	MDU
		Lucio Grinover	USP	FAU	
		Martim Oscar Smolka	UFRJ	IPPUR	
		Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR
		Wrana Maria Panizzi	UFRGS	FAU	PROPUR
Presidente	1984	Ricardo Libanez Farret	UNB	FAU	NEUR
	1986	Martim Oscar Smolka	UFRJ	IPPUR	
	1989	Celso Monteiro Lamparelli	USP	FAU	
	1991	Milton Almeida dos Santos	USP	FFLCH	GEO
	1993	Wrana Maria Panizzi	UFRGS	FAU	PROPUR
	1995	Carlos Bernardo Vainer	UFRJ	IPPUR	
	1997	Norma Lacerda Gonçalves	UFPE	CAC	MDU
	1999	Maria Flora Gonçalves	UNICAMP	IE	
	2001	Maria Cristina da Silva Leme	USP	FAU	
	2003	Heloisa Soares de Moura Costa	UFMG	IG	
	2005	Ana Maria Fernandes	UFBA	FAU	
	2007	Edna Maria Ramos de Castro	UFPA	NAEA	
	2009	Leila Christina Duarte Dias	UFSC	CFH	
	2011	Ana Clara Torres Ribeiro	UFRJ	IPPUR	
2012	Ester Limonad	UFF	POS GEO		
2013	Virginia Pitta Pontual	UFPE	CAC	MDU	

**Tabela 2a -
Presidentes ANPUR
Vínculos
predominantes**

VÍNCULO	QTD
UFRJ	3
USP	3
UFPE	2
UFBA	1
UFF	1
UFMG	1
UFPA	1
UFRGS	1
UFSC	1

**Tabela 2b - Presidentes
ANPUR
Vínculos por ano de
gestão**

VÍNCULO	ANO
UFBA	2005
UFF	2011
UFMG	2003
UFPA	2007
UFPE	1997
	2013
UFRGS	1993
UFRJ	1986
	1995

UNB	1
UNICAMP	1
TOTAL	16

	2011
UFSC	2009
UNB	1984
UNICAMP	1999
	1989
USP	1991
	2001
TOTAL	16

I.3.2 INCLUSÃO DE NOVOS MEMBROS, MAS QUAIS?

No entanto, lendo as Atas, o que aparece de maior conflito são as adesões. Filiações e associações, vejamos a seguir alguns exemplos marcantes de como a ANPUR passou a administrar os conflitos sobre este ponto, lembrando que a importância de diferenciar a “qualidade” dos membros é poder votar em assembleia e constituir chapa de diretoria.

Segundo a Secretária Executiva em 1991, Maria Adélia Aparecida de Souza (GEO/ USP), a essência da ANPUR dependia do caráter das associações que entram (ANPUR, ATA: 1991).

Na Assembleia Geral de 1989, foram encaminhadas, junto com os devidos pareceres solicitações de seis instituições: dois mestrados em Administração Pública, um da Universidade Federal da Bahia – UFBA, outro da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo - EAESP/FGV; um mestrado em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; um mestrado em Economia, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – FIPE/USP; o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Brasília – NEUR/UNB, e o Centro Josué de Castro – CAEN/UFC, que oferecia mestrado em Economia.

As votações deveriam abordar a aceitação da solicitação e a qualidade em que o novo membro seria aceito (se filiado ou associado). As manifestações suscitadas em seguida discorriam sobre a melhor maneira de interpretar os dispositivos estatutários que diferenciavam membros filiados de associados, uma vez que o Estatuto era omissivo também quanto aos pedidos de "reclassificação".

Resultado, filiaram-se os mestrados da EAESP- FGV e da UFBA, e associaram-se os mestrados da UFSC e da FIPE⁶⁸, o NEUR/UNB, e o Centro Josué de Castro.

Representante do CAEN/UFC, a Prof. Liana Carleial, encaminhou solicitação de alteração da inclusão para membro filiado. Informou sobre as atividades de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional desenvolvidas no CAEN, apontando, inclusive, a existência

⁶⁸ Cujas cartas de apresentação seriam providenciadas pelo IPPUR/UFRJ.

de uma área de concentração em estudos regionais, razão pela qual, e por isonomia com os critérios adotados no caso de instituições que acabavam de ser incorporadas na condição de membros filiados, pedia a “reclassificação”.

O CAEN⁶⁹, a exemplo de outros centros de pós-graduação em economia no Brasil, surgiu na segunda metade dos anos 60. Na sua estruturação original, a UFC compunha-se de faculdades, institutos básicos (dedicados mais especificamente ao ensino) e institutos de pesquisa, e outras faculdades estaduais na qualidade de “agregadas”, dentre elas, a Faculdade de Ciências Econômicas, em Fortaleza e a Faculdade de Filosofia do Crato.

Quando da implantação do CAEN, a Universidade não dispunha de pessoal docente com nível pós-graduado, com dedicação plena à instituição, experiência de pesquisa e infraestrutura acadêmica que pudessem sustentar o curso. Assim, com exceção de professores de áreas específicas como matemática, estatística e inglês, os demais foram convidados de outros centros, especialmente, da FGV, do IPE⁷⁰ e do CEDEPLAR/ UFMG⁷¹.

Em 1972, o CAEN havia implantado seu Mestrado em Economia, sendo credenciado ao Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação e Cultura em 1980, com área de concentração em Teoria Econômica.

Caros Vainer encaminhou contrariamente à solicitação, arguindo que o CAEN não preenchia as exigências estatutária para ser membro filiado.

A favor, Milton Santos Filho (UFBA), que conclamou o bom senso. Ao invés de se prender a normas burocráticas, uma vez que ninguém colocava em dúvida o CAEN enquanto centro produtor de conhecimentos sobre a questão regional, sua acolhida fortaleceria a interdisciplinaridade característica da ANPUR. Além dele, Robert Schimidt (UFC) que comparou a situação do CAEN à do CEDEPLAR/ UFMG⁷².

For fim, aprovou-se a filiação do CAEN.

Na ocasião a Assembleia aprovou doravante, que 1) a documentação acompanhante da postulação de filiação ou associação, seria colocada à disposição dos delegados antes da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral, para exame prévio; 2) as cartas de apresentação

⁶⁹ <https://caen.ufc.br/pt/sobre-o-caen/historia-e-missao/>

⁷⁰ Criado em 1963 o Instituto de Pesquisa Econômicas (IPE, atual FIPE), contou com um grupo de economistas que havia recebido treinamento pela CEPAL e pelo Banco do Nordeste do Brasil, dentro do programa de Treinamento em desenvolvimento Econômico – PTDE.

⁷¹ Sobre CEDEPLAR/ UFMG

⁷² Membro filiado desde ano.

exigidas pelo Estatuto incluíssem uma indicação justificada da Instituição que a apresenta, a respeito da qualidade em que o novo membro deveria ser incorporado - filiado ou associado⁷³.

Em 1991, uma outra querela quanto ao pedido de filiação descreve as “prioridades e vieses” da associação. O pedido de inclusão do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos da Fundação de Economia e Estatísticas do Governo do Rio Grande do Sul – FEE/ RS é recusado, embora acompanhado da recomendação do PROPUR/UFRGS (como filiação), do IPPUR/UFRJ (como associação) e do mestrado em Administração Pública da UFBA (como associação), os dois primeiros sendo membros fundadores da ANPUR.

A recusa teve como base os estatutos da FEE/RS⁷⁴: uma fundação de direito privado, cujo Conselho de Planejamento era nomeado pelo Governador do Estado, colocando em dúvida a “autonomia” daquela instituição em relação aos Governos Federal, Estadual e Municipal, e que seria “um dos princípios que julga norteadores para a integração na ANPUR”, segundo o Secretário Executivo da ANPUR à ocasião, Maria Adélia de Souza. (ANPUR, ATA 1991: 3).

Concordando com o argumento sobre a “autonomia”, Marcus André de Melo (UFPE) diretor da ANPUR, comparou a FEE/RG à Fundação SEADE, IBGE, IPEA, e outras, e que a recusa a entrada de instituições desse perfil seria a “preservação da natureza acadêmica da instituição” (IDEM: 3).

Quando questionado sobre a diferença entre a FEE e o IBAM, respondendo em nome da Diretoria, Marcus Melo afirmou “no IBAM 80% das pesquisas são encomendadas, mas não todas. Os 20% garantem autonomia acadêmica” (IBIDEM: 3-4).

Martím Smolka e Carlos Vainer, ambos do IPPUR/UFRJ, instituição que endossou a candidatura, mantiveram o apoio, o último afirmando que a questão da autonomia da FEE/RS

⁷³ Embora não presente nos Estatutos, mas adotado como praxe desde os primeiros anos, a documentação encaminhada pelos candidatos conteria: 1) Uma carta da Instituição interessada solicitando sua incorporação à ANPUR; 2) Breve relato das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelo Programa, com informações como: cursos oferecidos, corpo docente permanente e colaboradores, número de alunos, listagem de disciplinas, pesquisas, publicações e outras informações que julgar pertinentes; 3) Três cartas de membros da ANPUR endossando a candidatura da Instituição solicitante.

⁷⁴ A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) é uma instituição de pesquisa, vinculada à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi instituída em 1973 (Lei 6.624, de 13.11.1973), tendo origem no antigo Departamento Estadual de Estatística (DEE). No entanto, as atividades de registro e análise estatística no Estado remontam ao século XVIII. A FEE é a maior fonte de dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul. Dispõe de importante acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica. Conta com uma equipe multidisciplinar para gerar conhecimento em temas de desenvolvimento econômico, social e institucional, com rigor de pesquisa e excelência na produção de estudos, análises, indicadores e índices, divulgados regularmente em publicações impressas e online. Essas características fazem da FEE fonte de consulta permanente para qualificar a análise conjuntural e histórica, a tomada de decisões e o planejamento governamental nas diferentes esferas da administração pública. (<https://arquivofee.rs.gov.br/sobre-a-fee/atuacao/>).

estaria garantida por ser ela fundação de direito privado. Porém, sendo de natureza diversa de instituições universitárias, se filiará de forma distinta.

Vainer argumentou que o caráter acadêmico da ANPUR se manteria na intenção de seu Estatuto, que estabelecia que presidente, secretário-executivo e um diretor fossem obrigatoriamente representantes de programas filiados. A existência de membros associados, por seu turno, visava justamente não excluir os programas não acadêmicos "stricto-sensu". E resumia "A FEE não é instituição universitária, assim não pode ser membro filiado. De outro lado, é uma fundação e não uma secretaria de estado; assim pode ser associada" (ANPUR, ATA 1991: 4).

Argumento reforçado por Moema Debiagi (PROPUR/UFRJ) que, citando o art. 49, parágrafo 2 do Estatuto, enfatiza: "poderão integrar a ANPUR, na qualidade de associados, programas e entidades que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo de estudos urbanos e regionais" e o art. 12: "o caráter sistemático e permanente da pesquisa". Segundo ela, a FEE preencheria ambos os requisitos. (ANPUR, ATA 1991: 5).

Tânia Fischer (UFBA) relativizava a questão da "autonomia", com relação às Universidades Federais, "dado que tanto o reitor, como a coordenação dos cursos de mestrado são fruto de escolha do governador". E afirmando ser "ambíguo" o tratamento dado, questiona "os estatutos falam em natureza acadêmica e a Diretoria está privilegiando critérios institucionais" (ANPUR, ATA 1991: 4).

Wrana Maria Panizzi (PROPUR/UFRJ) coloca um esclarecimento como presidente da FEE: quem encaminhou o pedido de associação foi o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, da FEE. Quanto à autonomia da FEE, coloca também que as normas de dissídio dos empregados da Fundação obrigam que um dos diretores seja compulsoriamente indicado pelos funcionários. A produção científica do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais é permanente. A Fundação não pode ser fechada por ato do governador. Qualquer ato que determine interrupção dos trabalhos passa, necessariamente, pela Assembleia Legislativa. Ela comenta também que as duas condições de filiação e associação, preservam o caráter acadêmico da ANPUR. Mas não é só a academia que produz conhecimento. Outras instituições participam de diferentes formas. Como ex-presidente da FEE, testemunha que as linhas de pesquisa existentes se mantêm, independente da presidência. A função estatutária da FEE é produzir conhecimento, não sendo cabível sua comparação com empresas de consultoria como o CNEC, por exemplo.

Cristina Leme (FAU-USP) toma a palavra comentando que esta discussão é antiga. Coloca a questão em outros termos: o que se tem observado em órgãos vinculados à administração federal, estadual e municipal é que tem periódicos esvaziamentos. Sua preocupação encontra-se na garantia de continuidade dos trabalhos. Além disso, questiona também a falta de diretrizes mais amplas da ANPUR, já que tem notado que a Assembleia tem discutido caso a caso.

Neiva Schaffer, da UFRS, retruca que o grande mérito da Assembleia é contrapor ideias. O trabalho da FEE é importante para a Academia e suas pesquisas têm subsidiado uma Universidade carente de recursos. Pergunta-se inclusive que continuidade a universidade garante hoje aos pesquisadores e comenta que acha profícuo existir uma Assembleia que questione e se contraponha à Diretoria.

A votação foi favorável à associação da FEE, com 17 delegados estando a favor, 5 contra e três abstenções.

Regina Pacheco (FGV-SP) lembra que esta Assembleia já traz uma grande diferença em relação à da III ANPUR, em Águas de São Pedro, onde se discutiu o ingresso do Mestrado em Administração da UFBA, da FGV e do CAEN. Na época a discussão foi mais corporativa, hoje o eixo é a garantia de autonomia. Uma entidade se reconhece pela lista de associados e filiados.

Marlene Fernandes, do IBAM, pede que se esclareça se os novos filiados e associados já podem votar. O Presidente esclarece que neste item da pauta ainda não. A partir do item seguinte serão incorporados os delegados dos novos centros, se apresentarem credenciais.

Muitos pesquisadores, tanto da FEE como de outros centros, participam da ANPUR como indivíduos, sem base institucional.

Segundo o Secretário Executivo, ao se recusar a entrada de centros por seus vínculos políticos, coloca-se como necessário solucionar o problema dos pesquisadores, sua participam da ANPUR, tanto que é proposta da Diretoria associação individual.

Em 1993 duas instituições se candidataram e foram aprovadas por unanimidade: Mestrado de Geografia da UFMG, relatando que o processo está de acordo com o Estatuto da VAPUR, fazendo também, para conhecimento dos presentes, um breve histórico do mestrado e suas qualificações acadêmicas; Programa de Mestrado em Arquitetura da USP - São Carlos, relatando que o processo está de acordo com o Estatuto da ANPUR, fazendo um breve histórico do programa, enfatizando a participação ativa das mesmas, nos eventos realizados pela ANPUR.

Dando início ao ponto da pauta da Assembleia de 1995, a Presidente solicita de Hermes Magalhães e de José Cavalcanti o parecer a respeito dos pedidos de filiação.

Hermes M. destaca que são quatro pedidos sendo três de associação e um de filiação e dá o seu parecer a respeito de dois deles: o PMES que tem uma contribuição na análise econômica e regional, cuja a documentação foi considerada adequada, sendo apresentado pelo IPPUR, NERU e MDU e tendo parecer favorável; e a Escola Politécnica da USP, cuja proposta é apreciada como adequada com uma ressalva - o não esclarecimento de quem é o solicitante - a escola, o curso de pós graduação ou o grupo de ensino e pesquisa de engenharia urbana e, com relação a este último, diz que não está claro qual o seu estatuto.

Em seguida José Cavalcanti deu o seu parecer a respeito dos outros pedidos: o NESUR da Universidade de Campinas; sendo apresentado parecer favorável pela análise da

documentação; e o PROURB, apresentado como um núcleo jovem com reflexão sobre urbanismo, sendo dado parecer favorável.

Em 1997 o delegado Carlos Vainer sugere que a Diretoria elabore um documento de orientação para as futuras candidaturas, tendo sido informado à Assembleia sobre sete solicitações de filiação que haviam sido protocoladas; a Diretoria deliberou sobre cada uma delas e elaborou parecer, sobre seis delas, os quais foram lidos pelo diretor Ricardo Farret.

Segundo esse relatório, a Diretoria aconselha a filiação na condição de associado os seguintes cursos: Mestrado em Geografia da UNB, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, Mestrado do NEPO Unicamp, Mestrado em Desenvolvimento Econômico da UFPR e Pós-Graduação em Engenharia Civil e Urbana da USP, foi recomendada a aceitação como filiado o Mestrado CM Geografia da UFRJ. Todas essas recomendações foram votadas e acolhidas pela Assembleia por unanimidade.

A Diretoria propôs que se retirasse de pauta a solicitação da Metroplan, de Porto Alegre, visto que a documentação estava incompleta.

Foi dada a palavra à arquiteta Angela Bachieri Duarte, diretora da Metroplan, que apresentou sua entidade e consultou sobre a possibilidade de seu dossier ser examinado antes da próxima Assembleia, em dois anos.

O presidente esclareceu que essa matéria é regida especificamente pelo regimento da ANPUR o que torna impossível o apressamento da matéria sem modificação estatutária. Também a proposição de retirada de pauta foi aceita por unanimidade pela Assembleia.

Em 2001 No tocante à entrada de novos membros, houve dois pontos de pauta, um referente à modificação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC e o Mestrado em Urbanismo da PUC-Campinas de associados para filiados, que obteve aprovação. Outro de filiação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCAR e o Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFRN, também aprovados pela assembleia.

Em 2003houve parecer sobre três propostas de novos membros: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul, do Rio Grande do Sul; Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, da Universidade Salvador, da Bahia e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da PUC-SP. Para cada um deles foi destacado um diretor da ANPUR, como relator.

Em relação ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, a relatora foi Suzana Pasternak. O programa existe desde 1994, publica uma revista - REDES e formou 120 mestres. Tem 181 alunos, iniciou o doutorado em 2002, com 8 candidatos. Possui intercâmbios com programas europeus (Técnica de Berlim, Tübingen, entre outras universidades alemãs, do Minho, em Portugal, etc.) e americanas (Califórnia). O programa era avaliado pelo Comitê Interdisciplinar da CAPES. Por recomendação deste, passa para a área de Planejamento Urbano/ Demografia. É credenciado pela CAPES

desde 1994. O parecer é favorável à filiação do programa, já que é credenciado há mais de 5 anos, é instituição de ensino e pesquisa, possui eixos claros de pesquisa. As cartas de recomendação são do IPPUR-UFRJ, do MDU- UFPE e do PROPUR- UFRGS. A Assembleia aprova a filiação por unanimidade.

Em relação ao pedido postulado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano - Mestrado em Análise Regional da Universidade Salvador, a relatora foi Leila Christina Dias. O Mestrado em Análise Regional (MAR), criado em 1991, foi recomendado pela CAPES e integra o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDUR) da Universidade Salvador. O MAR se estrutura em 3 áreas de concentração: desenvolvimento regional; desenvolvimento urbano e rede de cidades; e turismo e meio ambiente. A grade curricular se organiza em torno de 8 disciplinas obrigatórias e 13 optativas. O quadro permanente inclui 15 professores doutores e 6 professores visitantes. Desde a 1ª dissertação, defendida em março de 2002, 11 dissertações foram concluídas e 17 estavam previstas para a defesa no início do corrente ano. O pedido está acompanhado de 3 cartas de recomendação das seguintes instituições; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, Núcleo de Economia. A Assembleia aprova a associação por unanimidade.

Em relação ao pedido de filiação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, a relatora foi Sarah Feldman. O Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais possui uma linha de pesquisa diretamente voltada a áreas de estudos urbanos e regionais, à qual se vinculam inúmeras teses e dissertações defendidas. Nos últimos 5 anos, foram defendidas 47 doutorados e 43 mestrados. Seu mestrado data de 1980 e o doutorado, de 1983. Apresentou 4 cartas de recomendação: IPPUR-UFRJ, FAU-USP, FAU-Mackenzie e PPGAU-UFRN. Apresenta um Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas, o NEPUR, que tem desenvolvido de maneira sistemática estudos e pesquisas, onde se destacam o projeto PRONEX sobre o tema metrópole e o projeto CAPES-COFECUB, sobre o tema da exclusão social. A Assembleia aprovou a filiação por unanimidade.

Na Assembleia de 2005 houve solicitação de ingresso Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, como membro associado, cuja relatora foi a Professora Ana Clara Ribeiro. No seu parecer a Professora Ana Clara observa a atuação, no Programa, de professores doutores com larga experiência acadêmica e ampla produção científica; além disso, a listagem das dissertações e teses já defendidas demonstra claramente o envolvimento do Programa com temas conexos à área de planejamento urbano e regional. Sete das quatro linhas de pesquisa demonstram envolvimento com a área. Com base nestas informações, a relatora conclui favoravelmente à solicitação do programa.

Heloisa Costa, por solicitação da plenária, explicou a diferença entre filiação e associação. Brasilmar explicou que o programa tem trinta e cinco anos, sendo, portanto, consolidado, mas que tem outras áreas além daquela relativa à questão urbana, razão pela qual solicitou sua incorporação à ANPUR como programa associado. Jupira Mendonça levantou a importância de se discutir os critérios previamente à votação do parecer, dado que há outros

casos de programa com outras áreas de concentração e que solicitaram sua incorporação como programa filiado. Carlos Vainer ponderou que cabe à Assembleia decidir a partir da discussão de cada caso. Brasilmar reafirmou a solicitação de entrada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB como associado. Ana Clara Ribeiro concordou que o programa deve ser filiado pleno à ANPOCS e associado à ANPUR. Colocado em votação, foi aprovada por unanimidade a incorporação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília como associado à ANPUR.

Solicitação de filiação do Programa de Pós-Graduação em História, da Unicamp, cuja relatora foi a Professora Jupira Mendonça. No seu parecer, Jupira Mendonça relata que o programa mantém linha de pesquisa relacionada à cultura e cidades, desde a criação do doutorado, na década de oitenta e que a criação do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade (CIEC), em 1995, teve o objetivo de constituir um fórum de debates interdisciplinares sobre questões relativas às cidades. O CIEC vem promovendo encontros e palestras e participando da realização de seminários sobre temas relacionados à cidade e, no seu âmbito, já foram defendidas 12 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado, encontrando-se em andamento 4 dissertações e 5 teses. O Programa, que tem mais de 70% do seu corpo docente doutorado há mais de dez anos, obteve a nota máxima na avaliação da Capes, no último triênio. Tendo em vista tratar-se de programa de pós-graduação de excelência, e dada a pertinência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da área de concentração Política, Memória e Cidade do Programa de Pós-graduação em História/Unicamp e, em especial, do CIEC- Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, em relação aos objetivos da ANPUR, o parecer foi favorável à solicitação de filiação do Programa à ANPUR.

Carlos Vainer solicitou esclarecimentos sobre quem solicita a filiação, se o programa ou o CIEC. Disse que, no seu entender, não há dúvida de que o CIEC está vinculado à temática da ANPUR, mas que o programa é muito mais amplo.

Maria Stela Bresciani se apresentou para os esclarecimentos, dizendo que não tinha muito clara a diferença entre filiação e associação e nem o fato de que o CIEC poderia solicitar a filiação. Trata-se de um laboratório, com biblioteca própria e acervo de documentos. Não faz parte do programa, mas seus professores são ligados ao programa. O Centro tem autonomia, mas tem o apoio do Programa de Pós-Graduação, que é quem tem os recursos financeiros. O elemento central, a seu ver, é a participação na ANPUR, seja como filiado ou associado.

Rodrigo Simões propôs que o programa, e não o CIEC, seja incorporado como associado. Carlos Vainer se pronunciou favoravelmente à proposta do Rodrigo. Cristina Leme também se pronunciou favoravelmente. Jupira acompanhou as indicações, alterando o seu parecer. Colocado em votação, foi aprovada, com uma abstenção, a associação do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp à ANPUR.

Solicitação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Cândido Mendes de ingresso como membro associado, cujo relator foi o Professor Roberto Luis Monte-Mór. Em seu parecer, o professor relata que a Universidade

Cândido Mendes implantou, em 1985, um centro de Pesquisas, CEPECAM, voltado para o estudo das questões urbanas e regionais ligadas a processos econômicos e financeiros que haviam implicado a criação de novos municípios e transformações daqueles existentes na região. Em 2001, deu início ao Programa de Mestrado Profissionalizante em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. O Programa, credenciado pela CAPES em 2002, apresenta uma estrutura curricular ampla e coerente e conta com um corpo docente de nove professores doutores e um doutorando, tendo titulado 24 mestres.

Na sua conclusão, o parecer afirma que o programa tem mostrado vitalidade e inserção adequada na região onde atua e que a interiorização da pós-graduação na área do planejamento urbano e regional se coaduna com os objetivos da ANPUR, sendo favorável ao seu ingresso com associado à ANPUR, conforme solicitado.

O Professor Rodrigo Serra, do corpo docente do programa, pediu esclarecimentos sobre a solicitação afirmando que possivelmente tenha havido erro material, e pedindo alteração no parecer, para aprovar a filiação e não a associação.

Monte-Mór explicou que a solicitação era explícita quanto à aprovação como membro associado e que ademais trata-se de mestrado profissionalizante, novo, marcadamente regional e reafirmou o seu parecer. Explicou que a solicitação era explícita quanto à aprovação como membro associado e que ademais trata-se de mestrado profissionalizante, novo, marcadamente regional e reafirmou o seu parecer.

O Professor Rodrigo Simões, do Cedeplar, propôs votar o parecer tal como está, dado que a solicitação foi relativa à associação e que na próxima assembléia, se for o caso, o programa solicita a alteração. A proposta foi colocada em votação e aprovada com três abstenções.

Solicitação do Centro de Estudos da Metrópole - CEM — de ingresso como membro associado, cujo relator foi o Professor Brasilmar Ferreira Nunes. Segundo o parecer, o CEM foi criado em 2000 com recursos da FAPESP, pelo Centro Brasileiro de Análises e Planejamento, com o objetivo de resgatar a tradição dos estudos e pesquisas urbanas no CEBRAP, entidade existente há mais de 25 anos. O CEM desenvolve atualmente projetos de pesquisa nas áreas de sociologia urbana, antropologia urbana, ciência política, demografia e estudos culturais. O parecer conclui pela aprovação da solicitação.

Explicitado que se trata de grupo de pesquisa dentro do CEBRAP, mas com autonomia e recursos próprios, o Prof. Carlos Vainer levantou que entende ser uma instituição e não um grupo de pesquisa e que, por isto, o IPPUR deu a sua anuência. Concorde com a associação, e não a filiação, pelo fato de não se tratar de programa de pós-graduação.

O Professor Eduardo Marques, do CEM, esclareceu que se trata de um centro que tem o CEBRAP como sócio fundador, mas que tem também outros sócios, tais como a Fundação Seade e o SESC.

O Prof. Brasilmar disse que uma das razões pelas quais deu parecer favorável deve-se à autonomia do CEM. Encaminhado para votação, foi aprovada, com uma abstenção, a associação do CEM.

Pedido de filiação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UT.:BA, cujo relator foi a Professora Suzana Pastemak. O parecer relata que o Programa de Mestrado em Geografia da UFBA tem promovido a formação de pesquisadores desde 1994, apresentando hoje 65 dissertações defendidas. No campo da pesquisa, focali7n seus trabalhos na análise urbana e regional. Avalia que os diferentes convênios institucionais, as pesquisas em curso, as publicações e a organização de seminários e cursos no Brasil e no exterior revelam a excelência do corpo docente, constituído por doze professores doutores permanentes e seis professores colaboradores. A relatora concluiu favoravelmente à filiação do Programa. Colocado em votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

Pedido de filiação do Mestrado em Ciências Sociais Gestão de Cidades, da PUC-MG, cujo relator foi o Professor Rainer Randolph. O relator mencionou as anuências apresentadas por coordenadores de programas filiados à ANPUR, PPG-Geografia e NPG-Arquitetura e Urbanismo, da UFMG, e pelo Presidente da Fundação de Economia e Estatística de Porto Alegre, os quais atestam a consolidação do Mestrado em questão. Ressalta que esta consolidação teve clara expressão na passagem do conceito três para o conceito quatro na última avaliação da CAPES e concluiu favoravelmente à filiação do Mestrado.

Colocado em discussão o parecer, o Professor Carlos Vainer solicitou a explicitação dos argumentos, para verificar o grau de consolidação do programa e checar se a situação de fato difere do programa da Universidade Cândido Mendes. Esclarecida pela Professora Heloisa Costa a situação do programa, o parecer foi colocado em votação e foi aprovado por unanimidade.

Solicitação de filiação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, cuja relatora foi a Professora Leila Christina Dias. O PPGG da UFF iniciou o mestrado em 1999 e o Doutorado e 2002, tendo titulado, até a presente data, 59 mestres e 03 doutores. O corpo docente é constituído de 13 professores permanentes, dos quais 06 são bolsistas de produtividade do CNPq, e o programa desenvolve ensino de pós-graduação e pesquisa no campo dos estudos regionais e urbanos na área de concentração em Ordenamento Territorial, tendo obtido nota 5 na última avaliação da CAPES. A relatora concluiu o parecer, favorável à filiação do programa. Após a leitura do parecer, não havendo manifestação, ele foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

Solicitação de filiação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e 1Jrbanismo da UFF, cuja relatora foi a Professora Sarah Feldman, que destacou que o Programa vem oferecendo regularmente o curso de Mestrado desde 2003, estruturado em tomo da área de concentração Produção e Gestão do Espaço.

No campo da pesquisa, as duas linhas de pesquisa agrupam 15 projetos, em grande parte articulados com pesquisadores de outras instituições de ensino e pesquisa, cujos objetos alinham-se ao universo das temáticas inseridas na área de Planejamento Urbano e Regional. A relatora avaliou que, embora recentemente constituído, o Programa apresenta engajamento na produção científica da área, por contar com um corpo docente experiente e qualificado, composto por 14 professores associados e 03 colaboradores, todos doutores. Concluiu favoravelmente à filiação do Programa à ANPUR.

O Professor Carlos Vainer solicitou esclarecimento sobre a data de criação do programa, ao que foi respondido que o programa data de 2003. Vainer lembrou que a Assembleia deve ser equânime, e que o fato de o programa da Cândido Mendes ter sido incorporado à ANPUR como associado por ser jovem cria um critério que deve ser pesado nesta discussão.

Cristina Leme fez a defesa da filiação, em razão da histórica participação dos professores do programa na ANPUR, bem como na organização de eventos apoiados pela ANPUR.

Norbert Olmiro Horn Filho questionou se está explícito nas normas da ANPUR o critério relacionado à juventude do programa, ao que Heloisa Costa respondeu que não.

Denise Pinheiro Machado corroborou a defesa de Cristina Leme, dizendo que por circunstâncias o registro do programa ocorreu em 2003, mas que o projeto de criação da pós-graduação é mais antigo.

Geraldo Magela Costa disse que considera importante a produção do programa, o número de dissertações defendidas e os projetos de pesquisa consolidados caracterizadamente relacionados à área. Foi esclarecido que as primeiras dissertações serão defendidas em junho, mas que as linhas de pesquisa são efetivas e consolidadas.

Vainer fez a proposta de incorporação à ANPUR como associado, com possibilidade de alteração para filiado na próxima assembleia, em dois anos.

Vera Rezende defendeu a filiação, pelo fato de que os professores do programa participam de redes de pesquisa em urbanismo há dez anos. Foi colocado em votação o parecer.

Vainer insistiu que não fosse votado o parecer, mas as duas propostas: a de filiação e a de associação. Tendo já sido iniciado o processo de votação, deu-se prosseguimento e o parecer foi aprovado por dezenove votos favoráveis, um contra e sete abstenções, tendo sido o programa incorporado à ANPUR na qualidade de filiado.

Carlos Vainer fez declaração de voto, solicitando que o fato seja retomado na próxima assembleia, ou seja, que havendo uma proposta contrária ao parecer, esta seja considerado uma outra proposta e que haja manifestação da assembleia em relação às duas propostas.

Roberto Monte-Mór solicitou que fosse novamente discutida a proposta de filiação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Cândido Mendes, considerando que o professor Rodrigo Serra, docente do programa, havia confirmado por telefone com a direção da Cândido Mendes que houve um erro técnico no pedido de filiação, o qual especificava sua admissão como membro associado.

O Professor Rodrigo solicitou também a recolocação da questão e Roberto Monte-Mór argumentou que seu parecer havia se apoiado no pedido de associação feito pelo programa e na sua juventude e que, diante da aprovação da filiação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, ainda sem dissertação defendida, propunha refazer seu parecer e apoiar a admissão do Mestrado Profissionalizante da Cândido Mendes como membro filiado.

A professora Denise Pinheiro Machado, do PROURB/UFRRJ, secundou a revisão do parecer de Roberto Monte-Mór, reafirmando sua indicação como membro filiado. Colocada em votação, a proposta de filiação do programa foi aprovada por unanimidade.

Ana Fernandes conclamou a todos os programas que queiram propor alteração de filiação e/ou associação, em virtude de mudanças no caráter da entidade, que enviem à diretoria, para encaminhamento na próxima assembleia.

Rodrigo Simões propõe que não haja indicação de filiação ou associação nas novas solicitações e que esta seja uma decisão da assembleia, de acordo com os estatutos.

Em 2009 a apresentação dos programas de pós-graduação que pleitearam filiação à ANPUR. Após a leitura de cada parecer dado ao pleito de ingresso à ANPUR, foram aprovados os seguintes programas filiados ou associados:

Na categoria de Filiados foram aprovados por unanimidade: o Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); e o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP); Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (CMDRA).

Na categoria de Associados foram aprovados o Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM), e o Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Após a leitura dos pareceres favoráveis apresentados pelos membros da diretoria sobre os novos pedidos de filiação à ANPUR encaminhados por 5 (cinco) programas de pós-graduação, foram aprovados, por unanimidade, os seguintes membros filiados na Assembleia de 2011:

Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (PMDR/UNC), Parecer: Prof^a. Lucia Cony Faria Cidade, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUC-PR); Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (MDPT/PUC-Goiás); e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PGDRA/UNIOESTE).

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/FURB), Parecer: Prof^a. Maria Lucia Refinetti Martins, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGGEO/UFSC); e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF).

Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU), Parecer: Prof^a. Maria Inês Sugai, Cartas de endosso à candidatura: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ); e Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP)

Programa de Pós-de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente (UNESP-PP), Parecer: Prof^a. Maria Inês Sugai, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG/UFRJ); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGGEO/UFSC); e Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP).

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGeografia/UFPR), Parecer: Prof^a. Lucia Cony Faria Cidade, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGGEO/UFSC); Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU/PUC-PR); e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS).

Além dos pedidos de filiação de novos membros, um programa de pós-graduação membro da ANPUR postulou sua mudança da categoria associado para filiado, a qual teve parecer favorável e foi aprovada por unanimidade: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGAU/UPM), Parecer: Prof. Elson Manoel Pereira, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU/FAU/USP); Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ); Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina (PGAU-Cidade/UFSC); e

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU/IAU/USP).

Discutiu-se o pedido de filiação do curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, aprovado pela CAPES em dezembro de 2010. A presidente leu os procedimentos para filiação de novos membros, segundo os as atividades de ensino e pesquisa. A professora Maria Lucia Refnetti (USP) ressaltou a importância de se receber esses programas fundados recentemente como membros da ANPUR, e sugeriu sua aprovação na categoria Associado, mas como não foi encaminhado o dossiê, o pedido não poderia ser analisado.

A professora Ester Limonad (UFF) disse ter participado de uma discussão a esse respeito durante o Seminário de Florianópolis, e recomendou a criação de uma categoria de membro específica para esses programas novos, tendo em vista que as verbas são muito curtas para esses programas, o que pode ser contornado a partir de sua inserção em associações científicas.

Por fim, o professor Rodrigo Ferreira Simões (UFMG) lembrou que essas ações não podem ser tomadas sem a alteração do estatuto; e o professor Elson Manoel Pereira (UFSC) sugeriu que esse assunto seja levado para a próxima assembleia extraordinária da ANPUR.

O ingresso de novos membros à ANPUR, na Assembleia de 2013, ocorreu da seguinte forma: após a leitura dos pareceres favoráveis apresentados pelos membros da diretoria e por representantes de membros filiados e associados sobre os novos pedidos de filiação à ANPUR — encaminhados por 7 (sete) programas de pós-graduação —, foi aprovada por unanimidade, a filiação dos programas de pós-graduação relacionados a seguir:

Secretaria da ANPUR Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPG/MDR — UFAP), Parecer: Prof.a. Maria Lucia Refinetti Martins, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-PR); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRRJ); Núcleo de Estudos de População (NEPO-UNICAMP).

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins (PPGDR UFT), Parecer: Prof. Benny Schvasberg Cartas de endosso à candidatura: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-PR), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental-MTTP (UESC); Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (UCAM),

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica do Paraná (PPGDR UTFPR), Parecer: Prof. Elson Manoel Pereira, Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR-UNISC); Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (UNOCHAPECÓ); Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-PR).

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU - UFPA), Parecer: Prof. Rainer Randolph (IPPUR-UFRJ), Cartas de endosso à candidatura: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR-UFMG); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-USP);

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR - UEPB), Parecer: Prof. Orlando dos Santos Jr. (IPPUR-UFRJ), Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU-PUC/PR); Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-PR); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFRN).

Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (PPGGT-UFABC), Parecer: Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (CEDEPLAR-UFMG), Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMG); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFRN); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ).

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Parecer: Prof. Geraldo Magela Costa (PPGGE - UFMG), Cartas de endosso à candidatura: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO-UFF); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (PPDU/UFPE); Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPDPT-PUC-GO).

Além dos pedidos de filiação de novos membros, o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santos (PPGAU-UFES) postulou sua mudança da categoria de associado para filiado. Após a leitura do parecer favorável, a solicitação foi aprovada por unanimidade, passando o: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-UFES) à categoria de filiado, Parecer: Prof.a Célia Ferraz de Souza (PROPUR-UFRGS).

Quanto ao item de pauta referente a situação de membros inadimplentes desde o ano de 2002 e que não se manifestaram aos contatos estabelecidos pela presidente da ANPUR ao longo de sua gestão, foram enumerados os seguintes programas: CAEN/UFCE, PIMES/UFPE, Centro Josué de Castro (PE), Programa de PG em Desenvolvimento Econômico (UFPR) e o NERU (USP/SP).

Foi submetida essa situação à plenária pela Presidente da AGO e aberta discussão para que os presentes se manifestassem. Depois de algumas intervenções foi aprovada por unanimidade a exclusão dos referidos programas do quadro da ANPUR.

Foi sugerido ainda o encaminhamento de uma carta aos mesmos com agradecimento de sua participação ao longo de muitos anos, pois se trata de programas antigos, mostrando,

caso se interessem, de estar a ANPUR sempre aberta ao seu reingresso e portanto, com possibilidade de refiliação.

Na Assembleia seguinte, antes de apresentar a situação dos programas inadimplentes, a presidente apresentou o pedido de desligamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE/USP), que manifestou interesse em se desligar da Associação.

A presidente apresentou a situação dos programas de pós-graduação e centros de pesquisa atuantes na ANPUR, dividindo-os em quatro categorias: 1) os que estão em dia com os compromissos financeiros; 2) os que apresentam as anuidades atrasadas por motivos diversos, mas estão se mobilizando para quitá-las; 3) os que estão atrasados com as anuidades e não manifestam interesse em colocá-las em dia; e 4) um único membro sobre o qual não se obtém qualquer tipo de contato em prol da sua regularização financeira.

Desse modo, a presidente sugeriu encaminhar uma carta aos quatro programas de pós-graduação e centros de pesquisa que se enquadram nas categorias 3 e 4, informando sobre o seu desligamento da ANPUR, o que pode ser revertido caso esses membros se mostrem interessadas em permanecer na Associação, e quitem as anuidades atrasadas.

Eram eles: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) atrasado desde 2007; Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) atrasado desde 2007; Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade de São Paulo (PPGEC/USP) atrasado desde 2008; e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPG-SOL/UnB) atrasado desde 2008.

O encaminhamento foi posto à votação e aprovado por unanimidade pela assembleia.

Em 2013, a presidente apresentou a situação dos programas de pós-graduação e centros de pesquisa atuantes na ANPUR, dividindo-os em quatro categorias: os que estão em dia com os compromissos financeiros; os que apresentam as anuidades atrasadas por motivos diversos, mas estão se mobilizando para quitá-las; os que estão atrasados com as anuidades, já receberam anistia por três anos, mas seguem sem pagar as anuidades.

Após esta exposição, foi decidido por unanimidade pela Assembleia a aplicação do que estabelece o Estatuto. Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) — atrasado desde 2007; o Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ), e o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEUR) devem ser comunicados de seu desligamento da ANPUR até a quitação das anuidades em atraso.

Esses relatos mostram as disputas pelas filiações e quais os valores (quanto à finalidade da Associação) estavam em jogo

I.3.3 PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES, INDIVÍDUOS E OUTROS SETORES

Na Assembleia de 1989, fez-se a leitura de moções elaboradas por estudantes de pós-graduação em planejamento urbano e regional.

O documento "Proposta à Assembleia Geral do III Encontro Nacional da ANPUR", assinado por 38 (trinta e oito) estudantes de pós-graduação (IPPUR/UFRJ, FAU/UFBA, UNB, MDU/UFPE, PROPUR/UFRGS, CEDEPLAR/UFMG, CAEN/UFCE, GEO/USP, FAU/USP), solicitava:

- a) apoio da ANPUR para a criação de um espaço de articulação dos pós-graduandos, mediante a criação de uma "câmara de articulação a nível nacional" dos estudantes de pós-graduação da área de planejamento urbano e regional;
- b) criação de um banco de teses e de projetos de teses;
- c) realização de seminários em cada instituição ou região com o objetivo de contribuir para os trabalhos da câmara dos pós-graduandos nos próximos encontros da ANPUR;
- d) colocação da infraestrutura de comunicação da ANPUR à disposição da câmara; e) que a ANPUR direcione esforços no sentido de garantir junto às agências que financiam bolsas de pós-graduação a regularidade dos pagamentos.

Teria havido expressiva participação de estudantes no III Encontro Nacional da ANPUR, e considerava-se importante abrir espaço permanente para pós-graduandos nas atividades da Associação, a Assembleia decidiu, por unanimidade, acolher a solicitação dos estudantes.

Assim, e seguindo proposta de Milton Santos Filho, a Mesa ficou encarregada de elaborar uma moção contemplando a preocupação dos estudantes e de toda a comunidade.

À época, o conteúdo versava sobre "as ameaças que pairam tanto sobre os programas de bolsas de estudos quanto sobre a continuidade de uma política de apoio à pesquisa científica no país, bem como com a escassez de recursos governamentais, o que poderá levar a universidade à asfixia". (ANPUR, ATA 1989: 8).

Também houve em algum momento na ANPUR (ata de 1991 e ata de 1995) proposições no sentido de participações individuais, ou de fellow, não aprovadas em ambas as ocasiões.

Em 1993, o presidente colocou em apreciação a redação proposta para o capítulo terceiro, artigo quarto, propondo 'o encaminhamento de votação em primeira instância da criação do sócio individual, a partir dali são levantadas dúvidas, posicionamentos contra e a favor e proposta alternativa.

Foram solicitados esclarecimentos a respeito dos direitos dos sócios individuais, do porquê da indicação por apenas dois membros da diretoria.

Carlos Vainer esclarece que no artigo sétimo se propôs a inclusão dos direitos - participação na assembleia com direito a voz e possibilidade de candidatura para a diretoria, exceto o cargo de presidente e no máximo dois na diretoria.

A favor da proposta apresentada foram levantados os seguintes argumentos: a forma meramente institucional exclui muitos pesquisadores, mestrandos, doutorandos,

aposentados, sendo importante a ampliação da entidade e a incorporação de regiões ausentes a exemplo do Norte; a ANPUR deve institucionalizar uma prática que já existe, aproximando-se da modernidade expressa, por exemplo, na Internet.

Contrários à proposta apresentada foram levantados os seguintes argumentos: prática da ANPUR tem sido de abertura para qualquer pessoa, mesmo que não integrante de centros filiados e associados; defesa do caráter da entidade, o apoio e compromissos com a entidade vem de instituições, devendo ser evitado que a longo prazo a participação majoritária seja de indivíduos, embora o estímulo a participação individual seja correto.

Nesse sentido, Flora Gonçalves apresentou a proposta de criação da categoria de "fellow", ou seja, todos os interessados podem manter contato com a entidade, através de mecanismos de informação sistemáticos encaminhados pela diretoria.

Após intenso debate a respeito da forma de encaminhamento, o presidente colocou; em votação as propostas de criação do sócio individual e da categoria "fellow", sendo que as duas receberam quatorze votos cada uma, não obtendo os dois terços necessário para a alteração do estatuto.

Milton Santos Filho congratulou-se com a antiga diretoria, e a nova, e considerou como posição equivocada a não aprovação da categoria sócio individual pela assembleia que, segundo ele, seria uma maneira de estabelecer contatos com pesquisadores e, por fim, agradeceu a homenagem prestada pela antiga diretoria ao pai, Milton Santos.

I.4 ATUAÇÃO PÚBLICA, UMA AMBIÇÃO FRUSTRADA?

Clélio Campolina Diniz, convidado a fazer a prefaciá o livro que comemora os 30 anos da ANPUR escreve:

a importância da Associação se constitui à medida que sua comunidade de pesquisadores, planejadores e estudantes se dedicam a contribuir para a compreensão da dimensão urbano-regional dos contextos e conjunturas nacionais, construção de um corpo teórico original, tendo como princípio a busca de uma sociedade mais justa e mais bem equipada para a satisfatória reprodução da vida humana. (ANPUR, ATA 2015)

Para ele, esta Associação se constitui como uma referência central na articulação do sistema de ensino superior, especialmente da pós-graduação na área, onde se realiza a pesquisa básica e aplicada, a formação de recursos humanos e de quadros para o planejamento, para a gestão pública, para a modernização e a inovação, tanto para o setor público quanto para o setor privado e para a sociedade em geral.

No entanto, segundo ele, essa ampla comunidade não tem sido capaz de convencer os agentes políticos para a urgência e os caminhos para o equacionamento dos graves problemas estruturais que vêm sendo criados, muitos deles externos à questão urbana propriamente dita, mas agravados por ela.

Diferentemente de outras associações, a ANPUR tem a particularidade, decorrente em parte da natureza política do planejamento, de se debruçar sobre a atualização das intervenções do Estado, das formas de organização social e das reivindicações coletivas (LEME, 2015).

Neste subcapítulo 1.3 intentamos verificar, para além das atividades narradas no item anterior, de que maneira a ANPUR tem atuado do espaço público, e de que maneira também, as propostas para uma ANPUR mais engajada não vingaram.

1.4.1 POR UMA ATUAÇÃO POLÍTICA DA ANPUR

Vimos antes como, em 1991, proposta do IPPUR/ UFRJ conclamava a ANPUR a “**assumir de maneira mais efetiva e aberta seu papel político, engajando-se no de bate público acerca das grandes questões** envolvendo nossas cidades e nossas regiões, bem como o papel e lugar da intervenção do Estado”. (ANPUR, ATA 1991: 4, GRIFO NOSSO)

Na Assembleia de 1995, alguns ajustes ao Estatuto foram propostos e abandonados. O Presidente daquela gestão, Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ), esclareceu que no capítulo dois, que trata das Finalidades da ANPUR, houve “ajuste nos itens a e b e inclusão de um novo objetivo no item c”. (ANPUR, ATA 1995).

Esses ajustes permanecem até o Estatuto atual (2018) e é o que já transcrevemos. Porém, nesse ponto Eva Machado Samios (FAU/UFRGS) sugeriu que no item c fosse retirada a expressão “que favoreçam a **intervenção organizada da sociedade civil**”. A redação proposta para o item “c” do Ar3. do Estatuto de 1995 poderia ser essa: “estimular e difundir a reflexão acerca das experiências inovadoras de planejamento e gestão, que favoreçam a intervenção organizada da sociedade civil”. (IDEM. GRIFO NOSSO).

Sendo posta em votação essa sugestão foi aprovada por maioria, recebendo apenas um voto contrário. Infelizmente a Ata de 1995 não traz o nome do discordante.

Na Assembleia de 1999, Norma Lacerda Gonçalves e Silvio Mendes Zancheti, ambos do MDU/UFPE, Presidente e Secretário Executivos em exercício, respectivamente, apresentam, dentre os Comitês Temáticos vistos como “imprescindíveis para a implementação do Plano de Ação, especificamente dos Projetos Mobilizadores”, o “Mapeamento institucional e acadêmico, a Articulação de uma Agenda de Pesquisa e de **Influência do Poder Público**; e a Articulação do Ensino e de Pós-Graduação”. (ANPUR, ATA 1999. GRIFO NOSSO).

A Diretoria que assumia naquela haviam também incluíra em seu Plano para a gestão seguinte (1999-2001) “desenvolver o potencial de mobilização intelectual da

ANPUR em torno das políticas urbanas e regionais de desenvolvimento, em implementação no país”. (IDEM. GRIFO NOSSO).

Em 2003, na Assembleia Geral realizada no X Encontro Nacional da ANPUR, em Belo Horizonte/MG, na qual estavam presentes 34 delegados dos programas filiados e associados à ANPUR, a Presidente e a Secretária Executiva⁷⁵ mostraram que tanto os objetivos da ANPUR, definidos pelo Estatuto, quanto as linhas propostas pelo Plano de Ação Estratégico 1997-2003 haviam norteado as ações desenvolvidas durante aquela gestão.

Dentre os pontos destacados no “Plano de Ação 1997-2003” lê-se “articulação de uma agenda de pesquisa e **de influência sobre o poder público**”. (ANPUR, ATA 2003. GRIFO NOSSO).

Vemos, portanto, como vai se firmando ao longo dos anos no discurso da ANPUR, e com a virada do milênio, que corresponde com o final da gestão de 8 anos de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República e uma crescente mobilização em torno da participação popular. Luis Inácio Lula da Silva acabara de ser eleito e uma perspectiva de abertura para a construção de políticas públicas em conjunto com os diversos setores da sociedade se afirmava.

Na Assembleia seguinte já seriam 41 delegados presentes, representando os programas filiados e associados, o Relatório do período 2003-2005 revelava que, entre os principais pontos programáticos a guiar aquela gestão⁷⁶, constava “**fortalecer a interlocução da ANPUR com outras instituições da sociedade civil**”. (ANPUR, ATA 2005. GRIFO NOSSO).

Em seguida, Ana Fernandes, nova Presidente da Associação⁷⁷, que assumia então a coordenação da assembleia, reafirmou que “que a ata da assembleia em que se encerrou a gestão de Cristina Leme e o relatório da gestão de Heloisa Costa constituem um programa de trabalho com o qual se compromete” (IDEM. GRIFO NOSSO).

Ana Fernandes considera importante “fortalecer a ANPUR enquanto interlocutora com outras entidades e instituições e, ainda, fazer crescer a sua influência junto às agências de fomento, bem como a interlocução com instituições de ensino no âmbito do Mercosul.

Relativamente à conjuntura, a Presidente empossada levantou duas questões: a “Reforma Universitária” e o Plano Nacional da Pós-Graduação, sobre os quais, dada a “multidisciplinaridade da área, com possibilidade de elo de conexão com uma outra área, disforme, com nova "caixa" de classificação nos organismos de fomento e com cerca de duzentos e cinquenta programas”, a ANPUR precisaria tomar posição, e a realização da

⁷⁵ Maria Cristina da Silva Leme e Suzana Pasternak Taschner, mas da FAUUSP

⁷⁶ Composta por Heloisa Soares de Moura Costa, Roberto Luís de Melo Monte-Mór e Jupira Gomes de Mendonça, todos da UFMG, como Presidente, Secretário Executivo e Secretário-Executivo Adjunto, respectivamente.

⁷⁷ Da chapa encabeçada ainda por Tania Maria Diederichs Fischer e Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes, todos da UFBA.

Conferência Nacional das Cidades, e a montagem do Conselho Nacional das Cidades, para a qual o segmento Universidade deveria se organizar. (IBIDEM).

O MCID e o ConCidades

Na mesma Assembleia de 2003, Nabil Bonduki publicizou “sua satisfação pelo convite para participar da diretoria” e reforçou a “potencialidade da ANPUR como espaço de reflexão sobre a questão urbana e de interferência nos rumos da política urbana nacional e os aspectos a ela relacionados” (IBIDEM: 9).

Além disso, Bonduki lembrou sobre a importância dos dois anos seguintes, haja vista a obrigatoriedade, de realização de Planos Diretores Municipais para as cidades com mais de 20 mil habitantes, dando ênfase ao papel da academia no apoio às instâncias locais para a formulação desses.

Sobre a obrigatoriedade dos planos diretores

Roberto Monte-Mór, Secretário-Executivo que se despedia, relatou conversas mantidas entre a diretoria da ANPUR e o Ministério das Cidades, tendo sido proposta cooperação entre as duas instituições na promoção da pesquisa acadêmica, visando fortalecer a Associação e seus pesquisadores junto aos órgãos de fomento, e apoiá-la no processo de capacitação, no nível da pós-graduação, especialização e treinamento para o planejamento urbano. Nesta cooperação objetivava-se, ademais, traçar estratégias de curto, médio e longo prazo para a “retomada do planejamento urbano e regional no país”. (IBIDEM: 10).

Rodrigo Simões, também da UFMG, mas membro da chapa recém-eleita, lembrou “o cuidado que se deve ter na associação com o governo”. Sobre este comentário Ana Fernandes afirmou “que a preservação da autonomia da Associação e da academia é um compromisso de fato”. (IBIDEM: 10-11).

De fato, mobilizou como não acontecia desde os anos do BNH⁷⁸

Vemos duas formas mais constantes de participação da ANPUR na vida pública dos órgãos de planejamento e na vida pública (não acadêmica) mais ampla: representação e as moções.

1.4.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Durante os anos do PT no Governos Federal, além do Ministério das Cidades - MCID, houve aproximação com outros órgãos, em especial, o IPEA, o IBGE⁷⁹ e o próprio Ministério do Planejamento – MPOG do qual esses Institutos fazem parte, além do Ministério do

⁷⁸ Em 2010 a NPUR participou da Oficina de consolidação e divulgação dos resultados da pesquisa “Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos”.

⁷⁹ IPEA, o IBGE

Desenvolvimento Regional (Ministério da Integração Nacional – MDR), e de organismos internacionais (como BID e OCDE)⁸⁰, que também passaram a ter um diálogo mais próximo com os órgãos daquele governo.

Por exemplo, em 2011 a ANPUR participou da Reunião no chamado Diálogos Setoriais com a Sociedade Civil, sobre Cidades Sustentáveis e da II Conferência do Desenvolvimento, promovida pela OCDE.

Na Pauta do Desenvolvimento Regional, a ANPUR, por meio de seus professores representantes, participou da construção da PNDR, aproximando-se também BNDES e do Centro Celo Furtado⁸¹.

Entre os eventos do Ministério da Integração Regional - MDR, participou, em 2011, do Seminário Internacional Estratégias de Apoio das Universidades ao Desenvolvimento Regional (MDR, MPOG, OCDE e GPR), em 2012, do I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (CAPES, FAPERJ, UFRJ e ANPUR), e em 2013, da I Conferência Nacional do Desenvolvimento⁸² (MDR, IPEA e BNDES), tendo como representantes Ester Limonad (POSGEO/ UFF) e Rodrigo Simões (CEDEPLAR/ UFMG), mesmo ano em que ocorreu o II Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional, sobre a Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A pauta regional passou a ser esquentada a partir também desta data, com Rainer Randolf como representante da área de PUR da CAPES.

Com o Ministério das Cidades as relações institucionais começam bem antes, para alguns dos membros da ANPUR, inclusive antes da criação da nova Pasta (MCID), em 2003. Nabil Bonduki e Adalto Cardoso, entre outros, haviam participado da preparação do Projeto Moradia, que sintetizava as pautas de campanha do PT para a questão urbana e habitacional.

Na verdade, vinha de momento ainda anterior a participação da ANPUR em instâncias de discussão sobre a política urbana, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana que reunia diversas entidades acadêmicas, estudantes, movimentos sociais, e ONGS, organizados pela primeira vez na FAU/USP, em julho de 1990. Mas sobre essa participação não havia unanimidade entre os membros da Associação⁸³.

Em 1995 houve a Manutenção da representação da ANPUR no Comitê Nacional Habitat, buscando ampliar a discussão de nossas posições no seio da comunidade e aprofundando, com

⁸⁰ BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, OCDE

⁸¹ BNDES e Centro Celo Furtado

⁸² Além da I Conferência Estadual do Desenvolvimento Regional do Rio de Janeiro (com apoio do BNDES, UFRJ, UFF, UFRRJ).

⁸³ Representação das instituições de ensino e pesquisa junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana. Apoio às atividades do FNRU através da divulgação para todas as instituições associadas e filiadas das atividades e documentos do Fórum. Participação no Fórum Social em 2002 em Porto Alegre

vistas à elaboração de posições comuns, nossas interações com as representações não governamentais.

Brasilmar Ferreira Nunes (UNB), Diretor na chapa que se iniciaria em 2003, afirmou que a criação do Ministério das Cidades:

“coloca no cenário nacional a questão urbana como uma das armas privilegiadas no processo de mudança em curso da nossa sociedade. A comunidade da ANPUR certamente deverá ser um ator mobilizado nesse percurso.” (ANPUR, Ata, 2003).

Naquele mesmo ano (2003) a Associação se tornou Membro suplente no do Conselho Nacional das Cidades - CONCID, instituído junto com o MCID, representando o segmento entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa⁸⁴. Em 2006 tornou Membro titular deste Conselho tendo com isso participado das várias reuniões seja da Coordenação-Executiva, seja Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano e depois também do Grupo de Trabalho Conflitos Urbanos deste Conselho, reuniões de tipo preparatórias⁸⁵ para a 1ª, 2ª 3ª e a 4ª⁸⁶ Conferências Nacionais das Cidades, que ocorreram nos anos de 2004, 2006, 2008 e 2010.

Tendo inicialmente Nabil Bonduki (FAU/USP) como seu representante, a representação passou para Ana Fernandes (PPG-AU/FAUFBA), eleita na 2ª Conferência Nacional das Cidades, sendo ela substituída em 2008 por Edna Castro (NAEA-UFPA) e em 2010 por Leila Christina Dias (UFSC), quando a ANPUR voltou à condição de membro suplente no Segmento das Entidades Acadêmicas e Profissionais.

Sobre Conselho Nacional, os Conselho Locais e a Conferência Nacional

⁸⁴ O Conselho das Cidades é composto por representantes de segmentos da sociedade: governo (executivo e legislativo), empresários, trabalhadores, movimentos populares, sociedades acadêmicas e científicas, ONG associações profissionais.

⁸⁵ Orlando Alves dos Santos Jr apresentou um relato da atuação da ANPUR na Conferência e no Conselho das Cidades. Ao final de seu relato, o prof. Orlando Alves dos Santos Jr apresentou a proposta de constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de: (i) coordenar a atuação da ANPUR no processo de organização da Conferência Nacional; (ii) coordenar um processo de debate sobre as relações institucionais da ANPUR com o Ministério das Cidades. Ficando a cargo da próxima gestão constituir esse grupo com o apoio e suporte direto dos professores Orlando Alves dos Santos Jr (IPPUR-UFRJ) e Benny Schvasberg (PPGAU-UNB). A proposta foi aprovada por unanimidade. (ANPUR, Ata 2011).

⁸⁶ Na 1ª Conferência Nacional das Cidades, a ANPUR participou da Coordenação Executiva, nas pessoas de Maria Cristina da Silva Leme, substituída por Heloisa S. M. Costa. E durante a Conferência, com a participação dos seguintes delegados indicados pela diretoria e pelos programas: Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ), Heloisa S. M. Costa (ANPUR), Ricardo Lima (Direito/UERJ) e Ricardo Toledo Silva (FAU/USP) Na 3ª. Conferência das Cidades a ANPUR participou tanto da Comissão Executiva, quanto na Comissão de Sistematização, na figura de Ana Fernandes (PPG-AU/FAUFBA).

Em 2005 a ANPUR participou da Discussão do documento "Por uma Política Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento Urbano e Regional" junto a todos os programas filiados/associado, encaminhando proposta ao Ministério das Cidades.

Em 2006 a ANPUR tomou posse também no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - CGFNHIS com representação de Nabil Bonduki (FAU/USP), seguido por Aduino Cardoso (IPPUR/UFRJ, em 2009), Elson Manoel Pereira (UFSC, em 2010) e Benny Schvasberg (PPGAU/UNB, em 2012).

Entre as atribuições dos membros deste Conselho Gestor está a aprovação de programas como o "Produção Social da Moradia", que permite acesso direto das cooperativas e movimentos sociais aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS; além da regulamentação do Programa; da alocação de recursos para as modalidades de intervenção; e da anuência dos Relatórios de Gestão.

Em 2011, houve o Seminário Internacional 10 Anos do Estatuto da Cidade (MCID, *Lincoln Institute of Land and Policy*)⁸⁷.

A extinção, ainda que simbólica, do Concidades e da participação ainda no governo da Dilma diminuiu muito a capacidade de atuação da ANPUR.

1.4.3 Moções

Desde 1991 a redação de moções e cartas de repúdio passou ser expediente relativamente frequente utilizado pela ANPUR para externalizar suas opiniões e participar mais ativamente da vida pública ou política dentro e fora do domínio acadêmico

Frente à lentidão na divulgação dos dados do último censo e da não realização do censo industrial, em 1995 foi aprovada por unanimidade em Assembleia uma "moção de protesto" ao IBGE. Esse tema é retomado em 1997 quando o delegado Carlos Pacheco (UNIV) propõe que a Assembleia vote uma moção que expresse a preocupação com a divulgação dos dados censitários no País.

Também em 1995 foi aprovada "moção de apoio" à proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em tramitação no Congresso Nacional naquele ano⁸⁸, e outra "moção de

⁸⁷ Por fim, em 2011 moção de apoio e adesão ao abaixo-assinado realizado por iniciativa da rede Habitat e Cidadania: habitação de interesse social no campo e na floresta, após o II Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, promovido pelo Grupo HABIS Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade IAU/USP e UFSCar; pelo GERAH Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat da UFRN; e pela ONG Usina Centro de trabalhos para o ambiente habitado. Esta moção foi submetida ao plenário e aprovada, havendo um voto contra e duas abstenções.

⁸⁸ No entanto, uma "moção contrária" ao projeto substitutivo ao PL de Darcy Ribeiro não foi aprovada naquela Assembleia, por haver uma maioria de abstenção.

repúdio” a posição adotada pelo governo federal de suspensão das contratações de professores universitários.

Em 1999, Carlos Vainer (IPPUR/ UFRJ) propôs uma “moção de posicionamento crítico” da ANPUR frente à política acadêmica, científica e tecnológica brasileira, com ênfase nas recentes mudanças e procedimentos adotados pela CAPES e CNPq.

Em 2003, os professores Carlos Vainer, Rodrigo Simões e Silvia Ficher apresentam à Assembleia a seguinte moção:

Os representantes dos programas associados e filiados à ANPUR - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - reunidos em Assembleia Geral Ordinária em Belo Horizonte, no dia 30 de maio de 2003, vem manifestar sua preocupação com os drásticos impactos que o projeto de reforma previdenciária em discussão no Congresso Nacional já está causando - com implicações futuras imprevisíveis nos quadros das Universidades Públicas, pondo em risco um patrimônio de toda sociedade (...) - A defesa da Universidade pública e de qualidade implica a própria preservação da carreira valorizados e experiência acadêmica e o entendimento de que só há Universidade de qualidade com professores. (ANPUR, ATA 2003)

A moção foi aprovada por unanimidade, e foi proposto seu envio para a Presidência da República, Gabinete Civil, Ministério da Educação, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, ANDIFES, ANDES, SBPC, jornais.

Na Assembleia de 2005, Aduino Cardoso (IPPUR/UFRJ) levantou preocupação em relação ao Projeto de Lei – PL substitutivo da Lei 6.766 (conhecida como a Lei de Loteamentos), em pauta na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados - CDU. Propôs moção dirigida àquela Comissão solicitando adiamento da votação e retomada da discussão pública e disponibilização de consulta popular no site da Comissão. Nabil Bonduki (FAU/USP) reforçou a importância da moção, propondo envio também ao Ministério das Cidades. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Do encontro em 2009 foram aprovadas as seguintes monções: “moção de repúdio aos muros nas favelas do Rio de Janeiro; moção de repúdio ao Código Ambiental de Santa Catarina; moção de repúdio à Prefeitura Municipal de Florianópolis por interromper o processo participativo da revisão de seu Plano Diretor Municipal; moção de repúdio aos modelos apresentados pela Caixa Econômica Federal - CEF como exemplos de projetos do programa Minha Casa Minha Vida que estão sendo considerados referência de projetos por agentes públicos e privados em todo o país.”(ANPUR, ATA 2009)

CAPÍTULO II – EM BUSCA DE UM LUGAR NA CIÊNCIA

Neste segundo capítulo abordaremos a estruturação do sistema de pós-graduação no Brasil, e as mudanças recentes olhando para a organização e o financiamento do sistema universitários brasileiro como um todo e, em especial, da pós-graduação, pois isso é de fundamental importância para se entender a ANPUR, suas possibilidades de existência e funcionamento.

Já foi pincelado no capítulo anterior algumas questões referentes à organização e ao financiamento da associação, mas neste próximo capítulo intenta-se dar uma dimensão mais conjuntural ao tema.

Da mesma forma, para a conformação do campo de Planejamento Urbano e Regional, olhando para sua conformação dentro e fora do ambiente acadêmico, haja visto que tal tema além de multidisciplinar, não se encerra no mundo acadêmico e tem o mundo prático/profissional um de seus alvos/ desafios, na contribuição para a mudança da realidade, como expuseram diversos de seus presidentes e membros dirigentes

II.1 EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES NO BRASIL

Os indicadores de escolaridade no Brasil ainda são pouco satisfatórios, mesmo quando comparados a países com nível de desenvolvimento similar. Sobre a educação superior, mais especificamente, a taxa de acesso da população em idade adequada ainda fica bem abaixo de países como Argentina e México, por exemplo, e muito distante dos países mais desenvolvidos, como Alemanha, Estados Unidos, Coreia do Sul e Itália (Neves et al., 2007)⁸⁹. Não obstante, desde meados do século passado presenciamos uma acentuada expansão de todos os níveis de ensino, incluindo o superior (Durham, 2003; Ribeiro, 2011). SALATA, 2018).

O ingresso no Ensino Superior e sua conclusão se consolidaram, nas últimas décadas, como um dos principais meios através dos quais os estratos mais elevados da sociedade brasileira garantem o acesso, seu e de seus filhos, às posições sociais mais valorizadas e bem remuneradas (HASENBALG, 2003, APUD SALATA, 2018). Assim, conseguir ou não ter acesso ao Ensino Superior é, no Brasil, um elemento marcante no processo de reprodução das desigualdades. (SALATA, 2018).

⁸⁹ Neves, Clarissa Eckert Baeta et al. (2007), "Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira". *Sociologias*, 9 (17): 124-157.

A relação entre expansão e democratização do sistema de ensino tem sido objeto de intenso debate dentro dos estudos sobre estratificação social⁹⁰. A questão principal que se coloca é se a expansão dos sistemas de ensino reduziria as desigualdades de oportunidades.⁹¹

NEVES E MARTINS (2017) caracterizam o Sistema de Ensino Superior no Brasil, nas últimas décadas, da seguinte forma:

- i) coexistência de instituições universitárias e não universitárias;
- ii) segmento de instituições mantidas pelo poder público (federal, estadual e municipal) que oferece ensino gratuito e de um segmento de instituições, mantidas pela iniciativa privada, e que se sustentam, principalmente, a partir da cobrança de mensalidades;
- iii) heterogeneidade em termos de qualidade acadêmica entre os segmentos públicos e privados e também no interior desses dois segmentos;
- iv) distribuição de matrículas muito desequilibrada entre os segmentos público e privado, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e fraca diferenciação da oferta no ensino superior como um todo;
- v) forte concentração, no MEC, das prerrogativas de formulação de políticas e dos instrumentos de supervisão, controle e avaliação sobre o sistema federal e privado;
- vi) modelo de financiamento que compromete a expansão da matrícula e a inclusão social;
- vii) acesso ao ensino superior com caráter amplamente excludente, apesar das políticas de inclusão;
- viii) consolidação de um vigoroso sistema de pós-graduação, baseado em uma avaliação trienal por pares e programas contínuos de fomento; e
- ix) preocupação crescente com a internacionalização do ensino superior. (p. 25).

Quanto à pós-graduação, ela teria tomado forma na década de 1960, e principalmente na década seguinte, quando houve uma maior orientação do governo brasileiro ao estímulo, sobretudo, para professores do ensino superior, visando contribuir “para a expansão do próprio sistema e para a promoção da pesquisa científica e tecnológica no País” (PIQUET; VILANI, 2013: 96).

A ANPUR, e parte de suas assemelhadas, como a ANPOCS⁹², foi criada em um amplo contexto de valorização ensino superior e investimento em pesquisa acadêmica, com a Reforma Universitária de 1968, a criação ou fortalecimento de órgãos de financiamento.

⁹⁰ Entre outros, Picanço (2015), Mont`Alvão (2011; 2015) e Marteleto et al. (2016).

⁹¹ Trabalhos, entre outros, que abordam a estratificação educacional: Valle Silva (2003) e Ribeiro (2011).

⁹² Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS foi criada em 1977, mas bem antes dela, a Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS havia sido fundada em 1948.

O Conselho Nacional de Pesquisa - futuro Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, havia sido criado em 1951 como autarquia vinculada à Presidência da República. Em 1974, seria transformado em fundação⁹³, quando passaria a exercer função de órgão de coordenação central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (FERREIRA, 1979).

O diagnóstico feito por José Pelúcio Ferreira (1979), era de que, até aquele momento, o CNPQ havia falhado na sua função de formulação de políticas científicas associadas às políticas de desenvolvimento econômico e social, e de aglutinador de esforços de todo o aparelho governamental no campo da ciência e da tecnologia.

Na década de 70, a função de um órgão como o CNPq era o de participar efetivamente na concretização dos grandes objetivos nacionais, no centro dos quais se encontrava o “bem-estar social” e a “economia, apoiada no fortalecimento da empresa nacional”. (FERREIRA, 1979: XV).

Também o principal instrumento de financiamento da ciência e tecnologia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, criado em 1969, passaria à responsabilidade de uma empresa pública, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 1971, transformada progressivamente na principal agência federal de financiamento de programas e projetos de ciência e tecnologia e de cooperação com outras instituições públicas e particulares com o mesmo propósito, incluindo as universidades.

Para alcançar sucesso nos ambiciosos planos de desenvolvimento tecnológico e científico, o principal banco de investimento do país, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), estabeleceu um fundo de suporte ao desenvolvimento tecnológico, ainda em 1969. O sucesso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) criou uma pressão para sua institucionalização em uma nova agência especializada. Criada em 1971, a Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, assumiu a secretaria executiva do FNDCT, agora como um fundo nacional definido como um item permanente do orçamento público federal. Em 1975, o antigo e, até então, pequeno Conselho Nacional de Pesquisa foi reformado e transformado em um novo e muito mais amplo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq. Esse conselho permaneceu sob o controle direto do então poderoso Ministério do Planejamento. (BALBACHEVSKY, 2005).

A seguir, retrocede-se um pouco no tempo apenas para construir um breve relato da trajetória do Sistema Universitário no Brasil, com ênfase nas políticas federais e na pós-graduação, que importam para compreendermos de que maneira a ANPUR pode responder a esses movimentos mais gerais das políticas educacionais, já que a quantidade e perfil tanto de

⁹³ vinculado inicialmente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e posteriormente Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações – MCTI.

seu corpo dirigente, quanto de seus membros filiados ou associados está relacionada a tais movimentos.

II.1.1 ANTECEDENTES

TRINDADE (1999) enxerga quatro períodos de formação da instituição universitária. O primeiro, do século XII até o Renascimento, seria o período da invenção da universidade. Em plena Idade Média constitui-se o modelo da universidade tradicional, tendo as universidades de Paris e Bolonha iniciado experiências precursoras que, sob a proteção da Igreja romana, se espalhariam por todo território europeu.

O segundo período teria início no século XV, quando a universidade renascentista tradicional sofreria o impacto do capitalismo, da contrarreforma e do humanismo literário e artístico florescente nas repúblicas italianas, se espalhando, pois, para os principais países da Europa do centro e do norte.

Enquanto na Europa ocorre a implantação de uma rede de universidades, da Península Ibérica à Rússia e do sul da Itália aos países nórdicos, que esta instituição chega às Américas.

No Caribe e nas colônias norte-americanas da costa Atlântica, é do início do século XVI a data das primeiras universidades. Inspiradas no modelo tradicional espanhol e nas universidades de Oxford e Cambridge, para onde costumavam enviar seus filhos para estudo (entre 1650 e 1750), copiavam seu modelo, adotando-os, partir de 1636, em Cambridge (Harvard), Filadélfia, Yale, Princeton e Columbia (BENJAMIN, 1964, *APUD* TRINDADE, 1999).

A partir do século XVII, marcado por descobertas científicas em vários campos do saber, e do século XVIII, com o Iluminismo trazendo a valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e da tolerância religiosa, e iniciada a Revolução Industrial inglesa, a universidade começaria a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolverão no século XIX⁹⁴.

O quarto e último período, da universidade moderna, começaria então no século XIX, se desdobrando até os dias atuais, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade, permitindo, com isso, a coexistência de diferentes padrões de universidade.

É quando, segundo o historiador da ciência Jean Dhombres, assiste-se o nascimento de um novo poder:

“(…) tanto nas sociedades industriais avançadas quanto nas universidades, a ciência, e sua organização, tornou-se um problema eminentemente político... A ciência perdeu a inocência apocalíptica de Hiroxima e, mais recentemente, com as

⁹⁴ Citando Trindade (1999): “Na França revolucionária, após a fase em que os ‘aristocratas do saber’ são perseguidos durante o Terror, e a Academia de Ciências e a própria universidade são fechadas, a ciência é reabilitada: (p 96).

inquietantes perspectivas de militarização do espaço. Na sociedade moderna seria ingênuo imaginar que o sistema científico se organiza e se desenvolve de forma autônoma. (DHOMBRES, 1989, *APUD* TRINDADE, 1999: 18).

Ou seja, a universidade moderna traz para o centro da instituição universitária as complexas relações entre sociedade, conhecimento e poder.

Seguindo TRINDADE (1999), as universidades, portanto, não seguem um modelo único e sua história confunde-se, em boa medida, com as variabilidades das relações entre ciência, universidade e Estado.

Sobretudo na França e Alemanha, a universidade rumou para a nacionalização, com abolição do monopólio corporativo dos professores, e iniciando o que denominou de “papel social das universidades”, com o desenvolvimento de três profissões de interesse estatal: o engenheiro, o economista e o diplomata.

Já na América Latina conviveriam dois padrões diferentes de ensino superior.

Na América espanhola, a universidade é implantada logo após a conquista, existindo no final do século XVII uma rede de 12 instituições de norte a sul do continente.

A primeira universidade é fundada em Santo Domingo (República Dominicana), na América Central, em 1538, e a sexta, a Universidade de Córdoba (Argentina), em 1613. O modelo espanhol, da velha Universidade de Salamanca e, sobretudo, da nova Universidade de Alcalá, atual Complutense, dominaria o padrão tradicional das faculdades de teologia, leis, artes e medicina até fins do século XVII.

No Brasil, colônia portuguesa, no entanto, o ensino superior se constituiria apenas tardiamente. Daí a expressão “universidade temporã”, cunhada por de Luiz Antônio Cunha.

Ao contrário da colonização espanhola, na América Latina os portugueses mostraram-se hostis à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira. (NEVES; MARTINS, 2017).

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia, e tinham por objetivo fornecer quadros profissionais para funções ocupacionais na corte.

No final do Império o país contava com seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Após a independência, o Império reforçou e multiplicou o ensino público superior, ao passo que se reduziram os cursos dos conventos à formação clerical. Em 1889, quando da Proclamação da República, todo o ensino superior no país era estatal, centralmente mantido e controlado. (CUNHA, 1985).

Até 1920, nenhuma universidade existiu no país, pelo menos não com duração significativa. Primeiro, pela proibição de Portugal, depois pela identificação da universidade

como instituição comprometida com o *ancien régime* francês, julgamento compartilhado por liberais e positivistas que prevaleceu sobre os projetos de criação de universidades, existentes inclusive no período imperial. (CUNHA, 1999).

No início da década de 1930 o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes. A atividade de pesquisa era realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmico com o sistema de ensino superior existente (NEVES; MARTINS, 2017).

No entanto, as décadas de 1920 e 1930 impuseram o Brasil novas ideias e novas formas de ver o mundo, mas também, com movimentos culturais⁹⁵, sociais e políticos que teriam consequências de peso nas décadas seguintes.

“Educação nova”, C&T e a Reforma Campos

Nas décadas de 20 e 30 havia intenso movimento pela educação superior. Diferentes grupos se tornariam “propagandistas da educação”, compartilhando entre si o isolamento em relação ao poder político⁹⁶.

Como relata SCHWARTZMAN (2001), um grupo bastante atuante, os “pioneiros da educação nova”⁹⁷, incluía Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Francisco Venâncio Filho, Heitor Lira, Almeida Júnior, Lourenço Filho e outros. Para eles era evidente que os problemas brasileiros começariam a ser resolvidos quando o sistema educacional se expandisse e modernizasse, tornando-se mais racional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, apoiava a educação leiga, a criação de um sistema nacional de EDUCAÇÃO, com normas estabelecidas pelo governo federal, atribuindo papel central ao Estado na execução desta tarefa. Em outras palavras, seu projeto retomava e expandia a tradição centralizadora e intervencionista do Estado, interrompido pela República, a ser retomado pelo novo regime, de Getúlio Vargas.

⁹⁵ Como, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna de 1922.

⁹⁶ Para aprofundamento sobre o período, ver Schwartzman, Bomeny e Costa (1984).

⁹⁷ A expressão “educação nova”, trazida por Anísio Teixeira da sua experiência no *Teachers College* da Universidade de Columbia, tinha um sentido sobretudo pedagógico: a saber, a ideia de que a educação deve basear-se nos princípios da liberdade individual, da criatividade, da originalidade do pensamento, em lugar da educação formal e do aprendizado baseado na memorização que prevaleciam na educação tradicional. (SCHWARTZMAN, 2001).

Segundo Fernando de Azevedo (1963: 270 *APUD* SCHWARTZMAN, 2001), a Igreja Católica vivia o seu mais vigoroso movimento, pela amplitude do seu ativismo social, pelo renascimento do espírito nacional e religioso e por uma nova atitude combativa”⁹⁸.

A militância da Igreja, que não se restringia a seus membros oficiais, compartilhava com os outros intelectuais sua insatisfação com o atraso, a ignorância e a “falta de fibra moral da nação”, assim como com a corrupção e ineficiência das autoridades civis, e acreditava que o caminho para a redenção nacional incluía a reconstrução do povo por meio da educação⁹⁹, tendo a França como fonte de inspiração¹⁰⁰.

Ainda seguindo SCHWARTZMAN (2001), outro grupo, que vinha principalmente da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e que também defendia a criação de uma universidade brasileira, compunha a Academia Brasileira de Ciências - ABC.

Instituída em 1922, a ABC era um desdobramento da Sociedade Brasileira de Ciências - SBC, fundada em 1916, que promovia reuniões com ênfases na matemática e nas ciências físico-químicas, e mais tarde também na geologia e nas ciências biológicas, também aos moldes da sociedade francesa¹⁰¹.

Seus membros defendiam os princípios da educação, da pesquisa e do ensino preconizados pela Associação Brasileira de Educação - ABE, criada em 1924, com preocupações abrangentes: educação primária e de professores, educação secundária, educação superior, educação profissional e artística, educação física e higiene, educação moral e cívica e cooperação familiar.

⁹⁸ Essa experiência de renascimento católico tem sido o tema de ampla investigação (vide Todaro 1971; Bruneau 1974; Cava 1976; Alves 1979; Salem 1982). Uma das suas principais características era a intensa militância do Cardeal Leme, do Rio de Janeiro, que promovia eventos dramáticos como a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, em 1931, ou a consagração da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora de Aparecida, no mesmo ano --- eventos que reuniam grandes multidões, pressionando o governo a levar a Igreja em consideração no período de construção nacional que devia começar. (IDEM).

⁹⁹ Importante grupo de intelectuais católicos leigos se reunia em torno do Centro Dom Vital, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Ataíde). (IBIDEM)

¹⁰⁰ A diferença principal estava em que enquanto alguns se inspiravam no Iluminismo francês e no espírito republicano dos *dreyfusards*, outros encontravam maior inspiração no realismo conservador da *Action Française*.

¹⁰¹ Em sua criação a Sociedade estava vinculada ao Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, sob os auspícios do governo francês, como institutos semelhantes abertos em Buenos Aires e outras capitais. A primeira diretoria incluía Henrique Morize (diretor), J.C. da Costa Sena e Juliano Moreira (Vice-Presidentes); Alfredo Löfgren (Secretário Geral); Roquette Pinto (Primeiro Secretário); Amoroso Costa (Segundo Secretário); e Alberto Betim Pais Leme (Tesoureiro), figuras notáveis do meio científico brasileiro. Em 1917 teve início a publicação da Revista da Sociedade Brasileira de Ciências. Assim, a Academia desempenhou função cultural e intelectual, agindo para promover a ciência, mais do que de praticá-la, publicar e divulgar trabalhos científicos, e permitir o intercâmbio com cientistas estrangeiros, especialmente franceses. (PAIM, 1982).

A ABC patrocinou muitas atividades, incluindo cursos de extensão, trabalhos de pesquisa, elaboração de leis de recrutamento militar, “inquéritos” e pesquisas de opinião e uma série de conferências educacionais de âmbito nacional que mobilizariam o ambiente intelectual e cultural do Brasil depois de 1927¹⁰².

Assim, se em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior, três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, várias delas criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica. A primeira universidade oficial brasileira havia sido criada no Paraná (1912), mas não teve vida longa. Em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, com a fusão das antigas escolas de engenharia, medicina e direito, ambas pouco mais que um aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado, com poucas atribuições. (NEVES; MARTINS, 2017).

Muito embora a ciência e a educação não estivessem entre as maiores prioridades do governo de Getúlio Vargas, é de seu governo (1931) a primeira legislação federal a delinear as características de uma Universidade, conhecida como Reforma Francisco Campos, nome do diretor do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

Francisco Campo tinha antes contribuído para a reforma da educação fundamental em Minas Gerais, e percebeu que poderia não só conferir legitimidade ao novo regime, entre as pessoas educadas, como também contribuir para o projeto de modernização desejado por tantos.

Para Campos, duas condições seriam necessárias: a autonomia universitária e a criação de instituições dedicadas principalmente à pesquisa, e não ao ensino profissional. Ele criou o Conselho Nacional de Educação - CNE, órgão permanente de assistência ao Ministro, com membros designados diretamente pelo Presidente da República, e promulgou o Estatuto das Universidades Brasileiras, que deu autoridade ao Ministro da Educação – ME e ao CNE para aprovar os regulamentos internos das universidades criadas no país a partir de então.

A concepção da Reforma Campos, de uma universidade nacional em um sistema centralizado seria adotada, no restante do país, anos mais tarde. Para SCHWARTZMAN (2001), esta reforma resultaria em rigidez só excepcionalmente abalada e teria sido orientada para paralisar o movimento favorável a um sistema universitário baseado em comunidades científicas organizadas de forma autônoma.

Era o caso das universidades surgidas em meados da década de 1930, com destaque para a Universidade de São Paulo - USP, em 1934, que resistiu à federalização, e da

¹⁰² Neste mesmo ano foram feitas pesquisas sobre a educação secundária e a questão da universidade: se as instituições de pesquisa deveriam ser incluídas nas universidades, quais os métodos de ensino a serem utilizados, se os governos estaduais deviam oferecer assistência financeira ao governo federal, assim como questões relativas ao status profissional dos professores universitários (por exemplo, o nível dos salários e as horas de trabalho). Os resultados dessa pesquisa foram publicados em 1929 pelo jornal O Estado de São Paulo. (*idem*)

Universidade do Distrito Federal - UDF, em 1935, que acabou por ter existência efêmera, quando o governo federal resolve integrá-la à Universidade do Rio de Janeiro – futura UFRJ¹⁰³. Dentre as católicas, a primeira seria a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, criada em 1940.

+ sobre a usp – que viria a ser importam na formação dos urbanistas da ANPUR

Entre 1946 e 1960 seriam criadas dezoito Instituições de Ensino Superior - IES públicas e dez IES privadas. Durante toda a década de 50, faculdades estaduais e privadas seriam reunidas e federalizadas, formando universidades, mantidas e controladas pela União. No ano de 1960 a matrícula era de 93 mil estudantes, dos quais mais da metade eram absorvidos pelo setor público. (NEVES; MARTINS, 2017: 25).

O pós-Segunda Guerra Mundial havia fortalecido a ideia de que o conhecimento e a tecnologia gerados pela ciência auxiliavam a promoção do desenvolvimento e da soberania de um país., com desdobramento no Brasil ainda no final da década de 1940¹⁰⁴. A década de 1950 foi um marco decisivo para a concepção e implantação de um modelo de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil sob a égide do Estado. No início dessa década, em 1951, foram fundadas duas das mais importantes instituições federais de fomento à pesquisa científica no País, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES, e Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq

Em 1951 seria criada a Coordenação Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES, composta por representantes de órgãos governamentais e entidades privadas. Seu presidente foi o então ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, acompanhado por seu secretário-geral, o professor Anísio Teixeira, quem assumiria a presidência da instituição em 1952, nela permanecendo até 1964.

Instituído no mesmo ano (1951), porém de perfil diverso, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia - CNPq teve como fundador o Almirante Álvaro Alberto, então representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU.

O surto de industrialização posterior à Segunda Guerra, e seu aprofundamento nos anos 1960, ajudaria ainda a consolidar, entre os dirigentes, a percepção que o país necessitava de quadros profissionais com formação universitária para enfrentar o processo de desenvolvimento econômico.

¹⁰³ A USP se tornaria a principal instituição acadêmica brasileira. Já a relação entre Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (ex UDF) com as Escolas ou Faculdades profissionais seria a matriz da primeira geração das instituições públicas federais de ensino superior, e confessionais católicas.

¹⁰⁴ Com a organização da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (1948), e a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF (1949) e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA (1950).

O pós-guerra havia favorecido, ao redor do mundo, a massificação do ensino superior, fazendo com que as universidades perdessem seu caráter elitista tradicional, transformando-as em organizações burocráticas complexas. O momento crítico desse processo havia se cristalizado nos movimentos de rebelião estudantil de 1968 na França, Alemanha e Estados Unidos. Também o movimento mundial da demanda crescente pelo ensino superior, começado nos países industrializados, se manifestaria na maioria dos países latino-americanos, levando à pressão pela ampliação do ensino público. (TRINDADE, 1999C: 31).

Os “trinta anos de ouro” do capitalismo (período de prosperidade no mundo ocidental, entre a II Guerra Mundial e meados de 1970), é bruscamente interrompido por uma profunda crise econômica que afeta países como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França.

Na América Latina, multiplicam-se os golpes de Estado, gerando um quadro político dominado por regimes altamente repressores dos direitos civis e sociais fundamentais.

No Brasil, um golpe militar tomou lugar em 1964, instaurando regime ditatorial que perdurou até 1985 e limitando radicalmente a manifestação estudantil e popular. No entanto, iniciou processo de construção de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas, abarcando praticamente todos os estados da Federação. Em função disso, em 1965 o número de matrículas cresceu, atingindo cerca de 352 mil estudantes. Destes, 56% encontravam-se no setor público. (DURHAM, 2003).

Reforma universitária de 1968 e crise do regime militar

Em 1968, após mais de uma década de intenso debate público e de agitação estudantil, que começou com a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, culminou com a aprovação da Lei nº 5.540, conhecida como a Reforma de 1968. (DURHAM, 1998).

Como modelo, o ensino superior deveria ser público e gratuito, oferecido em universidades, tolerando-se provisoriamente outros tipos de instituições. A Universidade, ao contrário das instituições então existentes, deveria associar o ensino à pesquisa, organizar-se em departamentos e institutos e ser dirigida paritariamente por professores e alunos. Os funcionários, naquela época, não foram considerados. Reivindicava-se, paralelamente, a expansão da capacidade do sistema, de modo a absorver a grande demanda que então se manifestava, agravada pelo fenômeno dos chamados “excedentes”. (IDEM). Adotando-se o modelo norte-americano, instituiu a contratação de professores em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e substituiu o sistema tradicional de cursos sequenciais pelo regime semestral e o sistema de créditos.

A universidade tornou-se o modelo para todos os setores envolvidos com a educação superior pública, revelando-se mais a frente, na opinião de DURHAM, “tão inviável quanto inadequado”¹⁰⁵. (1998: 6).

Segundo NEVEZ E MARTINS (2017), a Reforma Universitária ocorrida em 1968 profissionalizou a academia, institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incrementou uma política de formação de recursos humanos com vistas à criação do potencial científico tecnológico nacional.

A Reforma promoveu substanciais recursos para as agências de financiamento de pós-graduação e pesquisa (CAPES, CNPq e FINEP), parte de sucessivos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT e criou uma política consistente de pós-graduação, com avaliação periódica pelos pares sob coordenação da CAPES. (TRINDADE, 1999c).

Para alguns autores, o principal alvo da Reforma Universitária de 1968 teria sido a alteração do padrão tradicional de ensino superior até então em vigor, com base nas faculdades isoladas e profissionalizantes, nas cátedras vitalícias¹⁰⁶ e na ausência da pesquisa. Ela teria proposto uma estrutura moderna, tendo por função o ensino, a pesquisa e a extensão, e a necessidade de obtenção de títulos de mestre e de doutor pelos docentes como condição para progressão na carreira acadêmica. (FÁVERO, 2006; NEVES, 2002).

Conforme expôs BALBACHEVSKY (2005), no que tange a pós-graduação, as primeiras experiências, dos anos 30, haviam tido pouco impacto no ensino superior brasileiro como um todo. Naqueles anos, a pós-graduação era uma iniciativa de pequenas dimensões encontrada apenas em algumas universidades e, mesmo nelas, somente algumas cadeiras ofereciam alguma forma de treinamento pós-graduado. Fora do mundo acadêmico, seus títulos eram pouco conhecidos. Na maioria dos casos, a pós-graduação era apenas uma dentre muitas portas de entrada para a vida acadêmica. Em 1965 o Ministério da Educação regulamentou essas experiências, reconhecendo-as como um novo nível de ensino, além do bacharelado. Naquele ano, as principais características da pós-graduação brasileira foram fixadas pelo

¹⁰⁵ O modelo de universidade de pesquisa, tornou o investimento insuficiente para atender a toda a demanda e a restrição do atendimento foi legitimada em termos da necessidade de seleção de candidatos bem-preparados. Parte desses impactos serão tratados pela Gestão FHC.

¹⁰⁶ Nos anos 1930, as universidades conseguiram atrair um número razoável de professores estrangeiros. Alguns desses professores vieram em missões acadêmicas que contavam com a colaboração de governos europeus. Outros ainda vieram como asilados, fugindo da turbulência vivida pela Europa nos anos que precederam a Segunda Grande Guerra. Esses professores trouxeram o primeiro modelo institucional para os estudos pós-graduados no Brasil. O elemento central desse modelo era a relação tutorial que se estabelecia entre o professor catedrático e um pequeno grupo de discípulos, os quais também atuavam como auxiliares do professor nas atividades de ensino e/ou pesquisa. Nesse formato, o treinamento era bastante informal e estava centrado no desenvolvimento da tese. A autoridade acadêmica do professor era absoluta: apenas a ele cabia estabelecer o conteúdo e o volume das atividades acadêmicas a serem cumpridas pelos candidatos antes da defesa da tese. Da mesma forma, era esse professor quem determinava quais questões e métodos de demonstração eram aceitáveis para uma dissertação e quais técnicas eram admissíveis para a pesquisa. (BALBACHEVSKY, 2005)

Parecer 977/65, conhecido como Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Esse parecer estabeleceu, pela primeira vez, o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, e estabelecendo uma linha de continuidade entre os dois, consagrando o mestrado como um pré-requisito para o doutorado. A iniciativa de regulamentar esse nível de ensino refletia, em parte, a percepção das potencialidades estratégicas dessa etapa avançada de formação e, também, uma alternativa doméstica barata para a qualificação dos professores da rede federal de universidades, que passava por uma forte expansão naqueles anos¹⁰⁷.

Com a reforma de 1968, a pós-graduação se tornaria atividade semiautônoma, ligada aos departamentos recém-organizados. No novo formato, a relação tutorial entre o estudante e seu orientador se preservou, mas também foram criados conselhos de pós-graduação que se fortaleceram com o passar do tempo. À medida que a pós-graduação se institucionalizava, passou-se a exigir do candidato a conclusão de número mínimo de disciplinas especializadas, qualificação junto a uma banca de professores e defesa pública de tese diante de professores externos ao departamento. (IDEM)

Ainda que importantes, no entanto, essas medidas não seriam suficientes para explicar o sucesso da pós-graduação no Brasil. O salto de qualidade se daria quando os programas de pós-graduação se tornaram alvo privilegiado das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, no início dos anos 1970 (SCHWARTZMAN, 1992).

Ao articular desenvolvimento científico ao desenvolvimento econômico, o governo brasileiro criou espécie de consenso tácito entre dois importantes setores: lideranças científicas nacionais (várias delas com conhecida orientação esquerdista) e a ala nacionalista das forças armadas. Para ambos, a construção de um robusto sistema de ciência básica era vista como fundamental para o desenvolvimento do país. Essas elites acreditavam que, contando com razoável oferta de conhecimento e incentivos, os investidores privados migrariam de consumidores para produtores de tecnologia, o que permitiria romper o cerco tecnológico que, supunha-se, impedia o desenvolvimento do país. (BALBACHEVSKY, 2005)

Com a instituição de Programa Estratégico de Desenvolvimento, em vigor entre 1968 e 1970, ciência e tecnologia passaram a ser prioridade. O principal instrumento de financiamento, o FNDCT, criado em meados de 1969, seria o responsável pela execução dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT, que por sua vez deveria

¹⁰⁷ A formação de recursos humanos altamente qualificados, necessários para implementar esses projetos, era crucial. Assim, o governo brasileiro lançou inicialmente um ambicioso projeto de capacitação de pesquisadores no exterior, oferecendo bolsas para a pós-graduação fora do país. Esse programa ampliou enormemente as oportunidades de estudo no exterior, que, até meados dos anos 1960, estavam quase integralmente restritas às bolsas oferecidas por governos estrangeiros e fundações, tais como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, entre outras. (BALBACHEVSKY, 2005)

articular todas as ações e agências governamentais (órgãos da administração direta e indireta, empresas públicas ou de economia mista).

Assim, apesar de implantada no regime militar, a Reforma de 1968 incorporaria várias reivindicações da época, implantando o ideal da universidade de pesquisa, criada nos países desenvolvidos no século anterior. Teria ainda se esforçado para acompanhar a tendência mundial de expansão acelerada do ensino superior.

Houve de fato explosão de matrículas nos cursos de graduação, que passaram de 95.7 mil, em 1960, para 425mil, em 1970 e 1.4mi em 1980, tendo o setor público (estadual e federal) aumentado de 53.6 mil para 210 mil alunos entre 1960 e 1970 e, dez anos mais tarde, atingiria 492.2mil, por meio de maciço investimento federal. (TRINDADE, 1999c). Foram também construídos *campus* suburbanos, por vezes monumentais.

Porém, pós experimentar forte impulso de crescimento durante os anos 1970, o ensino superior no Brasil passou, na década seguinte, pela estagnação do número de matrículas. A crise econômica dos anos 80 já havia reduzido o ritmo de expansão das universidades nos países desenvolvidos, que mantinham, no entanto, à exceção do dramático caso inglês¹⁰⁸, níveis aceitáveis de financiamento público (TRINDADE, 1999c: 31).

No Brasil, a crise fez arrefecer o ritmo de crescimento do mercado de trabalho, instalando um clima de “perplexidade”, e colocando o sistema de ensino superior “em compasso de espera”. (NEIVA: 1992: 55).

Vê-se o agravamento dos índices de pobreza, de desigualdade social, da pobreza e violência urbana, e os primeiros cinco anos da década de 80 veem desaparecer as diretrizes políticas para o ensino de modo geral, e para o superior, em particular. O diagnóstico era de dificuldade¹⁰⁹:

“o estado procura se encolher, e as universidades públicas não podem continuar contando com a expansão constante de seus recursos. (...). Pressionada por todos os lados, as universidades terão bastante dificuldade em atender a uma população em crescimento, que continuará batendo às suas portas em busca de caminhos e respostas que ela não pode dar”. (APRESENTAÇÃO IN. DURHAM; SCHWARTZMAN, 1992: 10).

¹⁰⁸ A gestão da “dama de ferro”, Margareth Thatcher, teria desferido verdadeiro “ataque ao ensino superior inglês”, implantando sistema “draconiano” de avaliação das universidades que se tornaria referência internacional, disseminado por agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, sem no entanto, conseguir desalojar os sistemas frances e holandês de avaliação.

¹⁰⁹ Os sucessivos governos militares favoreceram também a implantação de um projeto desenvolvimentista autoritário, e um amplo processo de internacionalização da economia. Os salários se reduziram drasticamente e a inflação se tornou galopante.

Na avaliação de vários estudiosos, o golpe de 1964 teria, em realidade, submetido o Brasil a um atraso cultural, social e econômico:

“Os três governos dos anos 1964-70 adotaram diretrizes econômicas que podem ser consideradas do mesmo gênero. Quanto aos seus objetivos, as políticas econômicas dos Governos Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici orientaram-se na mesma direção. Dentre os seus principais alvos e realizações, destacaram-se os seguintes: reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de ‘integração nacional’; etc. Nesses anos (1964 – 70) o poder público foi levado a interferir praticamente em todos os setores do sistema econômico nacional. Isto significa que o governo reelaborou as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho, como ‘fatores’ básicos do processo econômico.” (IANNI, 1977: PAG)

O aumento do parque de universidades públicas havia sido insuficiente. Ao contrário dos países europeus, do México e da Argentina, onde era livre o ingresso nas universidades públicas, para os egressos do 2º grau, no Brasil instituiu-se sistema de limitação de vagas e de seleção pelo vestibular. A demanda excedente criou um mercado propício para a iniciativa privada, que cresceu aceleradamente no período, tanto em termos absolutos como relativos, passando de 45% para 65% do total de matrículas.

Comparando-se dados internacionais, em 1985, no Brasil, estavam matriculados no ensino superior 1,4 milhão de alunos, algo como 10 matrículas a cada grupo de 1 mil habitantes, o que não era muito pois, em 1986, a Argentina tinha 39, a Bolívia, 19, o Uruguai, 41, Cuba, 22, Canadá, 55, enquanto os Estados Unidos tinham média de 56 matrículas por grupos de mil habitantes. (NEIVA: 1992: 41).

O ambiente universitário estava tomado pelo tema da “redemocratização” e acompanharia certa “partidarização” dos movimentos organizados de professores, alunos e técnicos-administrativos. O movimento pela ampliação do ensino superior, neste período, fora mobilizado pelos setores médios urbanos, que passaram a disputar a promoção nas burocracias públicas e privadas por meio do investimento maciço na escolarização e na obtenção de um diploma de ensino superior (CUNHA, 1985; DURHAM, 2003).

Neste ambiente, segundo CLÁUDIO NEIVA, várias propostas para a reformulação das instituições universitárias iam sendo intentadas, à medida que, após a Lei da Anistia,

professores retornavam às universidades públicas, após afastamento compulsório pelo AI-5¹¹⁰. (1992: 55).

Inúmeras conferências, seminários e reuniões foram organizadas pelos órgãos federais, pelo Conselho de Reitores e por universidades, incluindo importante seminário promovido pela USP, em 1989¹¹¹, com apoio do Ministério da Educação e da Organização dos Estados Americanos - OEA.

Parte significativa dos professores participantes tomara consciência de que o problema da universidade envolvia não apenas aspectos técnicos, mas também um caráter marcadamente acadêmico e político, exigindo análise e tratamentos específicos.

O poder público e o Conselho Federal de Educação responderam à pressão contrariando a orientação da reforma universitária, permitindo a multiplicação de estabelecimentos isolados ou integrados, oferecidos pela iniciativa privada.

Segundo CUNHA (1985 E 1988), a demanda fora atendida com a oferta do setor privado, até porque ela apresentava razoável poder aquisitivo. Como o Conselho Federal de Educação - CNE ocupado por uma maioria de dirigentes oriundos de instituições privadas de ensino, favorável à acolha de pedidos de abertura de novas instituições particulares, pôs-se fim ao processo de federalização do ensino superior, e introduziu-se novas reformas¹¹².

Em contraposição, isto permitiu manter contidos os investimentos públicos, evitando a massificação do ensino de graduação nos estabelecimentos públicos e diminuindo as tensões políticas (NEVES, 2009).

CUNHA (1991) acredita que as normas de criação de cursos, ampliação de vagas e concessão de status universitário foram sendo “afrouxadas”, na medida mesma da demanda dos interessados, sendo o financiamento a essas instituições facilitado, por meio de subsídios governamentais diretos, na forma de transferência de recursos para projetos diversos, ou por meio do sistema de bolsas de estudo restituíveis, que consistia no pagamento direto de mensalidades estudantis pela Caixa Econômica Federal.

¹¹⁰ Por exemplo, quando da posse de Tancredo Neves, em 1985, civil conduzido ao poder pelos militares no processo de transição para a democracia, a Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, criada à ocasião, já encampava o tema da autonomia plena das universidades brasileiras, acompanhada de um sistema pleno de avaliação e acompanhamento do seu desempenho.

¹¹¹ Do qual resultou o livro organizado por Eunice Durham e Simon Schwartzman. *Avaliação do Ensino Superior* (1992).

¹¹² A partir de 1969, o CFE passou a autorizar um número crescente de novas instituições particulares que satisfizessem exigências mínimas quanto à presença de recursos financeiros e humanos para abrir seus estabelecimentos. O pedido de abertura de cursos era proveniente, em grande parte, de instituições particulares que atuavam no ensino de segundo grau. Na medida em que as universidades públicas não conseguiram ampliar suas vagas no ritmo necessário, os proprietários de escolas secundárias perceberam uma oportunidade para investir seus capitais no ensino de terceiro grau, objetivando atender a uma demanda reprimida. (MARTINS, 1986 E 1988).

DURHAM (2003) parece concordar com o exposto. Para esta autora, como princípio orientador das políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980, o poder público optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, com um número limitado de vagas. No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo, especialmente nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Os exames de admissão eram menos competitivos e predominavam os cursos à noite. De 1970 a 1980, a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3%.

Em outros termos, a expansão consolidou, no Brasil, um sistema de Ensino Superior dividido em dois grandes grupos: o primeiro formado por instituições públicas, de maior prestígio e mais difícil acesso; e um segundo grupo, composto pelas instituições privadas, de menor prestígio e onde o ingresso é menos concorrido. Em ambas, as classes superiores e médias estão sobrerrepresentadas, seja em função da maior capacidade para arcar com os custos envolvidos, em especial na rede privada, ou então da vantagem obtida nos concorridos exames de vestibular, notadamente para o ingresso nas universidades públicas.

Para TRINDADE (1999c) governos militares teriam estabelecido uma “divisão de trabalho”, investindo fortemente em pesquisa e pós-graduação (o sonho do “Brasil-potência”) nas universidades públicas, mas apostando no crescimento das instituições privadas para o ensino de graduação em massa. O parque público fica então reduzido a 25% das matrículas do ensino superior, gerando efeito socialmente perverso, uma vez que a democratização do ensino superior se daria de forma pego e em geral de baixa qualidade. (PAG 41).

Segundo MARTINS (1986 E 1988), a nova modalidade de ensino superior, surgida deste período, adotou *ethos* empresarial, voltado para ganhos lucrativos, que se distanciava das instituições privadas até então existentes, majoritariamente constituídas por escolas confessionais sem fins lucrativos.

De uma forma ou de outra, o objetivo de um sistema predominantemente público não se realizou. A expansão do setor privado se deu através de escolas isoladas e não de universidades. Deste modo, também o ideal de um sistema baseado integralmente em universidades não se concretizou. Finalmente, embora o investimento no setor público tivesse se orientado para a criação de universidades, o modelo da indissociabilidade entre ensino e pesquisa se realizou apenas parcialmente¹¹³.

II.1.2 EXPANSÃO DA REDE PRIVADA DE IES (1995-2002)

¹¹³ Para outras análises deste período ver Durham (1993); Schwartzman, Durham e Goldemberg (1994) e Cunha (1996).

A estrutura do Sistema de Ensino Superior – SES, com dois segmentos bem distintos, abrangendo um complexo e diversificado conjunto de Instituições de Ensino Superior - IES públicas (federais, estaduais e municipais) e outro de IES privadas (confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas) teria sido formalizada na Constituição Federal de 1988 – CF88 (Brasil, 1988, Artigo 206), e normatizada na Lei Nacional de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, assim como a gratuidade do ensino nas IES públicas, a vinculação da receita tributária para manutenção e desenvolvimento do ensino público federal, e a garantia à iniciativa privada da participação na oferta de ensino superior, dentro dos limites fixados na lei. (RANIERI, 2000).

A Constituição de 1988 efetivou os docentes e funcionários técnico-administrativos como funcionários públicos pelo Regime Jurídico Único e aboliu as restrições legais à sindicalização. A relativa autonomia das universidades federais permitiu o crescimento do corpo de professores e funcionários, mas seus orçamentos passaram a ser ainda mais controlados do que jamais foram, com o pagamento da folha de pessoal e a reposição dos quadros controlados desde Brasília (CUNHA, 1999).

Após a destituição de Fernando Collor de Melo, o apoio popular granjeado pela política de estabilização financeira – o Plano Real – do então vice-presidente Itamar Franco, incentivou seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso - FHC, a se candidatar à Presidência da República, por uma frente partidária de centro-direita. FHC, eleito pelo Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, governou o país entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002.

Durante gestão FHC, o quadro de estagnação do número de matrículas modificou-se sensivelmente, havendo uma significativa expansão do número de vagas nas Instituições de Ensino Superior – IES e a criação de um complexo sistema educacional.

A Era-FHC foi marcada por forte discussão sobre a “privatização” do ES, no bojo das reformulações “neoliberais”. FHC E A PRIVATIZAÇÃO – VER DISCUSSÃO AP HEY

Em dezembro de 2002 elege-se pela primeira vez um candidato do Partido dos Trabalhadores - PT. Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, reeleito em 2006, foi empossado sob grandes expectativas de transformação da sociedade brasileira.

Embora muitos críticos ressaltem mais semelhanças que rupturas com os governos anteriores, sua gestão marca uma continuidade na expansão da oferta pública e provada de matrículas no ES, e ainda uma série de políticas voltadas à democratização do acesso.

Vê-se a seguir algumas medidas relevantes de ambos, que alteraram, e continuam alterando, o perfil do ES no Brasil, com impactos na graduação e, em especial, na pós-graduação, que irão afetar a área de PUR, que interessa a esta tese.

Entre essas políticas, destacam-se as seguintes: o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)⁵.

A esse último ciclo de expansão do Ensino Superior, iniciado em meados da década de 1990, somou-se a implementação de

Dilma Rousseff, sucessora de Lula pelo PT na eleição de 2010, governou até xxx, quando um impeachment “judiciário” tratou de retirá-la da cadeira presidencial, com pouca / significativas(?) alteração no sistema de educação superior iniciado por seu antecessor.

Trataremos pontualmente dessas gestões, naquilo que interessa para o estudo nos subitens que virão neste Capítulo II, em especial: regionalização/ interiorização, tipologia de estabelecimentos e financiamento da pós-graduação. (e avaliação?)

O contingente de alunos, que no final dos anos 1980, dividia-se entre as instituições públicas e privadas à razão de 31% para 69%, em 1995, apresentava a razão de 39% para 61%, respectivamente, o que mostra o aumento do tamanho relativo do setor privado. Durante esse período, o número de alunos matriculados nos cursos noturnos das instituições privadas praticamente dobrou¹¹⁴. Se em 1995 o número de alunos em cursos de graduação era de 1,8 milhão, no final dos anos 2000 havia passado para ultrapassou pouco mais de 3 milhões, um aumento de 67%. O contingente de alunos, em 2001, dividia-se entre instituições públicas e privadas à razão de 31% para 69%, respectivamente. Em 1995, essa razão era de 39% para 61%, o que mostra o aumento relativo do setor privado, no que concerne ao alunado. Durante o período FHC, o número de alunos matriculados nos cursos noturnos das instituições privadas praticamente dobrou. Em 2001, cerca de 67% dos estudantes do setor privado estudavam à noite, proporção que caía para 36% no setor público. Das 156 universidades, a maioria é privada (85 x 71). Foi muito rápido o crescimento das universidades privadas: no primeiro ano do octênio, elas eram 63. As universidades públicas ficaram estacionadas no mesmo período. Mas o dinamismo do setor privado expressou-se, igualmente, na categoria centros universitários, que não existiam em 1995 e já eram 66 em 2001, dos quais apenas dois públicos.

De acordo com CUNHA (1999), o esquema criado nas primeiras décadas do século XX permaneceria até a metade da década de 1990 e apresentava 3 aspectos:

- a presença do governo federal nos estados (em geral nas capitais), pela criação e manutenção de faculdades;
- a projeção das elites locais e regionais no ensino superior na reprodução dos quadros intelectuais, pela criação e manutenção de faculdades estaduais nas capitais e nas cidades politicamente mais importantes do interior;
- a criação de faculdades por agentes privados, confessionais e/ou empresas conforme a demanda não atendida pelo setor público e de acordo com projetos hegemônicos. (CUNHA, 1999: PAG)

Para este autor, há continuidade entre as propostas de FHC e aquelas do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES, de meados da década de 1980,

¹¹⁴ O número de alunos de todos os cursos de graduação ultrapassou um pouco os 3 milhões, 67% superior aos praticamente 1,8 milhão de 1995.

em razão da permanência no governo de dirigentes e quadros técnicos das gestões anteriores, José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, no Ministério da Educação. (CUNHA, 2003).

DURHAN (1998) crê que que o regime autoritário tenha restringido a reflexão sobre as transformações em curso, uma vez que a capacidade crítica das universidades havia se concentrado na luta contra o autoritarismo. Segundo ela, a democratização e a movimentação popular em torno da Constituinte não produziram novas propostas. Os movimentos limitaram-se a retomar os ideais de 68, ignorando as inúmeras transformações que ocorriam na sociedade.

Os anos 80-90 coincidem com a afluência no Brasil dos interesses do Banco Mundial, e das preocupações da UNESCO. A despeito de partirem de diagnósticos semelhantes – necessidade de incremento dos efetivos na educação superior, de diversificação das instituições, e problemas de financiamento generalizados – apresentavam propostas antagônicas no tocante ao papel da educação superior no país¹¹⁵.

Para a UNESCO, o ensino superior era visto como investimento social que implicaria em mudanças individuais, mas acarretando, sobretudo, um profundo impacto social no longo prazo. Já o Banco Mundial mantinha visão economicista. De acordo com MARCO ANTÔNIO DIAS, o Banco assinalava que “(...) a Educação é crucial para o crescimento econômico e a redução da pobreza” (2004: 898).

Do documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* elaborado pelo Banco, de 1995, DIAS destaca quatro orientações chaves:

Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas; Proporcionar incentivos para que las instituciones publicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los Estudiantes em los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados; Redefinir la función del gobierno em la enseñanza superior; Adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad (BANCO MUNDIAL, 1995 APUD DIAS, 2004: 898).

A proposta do então candidato Fernando Henrique Cardoso - FHC para seu primeiro mandato foi coordenada pelo economista Paulo Renato Souza, ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e que foi nomeado Ministro da Educação, cargo que ocupou nos dois mandatos de FHC, de 1995 a 2002.

¹¹⁵ Comum aos documentos do Banco Mundial e, em particular sobre educação superior, as propostas não fazem menção à situação real das sociedades às quais se dirige. Fala-se da pobreza, mas jamais de suas causas. As soluções, sobretudo financeiras, mais do que remédios para “curar o doente”, acabam por agravar a situação, aumentando injustiças, elitismo e exclusão. (DIAS, 2004).

Visando sua reeleição, em 1998¹¹⁶, FHC afirmava que o ensino superior no Brasil deveria atingir a marca de aproximadamente 2,1 milhões de alunos, o que significava aumentar 424 mil matrículas em relação à 1994. Segundo o candidato, as matrículas em seu primeiro governo teriam crescido “em termos absolutos (...), mais do que nos 14 anos anteriores (1980 a 1994), quando havia se expandido em apenas 284 mil alunos”. (CARDOSO, 1998 *APUD* DIAS, 2004).

Com efeito, para LUIZ ANTÔNIO CUNHA, a característica mais marcante da proposta de FHC era o papel econômico desempenhado pela educação, como “base do novo estilo de desenvolvimento”, cujo dinamismo e sustentação viriam do progresso científico e tecnológico, fundamental para garantir a qualidade do ensino básico, secundário e técnico, e para aumentar a qualificação geral da população. A “indução”, no entanto, se daria pela universidade. Para tanto, afirmava-se a necessidade de se estabelecer uma “verdadeira parceria” entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, na gestão e no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico¹¹⁷. (2003: 40).

FHC teria encontrado em 1995 o ensino superior com 1,2 milhão de estudantes de graduação, deixando-o, oito anos depois, com 3,5 milhões, o que correspondeu a um crescimento de 209%. No entanto, segundo avalia DIAS (2004), apenas 63 mil matrículas haviam sido incrementadas no sistema público federal, e sem o correspondente aumento no quadro de professores e funcionários.

O incremento havia ocorrido sobretudo no setor privado. Se este, em 1995 respondia por 60% do efetivo discente, ao final do segundo mandato, esta proporção subiu para cerca de 70%. O número de universidades privadas passaria de 63 (1995) a 84 (2002), enquanto o de públicas ficaria estagnado. O número de centros universitários passaria de zero a 77, dos quais 74 privados. Declaração do diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educativas - INEP, por ocasião da divulgação do Censo da Educação Superior, em outubro de 2003, revelaria que somente no último ano do octênio FHC haviam sido autorizados 186 cursos de graduação e 53 novas IES. A periferia das áreas metropolitanas e as cidades do interior passariam à frente das capitais na disputa pelos estudantes atingindo proporção de 54% e 46%, respectivamente, em 2002. (DIAS, 2004: 809).

Sendo a educação vista como investimento, o primeiro passo seria reduzir seus custos, o que significava privatização das IES públicas, seguindo o preconizado pelo Banco Mundial. O que estava em jogo naquele momento era:

¹¹⁶ Em 1998, impulsionado pelo sucesso do Plano Real, FHC, reeditou a mesma frente política como base de apoio de sua candidatura à reeleição, vitoriosa. Assim, FHC ocupou a Presidência da República durante oito anos, o único até então.

¹¹⁷ A instituição universitária foi definida como aquela que desenvolve “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional.” (LDB 1996 *apud* Cunha, 2003: 41).

(...) aumentar o coeficiente professor-alunos, o que, se levado às últimas consequências, significará mais alunos e menos professores. Daí a indicar que será útil a redução do número de laboratórios vai um passo facilmente alcançável. A redução dos salários dos professores também é recomendada. Ninguém estranhará, pois, que se proponha ainda apoio ao ensino privado e ao financiamento privado e, também, que se confie a grupos particulares a gestão da produção e a distribuição dos textos escolares” (DIAS, 2004: 899).

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso o que se viu foi:

“(...) Privatização total das empresas estatais (restaram apenas a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e os bancos, o BNDES e os regionais de fomento), deslocando o campo de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais que deslizou para a predominância da última nos principais eixos da acumulação de capital, extrovertendo o centro de decisões e tornando irrelevante um conjunto de associações públicas construídas em torno das empresas estatais, como sindicato de petroleiros e associação de engenheiros da Petrobrás, por exemplo. A relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (OLIVEIRA, 2003: 278).

Para tanto, o governo Fernando Henrique Cardoso implementara conjunto de medidas julgadas fragmentadas para alguns autores, mas que causariam grande impacto no sistema de ensino superior brasileiro.

Além da “privatização”, três outros aspectos marcam a gestão FHC no que tange o ensino universitário: cursos de complementação (além da graduação e pós), a multiplicação de tipologias de IES, com definição de critérios para diferenciação das Universidades e estabelecendo sua autonomia parcial, a criação do ENEM e ENC, e a definição de critérios para credenciamento (e descredenciamento) de IES, e a implantação de um sistema de avaliação periódica (e por pares) das IES.

Com a Lei nº 9.192, de 1995, FHC recriou o Conselho Federal de Educação - CFE, dissolvido em 1992 por Itamar Franco¹¹⁸, e redefiniu suas atribuições¹¹⁹. Essa lei também

¹¹⁸ Instituído como Conselho Federal de Educação - CFE pela LDB de 1961, como se viu, o CFE havia se transformado em um órgão cobiçado pelos empresários do ensino. Entre as décadas de 1964 e 1985, as afinidades políticas entre esses e os militares abriram caminho para representantes de escolas, faculdades e universidades privadas tornarem-se maioria nos conselhos de educação, passando a legislar em causa própria. Na gestão FHC, a Câmara de Educação Superior do CFE acabou virando também arena de disputa entre os próprios grupos privados pelo controle do mercado de IES. Ao término do longo Governo FHC, a Câmara de Educação Superior do CNE teria se tornado tão desmoralizada quanto todo o CFE ao fim do curto mandato de Itamar Franco. (CUNHA, 2003)

¹¹⁹ Dentre as atribuições do CFE, destacavam-se: (i) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior; (ii) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo MEC, com base na avaliação dos cursos. As seguintes três atribuições o conselho poderá exercer diretamente ou delegá-las aos seus homólogos estaduais: (i)

estabeleceu o princípio da gestão democrática nas universidades federais¹²⁰, na eleição de reitor, vice-reitor e diretor de unidade, compartilhada entre docentes (na proporção de, no mínimo 70%), estudantes e os funcionários técnico-administrativos (em composição, em geral, de 15% dos votos para cada uma), mantendo, pelo menos nas universidades federais, a manutenção do poder nos níveis mais elevados da categoria docente¹²¹.

Na oportunidade, também foram redefinidas as bases do credenciamento de novas instituições, com o objetivo de “promover a expansão com qualidade para fazer frente à nova demanda por ensino superior”. (CARDOSO, 1998 APUD MONTEIRO, 2006: 156).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 definiu os requisitos das Universidades, que deveriam contar com 1/3 de doutores e mestres em seu quadro docente e com 1/3 de seus professores contratados em regime de tempo integral. Tratou ainda da autonomia universitária, abrindo a possibilidade de planos de cargos e salários diferenciados, e de redução do pesado mecanismo de controle administrativo e financeiro.

Projeto de Emenda Constitucional – PEC pretendeu especificar os termos da autonomia das universidades federais¹²². Elas deixariam de ter uma carreira unificada, poderiam contratar

deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo MEC sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre a autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não-universitárias; (ii) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo MEC; (iii) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais IES que fazem parte do sistema federal. (LEI 9.192/95).

¹²⁰ O disposto em 1995 relativo à composição dos órgãos colegiados das instituições federais de ensino superior foi estendido pela LDB a todas as congêneres estaduais e municipais, universitárias e não. Dizia a lei que elas devem obedecer ao princípio da gestão democrática, que consiste na existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais devem participar os segmentos da comunidade institucional (docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes), local e regional. Qualquer que seja o órgão colegiado e qualquer que seja sua atribuição, os docentes devem ocupar 70% dos lugares. Essa composição foi destacada para os órgãos colegiados que têm a atribuição de elaborar e modificar estatutos e regimentos, assim como escolher diretores das unidades e reitores das universidades. (CUNHA, 2003: 41).

¹²¹ Até a metade dos 24 membros do CNE é escolhida livremente pelo presidente da República, incluindo os dois membros natos, os secretários de Ensino Fundamental e do Ensino Superior. Pelo menos metade dos membros é escolhida pelo presidente em listas apresentadas por entidades da sociedade civil, relacionada às áreas de atuação da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Superior. Independentemente da consulta, os colegiados superiores docentes devem reunir-se em colégio eleitoral para elaborar uma lista tríplice, em votação uninominal, em turno único. Dessa lista, o presidente da República ou o ministro, por delegação sua, escolhe o reitor. Em procedimento análogo é escolhido o diretor de unidade universitária, sendo que, nesse caso, o reitor é que faz a escolha. Os candidatos a reitor e a diretor de unidade devem pertencer aos dois níveis mais elevados da carreira docente (titular ou adjunto) ou, então, devem ser portadores do grau acadêmico de doutor. Nas universidades federais, a recondução de reitores e diretores (quatro anos de mandato) passou a ser permitida, mas apenas uma vez para o mesmo cargo. Os titulares de cargos análogos nas universidades estaduais ou municipais são escolhidos conforme determinações dos respectivos sistemas de ensino. Os das privadas, de acordo com seus estatutos.

¹²² Estabeleceu-se, na prática, autonomia em dois termos: autonomia x e autonomia y. A autonomia do tipo x assegurava à universidade o poder de criar e extinguir cursos, assim como de determinar o número de vagas de cada um, elementos julgados importantes para a sintonia das instituições privadas com o

e dispensar pessoal docente e técnico-administrativo, assim como estabelecer seus níveis de remuneração, pois seu orçamento (do qual estariam excluídas as receitas próprias) seria definido de forma global, sem quaisquer rubricas limitadoras. Um Fundo para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior seria criado por lei, com recursos vinculados.

Com efeito, projeto de lei - PL, de mais fácil tramitação que uma EC, foi submetido à discussão no campo universitário. Embora contivesse elementos positivos para o funcionamento das universidades federais, a autonomia proposta pelo governo implicava complementação pelo mercado do minguante orçamento público para educação, ou certa “privatização branca”, na expressão de TRINDADE (1999c: 32)¹²³.

Assim, tanto PEC quanto PL foram rejeitados por docentes e funcionários. Sem condições políticas para tramitar no Congresso, ambos foram retirados, de modo que a “revolução administrativa” nas universidades federais teria sido abandonada pelo governo. (MONTEIRO, 2006).

A LDB de 1996 introduziu ainda os cursos sequenciais, destinados a concluintes do ensino médio, além dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, que as instituições de ensino superior brasileiras vinham oferecendo¹²⁴.

Os concursos vestibulares para admissão na graduação, elemento tradicional do ensino superior brasileiro¹²⁵, não figuraram na LDB de 1996, abrindo caminho para a adoção de diferentes processos de admissão pelas IES.

Segundo avaliação de CUNHA (2003), ao eliminar a obrigatoriedade dos exames vestibulares, pretendia-se estabelecer um padrão de qualidade para o ensino médio em rápido

mercado. A autonomia do tipo y permitindo o crescimento do corpo de professores e funcionários (pagamento da folha de pessoal e a reposição dos quadros), mas com orçamento controlado desde Brasília.

¹²³ A PEC pretendia conceder “autonomia plena” às universidades públicas federais, bandeira histórica. Mas esta “oferta” seria apenas parte de uma estratégia governamental. Segundo Trindade, a “autonomia plena” teria sido oferecida após o malogro da tentativa, em 1995, de “certa privatização ‘branca’”, que preconizava a transformação voluntária e universidades públicas em instituições públicas não estatais. (TRINDADE, 1999c: 32).

¹²⁴ Podendo ser do tipo “complementação de estudos”, não sujeitos a autorização nem ao reconhecimento pelo MEC, embora ligados a cursos de graduação reconhecidos, ou de formação específica, sujeitos ao MEC, ligados a cursos de graduação e com carga horária e duração mínimas. De acordo com a normatização do CNE, os cursos sequenciais deveriam ser uma alternativa à rigidez dos cursos de graduação, em especial quando submetidos a currículos mínimos, exigentes e pouco flexíveis. “Assim, os estudantes poderiam definir trajetórias individuais ou coletivas que, sem buscarem graus acadêmicos, permitissem complementar estudos realizados no ensino médio, ou, então, obter formação específica em tempo mais curto e com maior especificidade do que os cursos de graduação exigiriam.”

¹²⁵ Presente desde 1911. Sua razão explícita, segundo Cunha (2003) era selecionar os candidatos intelectualmente habilitados aos cursos superiores, já que não havia um processo institucionalizado de fazê-lo no próprio ensino secundário, ao longo dele nem ao seu fim. Para Salata (2017), sua razão era a expansão bem mais rápida havida o ensino médio e fundamental, se comparada a do ensino superior, a partir dos anos 1970.

crescimento, que influencia a qualidade da demanda do ensino superior; e reduzir os custos de seleção dos candidatos aos cursos superiores, especialmente das IES privadas, que se viam na contingência de realizar vários exames ao longo do ano para preencher as vagas disponíveis¹²⁶.

Sob críticas a essa medida, o MEC instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, de início, facultativo¹²⁷, bem como o Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como Provão, realizado ao final, para avaliação dos cursos de graduação.

A expectativa do MEC era que tanto empregadores como instituições de ensino superior aproveitassem o ENEM para a seleção dos candidatos, o que se efetivou de imediato para as instituições privadas de ensino e, lentamente, para as públicas. Com o aumento da procura e uma maior aceitação pelas IES, o ENEM tornou-se ao mesmo tempo exame de saída do ensino médio e exame de entrada no ensino superior, guardando semelhanças com o *baccalauréat* francês e o *Abitur* alemão.

No mesmo ano, o Decreto nº 2.026, de 1996, estabeleceu o processo de avaliação dos cursos e das instituições de ensino superior:

A avaliação de cada IES deve ser conduzida por uma comissão externa à instituição, especialmente designada pela Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação. A comissão deve considerar, entre outros, os seguintes aspectos: eficiência das atividades em relação aos objetivos da instituição; adequação dos currículos dos cursos de graduação; inserção da instituição na comunidade local e regional; produção científica, cultural e tecnológica. Ademais, a comissão deve levar em conta a auto-avaliação da instituição, a avaliação dos cursos desenvolvida pelas comissões de especialistas, os resultados dos exames nacionais dos cursos de graduação e a avaliação da pós-graduação. Esta última continua a ser desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme os métodos vigentes desde meados da década de 1970, em especial o julgamento pelos pares, que utilizam as informações fornecidas pelos próprios programas de pós-graduação. Além da avaliação institucional, da pressuposta auto-avaliação de cada IES e do Exame Nacional de Cursos, o decreto prevê, também, a avaliação das condições da oferta dos cursos de graduação, que deverá considerar os seguintes fatores: (i) a organização didático-pedagógica; (ii) a adequação das instalações físicas em geral; (iii) a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo; (iv) a qualificação do corpo docente; e (v) as bibliotecas.

¹²⁶ Com efeito, o que se verificou foi que as instituições privadas de mais baixo nível, que não conseguiam completar as vagas dos cursos de graduação, mesmo no processo seletivo mais aligeirado, demonstraram preferência por esse tipo de curso. Os alunos que não conseguiam ingressar nos cursos de graduação eram chamados aos sequenciais, com o objetivo de acumular créditos que poderiam ser aceitos, posteriormente, pelos cursos de graduação. Ou, então, para ocuparem as vagas não preenchidas nos cursos de graduação ou deixadas livres pelos evadidos deles. Uma forma, portanto, de reduzir a capacidade ociosa ou, dito de outra forma, de elevar a receita com relação aos custos fixos. (Cunha, 2003: 41).

¹²⁷ A Universidade de Brasília já fazia esse tipo de exame intermediário com alunos vindos da rede pública do Distrito Federal, sem, contudo, abolir os vestibulares. Em 1998 ingressou o primeiro contingente de calouros ingressantes por essa via, que disputaram metade das vagas oferecidas.

O Decreto nº 2.306, de 1997, tratou da organização acadêmica das IES, que poderiam adotar cinco formatos diferentes: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Ampliou assim a diversificação institucional e criou figuras jurídicas inéditas, como os Centros Universitários e as Faculdades Integradas¹²⁸.

Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso:

“O novo decreto possibilitou a expansão do sistema, conferindo mais liberdade para a criação de novos cursos por instituições não universitárias que se destaquem pela qualidade do ensino, sem a obrigação de investir em pesquisa e pós-graduação, pré-requisitos indispensáveis apenas para se transformarem em universidades. Estabeleceu, também, a possibilidade do setor privado organizar-se em formas jurídicas alternativas, integrando às instituições direitos e obrigações sociais adequados à sua natureza jurídica, sem prejuízo da qualidade do ensino e de outras atribuições” (CARDOSO, 1998: 13 *APUD* MONTEIRO, 2006: 156)¹²⁹.

No Brasil, a diferenciação das IES caracteriza-se essencialmente pela contraposição entre Universidades e outros modelos institucionais que oferecem cursos superiores (Centros Universitários, Faculdades Integradas e Faculdades Isoladas). As universidades são, na realidade, praticamente as únicas que se dedicam à pesquisa acadêmica, enquanto as demais categorias restringem-se, sobretudo, ao ensino, pois não são obrigadas a desenvolver pesquisa e extensão. No entanto, as universidades perfazem apenas 8,4% do total das IES do país, segundo dados do Resumo Técnico do Censo Escolar de 2004. (CATANI; HEY, 2004: 427).

CUNHA (1999) avalia que a redução das despesas das universidades federais foi alcançada mediante a compressão dos salários e dos orçamentos, assim como pela não-reposição dos quadros perdidos. REPETIDO?

II.1.3 EXPANSÃO DA REDE PÚBLICA DE IES (2003-2010)

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso houve uma mudança significativa do papel do Estado. Mudança que já havia se iniciado no período da Ditadura Militar que, ao acelerar o processo de acumulação externa, havia tornado os recursos internos – econômicos

¹²⁸ Não se fez distinção entre faculdades e institutos superiores nem escolas superiores, termos que, no Brasil, têm sido utilizados como sinônimos.

¹²⁹ CNE Impulsionados pela demanda de vagas, pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino e, especialmente, pelas normas facilitadoras, as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em número e cresceram em tamanho. Em qualquer capital de estado e até mesmo nas cidades médias do interior, pequenos ginásios e cursinhos pré-vestibular acumularam capital, alunos pagantes e níveis de ensino. Alguns viraram universidades. Mais recentemente, as instituições privadas de ensino ingressaram no lucrativo serviço de franquias.

e políticos – insuficientes para a competição que o regime econômico exigia. FHC adotou uma série de medidas como a financeirização da economia e a privatização uma série de empresas estatais. Houve também substancial modificação na relação entre as classes sociais, com uma forte perda de empregos formais e a intensa informalização do trabalho.

Luis Inácio Lula da Silva – Lula assumiu seu primeiro mandato como Presidente do Brasil em janeiro de 2003, reeleito em janeiro de 2007, ambos mandatos pelo Partido dos Trabalhadores – PT, do qual foi um dos fundadores, sendo o deputado mais votado para a Assembleia Nacional Constituinte em 1986.

No primeiro mandato de Lula foram promulgados quatro leis e um decreto que, de acordo com Sguissardi (2006, p. 1042) apontavam:

(...) para a continuidade do que para descontinuidade das políticas anteriores no setor e que, direta ou indiretamente, condicionam ou limitam os eventuais avanços dessa futura lei, que possuiria, entre seus objetivos, o fortalecimento do setor público e a regulação do sistema, em especial em seu setor privado/mercantil.

Oliveira (2003) julga que houve uma mudança no cenário mundial e, sintetiza as transformações ocorridas no primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva da seguinte maneira:

“(...) É impróprio, pois teórica e praticamente, falar-se em neoliberalismo: este correspondeu à fase de liquidação da política como nacionalidade. O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição com capacidade de barrar os processos de exploração de classe. No Brasil, o PT renunciou à alternativa para conformar-se ao figurino tradicional da política brasileira. Pior: com a liderança carismática de Lula, o PT facilita a dominação burguesa sem política.” (OLIVEIRA, 2003: PAG)

Discussões deste tipo à parte, o PT no governo federal implementou uma série de políticas públicas voltadas não só à expansão ensino superior, mas também à democratização do acesso. Lula deu início, e Dilma deu continuidade, muitos balanços realizados analisam as duas gestões de forma continuada, e deste modo, serão analisados conjuntamente

Entre as principais medidas, destacam-se o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Ainda enquanto candidato, Lula lançaria o Programa Uma Escola do Tamanho do Brasil (2002), que afirmava que seu governo iria:

(...) empenhar-se para ampliar as vagas e matrículas na educação superior, em especial pública. Estimulará a qualidade do ensino, que também decorre da multiplicação dos investimentos no setor público, do respeito ao princípio da associação entre ensino, pesquisa e extensão e da permanente avaliação das IES públicas e privadas para a melhoria da gestão institucional e da qualidade acadêmica, com cumprimento de sua missão pública no âmbito local, regional ou nacional. (PUETB, 2002)

Os compromissos básicos que o então candidato Luis Inácio assumia eram:

- a) a promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);
- b) o reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país;
- c) a consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país;
- d) a expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos;
- e) a ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação;
- f) a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF);
- g) o envolvimento das IES, em especial as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão.

Como consequência, apresentava 25 propostas¹³⁰, em grande parte consoantes com as diretrizes propostas pela UNESCO para a educação. Documento do MEC, cita a Declaração Mundial sobre Educação Superior, elaborada durante a Conferência Mundial sobre Educação Superior da UNESCO, em outubro de 1998, como a fonte dos elementos diretivos da política adotada pelo Ministério da Educação entre os anos 2003 e 2014. (MEC, 2015).

O Plano Nacional de Educação - PNE, que vigorou entre 2001 e 2010 tinha como ofertar educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década. Para tanto, seria necessária a elevação do patamar do gasto público em educação para 7% do PIB.

Como resultado, em 2013, cerca de 9.3 milhão de pessoas havia concluído curso do ensino superior no período, o que equivale a cerca de 5% da população brasileira atual, dado

¹³⁰ Que são: CITAR

significativo para um país no qual, segundo dados do Censo do IBGE 2010, apenas 11% possuíam este nível acadêmico. (MEC, 2015).

O crescimento do ensino superior público, entre 2003 e 2014, com “expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior” se deu pela criação de 18 universidades federais (saltando de 45 para 63), 173 *campus* (que passaram de 148 para 321) e expansão global no número de vagas de 117% em uma década, com importante incremento do orçamento das universidades federais, feitos sem paralelo na história do ensino superior no Brasil¹³¹.

Segundo dados do MEC (2015), o número de IFES foi ampliado em 31%, a graduação presencial em 86% e o número de matrículas em 86%. Por sua vez, a pós-graduação apresentou um crescimento de 316%.

A expansão do ensino superior, segundo o MEC (2015), teria seguido três frentes de ação: a interiorização, a integração e a regionalização.

A interiorização, que visou alterar a tradicional distribuição das vagas, concentradas nas capitais e polos regionais mais dinâmico, teria elevado o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 289, crescimento de 153%.

Vista como essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional, a oferta de educação superior buscou atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões. Os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar. (MEC, 2015).

O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal. (MEC, 2015).

Em número de *campus*, a região nordeste foi a que mais recebeu atenção, com crescimento de 200%, se comparada a 2002, seguida pela região norte, com 133%. A

¹³¹ Contratação de funcionários, professores e realização de obras construção ou atualização “necessárias ao aprimoramento dos espaços de trabalho, estudo e convivência da comunidade acadêmica”, tais como: salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, áreas multifuncionais, espaços administrativos, auditórios, infraestrutura em geral, além de áreas destinadas a moradias estudantis, restaurantes universitários, áreas esportivas e de apoio à comunidade. (MEC, 2015).

Finalmente, a expansão e reestruturação do ensino superior público passou pela realização de uma série de obras, Das 2.440 obras realizadas entre 2007 e 2014, 81,31% já foram concluídas e 18,69% encontram-se em execução. Dentre os

distribuição dos 79 novos *campus* universitários federais foi: 20% na região norte; 20% na região sul; 5% na região centro-oeste, 39% na região nordeste e 16% na região sudeste.

Porém, a região sul é que teria percebido o maior crescimento, em relação à 2002, tanto em número de cursos (146%), quanto em número de vagas (104%), tendo no polo oposto o menor crescimento na região norte, com índices xx% e 80%, respectivamente, cabendo ao Nordeste taxas de 123 e 91%. A região centro-oeste apresentou o menor percentual de crescimento no período no geral, atingindo xx e 48%.

A proposta de novos *campus* e universidades deveria obedecer a critérios de prioridade e necessidade, tais como:

vocação da região e políticas públicas em desenvolvimento: arranjos produtivos locais; a promoção do desenvolvimento com redução das assimetrias regionais; localização geográfica; a população da micro e mesorregião atendidas; polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); indicadores de desenvolvimento econômico e social; taxas de evolução (IDH, IDEB); taxa da oferta de vagas públicas e privadas na educação superior (estadual, federal, técnica) na microrregião e mesorregião; áreas de formação prioritárias (formação de professores, saúde, tecnologias); curso em área de conhecimento existente na universidade; curso novo em área de conhecimento de ações prioritárias e a ampliação da oferta de educação superior pública no período noturno. (MEC, 2015)

Na prática, a criação de novos *campus* pautou-se especialmente “na participação das universidades no desenvolvimento regional, por meio da integração com a comunidade local e da participação efetiva das universidades no desenvolvimento da formação profissional e pesquisa regionais” visando, no longo prazo, “fomentar mudanças socioeconômicas e culturais com impacto direto na qualidade de vida de cada comunidade envolvida no processo” (MEC, 2015).

Entre 2003 e 2007 foram criadas 10¹³² universidades federais em regiões prioritariamente não metropolitanas (40% SE, 30% S, 20% NE, e 10% C-O), com 111 mil novas matrículas, 26.6 mil vagas e 613 cursos de graduação.

Entre 2008 e 2012 foram 4 novas IFES: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E entre 2012 e 2014, outras 4 IFES: Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB,

¹³² Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL, Universidade Fed. dos Vales Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, Fundação Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA e Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, Universidade Federal do Sul Sudeste do Pará – UNIFESSPA e Universidade Federal do Cariri – UFCA.

As matrículas na educação superior brasileira cresceram de 3,9 milhões em 2003 para 7,3 milhões em 2013 – o equivalente a 86%.

Entre 2003 e 2013, a oferta de cursos de graduação se diversificou¹³³, passando de 16,5mil opções para 32mil, um crescimento de 94%, significativo tanto no setor público (91,6%), e tanto mais, no privado (96,4%). Parte significativa das novas vagas e cursos foram ofertados no período noturno¹³⁴ e na modalidade de ensino à distância – EAD, que teve o extraordinário crescimento da ordem de 2200%¹³⁵.

Conjunto de medidas de reestruturação da carreira docente¹³⁶ e técnico-administrativa¹³⁷ permitiu um crescimento substancial dos servidores nas universidades públicas.

No âmbito docente, observa-se um aumento de 85% no número de profissionais entre 2003 e 2014. As contratações visaram não somente a ampliação do quadro funcional, mas igualmente a redução do número de professores substitutos, com a autorização de contratações para cargos efetivos.

Também podem ser apontadas significativas mudanças na titulação do corpo docente das universidades, entre 2003 e 2014.

Dentro do quadro docente da rede de pública de ensino superior (instituições federais, estaduais e municipais), entre 2003 e 2013, os professores doutores subiram de 39,5% para 53,2%, os mestres, de xx para 29,6%, e os especialistas (portadores de certificado de pós-graduação *lato sensu*) decresceram de 33,3% para 17,2%.

¹³³ Diretrizes Curriculares Nacionais e legislação pertinente ofereceram norte para a composição dos cursos, permitindo a elaboração de grades curriculares flexíveis, correspondentes à variedade de visões acadêmicas sobre determinado tema. (MEC, 2015).

¹³⁴ Que registrou um crescimento de 189,59% na oferta de vagas. (MEC, 2015).

¹³⁵ Eram menos de 50 mil matrículas em 2003, que passaram a 1,1 milhão, em 2013, e, segundo avaliação do MEC (2015), comprovaria a existência de uma forte demanda reprimida por modelos alternativos de educação superior, além da superação do preconceito histórico com a modalidade.

¹³⁶ O Plano de Carreiras do Magistério Federal o incentivou a contratação de professores com títulos acadêmicos e com dedicação integral, por meio da abertura de novas vagas e da substituição dos horistas.

¹³⁷ Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação. O corpo técnico-administrativo evoluiu significativamente no período de 2003 a 2014. Entre 2003 e 2007, a categoria oscila em razão do redimensionamento do quadro global da categoria, nos termos da Lei nº 9.632/1998. A partir de 2008, com o início do Reuni, iniciou-se uma curva ascendente de contratações. O ritmo de contratações passou por aumento significativo a partir de 2010, em função da publicação do QRSTA, instrumento que permitiu às universidades iniciar a reposição automática das vagas originárias de vacâncias (aposentadorias, óbitos e exonerações, dentre outros).

Somente as IFES contavam (em 2003) com 6,55% de docentes graduados, 10,33% eram especialistas, 32,47% eram mestres e 50,95% eram doutores. Dados de 2014 apontam redução do número de docentes graduados para 1,59% e de especialistas para 3,30%. Em contrapartida, ocorreu um crescimento significativo no número de doutores, os quais respondem por 71,42% de todos os docentes em atividade.

Na rede privada, no entanto, a tendência é distinta: os mestres são maioria, seguidos pelos doutores, mas o crescimento do percentual de docentes mais titulados é perceptível. Desta maneira, os especialistas, que eram maioria e representavam 49% do total de professores em 2003, tiveram a sua representação reduzida para 35%. Os mestres passaram a ser maioria, com 47%. Finalmente, o percentual de doutores cresceu de cerca de 12% para 18%.

As especializações *lato sensu*, voltadas para a aquisição de conhecimentos em tempo relativamente curto e ao mercado de trabalho, também são importantes instrumentos de ampliação da variedade da oferta na educação superior.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, - REUNI além de reforçar orçamento de programas¹³⁸, criou políticas objetivando apoiar o ingresso (como o Sistema de cotas¹³⁹ e o SISU) e a permanência dos alunos nas universidades, a exemplo do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES¹⁴⁰ e do Programa Bolsa Permanência – PBP¹⁴¹.

No que tange ao incentivo ao desenvolvimento do mercado privado de IES, houve o FIES, regulamentado em 1999, e reestruturado em 2010, que concedeu financiamento a estudantes matriculados em instituições cujo curso tenha obtido avaliação adequada pelo governo, sendo é exigido do estudante renda familiar mensal bruta compatível e pontuação mínima no ENEM. E o PROUNI, anunciado em 2004 e transformado na Lei n. 11.096, de 2005, que concedeu bolsas de estudo, integrais e parciais, a aluno proveniente da rede pública de ensino, oriundo de família de baixa renda (renda mensal bruta *per capita* definida pelo

¹³⁸ O orçamento do Programa INCLUIR aumentou quase doze vezes entre 2005 e 2014, passando de R\$ 1 milhão para R\$ 11,5 milhões, e do PROEXT recebeu incremento de cerca de vinte vezes, de R\$ 4,5 milhões para R\$ 84,2 milhões entre 2003 e 2014.

¹³⁹ O Sistema de cotas, adotado por poucas universidades no início da década de 2000, ganhou impulso em 2012 com a Lei n. 12.711 (a chamada Lei de Cotas, marco legal que cristaliza e uniformiza iniciativas individualmente desenvolvidas por muitas universidades federais na última década), que obrigava as instituições federais a, gradualmente, no prazo de quatro anos, garantir 50% das matrículas a estudantes oriundos do ensino médio público, mesclando também critérios de renda e raciais.

¹⁴⁰ O PNAES, que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das universidades federais, teve orçamento ampliado em mais de sete vezes, entre 2008 e 2014 (de R\$ 101,2 milhões para R\$ 742,7 milhões).

¹⁴¹ PBP

Programa), tornando-se, na opinião de SALAMA (2017), um dos programas mais bem sucedidos na área de educação superior.

II.2 CAPES, CNPQ E ÁREAS” NA PÓS-GRADUAÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, criada em 1951 como Comissão ligada ao então Ministério da Educação e Saúde, iniciara seus trabalhos em 1952, avaliando pedidos de auxílios e bolsas¹⁴². Em 1953 passaria a ser subordinada diretamente à Presidência da República, lá permanecendo até 1964, quando retornou à administração do Ministério da Educação e Cultura – MEC, na condição de Coordenação.

Em 1966, com o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento, as reformas do ensino fundamental e superior (de 1968), e a regulamentação da pós-graduação (Parecer Sucupira), a CAPES ganhou orçamento próprio e a atribuição de também qualificar os docentes das universidades brasileiras.

Em 1970, criaram-se os Centros Regionais de Pós-Graduação, e a CAPES mudou sua sede do Rio de Janeiro para Brasília. Em 1974, a Coordenação passou a ser um “órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira” (Decreto 74.299/74), e a promover atividades de capacitação de pessoal, gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, além de analisar a compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

Responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *stricto sensu* de 1981, a CAPES se tornaria a Agência Executiva do MEC junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

Apesar da instabilidade do período de transição democrática, a estrutura e funcionamento da CAPES permaneceriam estáveis, mesmo quando em 1990, além da extinção do Conselho Federal de Educação, houve o seu fechamento. Este duraria menos de um mês¹⁴³, graças à intensa mobilização que alcançou as opiniões pública, acadêmica e científica.

¹⁴² Se em 1953 foram concedidas 54 bolsas, em 1954, essas aumentariam para 194.

¹⁴³ A Medida Provisória nº 150, de 15 março de 1990, extinguiu a CAPES e, em menos de um mês, Instituição seria recriada, pela Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990.

Em 1992, ao se transformar em Fundação Pública (Lei nº 8.405/92), a CAPES consolidou-se¹⁴⁴ como a instituição que coordena o Sistema Nacional de Pós-Graduação; formula, acompanha e executa a Política Nacional de Pós-Graduação, sendo responsável, a partir de 1995, também pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação stricto sensu brasileiros¹⁴⁵. Gradativamente, a CAPES passaria ainda a induzir e fomentar a formação (inicial e continuada) de professores para a educação básica, atribuição consolidada na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, de 2009¹⁴⁶.

A Base de dados CAPES e Portal de periódicos CAPES¹⁴⁷

A Avaliação coordenada pela CAPES condiciona o fomento à pesquisa de maneira substancial, não apenas o repasse de recursos para bolsas e atividades pelo poder federal, mas serve de referência também para as demais agências estaduais, bem como para a Finep e para as próprias IES.

Se por um lado, há critérios gerais de avaliação (essencialmente: a produção científica dos docentes e discentes, a formação do corpo docente, a qualidade da formação dos alunos e o impacto social do programa), haveria, por outro, certa liberdade para que cada área defina como vai operar a sua avaliação.

A partir da Base de Dados Capes¹⁴⁸, de alimentação (coleta) anual, de informações fornecidas pelos programas, e de seu desempenho, a informática da Capes atenderia ao que cada área define como necessário para avaliar a qualidade de seus programas.

Aí residiriam as maiores dificuldades e polêmicas, dada a variedade de cursos, como vimos e as especificidades de cada área.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - CNPQ também foi criado em 1951, porém desde início de vinculado à Presidência da República. Em 1974 seria transformado de autarquia para fundação de direito privado, passando a denominar-se Conselho Nacional de

¹⁴⁴ Passados 57 anos desde a criação da CAPES, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade a Lei no 11.502/2007, homologada no dia do aniversário da Coordenação, 11 de julho.

¹⁴⁵ O que a distinguiria das demais agências de fomento, como o CNPq e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

¹⁴⁶ Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009. A CAPES criou então duas novas diretorias: de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED), e lançou Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009. Com ele, mais de 330.000 professores das escolas públicas estaduais e municipais que atuavam sem formação puderam iniciar cursos gratuitos de licenciatura. Houve melhoria da qualidade da educação básica e estímulo a experiências inovadoras com o uso de recursos e tecnologias de comunicação e informação nas modalidades de educação presencial e a distância.

¹⁴⁷ Além disso, seu Portal de Periódicos é um dos maiores e melhores do mundo.

¹⁴⁸ Com dados tão detalhada, que se constitui uma das mais importantes bases de ensino superior do mundo.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob gestão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN. No ano seguinte seria transferido do Rio de Janeiro para Brasília, mantendo, no entanto, m escritório regional no Rio de Janeiro.

Desde sua criação, o CNPq tem desempenhado papel primordial na formulação e condução de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação¹⁴⁹ - CT&I, apoiado a pesquisa¹⁵⁰ e originado vários institutos científicos¹⁵¹.

Diferente da CAPES, o Conselho sofreu diversas transformações na sua estrutura organizacional, sua função como instituição federal de fomento à pesquisa e formação de pesquisadores permanece. Sua missão é: “promover, fomentar e divulgar o desenvolvimento científico e tecnológico; contribuir na formulação de políticas nacionais de Ciência e Tecnologia”. (DECRETO N.º. 3.567/ 00). O órgão pode aportar recursos diretamente ou em parceria com os Estados da Federação.

Segundo o próprio Conselho, o investimento que vem sendo feito “assegura a presença de brasileiros em instituições estrangeiras relevantes e garante a presença de pesquisadores brasileiros em territórios estratégicos, como os arquipélagos e o continente Antártico”¹⁵².

Uma das principais ações do CNPQ é a concessão de bolsas de formação de recursos humanos para atuação na pesquisa científica, ou para especialistas que pretendem atuarem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em empresas e centros tecnológicos¹⁵³.

São diversas as modalidades de bolsas, que abrangem desde alunos do ensino médio, passando pela graduação e pós-graduação, indo até os recém-doutores e pesquisadores experientes do País e do exterior. As bolsas são concedidas diretamente pelo CNPq ou por

¹⁴⁹ Coordenou o primeiro programa complementar de recursos à pesquisa científica brasileira, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, criado em 1985 a partir de convênio assinado com o Banco Mundial.

¹⁵⁰ Por meio do Programa Importa Fácil, tem ajudado instituições e pesquisadores a importar insumos e equipamentos com isenção fiscal.

¹⁵¹ O CNPq teve sob sua subordinação, até o ano 2000, os seguintes institutos, executores de pesquisas: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), transformado em 1976 no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR); Conselho Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), depois transformado no Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Observatório Nacional (ON), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), Centro de Tecnologia Nacional (CETEM), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). O Decreto n.º. 3.567, de 17 de agosto de 2000, transferiu essas unidades para o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI.

¹⁵² (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>)

¹⁵³ <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/apresentacao>

instituições para as quais destina quotas (universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação profissional), no Brasil e no exterior.

Atualmente, são cerca de 80 mil bolsas de pesquisas, nas mais diversas modalidades¹⁵⁴, além de pesquisas em todas as áreas do conhecimento.

Individualmente, as bolsas Produtividade estão entre as mais concorridas, pois...

Entre os seus diversos Programas¹⁵⁵, o Programa Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação – INCT é o dos mais relevantes. Ele abarca projetos de pesquisa de longo prazo em redes nacionais e ou internacionais de cooperação científica que envolve pesquisadores e bolsistas.

Cada INCT deve ser sediado em instituição de reconhecida “excelência em produção científica e/ou tecnológica, alta qualificação na formação de recursos humanos e com capacidade de alavancar recursos de outras fontes”. A Instituição sede deve ainda apresentar “conjunto de laboratórios ou grupos associados de outras instituições, articulados na forma de redes científico-tecnológicas, com uma área ou tema de atuação bem definidos, (...) na fronteira da ciência e/ou da tecnologia ou em áreas estratégicas do Plano de Ação em CT&I”¹⁵⁶.

Em termos de recursos para redes de pesquisa, os INCT são um símbolo de status acadêmico e motivo de muitas disputas.

O apoio financeiro do CNPQ às ações de divulgação científica e tecnológica é outro om à editoração e publicação de periódicos, à promoção de eventos científicos e à participação de estudantes e pesquisadores nos principais congressos e eventos nacionais e internacionais na área de ciência e tecnologia.

Outro de seus programas, a Plataforma Lattes é o maior banco de currículos da América Latina, fonte de dados desta pesquisa, além de guardar uma política de manutenção da memória do campo de CT&I¹⁵⁷.

As “Área de Conhecimento”, para o CNPQ são: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Agrárias

Grupos de pesquisa

¹⁵⁴https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades

¹⁵⁵ <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas>

¹⁵⁶ <http://inct.cnpq.br/>.

¹⁵⁷ Desde 2004 mantém um Centro de Memória que resgata de informações e documentos referentes ao CNPq, e um Centro de Documentação, atualmente Biblioteca Lygia Portocarrero Velloso, existente desde 1951, com mais de 20.000 volumes de obras especializadas em políticas e história da ciência e tecnologia.

A CAPES, enquanto agência de fomento, com diversas modalidades de bolsa e auxílio, e responde por 55% das bolsas de mestrado e doutorado no Brasil. Junto com CNPq/MCT, atende 85% das bolsas nesses dois níveis de formação pós-graduada.

Tanto o CNPQ quanto a CAPES mantêm um esquema de prêmios. Porém, o CNPq seria “pioneiro na concessão de prêmios no Brasil”. Desde a década de 70, os prêmios do CNPq cumprem o papel de instrumentos de divulgação e valorização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, contribuindo para uma articulação efetiva com entidades parceiras dos setores público e privado. Os agraciados são estudantes e pesquisadores renomados, que representam as duas pontas da cadeia de produção de ciência, tecnologia e inovação. Com temáticas, categorias e públicos variados, os prêmios incentivam a formação e o aprimoramento do quadro de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento.

II.2.1 AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Teria sido no contexto de crise econômica dos anos 1980 e pressão pela redemocratização, segundo CLAUDIO NEIVA, que a figura da “avaliação” ganharia destaque, dentro do tema “salvar a universidade brasileira”. (1992: PP).

A primeira iniciativa de avaliação dos cursos de pós-graduação ocorreria em 1976, iniciada pelo então diretor-geral da CAPES, seguida, em 1981, pelo Programa de Acompanhamento e Avaliação.

Para SCHWARTZMAN, a escassez de recursos colocara o tema da “avaliação na ordem do dia”. Uma novidade tanto no Brasil, quanto na América Latina e na Europa, com o surgimento de um *Evaluative State*, modalidade de governo que procura substituir o tradicional controle burocrático *à priori* (ou planejamento) por atividades ou mecanismos de avaliação *a posteriori*. (1992: 13-14)

Aponta Guy Navea que a nova ênfase na avaliação que se observa na Europa decorreria, em grande parte, da massificação do sistema educacional, que trouxe a necessidade de proporcionar uma educação mais ajustada às demandas de um mercado de trabalho em mutação, o que as universidades tradicionais, mesmo as de alta qualidade, não estavam acostumadas a fazer. O risco, segundo ele, como ocorrido na Inglaterra, era uma valorização extrema da lógica empresarial que, levada ao limite, acabaria por ameaçar a própria atividade acadêmica e de pesquisa, com a desvalorização (e decorrente deterioração) daqueles campos de conhecimento sem valor imediato para o mercado, perdendo assim a Universidade, a médio prazo, sua competência como centro de formação profissional (APUD SCHWARTZMAN, 1992: 14).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio da autonomia universitária, e diferentes projetos de Lei de Diretrizes de Base incorporaram, de alguma forma, o princípio da avaliação como instrumento básico de soerguimento do sistema de ensino superior no país.

A expectativa nos anos seguintes era que a avaliação substituísse o controle burocrático pela avaliação de desempenho; fornecesse à sociedade informações confiáveis sobre a qualidade do ensino e dos demais serviços prestados pelas IES; estabelecesse, no caso das instituições públicas, nova forma de financiamento baseado não só no número de alunos atendidos, mas na qualidade da formação e da produção científica; sendo fundamental haver processos avaliativos autônomos, interinstitucionais, e incidentes sobre todos os níveis e atividades acadêmicos (graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão). (DURHAM, 1998).

Para Renato Janine Ribeiro, ex-Diretor de Avaliação da CAPES “sem a avaliação, o fomento pode ser cego”. (2007: s/p). Para ele, o processo de avaliação assegura à pós-graduação *stricto sensu* brasileira qualidade internacional.

De início, anual, passou a ser realizada uma vez a cada três anos, nos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado. As notas (ou conceitos) vão de 1 a 7. Assim:

As notas 1 e 2 implicam o descredenciamento do curso. Seus diplomas deixam de ter validade nacional. Na prática, isso significa que o curso é fechado, embora a Capes não tenha papel de polícia. As notas 3 a 5 valem respectivamente “regular”, “bom” e “muito bom”. Além disso, há também os conceitos 6 e 7, que expressam excelência constatada em nível internacional. Somente os programas que têm doutorado podem aspirar às notas 6 e 7. (RIBEIRO, 2007: s/p).

Os critérios de avaliação versam sobre o estabelecimento de padrões de qualidade dos cursos, o estímulo ao impulso da evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação, bem como, de cada Programa, em particular e ainda, visa contribuir com o aumento da eficiência dos Programas para atender as necessidades nacionais, regionais e urbanas (PORTO; THEIS, 2016). Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* são avaliados anualmente pela Capes, uma tarefa complexa e que envolve diversos critérios/quesitos: 1) Proposta do Programa; 2) Corpo Docente; 3) Corpo Discente; 4) Produção Intelectual; 5) Inserção Social. 10 Quesitos: 1) Proposta do Programa; 2) Corpo Docente; 3) Corpo Discente; 4) Produção Intelectual; 5) Inserção Social. 9 Iniciou em 1985.

Para Janine Ribeiro, a avaliação é útil pois:

- permite assegurar ao aluno de mestrado ou doutorado que ele terá aulas e será orientado por professores competentes, cientificamente produtivos e reconhecidos por seus pares. Portanto, o principal beneficiário dela é o futuro mestre ou doutor;

- garante a qualidade dos cursos e, pelo poder que legalmente tem de “fechar” cursos fracos e deficientes (apenas 2%, em 2004), assumiu uma autoridade moral que faz que os demais cursos concorram para assegurar sua qualidade;

- é extremamente econômica, porque com cerca de 7 milhões de reais anuais se garante a avaliação trienal e, nos anos do intervalo, o acompanhamento anual dos cursos, evitando que percam sua qualidade e estimulando-os a crescer;

- dá ao poder público e às fundações privadas condições de selecionar quais os grupos melhores aos quais conceder recursos de fomento: aqueles que terão

maior efeito multiplicador tanto para fazer ciência, quanto para formar pesquisadores;

- permite que as próprias instituições avaliadas (universidades, centros universitários e faculdades) tenham uma análise séria – e gratuita – que as ajudará a definir suas políticas de aprimoramento interno;

- oferece ao graduado que se interesse em cursar um mestrado ou doutorado, elementos seguros para escolher o lugar mais adequado para ele disputar uma vaga. (2007: s/p).

No entanto, as dificuldades para a avaliação num país continental como o Brasil são bastante significativas: diferenças regionais históricas se aliam ao ritmo acelerado de crescimento dos números e diversificação tipológica das IES.

Em número de programas de mestrado, eram 27 em 1965, 429 em 1975 e quase 1.2mil em 1996. Programas de doutorado eram 11, 146 e 782 (1998), respectivamente. Se em 1998, o número total de programas de pós-graduação era de 1.2mil, em 2014 esse número passou para 3.7 mil, e para 4 mil em 2016¹⁵⁸. Dados da Plataforma Sucupira¹⁵⁹, mostravam que em 2018 o número programas de pós-graduação (mestrados acadêmicos, profissionais¹⁶⁰ e doutorado) já era de 4.341.

As universidades públicas não constituem segmento homogêneo. São 39 as universidades federais, todas com idêntica carreira docente. Porém, as universidades estaduais, como aquelas mantidas pelo estado de São Paulo, têm carreiras docentes distintas, muitas vezes caracterizando-se por uma maior hierarquização (Neves?)

As universidades privadas tampouco são homogêneas, comportando instituições de alto padrão acadêmico e outras bem mal avaliadas. Destacam-se, por sua ação política coordenada, as instituições confessionais, notadamente as 24 católicas e as 6 protestantes – também elas muito heterogêneas.

Em 2001 as faculdades isoladas (92% delas privadas) era a maioria das IES, mas não em termos de número de alunos, pois as universidades abrangiam 64,5% dos estudantes. Os centros universitários (a maior parte deles oriunda de federações de faculdades, quase todas no setor privado) recebiam cerca de um décimo das matrículas, enquanto os centros de educação tecnológica, praticamente todos no setor público, representavam uma parcela ainda mais diminuta na oferta de vagas no ensino superior.

¹⁵⁸ Dados do CGEE (2012, P. 39, APUD STALOCH; ROCHA: 2019). Para calcular o número de programas não se pode somar os números de mestrado e doutorado diretamente, pois um mesmo programa pode oferecer as duas modalidades.

¹⁵⁹ Acessada em maio de 2018 (STALOCH; ROCHA: 2019).

¹⁶⁰ O mestrado profissional foi instituído pela Portaria n° 389, de 23 de março de 2016.

A situação foi revertida em 2002, com uma maior concentração de estudantes (2/3 do alunado) frequentando universidades, contingente esse majoritariamente situado no setor privado (58%).

Em 2001, a maioria dos estudantes (56%) era do sexo feminino, frequentava cursos noturnos (57%) e estava matriculada em instituições sediadas fora das capitais (53%).

Com efeito, os estudantes matriculados em universidades sempre foram minoria diante dos seus colegas das faculdades isoladas.

II.2.2 “ÁREAS DE AVALIAÇÃO” E OUTRAS ÁREAS

De acordo com a CAPES (2008) a classificação das “Áreas do Conhecimento” tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações.

É a partir da “Tabela de Áreas de Conhecimento” que são organizadas as “Áreas de Avaliação” da CAPES.

A classificação deve permitir sistematizar, primordialmente, informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos.

A classificação original¹⁶¹ das Áreas do Conhecimento possuía hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo 08 grandes áreas, 76 áreas e 340 subáreas do conhecimento, a saber:

1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.

2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas. (CAPES, 2008).

¹⁶¹ A primeira versão da Tabela foi fruto de um esforço conjunto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento Industrial (SDI/MD), da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e da Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Em 2008, a Tabela de Áreas foi alterada¹⁶², criando-se a “Grande Área Multidisciplinar”, dentro dela, as áreas “Ensino de Ciências e Matemática”, “Materiais e Biotecnologia”, e “Interdisciplinar”, e dentro desta última, as subáreas: “Meio-Ambiente e Agrárias”, “Engenharia/Tecnologia/Gestão”; “Saúde e Biológicas”; e “Sociais e Humanidades”¹⁶³.

A Área CAPES de Planejamento Urbano e Regional e Demografia – PLURD faz parte da Grande Área do Conhecimento denominada Ciências Sociais Aplicadas, que é composta por outras 7 áreas¹⁶⁴.

A Área PLURD, por sua vez, é composta por duas Subáreas: Planejamento Urbano e Regional -PUR e Demografia - DEMO, organização que ocorreu nos anos 1980. Até então, esta Área ainda era avaliada pela CAPES junto com os cursos de Arquitetura e Urbanismo – AU, sendo a Área PLURD separada da Área “Arquitetura, Urbanismo e Design” – AUD.

A Área PLURD cresceu de 6 programas, em 1970 para 46 programas, em 2017, sendo 18 Programas com cursos de doutorado e 20 Programas com mestrado acadêmico, como mostra a sistematização feita por STALOCH E ROCHA (2019).

Porém, esses 46 Programas da Área PLURD representariam apenas 1% do total de Programas avaliados e qualificados pela CAPES. Se decompostos (cursos de mestrado e de doutorado), representam 8% dos cursos da Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas.

Comparativamente, a Subárea de Arquitetura e Urbanismo é composta por 14 programas, dos quais 7 oferecem mestrado e doutorado, os demais oferecendo unicamente mestrado. (MACHADO; PEREIRA; DA SILVA: 2003).

De acordo com MICELI (2001B), o Brasil talvez seja um dos únicos países latino-americanos (e um dos poucos do terceiro mundo) a ter logrado êxito no processo de institucionalização das ciências sociais, no ensino superior e particularmente, na pós-graduação (p. 9). Além de um amplo apoio institucional e financeiro externo (de instituições como a Fundação Ford, estudada por ele, ou a Rockefeller, estudada por Schwartzman) contando – embora não até os anos 1960 — com agências governamentais especializadas.

“ao longo dos anos 50 e 60 as Ciências Sociais não receberam nenhum auxílio do CNPq, cujas únicas prioridades de atendimento era as ciências ditas “exatas” (as biológicas, de maior tradição no país, e as ciências físicas). Nessa fase, o apoio ainda restrito aos cientistas sociais cabia à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Para isso, no entanto, seus profissionais (elite intelectual profissional/profissionalizada) tiveram inserção nos meios decisórios dessas organizações (nacionais), que

¹⁶² Portaria nº 9/ CAPES, após decisão de seu Conselho Superior, tomada na 44ª reunião, de 5 de dezembro de 2007.

¹⁶³ <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>

¹⁶⁴ A saber:

ainda tiveram expressiva participação em postos tecnocratas, executivos e parlamentares. Seus integrantes “foram sendo reconhecidos e, ao mesmo tempo, enxergando a si mesmos como membro por inteiro [de uma nova corporação profissional, detentores de uma competência técnica exclusiva, unidos por uma formação acadêmica inovadora, por títulos e insígnias de uma carreira universitária a maior parte do estado-maior profissional podendo exhibir os trunfos de um treinamento no exterior, doutores em universidades prestigiosas, em suma, marcados todo o tempo pela internalização da excelência acadêmica que acabam adotando como sua ideologia profissional favorita.” (MICELI, 2001B: 10).

Os debates, as ideias e propostas veiculadas pelos profissionais formados nessas escolas ou por seus professores para as cidades brasileiras, na imprensa, nas salas de aula ou nos diversos empreendimentos mais ou menos grandiosos a que se dedicaram, instauram os fundamentos para uma nova percepção da vida "em cidade" e desenham, agora com firmeza, como em vários países à época, o perfil do campo disciplinar do Urbanismo.

Desde então, há um expressivo crescimento das escolas de arquitetura e urbanismo no país, tanto em nível de graduação, como de pós-graduação. Nos anos 70 havia cerca de 30 escolas de arquitetura, sendo que dois terços destas pertenciam a universidades públicas, e um terço à rede privada. Nos anos 80 inicia-se a expansão desmesurada de escolas de arquitetura, processo que se consolida nos anos 90, quando se verifica uma drástica inversão da relação entre escolas da rede pública e privada. Assim, hoje, um quarto das escolas pertence à rede pública, contra uma maioria de três quartos de escolas privadas.

No final de 2003 temos 168 escolas de arquitetura e urbanismo, com a seguinte distribuição regional: 48, 8 % na região sudeste; 25, 6% na região sul; 12, 5 % na região Nordeste; 8, 9 % na região centro-oeste; e 4, 2 % na região Norte. A recente avaliação das escolas de arquitetura e urbanismo do Ministério de Educação demonstra a concentração qualitativa nas escolas da rede pública das regiões Sul e Sudeste. (dos cursos que obtiveram conceito A, 71 % são de escolas públicas, contra 29 % de privadas. Deste total, 50% localizam-se na região Sul e 36 % na região Sudeste).

Acompanhando o processo de reorganização político-administrativa pelo qual passa o país na primeira década do período militar, a institucionalização do ensino e da pesquisa na área, ocorrem de forma expressiva a partir do final dos anos 60. A criação da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Cultura - em finais dos anos 60, traz um impulso à constituição da pós-graduação nacional, incluindo a área de arquitetura e urbanismo.

Cabe também registrar a criação da ABEA - Associação de Escolas de Arquitetura, em 1973, (hoje Associação de Ensino de Arquitetura), que desde então vem desempenhando papel importante visando manter padrões de qualidade na formação profissional.

Inicia-se no final dos anos 70, intensificando-se na década de 80, um movimento de formação de pessoal de nível superior com doutoramentos no exterior, apoiado pelas

instituições de pesquisa e pós-graduação (CAPES, CNPq). Observa-se uma concentração de doutorandos nos Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra. Pode-se afirmar, que este movimento resultou no desenvolvimento da pesquisa e na constituição de uma importante massa crítica na área de arquitetura e urbanismo, responsável pela criação de vários programas de pós-graduação hoje existentes na área e destacando-se por posições de liderança em vários fóruns científicos e da vida pública nacional.

Nos anos 1990, e ironicamente durante parte da presidência de Henrique Cardoso, houve espécie de incentivo à "privatização" do ensino universitário e falta de investimento público federal em desenvolvimento urbano teria fomentado a criação de políticas locais alternativas, realizadas com recursos municipais, tendo proliferado o modelo de assessorias técnicas à movimentos populares organizados (de arquitetura e urbanismo, de engenharia ou de assistência jurídica), posterior e parcialmente incorporadas às políticas urbanas petistas, cujos desdobramentos político-acadêmicos estão ainda por serem sistematizados.

A especificidade dos campos de conhecimento e atuação profissional confere desafios importantes para os programas de pós-graduação e cria uma interrogação sobre os contornos e conteúdos nas áreas de ensino e pesquisa. (LEME, 2015).

II.2.3 ÁREA DE PLURD: NOVOS ATORES EM CENA

A diversidade das instituições que compõem a pós-graduação na área reunida pela ANPUR traz uma riqueza de visões e de posturas. "Estudos urbanos e regionais" são os termos comumente utilizados como referência ao conhecimento gerado por áreas ligadas, principalmente, às ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Constitui-se, tanto como objeto de estudo de um programa específico, como muitas vezes dispersa-se por distintos departamentos acadêmicos.

Os objetivos dos programas ligados aos estudos urbanos e regionais são também distintos: em alguns casos, como nos cursos de economia, sociologia e geografia, tanto o objeto como o objetivo dos programas é o entendimento de processos econômicos e sociais que estruturam as cidades e as regiões e o estudo dos diferentes arranjos institucionais que intervêm nestes processos. De outro lado, programas de planejamento urbano e regional tem o duplo objetivo: ao mesmo tempo em que se propõe ao entendimento de tais processos, procuram capacitar os estudantes a atuar de forma propositiva.

A Pós-Graduação no Brasil começa a tomar forma na década de 1960, e principalmente na década seguinte, quando houve uma maior orientação do governo brasileiro ao estímulo à Pós-Graduação, sobretudo, para professores do ensino superior, visando contribuir "para a expansão do próprio sistema e para a promoção da pesquisa científica e tecnológica no País" (PIQUET; VILANI, 2013, p. 96).

A questão da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, estava já contida no grande movimento da década de 20, que deu origem às universidades brasileiras. Apesar disso, em 68,

apenas duas universidades, uma consolidada e outra em constituição, haviam se organizado como instituições de pesquisa: a Universidade de São Paulo – USP e a Universidade de Brasília - USP. (DURHAM, 1998).

Na USP, o tema do Planejamento Urbano e Regional consistia em uma área de concentração da pós-graduação, existente a partir de 1968, e reunia professores dos demais departamentos ou áreas de concentração, (História, Tecnologia ou Projeto).

De acordo com o próprio documento da Área PLURD (Subárea PUR) esta teria, pois, se originado, no início da década de 1970 com a criação dos primeiros cursos de mestrado em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte com a finalidade de formar quadros qualificados tanto para a formulação como para a implementação de políticas urbanas e regionais. (PLURD/ CAPES, 2019).

PORTO E THEIS (2016) descrevem o período de 1970 a 1999 como a “gênese” dos Programas de Planejamento Urbano e Regional. LIMONAD (2017, p. 221) recorda que:

[...] esses programas de planejamento urbano e regional se constituíram, entre 1971-1972, no âmbito de um convênio, com duração prevista de sete anos, realizado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, e o Ministério do Interior com suporte e financiamento direto desse ministério. Convênio esse realizado em decorrência de uma intenção expressa de formar quadros para órgãos de governo, com base nas metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado durante o governo do presidente general Emilio Garrastazu Médici (1969-1973), um dos mais duros governos da ditadura militar.

O primeiro curso de mestrado em Planejamento Regional e Urbano – PUR no Brasil teve origem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Segundo entrevista com Ricardo Farret, membro fundador da ANPUR, formado na UFRGS, mas docente na UBN, e representante desta instituição:

No Rio de Janeiro o PUR se iniciou com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ / 1972). Criado em 1971, o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PUR, da UFRJ, era inicialmente vinculado à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia – COOPPE. Os movimentos que fizeram com que se desdobrasse, dando origem, em 1987, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, instituto especializado que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, no IPPUR ressaltam a diferença entre as instituições.

O Programa não esteve vinculado a uma graduação. Assim, a formação do corpo docente compreendeu professores formados em Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Economia, Engenharia, Geografia, História e Administração Pública, sendo seus estudos e pesquisas pautados por forte conteúdo interdisciplinar ancorada nas Ciências Sociais – Economia, Sociologia e Ciência Política, reconhecendo que análise de questões urbano-

regionais não podem prescindir de uma abordagem que integre conhecimentos de também de Geografia, Urbanismo e Direito.

Em levantamento sobre a bibliografia habitacional, Valladares (1986) permite observar a importância desse Centro (IPPUR/ UFRJ) para a produção de conhecimento.

Em Belo Horizonte, no entanto, ainda em 1965 era criado o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), que abrigava programa de pesquisa e pós-graduação na área de Economia Regional (PIQUET; VILANI, 2013).

O Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – PPGAU-FAU/USP foi criado como curso em 1971, tendo a primeira turma de mestrado início em 1973. O curso de Doutorado receberia sua primeira turma em 1980, permanecendo como único curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo no país até 1998. Desde sua origem, é o maior curso de pós-graduação do país¹⁶⁵.

Em sua criação, o PPGAU-FAUUSP possuía uma única área de concentração, denominada Estruturas Ambientais Urbanas, sendo reorganizado, em 2002, em sete Áreas de Concentração, uma delas, o Planejamento Urbano e Regional¹⁶⁶.

Por fim, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE / 1975) (PIQUET; VILANI, 2013).

Nos anos 80, observa-se expressivo movimento de reorganização interna e redefinição temática dos programas existentes. Porém, pouco, ou nada, se havia feito em termos de criação de Programas, “sendo sintomático que no período de quase 20 anos (entre 1975 e 1993) nenhum novo curso tenha sido proposto na área” (PIQUET; VILANI, 2013: 100).

Seguindo o documento da CAPES, a Área PLURD não recebeu novos cursos, sendo apenas credenciado um Programa com mestrado e doutorado em Demografia. Pelo contrário, foi encerrado o curso da Universidade de Brasília enquanto o de São Paulo passou a ser vinculado à Área de “Arquitetura, Urbanismo e Design” - AUD, após a separação.

Durante a década de 1990, houve aumento pouco significativo para a subárea PUR, passando de cinco para seis Programas, com sete cursos, dentre eles dois cursos de doutorado (IPPUR-UFRJ, MDU/UFPE). Na subárea DEMO foram criados um doutorado e um mestrado.

Expressiva mudança vai ocorrer na década seguinte.

¹⁶⁵ Em 2021 contava com 95 orientadores credenciados, 198 alunos de Mestrado, 216 alunos de Doutorado e 20 alunos de Doutorado Direto, além de aproximadamente 200 Alunos Especiais, e um conjunto de 120 disciplinas credenciadas, dentre as quais cerca de 35 são oferecidas semestralmente.

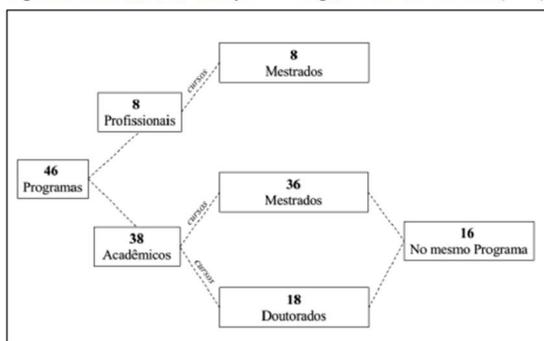
¹⁶⁶ Outras, a saber: Habitat, História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Paisagem e Ambiente, Projeto de Arquitetura, Projeto, Espaço e Cultura, Tecnologia da Arquitetura.

Expansão numérica e interiorização

Se, durante o período de 1998 a 2014, a taxa geométrica de crescimento do número de programas de pós-graduação como um todo foi de 7,0% ao ano - em termos percentuais chega a 667%, na Área PLURD essa atingiu ordem de 12% ao ano¹⁶⁷. No mesmo período, o número de programas na Área PLURD passou de 6 para 47¹⁶⁸.

Em 2017 eram programas, cursos:

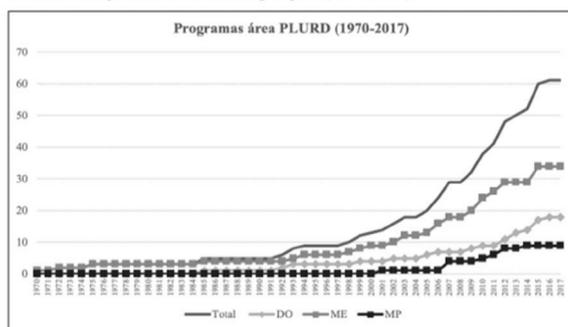
Figura 1 Estrutura da distribuição dos Programas na área PLURD (2017).



Fonte: elaborada a partir dos dados coletados no *Relatório de Avaliação 2017* e da Plataforma Sucupira (acessado em maio de 2018).

Sistematização feita por STALOCH E ROCHA (2019), mostra de que maneira a expansão do número de Programas na **Área CAPES PLURD** foi mais rápida do que a expansão do conjunto da pós-graduação no país.

Gráfico 2 Programas área PLURD, por grau (1970-2017).

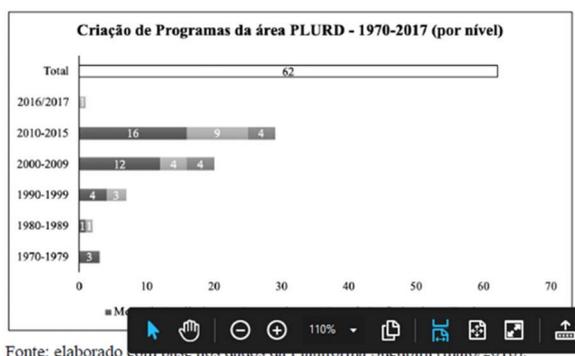


Fonte: elaborada a partir dos dados coletados no *Relatório de Avaliação 2017* e da Plataforma Sucupira (acessado em maio de 2018).

¹⁶⁷ Ver gráficos GEOCAPES

¹⁶⁸ Segundo STALOCH E ROCHA (2019), teriam aumentado, em 47 anos (1970 a 2017), de 6 para 46 programas, enquanto a pós-graduação no geral passou (entre 1998 e 2016) de 1.256 programas para 4.177 programas.

A maior a maior parcela dos cursos de pós-graduação em PUR foi criada, pois, mormente depois dos anos 2000, como mostra a distribuição por elaborada por STALOCH E ROCHA (2019).



Essa expansão significou a necessidade de incorporação de número importante e crescente de docentes na área PLURD, cujo número passou de 216, em 1998, para mais de 600, em 2014.

Do total de docentes, 80% são considerados “permanentes”. No entanto, de acordo com dados das Plataformas Sucupira e GeoCapes, catalogados por STALOCH; ROCHA (2017), a área PLURD é das que, em média, apresenta menos docentes efetivos, comparativamente a outras Áreas Capes dos últimos quatro anos.

Segundo dados do Documento de Área, de 2016, parte significativa desses docentes foi formada pelos próprios programas da área, que com isso, estaria cumprindo um de seus objetivos, a formação e qualificação de docentes para o sistema universitário. (PLURD/ CAPES, 2016).

O número de discentes matriculados também cresceu de maneira acelerada. O número de mestrandos passou de 233, em 1999, para 952, em 2014. O número de doutorandos passou de 79 para 431 no período.

O número mais significativo é o de titulados. Em 1999, foram titulados 37 mestres e 7 doutores. Em 2014 esse número passou para 364 mestres e 66 doutores, enquanto o número de formados nos mestrados profissionais chegou a 92.

Considerando o número de teses defendidas, a área PLURD figura entre as últimas posições, com menos de 1000 teses defendidas até dezembro de 2016. Ademais, em média, o tempo para a titulação de Mestrado está compreendido entre 25 e 30 meses e de Doutorado entre 50 e 55 meses, segundo STALOCH; ROCHA (2017).

Apesar do significativo aumento do número de programas e da expansão territorial ocorrida no período recente e, a partir de 2006, de uma possível “desconcentração regional e interiorização dos programas de pós-graduação de PUR no Brasil” com a criação dos primeiros cursos de PUR nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil”. (PORTO; THEIS, 2016: 40).

Durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas subáreas PLURD e DEMO localizaram-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da Área. (PLURD/ CAPES, 2013).

Apenas na virada do século, esse padrão vai mudar com certa velocidade e profundidade com a abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais longe dos principais centros do país. Esses cursos trazem de volta uma temática que tinha sido relegado a um segundo plano durante as décadas de 80 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas.

São esses os cursos os principais responsáveis pela ampliação da área nos anos mais recentes que propiciam à área uma penetração em regiões fora das tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação como é o caso do interior dos três estados da região Sul, no Centro-Oeste, do interior do Nordeste e da região Norte.

Cumprir frisar que parte do processo de expansão (e interiorização) dos Programas na área PLURD é também resultado do engajamento da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR.

Mesmo assim, em 2016, dez¹⁶⁹ das 27 Unidades da Federação – UF ainda não possuíam curso na área PLURD, em especial, nas regiões C-O e N do país. (PLURD/ CAPES, 2016).

Nessas regiões, o primeiro mestrado foi criado 36 anos após o início do primeiro mestrado na Área no país, sendo o C-O foi a última região a criar programa¹⁷⁰ na referida área. (PORTO; THEIS, 2016).

Dos 62 cursos, 65% estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul. São também as que apresentam maior oferta de Programas PLURD em IES municipais.

Figura 2 Representação da distribuição territorial dos Programas da área PLURD (2017).

¹⁶⁹ SE: Espírito Santo; N: Acre, Amazonas, Rondônia; C-O: Distrito Federal, Mato Grosso; NE: Alagoas, Ceará, Piauí, Sergipe

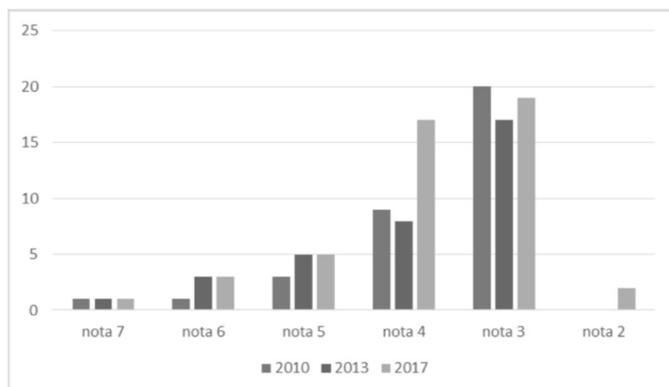
¹⁷⁰ PUC de Goiás, em 2006, que não dispõe de doutorado



Fonte: elaborada a partir dos dados coletados no *Relatório de Avaliação 2017* e da Plataforma Sucupira (maio/2018).

Deslocamento de hegemonia

A maior parte dos Programas estão com avaliação em nota 3 e 4, destacando, a quantidade de apenas um Programa com nota 7, sendo este, o Programa em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



O Sul é a única região em que todas as Unidades Federativas possuem cursos na área. Essa região, em média simples, é a que apresenta as melhores notas dos seus Programas PLURD, seguida da região Sudeste. Esta, por sua vez, é a que possui mais programas na Área PLURD, em instituições federais. STALOCH; ROCHA (2017),

De acordo com os dados compilados, a região Centro-Oeste é a que apresenta a menor média simples de notas dos Programas na área avaliada.

Tabela 1. Número de Programas de Pós-Graduação da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia por região e por nota dos Programas Acadêmicos e Profissionais

Regiões	Notas dos Cursos Acadêmicos					Notas dos Mestrados Profissionais		Número total de Programas
	3	4	5	6	7	3	4	
Norte	3	1	.	.	.	1	.	5
Nordeste	5	2	1	.	.	1	.	9
Sudeste	5	4	.	2	1	2	1	15
Sul	5	2	4	1	.	2	1	15
Centro-Oeste	2	1	.	3
Total	20	9	5	3	1	7	2	47

Fonte: Plataforma Sucupira

Do conjunto de programas da Área, 18 possuem cursos de doutorado. 20 Programas com mestrado acadêmico possuem nota 3, sendo que 3 desses Programas já obtiveram nota 3 em 3 avaliações consecutivas, o que gera preocupação em termos de necessidade de qualificação desses Programas, que vai viabilizar também o aumento do número de cursos de doutorado, e de acompanhamento da Coordenação da Área.

São esses os cursos os principais responsáveis pela ampliação da área nos anos mais recentes que propiciam à área uma penetração em regiões fora das tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação como é o caso do interior dos três estados da região Sul, no Centro-Oeste, do interior do Nordeste e da região Norte. (PLURD/ CAPES, 2013).

Por último vale notar que até o último triênio 2004 a 2006 a Área contou com apenas um mestrado profissional fiado no início do milênio. No triênio atual serão submetidos quatro mestrados profissionais à avaliação.

Essa nova composição com programas voltados para o planejamento urbano (e metropolitano), para o desenvolvimento (e gestão) regional e à problemática populacional (demografia) significa um grande desafio para uma avaliação que precisa levar em conta diversos formatos e atuações destes programas.

Pois, o desafio não se origina apenas na diversificação de temáticas e problemáticas articuladas, mas assume uma nova qualidade na medida em que os cursos da Área intensificam e aprofundam, necessariamente, abordagens multi, inter ou mesmo transdisciplinares nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dependendo das particularidades de cada curso observa-se nas subáreas tanto de Planejamento Urbano e Regional como de Demografia diversas interlocuções com outras disciplinas não apenas da grande área das Ciências Sociais Aplicadas como arquitetura, urbanismo, economia, administração e outras, mas também com as Ciências Humanas como,

por exemplo, sociologia, história, ciência política e mesmo como áreas das Ciências da Vida (medicina, saúde coletiva), das Agrárias e das Engenharias. (PLURD/ CAPES, 2016)¹⁷¹.

O caráter interdisciplinar dos cursos precisa ser contemplado tanto na avaliação do corpo docente, da formação de pesquisadores e profissionais e especialmente na hora da apreciação da produção bibliográfica que é de grande amplitude temática e lança mão de uma ampla gama de meios de difusão de conhecimento.

Desde os princípios ANPUR, A Diretoria a 1991 montou ampla articulação para a votação do representante da área no CNPq (ANPUR, ATA: 1991).

PROLIFERAÇÃO DE PERIÓDICOS

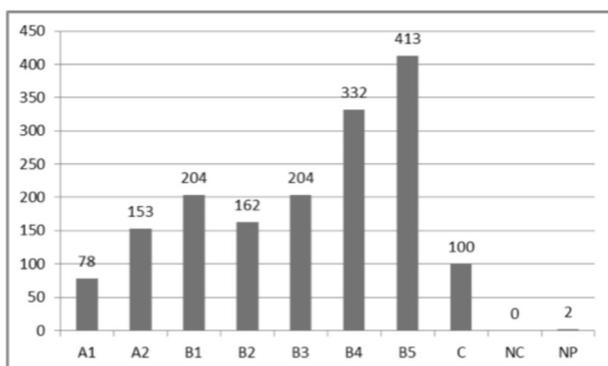
Desde o principio é destacada a importancia para a ANPUR de uma comunicação com seus filiados e associados. Martin Smolka, presidente no biênio xxx a xxx se referiu à regularidade e ampliação da lista de assinantes do Boletim da ANPUR

1991 O Presidente da ANPUR, Prof. Dr. Celso Lamparelli, lembra a preocupação da Diretoria com a divulgação do conhecimento e com a socialização dos eventos. Lembra também que o Boletim tem sido o principal meio de comunicação entre os associados, dado que a ideia de uma revista ainda não amadureceu. Para finalizar, ao se referir a regularidade e ampliação da lista de assinantes do Boletim da ANPUR, (ANPUR, ATA: 1989).

Sobre a qualificação, fator muito relevante para avaliar a “qualidade” dos Programas diz respeito as suas publicações em periódico [produção intelectual, que representa 50% do peso total do quesito de avaliação “produção intelectual”]. Desta forma, considerando a avaliação dos periódicos, por estrato de avaliação na área, se pode verificar que os maiores números de publicações estão nos estratos “B5” (26,7%) e “B4” (21,5%): (Gráfico 4)

Gráfico 4 Estratos das publicações [em periódicos] dos Programas na área PLURD.

¹⁷¹ A comissão de avaliação foi constituída pelos seguintes pesquisadores: Rainer Randolph — UFRJ, Rosana aeninger — UNICAMP, Brasilmar Ferreira Nunes - UFF, Circe Maria Gama Monteiro — UFPE, Edna Maria os de Castro — UFPA, Heloisa Soares de Moura Costa — UFMG, Jair Lício Ferreira Santos — USP, João Rovatti —UFRGS, Virginia Elisabeta Etges - UNISC

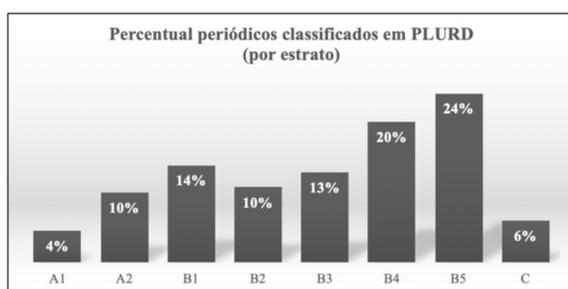


Fonte: extraído e adaptado do *Relatório de Avaliação 2017*.

Ao considerar o número de artigos publicados [por docente permanente], a área PLURD está na posição de número 32º dentre as 49 avaliadas, sendo que é baixo o número de publicações, comparativamente às outras áreas, em periódicos com qualis A1 e A2. Desta forma, é preciso avançar com as publicações [artigos] em periódicos com melhores qualificações, A1 e A2, respectivamente. Por outro lado, o total de livros e capítulos [por docente permanente] é significativo, tanto que a área, neste quesito, está na posição de número 14º dentre as 49 avaliadas. O *Relatório de Avaliação 2017* ainda revelou um dado muito interessante: os docentes e discentes dos Programas da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD) publicaram em 1.648 periódicos entre 2013 a 2016.

A este respeito, de acordo com a Plataforma Sucupira (maio/2018), estão classificados na área PLURD 1.902 periódicos¹⁶, sendo que a maior parte deles estão nos estratos “B5” e “B4”. (Gráfico 5)

Gráfico 5 Classificações dos periódicos avaliados para área PLURD.



Fonte: elaborado com base nos dados da Plataforma Sucupira (maio/2018).

Presente desde a fundação da ANPUR, a Pós-graduação em arquitetura e urbanismo é a das mais presentes na ANPUR em termos quantitativos e também qualitativos.

II.3 MEMBROS DA ANPUR: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR “ÁREAS”

Foram cinco os Programas fundadores da ANPUR, em 1983: Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PROPUR/UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano Universidade Federal de Pernambuco - MDU/UFPE, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGPUR/UFRJ e Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB.

Portanto, sendo apenas três em Planejamento Urbano e Regional. Os dois outros eram da cadeira de Arquitetura e Urbanismo, embora todos já viessem desenvolvendo estudos no “tema” urbano e regional.

O Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NEUR¹⁷² seria criado 1986, integrando o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, da Universidade de Brasília – UNB, sendo atualmente constituído por professores da UNB, pesquisadores de órgãos públicos e privados, alunos e ex-alunos de graduação e pós-graduação. Além da formação acadêmica em nível de graduação e pós-graduação (mestrado desde xxxx e doutorado a partir de xxxx), desenvolve projetos de extensão universitária e consultorias externas a órgãos públicos e privados.

O Mestrado em Desenvolvimento Urbano - MDU¹⁷³ foi criado em 1975 no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, fruto do aporte de recursos financeiros e técnicos

¹⁷² Fazem parte do NEUR os professores da UNB Luis Fernando Macedo Bessa (CEAM), Ana Maria Nogales Vasconcelos e Marília Miranda Forte Gomes (Dept. Estatística), Brasilmar Ferreira Nunes (Dept. Sociologia), Lúcia Cony Faria Cidade, Marília Luiza Peluso, Marília Steinberger e Nelba Azevedo Penna (Dept. Geografia), Marta Adriana Bustos Romero e Paulo Castilho Lima (Dept. Arquitetura e Urbanismo), além dos professores associados (aposentados da UNB): Aldo Paviani, Ignez Costa Barbosa Ferreira e Ricardo Libanez Farret. O Núcleo mantém, desde 1987, a “Coleção Brasília”, organizada pelo professor Aldo Paviani, com a editoração de obras sobre Brasília. É filiado à ANPUR e à Rede Interamericana de Globalização e Território - RII. ([HTTP://NEUR.UNB.BR/SOBRE-NOS](http://neur.unb.br/sobre-nos)).

¹⁷³ O Programa oferece atualmente três linhas de pesquisa: Arquitetura e Urbanismo, Conservação Integrada e Planejamento e Gestão. O MDU é associado à ANPUR, à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – ANPARQ e à Red do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* – CLACSO. Participam do programa, de forma permanente ou temporária, entre outros, os professores da UFPE: Fernando Diniz Moreira, Guilah Naslavsky, José de Souza Brandão, Julieta Maria de Vasconcelos Leite, Letícia Teixeira Mendes, Lúcia Leitão Santos, Maria de Jesus Britto Leite, Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas, Max Lira Veras de Andrade, Circe Maria Gama Monteiro, Ana Rita Sá Carneiro, Fabiano Rocha Diniz, Joelmir Marques da Silva, Natália Miranda Vieira-de-Araújo, Renata Campello Cabral, Tomás de Albuquerque Lapa, Virgínia Pontual, Cristina Pereira de Araujo, Danielle de Melo Rocha, Edvânia Torres Aguiar Gomes, Flavio Antonio Miranda de Souza, Iana Ludermir Bernadino, Kainara Lira dos Anjos, Livia Izabel Bezerra de Miranda, Maria Ângela de Almeida Souza, Norma Lacerda, e Suely Maria Ribeiro Leal. ([HTTPS://WWW.UFPE.BR/MDU](https://www.ufpe.br/mdu)).

pela SUDENE, nos anos de 1973 e 1974, no bojo da delimitação da problemática do desenvolvimento urbano e regional nordestino e do regime de capacitação profissional. Seu programa de Mestrado seria credenciado em 1979, tendo a aprovação do curso de doutorado ocorrido em 1999¹⁷⁴.

Na universidade de São Paulo, o tema do Planejamento Urbano e Regional consiste em uma área de concentração da pós-graduação, existente a partir de 1968, podendo reunir professores dos demais departamentos ou áreas de concentração, como de História ou de Projeto.

No Rio de Janeiro, porém, os movimentos que fizeram com que a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COOPPE se desdobrasse no IPPUR ressaltam a diferença entre as instituições, que acarretaria na formação de seus estudantes.

Criado em 1971, o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PUR, da UFRJ, um dos primeiros a oferecer cursos de pós-graduação nesta área no país, se originou no âmbito da COPPE. Em levantamento sobre a bibliografia habitacional, Valladares (1986) permite observar a importância desse Centro para a produção desse conhecimento.

Daria origem, em 1987, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR - instituto especializado que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. O Programa não esteve vinculado a uma graduação. Assim, a formação do corpo docente compreendeu professores formados em Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Economia, Engenharia, Geografia, História e Administração Pública, sendo seus estudos e pesquisas pautados por forte conteúdo interdisciplinar ancorada nas Ciências Sociais – Economia, Sociologia e Ciência Política, reconhecendo que análise de questões urbano-regionais não podem prescindir de uma abordagem que integre conhecimentos de também de Geografia, Urbanismo e Direito.

Em 1971 também é iniciada a pós-graduação (mestrado) em Arquitetura e Urbanismo - dia escola de engenharia de São Carlo - EESC, atual Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Paul - IAU/USP, sendo o doutorado aprovado apenas em 2003. Nos anos de 1979 1984 e 1985 foram criados os cursos de arquitetura e urbanismo na PUC-SP, na Faculdade de Artes da UNESP e no IAU/USP.

A área de urbanismo desde cedo veio compor o conjunto das áreas abarcadas pela Associação. Permançam divergências, cultuadas por uns, refutadas por outros (VER RAINER, 2013), sobre a semelhança dos objetos de estudo dessa área, quando confrontado com o objeto do Planejamento Urbano propriamente, polêmica à qual retornaremos no **Capítulo III**.

¹⁷⁴ (<https://www.ufpe.br/mdu>).

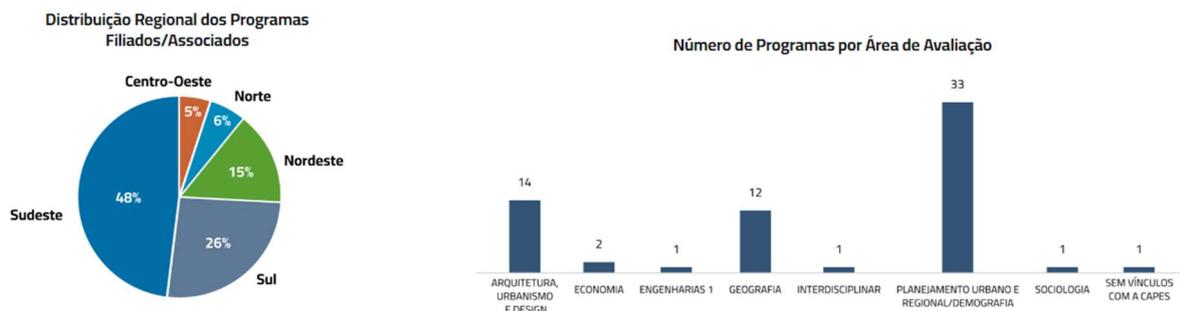
Informações obtidas do site oficial da Associação, permite afirmar que, depois de 40 anos desde sua fundação, o número de membro (filiados ou associados) passou para 70, sendo 60 instituições filiadas (86%) e apenas 10 instituições associados (14%).

O perfil desses membros também é relevante do ponto de vista jurídico: 55 membros (79%) são pertencentes a instituições (universidades) públicas, incluindo nesse conjunto a Escola Nacional de Ciências Estatísticas / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apenas 15 membros (21%) são oriundos do setor privado, tendo deste rol o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, a Universidade Candido Mendes, a Universidade Presbiteriana Mackenzie e as Pontifícias Universidades Católicas de Minas Gerais (com dois programas), do Paraná, e de Goiás¹⁷⁵.

A importância do IBAM – membro desde a primeira Assembleia, e que motivou mudanças estatutárias. LCQ Riberio seria, segundo P. Novais, oriundo desta Instituição (?)

A predominância do setor acadêmico de origem pública é marcante e 1. Contrata com a evolução do mercado acadêmico no Brasil e 2. Mostra a predominância do tema como uma vocação pública. Desenvolver

No site da ANPUR retiramos os dois gráficos que seguem, que demonstram a participação regional dos programas membros, e a proporção desses em relação às áreas CAPES de avaliação.



Vimos que pelos estatutos atas a ANPUR se pretende...

Veremos a seguir que apesar de estar presente nas intenções expressas de membros da diretoria da ANPUR, nem a regionalização, nem a interiorização e nem a abrangência disciplinar está sendo conseguidas na prática, embora tentados.

Em sistematização própria, membros (a partir da listagem disponibilizada no site da ANPUR) tem-se que 47% dos participantes são advindos da Região Sudeste, sendo 15

¹⁷⁵ Os demais são: Universidade da Amazônia, Universidade Católica de Salvador, Universidade Nove de Julho, Universidade de Taubaté, Universidade do Contestado, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Universidade de Santa Cruz do Sul e Faculdades Integradas de Taquara.

programas (21% do total) de SP, 10 programas do RJ (14%), 7 de MG (10%) e apenas 1 (1%) do Espírito Santo.

A/F	QTD	%	ÁREA	QTD	%	UF	QTD	%
F	60	86%	DREG	14	20%	SP	15	21%
A	10	14%	AU	13	19%	RJ	10	14%
TOTAL	70	100%	GEO	12	17%	PR	7	10%
			PUR	8	11%	MG	7	10%
			PURB	7	10%	SC	5	7%
REG	QTD	%	INTER	5	7%	RS	5	7%
C-O	33	47%	DEMO	4	6%	RN	4	6%
N	17	24%	AMB	2	3%	PA	4	6%
NE	10	14%	ECO	2	3%	PE	2	3%
S	6	9%	ADM	1	1%	GO	2	3%
SE	4	6%	CPOLSOC	1	1%	DF	2	3%
TOTAL	70	100%	ENG	1	1%	BA	2	3%
			TOTAL	70	100%	TO	1	1%
PUB/Pr	QTD	%				PB	1	1%
PUB	55	79%				ES	1	1%
PRIV	15	21%				CE	1	1%
TOTAL	70	100%				AM	1	1%
						TOTAL	70	100%

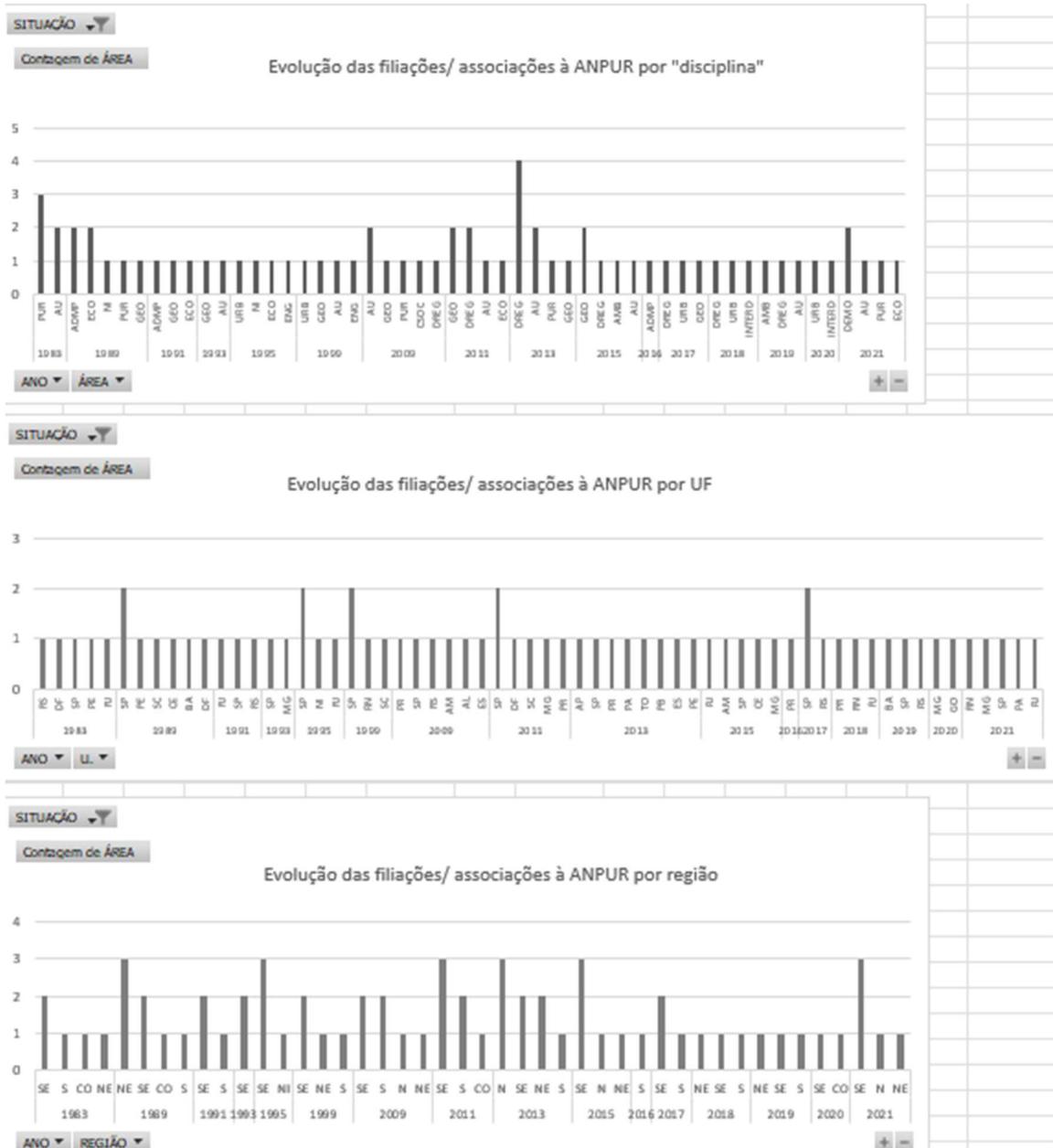
Fonte: elaboração própria a partir Aas atas de Assembleia da ANPUP disponibilizadas em <http://anpur.org.br/documentos/atas-das-assembleias/>

O dado reflete a alta concentração das Instituições de Ensino Superior – IES no eixo SP-RJ-MG. Em segundo lugar na listagem de membros está a Região Sul, com participação de 24% dos membros (17 instituições), seguida das regiões Nordeste (14%), Norte (9%) e Centro Oeste (6%). Segundo dados do xxx, na região estão localizados xx % das IES privadas, e xx% das públicas Se comparados com os dados populacionais, vemos uma maior concentração de IES/ pessoa em idade universitária nas regiões x y z, respectivamente. Em relação à população total.... Portanto,

ANO	Total	ÁREA	Total
1983	5	AU	12
1989	7	DREG	11
1991	3	GEO	11
1993	2	PUR	7
1995	4	ECO	6
1999	4	URB	5
2009	6	ADMP	4
2011	6	DEMO	2
2013	8	INTERD	2
2015	5	AMB	2
2016	1	NI	2
2017	3	ENG	2
2018	3	CSOC	1
2019	3	Total Geral	67
2020	3		
2021	3		
Total Geral	67		

A dinâmica de filiação ao longo dos anos foi a que segue, gráfico feito a partir das Atas de assembleia de aprovação e discussão das filiações.

A seguir vemos a quantidade de membros novos que entraram a cada ano como associados ou filiados e ao lado a quantidade de membros segmentado por Área do saber. Intentaremos demonstrar como ao longo dos anos houve maior entrada de membros da área de desenvolvimento regional, reduzindo a “hegemonia” dos associados oriundos da área de Arquitetura e Urbanismo



II.4 ADMINISTRANDO A ESCASSEZ

Conforme Artigo 12 da Ata de fundação da ANPUR, os recursos da ANPUR são os provenientes da contribuição dos associados, de convênios, de acordos e de outros instrumentos de qualquer natureza firmados com entidades públicas ou privadas e doações

Desde o princípio a associação sofreu com contingências relacionadas à falta de recursos. Também as contas eram prestadas e aprovadas pelas agências que financiavam as atividades da Associação.

Segundo Lúcio Grinover, primeiro presidente da ANPUR, sob o patrocínio do então Ministério do Interior, por intermédio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU (depois Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU), do Ministério da Educação e Cultura – MEC, e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, instituiu-se no Brasil de 1976 um programa de fomento ao ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional, em nível de pós-graduação. O programa tinha a duração de quatro anos, com término, portanto, em fins de 1979.

O MEC e a SEPLAN alocavam recursos para as universidades federais, comprometendo-as a desenvolver um programa de ensino em nível de pós-graduação (mestrado e especialização), para capacitar docentes, pesquisadores e profissionais. Por seu turno, o CNDU alocava recursos para as universidades convenientes (UFRGS, UFRJ, UNB, UFPE e USP) para desenvolverem pesquisas científicas e tecnológicas na área do planejamento urbano e regional (GRINOVER, 2015).

Os recursos da ANPUR eram os provenientes também da contribuição dos associados, de convênios, de acordos e de outros instrumentos de qualquer natureza firmados com entidades públicas ou privadas e doações.

O programa motivou nos cursos de pós-graduação mantidos por aquelas universidades e proporcionou uma série de encontros, nacionais e internacionais, que permitiram importantes intercâmbios de conhecimentos.

Para Grinover, os resultados acadêmicos foram imediatos: melhores cursos e melhor capacitação docente, visto que muitos dos atuais professores com titulação acadêmica iniciaram seus trabalhos de pesquisa com os recursos daquele programa.

No início de 1980, já concluído o programa interministerial, as universidades procuravam dar continuidade aos trabalhos iniciados, para que os estudos e as reflexões construídos pudessem contribuir para uma política nacional de desenvolvimento urbano e regional, consoante com as necessidades acadêmicas e profissionais.

Promovia-se a aglutinação das instituições de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, tentando resolver conjuntamente toda uma gama de dificuldades,

particularmente as de caráter financeiro. Para ele, faziam-se também necessárias, em âmbito nacional, a ampliação do diálogo e a divulgação das experiências realizadas, o que, de uma forma associativa, permitiria alcançar, dentre outros objetivos:

- a criação de políticas comuns de atuação diante das necessidades de conhecimento e desenvolvimento dos assentamentos humanos no Brasil;
- a criação de um processo de documentação e divulgação dos conhecimentos adquiridos;
- a possibilidade de proporcionar intercâmbios de docentes e pesquisadores em nível regional, nacional e internacional
- a promoção de um processo permanente de avaliação do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, na área dos assentamentos humanos;
- a defesa de uma posição comum em relação aos órgãos de fomento e auxílio à pesquisa;
- a captação de recursos dos mais diferentes tipos para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, nas áreas de interesse do grupo de universidades;
- a melhoria da prestação de serviços à comunidade científica e tecnológica da área. (GRINOVER, 2015).

Esses objetivos foram sistematizados no Projeto “Criação de Associação de Instituições de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços à Comunidade”, apresentado em agosto de 1982 pelo professor-doutor Lúcio Grinover à Coordenadoria de Habitação, Urbanismo e Saneamento do CNPq, para obtenção de recursos, e seria desenvolvido em três etapas: I. divulgação do Projeto nas instituições universitárias responsáveis por atividades de pós-graduação em planejamento urbano e regional, a fim de ter a colaboração efetiva de todos na criação da associação; II. discussão das várias propostas, e III. a execução do Projeto com a edição dos Estatutos da Associação, a nomeação de uma Diretoria Provisória, o Registro dos Estatutos e a atribuição de personalidade jurídica à Associação. (GRINOVER, 2015).

Limonad (2017, p. 221) recorda que:

[...] esses programas de planejamento urbano e regional se constituíram, entre 1971- 1972, no âmbito de um convênio, com duração prevista de sete anos, realizado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, e o Ministério do Interior com suporte e financiamento direto desse ministério. Convênio esse realizado em decorrência de uma intenção expressa de formar quadros para órgãos de governo, com base nas metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado durante o governo do presidente general Emilio Garrastazu Médici (1969-1973), um dos mais duros governos da ditadura militar.

Martin Smolka, presidente da Associação no triênio 1984 -1987, por exemplo, que o Encontro sobre Grandes Projetos, teve de ser postergado em razão de liberação tardia dos recursos e ainda que lamentou que não tivesse sido possível obter recursos para edição, em

tempo hábil, dos anais do Segundo e Terceiro Encontros Nacionais, afirmando, no entanto, que provavelmente isto poderia ser efetivado em curto prazo.

Ata de 1989 proposta do Prof. Milton Santos Filho, a Mesa ficou encarregada de elaborar uma moção contemplando a preocupação dos estudantes e de toda a comunidade com as ameaças que pairam tanto sobre os programas de bolsas de estudos quanto sobre a continuidade de uma política de apoio à pesquisa científica no país, bem como com a escassez de recursos governamentais, o que poderá levar a universidade à asfixia

A Mesa submeteu, em seguida, à Assembleia, proposta do Prof. Guilherme Varela de moção de repúdio à ação do Governo Federal que, através da Circular 1402, de 28/12/1989, fixou a venda de câmbio para fins educacionais, científicos e culturais segundo o chamado "dólar turismo", comprometendo, segundo o proponente, parte importante do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, em particular no concernente à ida e permanência de professores e pesquisadores brasileiros em viagens de estudos no exterior. O Prof. Carlos B. Vainer encaminhou no sentido de uma mudança no conteúdo da nota, de maneira a não sugerir uma concordância da ANPUR com a política de câmbio múltiplo, devendo a moção limitar-se a exigir que condições dignas de remuneração para professores e pesquisadores realizando cursos ou pesquisas no exterior. Após manifestação do Prof. Guilherme Varela insistindo na formulação original de sua proposta, passou-se a votação, sendo a moção aprovada por 10 (dez) votos a favor, recebendo a proposta do Prof. Vainer 5 (cinco) votos contando-se 2 (duas) abstenções.

Ano de 1990, onde a Associação tem vários problemas, já que apenas contou com recursos próprios. Da ata de 1991 tem-se que: A Diretoria comunica à Assembleia da dificuldade de compor o colegiado de delegados devido à atual dificuldade de garantir passagens aéreas a todos. Não dá para se proteger dos efeitos da inflação. Recomenda como estratégia de gestão a compra antecipada

O Catálogo da área não foi sequer iniciado, dado que a Diretoria entendeu que é um problema que os centros filiados e associados deveriam resolver; o plano de financiamento foi enviado às agências financiadoras. A FINEP ficaria encarregada do financiamento das atividades ligadas diretamente à Diretoria, enquanto as atividades dos centros teriam cobertura do CNPq.

O Catálogo da Área também não pode ser encaminhado pela total falta de perspectiva financeira e pela instabilidade gerada pela mudança de governo. A FINEP aprovou o plano de atividades no começo de abril, tendo liberados os recursos em 27 de dezembro. Nesse meio tempo, as atividades da Diretoria foram financiadas com resíduos de caixa e com a venda dos Anais do IV Encontro.

Os recursos do CNPq também foram liberados com atraso, mas cumprindo sua função de embasar reuniões dos centros afiliados e as associados, transferindo para o responsável de cada evento os recursos para isso. As reuniões da Diretoria com os centros foram dificultadas

por falta de verbas. Puderam ser realizadas 5 reuniões da Diretoria, aproveitando eventos: São Paulo, Bahia, Belo Horizonte, Brasília e Rio

No dia 1 de fevereiro de 1990 o plano de financiamento foi enviado às agências financiadoras. A FINEP ficaria encarregada do financiamento das atividades ligadas diretamente à Diretoria, enquanto as atividades dos centros teriam cobertura do CNPq.

A FINEP aprovou o plano de atividades no começo de abril, tendo liberados os recursos em 27 de dezembro. Nesse meio tempo, as atividades da Diretoria foram financiadas com resíduos de caixa e com a venda dos Anais do IV Encontro.

Os recursos do CNPq também foram liberados com atraso, mas cumprindo sua função de embasar reuniões dos centros afiliados e as sociedades, transferindo para o responsável de cada evento os recursos para isso.

As reuniões da Diretoria com os centros foram dificultadas por falta de verbas. Puderam ser realizadas 5 reuniões da Diretoria, aproveitando eventos: São Paulo, Bahia, Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro

A atual Diretoria já gastou praticamente integralmente a 12 parcela já liberada e tem uma experiência a transmitir: não dá para se proteger dos efeitos da inflação. Recomenda como estratégia de gestão a compra antecipada. Aguarda-se a liberação da 23 e 33 parcelas, da FINEP. Além da compra antecipada, outra estratégia recomendada é a de pedidos de complementação.

O novo plano de atividades deve ser submetido logo ao CNPq e a FINEP. Ressalta o papel fundamental do plano inicial de atividades e gastos. O Secretário Executivo termina a apresentação do Relatório Financeiro com as seguintes observações: 1) ressalta a importância fundamental de se ter contador e as contas em ordem (em 1990, quando não se tinha recursos para se pagar o contador, as contas foram demonstradas pelo Presidente⁴ iniciado no assunto); 2) com a situação atual de precariedade, não se pode garantir a presença física de todos os membros do Conselho Fiscal.

Em 1991, houve prestação de contas do convênio FINEP 88/89¹⁷⁶ (onde colocavam-se os Anais do IV Encontro e a edição de Boletins, com artigos de conjuntura e informativos). O Boletim foi editado sistematicamente do nº 14 a 19. Editaram-se os 6 Boletins com o novo formato. Neste período de gestão implantou-se o UrbanData, com problemas de financiamento. Deslocaram-se recursos de compra de computador - aliás insuficientes - para

¹⁷⁶ As contas já foram devidamente aprovadas pelo órgão financiador. Foram devolvidos apenas 85 cruzados novos, tendo sido gastos 98,8% dos recursos. A 23 parte refere-se ao ano de 1990, onde a Associação tem vários problemas, já que apenas contou com recursos próprios. O balanço anual encontra-se anexo. Na 33 parte segue o balanço anual de 1990, onde existiu um déficit de 27.000 cruzeiros. Já em 1991 vai existir, até o momento, um superávit de 16.000,00 cruzeiros. A 43 parte do Relatório Financeiro relaciona-se à prestação de contas do convênio atual com a FINEP.

financiar o UrbanData, formalizado por convênio ANPUR - IUPERJ, sob a direção da Professora Dra Licia Valladares. O relatório financeiro já devidamente analisado pelo Conselho Fiscal, lida com cruzados novos, OTN, BTN e cruzeiros

Da Ata de 1993 depreende-se que Maria Adélia, Secretária-Executiva da ANPUR enfatizou as dificuldades encontradas pela Diretoria da ANPUR para arcar financeiramente com todos os gastos desses eventos. Face a estas dificuldades, a Diretoria tomou a decisão de se apoiar no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo;

O Presidente da ANPUR, Professor Milton Santos informou das dificuldades financeiras para a realização dos eventos, acrescentando que os mesmos só foram concretizados mediante crédito pessoal de seus promotores e da Diretoria da ANPUR, ilustrando este fato com a informação da data de liberação do primeiro crédito da FINEP, 28/07/93.

Professora Ana Clara Torres Ribeiro relatou o nível de dificuldades enfrentadas pela Diretoria face o quadro de desmonte do Estado no País; dificuldades financeiras que muitas vezes impediram a reunião da Diretoria da ANPUR

Lembrou ainda a Professora Ana Clara Torres Ribeiro a necessidade de valorizar o que foi possível realizar no quadro concreto da ciência e tecnologia, tendo em mente os desafios que sendo colocados para a nova Diretoria da ANPUR, procure novas estratégias de independência financeira da Instituição, consolidar iniciativas nesse sentido já empreendidas pelas gestões passadas.

Em 1995 o quadro pareceu ter mudado, com a Diretoria (1993-1995) deixando algum recurso em caixa graças ao financiamento da FINEP. Em 1999 a diretoria que se encerrava relatou ter recebido a Entidade "praticamente sem fundos" (ANPUR, ATA 1999: 5).

A cobrança de uma mensalidade dos integrantes já havia sido assunto desde o início dos anos 1990. Em 1999: provisão de recursos para a Entidade por meio da contribuição financeira dos filiados. foi um dos principais pontos do Plano de Ação da Diretoria, todos "fundamentais para o futuro da Associação". (IDEM: 5).

A contribuição financeira de cada entidade filiada ou associada daria suporte às atividades da ANPUR., frente à "a absoluta carência de recursos financeiros da ANPUR e as perspectivas de dificuldades de obtenção de recursos junto às tradicionais entidades de fomento". (IBIDEM).

Na abertura das discussões, Errínia Maricato (representante da FAU/USP) propôs anuidade de valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais - as atualizações representariam?). Outras manifestações recomendaram valor variado segundo o tipo de membro, isto é, filiado ou associado. Mas, como a ANPUR presta serviços a seus membros sem diferenciar filiados e associados, a Assembleia deliberou pela contribuição única.

Em 2003 a estrutura e funcionamento da ANPUR, enfatizaram-se os seguintes itens: Atividades de secretaria foram organizadas, com secretária funcionando em tempo parcial. Tivemos a sorte de herdar uma secretaria já atuante. Contabilidade. Contratação de contador,

imposto de renda, inscrição como ONG. Homepage. Mudança de servidor, continuação da implementação do site (Motiondesign). Organização da venda da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Prestação de contas às entidades financiadoras,

Foram realizadas as seguintes prestações de contas relativas à gestão anterior: Ministério da Saúde, SEDU Secretaria especial de desenvolvimento urbano e FINEP.

Em relação à atual gestão foram prestadas contas relativas à realização do Workshop de Avaliação do Ensino e pesquisa ao CNPq e a FINEP e também à FINEP pelo financiamento do livro Regiões e Cidades, Cidades nas regiões, editora UNESP/ANPUR, 2003.

Cobrança das contribuições anuais dos programas associados e filiados: Em 2000, 26 programas pagaram; em 2001, 26 programas pagaram; em 2002, 26 programas pagam; em 2003, apenas 11, programas pagaram. Alguns nunca pagaram: CAEN e PIMES, do Ceará; NEUR, do DF; Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana de São Carlos.

O Centro Josué de Castro informou que não tem verba para este tipo de despesa, mas tem participado das atividades.

A direção da ANPUR adotou como política não excluir instituições do quadro de filiados e associados pelo motivo de não pagamento da anuidade.

Considera importante conscientizar as instituições sobre a importância e necessidade para manutenção das atividades da associação.

Em relação à captação de recursos para as atividades da ANPUR: Para o workshop de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais: FINEP, CNPq; Para a publicação do livro Regiões e cidades, cidades nas regiões: FINEP; Para a realização do XENA, em conjunto com a Comissão Organizadora do XENA: CAPES, CNPq, FINEP, Caixa Econômica Federal, *Lincoln Institute*, CREA- MG, Fundação Konrad Adenauer, Prefeitura de Belo Horizonte, FAPEMIG, PAIE-UFMG, BDMG; Para a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais: recursos próprios e CNPq; Para os prêmios: acordo de coedição com a Editora da UNESP; Indicação do melhor artigo para a publicação no Best Papers

2009: Implementação de cobrança via Boleto Bancário: sistematizar o trabalho da Secretaria da ANPUR e atender as demandas dos Programas Filiados e Associados. Encerrada a apresentação detalhada o trabalho desenvolvido pela Diretoria da ANPUR Gestão 2007-09 o presente Relatório foi aprovado por aclamação e unanimidade.

2013: Aberta a palavra para manifestação dos presentes, o prof. Rodrigo Simões (CEDEPLAR-UFMG) propôs o reajuste das anuidades para R\$ 1.000,00 (hum mil reais), tendo em vista o fato da anuidade estar no mesmo valor (R\$ 700,00) ao longo dos últimos anos.

CAPÍTULO III – TEMAS, AGENDAS, E O SABER CHANCELADO

Quando da fundação da ANPUR (em 1983), enquanto percorria esse rápido processo de urbanização, a economia do país passava por recessão de grande monta, magnificada pelos chamados choques do petróleo, que levaram à crise da dívida externa e a um conseqüente colapso de investimentos públicos e privados no Brasil, como nos demais países ditos “em desenvolvimento”, com graves repercussões sobre as cidades.

Manifestava-se no encolhimento do mercado de trabalho, da renda dos trabalhadores, da produção de habitações, da dotação de infraestruturas e de equipamentos e serviços urbanos, alcançando o Banco Nacional da Habitação - BNH, agente central na implementação da política urbana da época.

Como afirmara DINIZ (2015), eram indicadores da “tragédia urbana” o número de mortes por causas externas, tais como assassinatos e acidentes de trânsito, com mais de 100 mil mortes por ano, a falta de infraestrutura básica (saneamento e do abastecimento de água) e vários outros problemas, antigos e novos, decorrentes do aumento da concentração urbana.

Para FERNANDES ET. AL. (2015), a ANPUR, como tantas outras iniciativas acadêmicas semelhantes¹⁷⁷, nasceu pelo signo da crise urbana. A consolidação dos programas de pós-graduação em estudos urbanos e regionais teriam sido criados como objetivo de estudá-la e propor-lhe soluções.

Como narram seus membros fundadores, os programas reunidos procuravam descrever essa crise, fornecer um diagnóstico e propor saídas exequíveis a partir de diferentes aportes técnicos ou teóricos, oriundos de diferentes “olhares” disciplinares.

Inicialmente, a crise era identificada como um fenômeno decorrente da velocidade de urbanização, pois ao longo da segunda metade do século XX, a população brasileira que vivia em áreas urbanas havia se multiplicado mais de sete vezes, saltando de 18 milhões para 138 milhões, o equivalente a uma média de 2,3 milhões de pessoas somadas à população. Em 1980, a população urbana havia ultrapassado 2/3 da população total (67,7%, em comparação aos 36% registrados em 1950)¹⁷⁸.

A crise urbana era, pois, identificada como consequência de tal urbanização “caótica”, na expressão de WILSON CANO (ANO), e que aparecia na forma de más condições de

¹⁷⁷ A exemplo da Escola de Chicago, inspirada pela crise urbana norte-americana, no alvorecer do século XX. (Fernandes, 2015).

¹⁷⁸ Clélio Campolina Diniz em prefácio à ANPUR (2015) comenta como a questão urbana no Brasil se tornou grave e complexa nas últimas décadas.

vida de parcela significativa da população e por um alto nível de insegurança do conjunto da sociedade.

Atualmente, sabe-se que não se trata da velocidade da urbanização sendo as explicações de ordem bem mais estrutural: se por um lado a cidade é símbolo de modernidade, por outro é a expressão de como o capitalismo brasileiro vinha modelando suas estruturas produtivas e sociais (FERNANDES ET. AL., 2015).

Diferentes olhares disciplinares convergiam na tentativa de dar “explicação” aos fenômenos observados, de propor um diagnóstico e mais ainda, de apontar soluções exequíveis para o futuro. Nesse sentido, o planejamento urbano e regional passou a ser visto como parte central do planejamento e do desenvolvimento brasileiros.

Para o estudioso, as desigualdades regionais do desenvolvimento no Brasil ainda eram marcantes e inaceitáveis não podiam ser tratadas de forma isolada:

“porque a cidade organiza e comanda o território. Dessa forma, o planejamento regional precisa e deve estar articulado com o planejamento urbano. Isso quer dizer que, embora com suas especificidades temáticas e setoriais, o planejamento nacional não pode ser feito por região ou setor isolado, mas exige uma complementaridade temática, setorial e territorial e uma visão nacional” (DINIZ, 2015).

Diferentemente de outras associações, a ANPUR tem a particularidade, decorrente em parte da natureza política do planejamento, de se debruçar sobre a atualização das intervenções do Estado, das formas de organização social e das reivindicações coletivas (Leme, 2015).

1989 Assembleia Geral havia decidido que na presente Assembleia se decidiria acerca da periodicidade dos Encontros Nacionais, bem como o mês de sua realização, apresentando em seguida a proposta da Diretoria de que os Encontros Nacionais da ANPUR passassem a se realizar a cada dois, anos, no final do primeiro semestre, preferencialmente em junho. Esta proposta foi aprovada por aclamação. Em seguida, a Mesa comunicou que não havia sido encaminhada à Diretoria nenhuma proposta a respeito do local de realização do IV Encontro, decidindo a Assembleia delegar a Diretoria eleita a res possibilidade de examinar junto aos diferentes membros da associação, no devido tempo, esta questão

Historicamente, o tema do Planejamento Urbano e Regional está atrelado às políticas estatais: formação de profissionais e para os órgãos públicos. Antes do estado central, a importância das prefeituras e SAGMACS. 64-89 centralização governo autoritário, a importância de órgão federias, como a SERPHAU e o BNH entre outros locais atuação. 89-2002 Depois da redemocratização, desmonte do aparato central, ausência e políticas e recursos federais, volta a importância das prefeituras progressistas. Novos atores, participação desde a constituinte. PT no poder central, reestruturação e investimentos em desenvolvimento etc. e em educação, mudanças no campo.

Assim, autores que tratam do tema antes dos anos 1950, SOMECK, VILLAÇA, LEME essa turma da história do urbanismo. Urbanismo se confunde com planejamento urbano. Sanitarismo habitação.

PIQUET E RIBEIRO (2008) sintetizam quatro fases do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, associando-as com as transformações pelas quais passou a área desde sua institucionalização até os anos atuais e seus saberes, ou “ideias-mestras” do debate nacional e seus vínculos com leituras do território: década de 1950 e início da década de 1960: planejamento para a mudança e relevância da questão do desenvolvimento); década de 1970 e início da década de 1980: planejamento tecnocrático e controle da escala nacional; décadas de 1980 e 1990: predomínio da gestão e centralidade atribuída às forças do mercado; tendências atuais: retorno à questão do desenvolvimento e crescente preocupação com o planejamento de longo prazo.

III.1 MUTAÇÕES DA IDEIA DE PLANEJAMENTO

Após a Segunda Guerra Mundial, ganham relevo teorias do desenvolvimento. Políticas públicas de base keynesiana seriam implementadas na expectativa de fazer frente às (estruturais) fases recessivas dos ciclos econômicos e de reduzir desequilíbrios sociais e setoriais derivados da estrita lógica do mercado.

O Estado é tido como o agente político e econômico central na condução de projetos de desenvolvimento para expansão do produto e do emprego, e para superação das desigualdades espaciais.

O planejamento, até então associado ao sistema socialista, passa a ser aceito e adotado pelos países capitalistas, como mera “técnica de aplicação de políticas”¹⁷⁹. Na América Latina, não só esse pensamento seria aceito, como também o desenvolvimento econômico seria “objetivo compartilhado”¹⁸⁰ (PIQUET; RIBEIRO, 2008).

Importante polo aglutinar de intelectuais como Albert Hirschman, Raul Prebisch e Celso Furtado, a Comissão Econômica para a América Latina – Cepal centralizava as análises sobre economias latino-americanas e orientava seus governos.

¹⁷⁹ Para as autoras, boa parte dos economistas mais importantes da época, como Jan Tinbergen, Gunnar Myrdal, François Perroux e Vittorio Marrama, acreditava no planejamento, no Estado como principal responsável pelo desenvolvimento; um Estado investidor, regulador e, ainda, protetor do mercado interno e da indústria nacional, sendo essas concepções amplamente aceitas nos meios especializados latino-americanos. (PIQUET; E RIBEIRO: 2008).

¹⁸⁰ Para mais sobre a CEPAL

No debate da época, sobre crescimento, desenvolvimento e subdesenvolvimento, questionava-se as possibilidades de universalização dos padrões de produção e consumo nos moldes dos países que lideraram a revolução industrial.

Prebisch, em linhas gerais, argumentava que, se até o período da grande depressão dos anos 1930, os países da América Latina tiveram sua dinâmica interna determinada pelo crescimento persistente das exportações, essa alternativa não mais se apresentava, concluindo que a industrialização, longe de ser uma escolha, seria a única via de desenvolvimento dos países exportadores de produtos primários. Propunha, assim, uma estratégia de crescimento “para dentro”, dinamizada por uma “industrialização substitutiva”, com forte intervenção estatal¹⁸¹.

No entanto, Celso Furtado, expoente do pensamento econômico brasileiro de então¹⁸², alertava quanto ao subdesenvolvimento ser “processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1961: 180).

Sendo, portanto, o subdesenvolvimento um fenômeno específico, requeria um esforço de teorização também autônomo. Para ele, a falta desse esforço teórico teria levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só poderiam ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1961).

Essas ideias influenciaram importantes partidos e governos latino-americanos na conformação de seus planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, embasados no avanço da industrialização. Segundo PIQUET E RIBEIRO (2008), tem-se então a fase do “planejamento para a mudança”.

Os diagnósticos, parte integrante desses planos, apontavam a contradição entre aceleração do crescimento econômico e equidade inter-regional, ou seja, a natureza espacialmente desigual da distribuição de recursos¹⁸³.

Caberia ao Estado, frente a este risco, compensar as “tendências do mercado”, e os quadros técnicos, com frequência, julgavam ter o poder de atribuir funções e de definir o destino das regiões.

¹⁸¹ As idéias básicas de Raul Prebisch foram publicadas em seu artigo “*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*”. Boletim Económico para América Latina, CEPAL, fevereiro de 1961.

¹⁸² Ver, de Sylvia Garcia, Destino Impar

¹⁸³ Um crescimento a taxas mais elevadas poderia ser atingido concentrando-se investimentos nas zonas mais desenvolvidas – as de maior produtividade e com um mercado consumidor com grande potencial de ampliação –, embora sob o risco de ampliação das desigualdades regionais.

III.1.1 PLANEJAMENTO E ESTADO-NACIONAL

A crença no planejamento é então inconteste, o que leva Mattos a considerá-lo uma das ideias medulares que marcam as peculiaridades do século XX, na medida em que foi a primeira ocasião ao longo da história da humanidade na qual se generalizou a crença de que o ser humano teria a plena capacidade para empreender e construir um futuro desenhado antecipadamente por ele. (MATTOS, 2001: 23 *APUD* PIQUET; RIBEIRO, 2008).

No Brasil, a partir da década de 1940, várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia; mas, até 1956, essas tentativas limitaram-se à formulação de diagnósticos, propostas, medidas setoriais ou de racionalização do processo orçamentário. Até então, o planejamento regional havia se restringido a esforços voltados ao desenvolvimento de bacias hidrográficas e, no plano urbano, a experiências de cidades planejadas segundo princípios do urbanismo funcional-racionalista. É com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956 -1961) que se tem início, de modo mais consistente, o planejamento governamental.

A decisão de planejar, sendo essencialmente política, “é uma tentativa de alocar explicitamente recursos e, implicitamente, valores, através do processo de planejamento e não através dos demais e tradicionais mecanismos do sistema político”. (LAFER, 1970:30 *APUD* PIQUET; RIBEIRO, 2008).

Porém, para que possa planejar, prescinde-se da existência de informações confiáveis, de pessoal técnico qualificado, de capacidade de formulação de projetos e programas no setor público e no setor privado e de coordenação entre setores e regiões, condições avaliadas como precárias no Brasil da época¹⁸⁴. À uma reforma total da administração pública federal preferiu-se a criação de órgãos paralelos à esta, os chamados “grupos executivos”¹⁸⁵.

Embora o Plano de Metas seja considerado exitoso¹⁸⁶, seus resultados aumentaram a concentração de renda, não só por estratos sociais como por regiões, favorecendo o eixo Rio–São Paulo¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Em 1958, segundo dados do censo do servidor público federal, havia 229.422 funcionários públicos federais, porém apenas 28.406 eram concursados. O ingresso no serviço público pelo sistema de mérito (concurso público), embora exigência legal desde a Constituição de 1934, era ainda limitado, pois, a cerca de 10 a 17%.

¹⁸⁵ Para sua composição foram acionados órgãos onde predominava o sistema de mérito, como BNDE, Banco do Brasil, Superintendência da Moeda e do Crédito–SUMOC, e foram convocadas outras competências disponíveis na administração pública. Ver também KLUGER (anox).

¹⁸⁶ Com elevado grau de concretização de seus objetivos. Seus efeitos foram considerados inerentes ao estágio de desenvolvimento do país. Esperava-se que a indústria, no futuro, irradiaria dinamismo aos demais segmentos da economia nacional e conduziria a uma gradual redução das desigualdades inter e intra-regionais.

¹⁸⁷ Ver, de Wilson Cano Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.

Os desequilíbrios regionais agravam as tensões sociais (mormente no Nordeste) que passaram a ser vistas como questão de segurança nacional. Neste momento é elaborada a primeira Política de Desenvolvimento Regional, sob coordenação de Celso Furtado. Com ela deu-se a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959), tentativa de redefinição das relações entre o centro hegemônico (RJ-SP) e o NE.

A esmagadora maioria da produção intelectual brasileira se debruça sobre dimensão territorial do desenvolvimento, para as questões relativas à concentração industrial e aos chamados “desequilíbrios regionais”. O desenvolvimento urbano ainda não era considerado questão relevante e não havia no Plano de Metas proposições específicas para o seu tratamento¹⁸⁸. (PIQUET; RIBEIRO, 2008).

A construção de Brasília, neste contexto, poderia ser melhor interpretada como resposta à necessidade de incorporação de novas áreas ao circuito da acumulação capitalista. O próprio Plano de Metas considera Brasília um “ponto de germinação”, capaz de constituir-se em uma nova frente de expansão econômica.

A ampliação do planejamento na americana-latina demandou a formação de especialistas para esta nova atividade dentro das administrações públicas nacionais. A CEPAL, a Organização dos Estados Americanos – OEA e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social – ILPES realizaram os primeiros esforços de formação de recursos humanos para os trabalhos de elaboração dos planos econômicos dos países da região.

Nesse início, as dimensões regional e urbana eram tratadas de forma marginal, uma vez que o planejamento era dominado por economistas, mais preocupados com a “planificação do desenvolvimento nacional” do que com o impacto social e espacial que seus planos poderiam ter. (HARDOY, 1990:11 APUD PIQUET; RIBEIRO, 2008).

No entanto, dado o circuito de reinversão¹⁸⁹, os planos passaram a recomendar a incorporação de medidas de enfrentamento dos desequilíbrios inter-regionais. Os governos latino-americanos procuram também formas de aumentar a capacidade de consumo da população das regiões mais atrasadas. Surgem propostas de desconcentração da indústria e de modernização do setor agrícola, aliando-se estratégias de desenvolvimento regional às do planejamento nacional.

¹⁸⁸ Quando se procurou dotar o país de um parque industrial moderno, não se cogitou a imposição de normas quanto à localização, seja em termos regionais ou intraurbanos. As decisões quanto à localização, ao serem tomadas livremente, pautadas unicamente por critérios de rentabilidade privada, provocam uma elevada concentração territorial, e os diferenciais de renda inter-regionais se ampliam.

¹⁸⁹ A acumulação de capital nesta fase era muito mais localizada. As empresas cresciam em cada planta produtiva e esperava-se que a sua inscrição territorial durasse décadas.

Os cursos de formação associavam então desenvolvimento e planejamento. Os princípios teóricos provinham da CEPAL e ILPES, sendo os manuais de metodologia para a programação econômica peças-chave em sua bibliografia básica. O pessoal qualificado aprimorava sua formação no Chile (sede da CEPAL e ILPES) ou em universidades europeias.

O Brasil, no entanto, seria “precursor” na instalação das ditaduras latino-americanas, com o Golpe de Estado de 1964, quando do fim dos “30 anos de ouro” do capitalismo. Ao assumirem a direção do país em março de 1964:

os militares adotam discurso modernizador, comprometido com a retomada do crescimento econômico. Procuram legitimar o exercício do poder arguindo princípios de racionalidade econômica, justificando, assim, a adoção de políticas econômicas concentradoras e excludentes. É no período militar que o planejamento atinge seu auge no país, com a proposição de cinco planos: Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-67), Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1967-69), Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1969-74), Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974-79) e Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND, 1979-84). (PIQUET; RIBEIRO, 2008).

O PAEG e o PED geraram poucas mudanças na organização territorial do país¹⁹⁰. É só a partir do I PND que a dimensão espacial do processo de desenvolvimento é vista sob novo formato, diverso dos recortes regionais até então dominantes.

A incorporação de novas áreas ao circuito produtivo - tais como o sul do estado do Pará com sua rica reserva mineral de Carajás e as vastas áreas agriculturáveis do Centro-Oeste - impôs um olhar de conjunto mais complexo sobre o território. A estratégia adotada pelo I PND será baseada nos chamados programas especiais¹⁹¹. Trata-se de uma outra lógica de ocupação territorial, em que o planejamento baseado nas agências regionais de desenvolvimento perde importância.

O II PND¹⁹² tem como base um elenco de projetos formulados e implantados diretamente pelo setor público. Se, na etapa anterior, os programas especiais romperam as

¹⁹⁰ O primeiro era voltado a implementação de políticas de curto prazo que visavam o controle das taxas inflacionárias, a retomada de relações com os organismos internacionais de financiamento e a redução da insatisfação decorrente do déficit habitacional e da precariedade do transporte urbano. Com o PED, o segundo plano do período militar, a recuperação econômica se processa basicamente por meio da utilização da capacidade ociosa da indústria instalada desde o período do Plano de Metas

¹⁹¹ Desprezando as regiões tradicionais, adota: Programa Especial do Centro-Oeste; Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília; Programa Especial do Oeste do Paraná; Programa Especial do Grande Dourado; Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins; Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia; Programa de Áreas Irrigadas do Nordeste; Programa de Desenvolvimento do Cerrado, entre tantos outros.

¹⁹² Corresponde ao projeto “Brasil: Grande Potência no Final do Século”, que é o programa do governo que se inicia em março de 1974.

fronteiras de antigas regiões e impuseram uma leitura da totalidade do território nacional, no II PND os grandes projetos de desenvolvimento irão definir novas regiões.

É ainda no âmbito deste plano que a dimensão urbana do desenvolvimento do país adquire maior visibilidade. Ganham vulto as questões relativas ao “congestionamento” das grandes metrópoles e surgem as primeiras propostas de desconcentração industrial.

Para implementar a política de desenvolvimento urbano, foi criada, em 1974, a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR). O Banco Nacional de Habitação (BNH), que já vinha sendo preparado para assumir encargos relativos ao desenvolvimento urbano, institui programas que abrangem a infraestrutura (Plano Nacional de Saneamento–Planasa e Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada–Cura), a implantação de novas comunidades urbanas (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento dos Polos Econômicos–Prodepo), o transporte de massa (Programa de Integração de Transportes Urbanos–Piturb) e o planejamento urbano (Programa de Financiamento para o Saneamento–Finansa).

São igualmente ligadas à questão da desconcentração urbana as propostas referentes ao fortalecimento dos centros de porte médio. Estas propostas deram origem ao “Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). As cidades médias teriam – segundo os documentos que embasam esse programa – o papel de propiciar a criação de novos pontos de desenvolvimento no território nacional, de estimular a desconcentração de atividades econômicas e de população, de criar novas oportunidades de emprego e de contribuir para a redução das disparidades interregionais e da concentração da renda. Assim, a preocupação com a intensidade do crescimento demográfico das metrópoles nacionais – que absorviam grande parte do contingente populacional com origem nas zonas rurais das diversas regiões do país – levou à proposição de uma nova função para as cidades de porte médio: a de “dique” dos fluxos migratórios.

É nesse período que o sistema de planejamento assume um elevado grau de institucionalidade, fazendo com que seja impulsionada a capacitação de pessoal através da criação dos primeiros cursos de pós-graduação no país. Como o projeto dos governos militares era dotar o Brasil de instituições mais fortes no campo da pesquisa tecnológica, foram propostos os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas técnicas e em economia¹⁹³.

¹⁹³ São implantados os programas de mestrado em planejamento urbano e regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e na Universidade Federal de Pernambuco (1975). Em 1967, a Universidade Federal de Minas Gerais já havia criado o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional–Cedeplar, com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação na área da Economia Regional.

Também em 1967, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada–Ipea, órgão criado em 1964, realiza diagnósticos inéditos da economia nacional, que propiciaram maior conhecimento da dinâmica de numerosos setores. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República abrigava, além do Ipea, o Instituto de Planejamento (Iplan) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec). Era de tal ordem a importância atribuída à formação de quadros para atuação no sistema de planejamento, que a primeira turma do curso da UFRJ, então sob a responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia– COPPE, é destinada a técnicos do Banco Nacional de Habitação–BNH, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo–SERFHAU e órgãos do governo federal envolvidos com o planejamento urbano ou regional.

Nesses cursos predominava a formação voltada para as questões nacionais, uma vez que o projeto dos governos militares era transformar o país em uma grande potência no final do século. Acreditava-se que a senda para o desenvolvimento poderia ser trilhada por meio da elaboração de modelos econométricos e demográficos, baseados na geopolítica e na doutrina da Segurança Nacional. A ênfase nas disciplinas quantitativas – em que a Matriz de Insumo-Produto e os princípios da Programação Linear predominavam – e a crença nos princípios do planejamento racionalista dão o “toque de classe” nos cursos da época. Novas influências se fazem presentes no planejamento territorial, como exemplificam a política francesa de *aménagement du territoire* e as propostas relativas aos polos de crescimento. Ambas tiveram ampla aceitação nos meios técnicos e serviram de base a propostas de regionalização do território nacional e a estratégias de desenvolvimento atualizados conteúdo da dependência econômica, das desigualdades sociais e das disparidades regionais¹⁹⁴.

Em março de 1979 inicia-se o último governo militar, quando se evidenciam os sinais da desaceleração do crescimento da economia. No início dos anos 1980, o país enfrenta uma grave recessão: queda nos investimentos e no crescimento do produto interno, aumento das dívidas interna e externa, aceleração do processo inflacionário e renda per capita praticamente estagnada. Nestas circunstâncias, o regime militar se vê deslegitimado, uma vez que a tão propalada “eficiência econômica” não se sustentou na prática. Em 1985, assume o governo um presidente civil, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

III.1.2 PLANEJAMENTO SUBNACIONAL

Novas tendências da dinâmica socioeconômica mundial manifestam-se a partir de meados dos anos 1970, configurando um cenário significativamente diferente daquele do período do segundo pós-guerra, e pondo em xeque o planejamento econômico. Mudanças em

¹⁹⁴ A Teoria dos Polos de Crescimento, desenvolvida por François Perroux e seus colaboradores, surgiu como uma tentativa de resposta aos problemas criados pelos desequilíbrios setoriais e espaciais. Teve larga aceitação nos meios acadêmicos do país, mas sua aplicação encontrou obstáculos por apresentar certa imprecisão em conceitos centrais.

curso trazem uma problemática nova quanto ao processo de acumulação de capital: o grande capital passa a ter uma enorme ubiquidade, podendo localizar-se em qualquer região e produzir em qualquer outra, e esta, por sua vez, não passará de uma opção entre muitas alternativas. Este não é mais um capital enraizado em seu circuito de reinversão.

Ao contrário, cada parte desse capital articula-se diretamente com outras em escala global, integrando-se cada vez menos nas estruturas de produção regional ou nacional. Questiona-se, assim, se estariam ocorrendo a “dissolução das regiões” e a “aniquilação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 1992), pois, segundo CORAGGIO, “o capital pode mover-se a uma velocidade que guarda pouca relação com os tempos sociais ou os tempos políticos” (1999:60).

No caso da América Latina, a crise fiscal do Estado e o esgotamento do modelo de crescimento sustentado pela industrialização, fortemente dependente de investimentos do setor público, conduzem à perda de legitimidade, e conseqüente enfraquecimento dos sistemas nacionais de planejamento. Em nosso país, o planejamento passa a ser criticado e rejeitado, posto que identificado com o autoritarismo do período militar, no qual foram

Neste cenário, caracterizado por dinâmicas econômicas heterogêneas e distribuição do poder entre diferentes forças sociais, perdem sentido as tentativas de ressuscitar antigas concepções de planejamento. Com a redemocratização do país e as profundas mudanças no capitalismo, a gestão e as políticas públicas tornam-se radicalmente diferentes das que imperavam na época do planejamento centralizado. Por sua vez, surgem novos desafios para os programas de formação de recursos humanos na área do planejamento.

Enquanto na década de 1970 intelectuais de esquerda viam o planejamento como sinônimo de intervenção estatal a serviço dos interesses do capital, nos anos 1980, a rejeição ao planejamento advém dos setores de orientação liberal e se dá por outros motivos: o planejamento estaria servindo mal a esses interesses, uma vez que o Estado deveria apoiar, da forma mais direta possível, a acumulação de capital, eliminando normas, reduzindo exigências legais, oferecendo incentivos fiscais, garantindo segurança aos investimentos e aumentando a fluidez do território.

O discurso de base keynesiana é então substituído por outro, de fundamento neoclássico, segundo o qual é o jogo das forças de mercado que permite assegurar um maior crescimento da economia. A ideia básica que emerge desse corpo teórico é que a política econômica deve ter como função principal contribuir para gerar um ambiente atrativo para o investimento privado, descartando a utilização de políticas que impliquem em intervenção direta do Estado na vida econômica, como defendiam os modelos de desenvolvimento das décadas anteriores.

Como os investidores dirigem-se para as atividades e espaços onde é mais lucrativo investir, resta aos lugares – regiões e cidades – competir entre si por investimentos, o que estimula o discurso que destaca o papel dos governos locais, vistos como agentes capazes de induzir, mobilizar e promover o crescimento econômico. Postula-se que a taxa de crescimento

de um determinado país, região ou, até mesmo, de uma cidade é função do capital físico, do capital humano e de conhecimentos detidos pela coletividade. Postula-se, ainda, que caberia aos governos locais assegurar o fornecimento de equipamentos e serviços, baixar custos tributários e conceder subsídios, oferecendo um “ambiente adequado” à conquista da preferência para a localização de empresas¹⁹⁵.

A nova agenda dos organismos multilaterais – fortemente influenciada pelas ideias de desenvolvimento sustentável, competitividade urbana e descentralização administrativa reforça a tendência à valorização do aumento da competitividade das cidades. Desde o início dos anos 1990, estes organismos apoiam projetos e programas nesta direção, quase sempre negociados diretamente com prefeituras, sem interferência do Estado-nação.

Abandona-se a perspectiva do desenvolvimento nacional e espera-se que a descentralização da responsabilidade para os governos locais produza o milagre de resolver os problemas de emprego e renda, miséria, questões ambientais e tantos outros, além de garantir a governabilidade do sistema.

O nacional dá lugar ao local, e a gestão substitui o planejamento. Antes, o debate de concepções e projetos estava centrado em torno de questões relativas às desigualdades interregionais, às carências de equipamentos urbanos de uso coletivo e à racionalização do uso do solo, e agora a problemática do desenvolvimento remete ao campo da competitividade.

Entra em moda o planejamento estratégico – inspirado e baseado no planejamento estratégico empresarial – no qual se advoga que as cidades devem ser administradas como se fossem empresas, competindo entre si para atrair investimentos ou turistas. E a expressão empreendedorismo urbano ganha popularidade: o perfil ideal dos novos prefeitos seria o de gestores urbanos, aparentemente mais afeitos aos negócios e ao marketing do que à política¹⁹⁶.

Assim, com o enfraquecimento do Estado-nação, o planejamento na escala nacional cai em descrédito e os programas de pós-graduação, concebidos para a formação de pessoal na área, são mantidos mas têm seus currículos direcionados para estudos urbanos e regionais, em que o regional perde posição e as questões intra-urbanas ganham proeminência, inclusive pela relevância dos processos de organização social e política que permitiram o reconhecimento de

¹⁹⁵ Embora o planejamento regulatório clássico das décadas anteriores não tenha deixado boas lembranças, pois no caso brasileiro é estreitamente relacionado ao autoritarismo do regime militar, a mudança de ênfase para “menos planejamento e mais gestão” encobre uma falácia, uma vez que nenhuma ação (e quanto mais a direção de uma cidade ou país!) prescinde de um mínimo de “planejamento” e também porque o planejamento e a gestão pressupõem ações complementares, não-conflitantes. Essas questões podem ser mais bem entendidas em Carlos Vainer (2002). Marcelo Lopes de Souza (2006) também desenvolve uma longa discussão sobre as mesmas questões.

¹⁹⁶ Na análise de VAINER (OP CIT), os novos prefeitos teriam a “legitimidade” que os políticos “corrompidos” perderam e poderiam falar em nome de uma vontade única, que visaria antes de tudo defender e promover a “cidade” (vista como homogênea), em um processo despoliticizador e autoritário, em que desapareceria a cidade do encontro e do confronto entre cidadãos.

direitos urbanos na Constituição Federal de 1988. É sintomático da crise do planejamento territorial, porém, que no período de quase 20 anos (entre 1975 e 1993), nenhum novo curso tenha sido implementado na área.

Contudo, evidências empíricas da escala internacional, relacionadas ao desempenho da economia, passaram a indicar que a aceitação incondicional do neoliberalismo não promovia maiores taxas de crescimento e, muito menos, a redução da concentração de renda, seja no plano individual e familiar seja no plano das nações ou regiões. Ao contrário, esta aceitação provocava o acirramento das desigualdades sociais e espaciais. Com isso, novas vezes aparecem – não apenas aqui como também nos países pioneiros na aplicação dos princípios teóricos e ideológicos do neoliberalismo –, promovendo o debate sobre as políticas de longo prazo. Um debate que, cada vez mais, explicita a centralidade do espaço e, assim, dos conflitos e tensões relacionados à apropriação de recursos estratégicos.

III.1.3 PLANEJAMENTO EM DIFERENTES ESCALAS

O Brasil passou por profundas mudanças em todo o período analisado no presente texto, dando um salto gigantesco em sua base produtiva. Um salto apoiado pela difusão das redes de comunicação e informação, por mudanças institucionais e pelas novas formas de financiamento da economia. A expansão das condições técnicas de produção por todo o território nacional embora alterasse a direção dos fluxos de mercadorias e a natureza dos movimentos migratórios ou, ainda, provocasse a emergência de novas regiões econômicas, não foi capaz de fazer face à profunda desigualdade dos padrões de vida e às precárias relações de trabalho vigentes no campo e na cidade. Não foi capaz de superar a heterogeneidade estrutural com todas as suas consequências sociais.

Desde 2005, o país dá claros sinais de recuperação econômica, e se volta a falar na importância de pensar o longo prazo. Neste contexto, as concepções de desenvolvimento passam a ser mais uma vez tema relevante nos debates sobre os destinos do país.

O enfrentamento teórico e político dessa questão requer avançar nas análises territoriais com pesquisas que busquem identificar a lógica de funcionamento dos vários circuitos de valorização do capital, em seus vínculos com as condições de vida da população.

Para que seja reconhecida a dimensão deste desafio, convém destacar que, no país, como afirma Brandão, seguindo as concepções de Tânia Bacelar e Celso Furtado, “nunca as diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais) foram usadas no sentido positivo. Foram tratadas sempre como desequilíbrios, assimetrias e problemas”. (BRANDÃO, 2007: 205) O autor alerta-nos, assim, para a necessidade de que sejam reconhecidas as potencialidades existentes na diversidade, o que implica na articulação entre processos econômicos trans escalares e a história, relativamente autônoma, de regiões e lugares.

Estamos diante, portanto, da necessidade de uma urgente resposta às seguintes perguntas: qual o novo perfil do profissional de nossa área? Quais são os conteúdos disciplinares e técnicos do planejamento socialmente necessário? (RIBEIRO, 2002).

Quando levamos em conta os acúmulos de conhecimento e o fato de o Brasil ser um país continental, periférico e ainda subdesenvolvido, e que requer ser mais bem entendido, sobretudo para propiciar uma apropriação mais justa de seu território. Questionar os interesses constituídos nos mais de cinco mil municípios, distribuídos numa grande variedade de contextos regionais, e estudar o papel exercido pelo capital imobiliário e industrial, pelo agronegócio, pelo capital financeiro, pelas organizações políticas e sociais nas mudanças territoriais são, sem dúvida, tarefas do presente.

Além disso, o rescaldo da implantação abrupta e descoordenada das políticas liberais da década de 1990 ainda está por ser feito – uma implantação que trouxe perdas institucionais, destruição de investimentos pretéritos e o agravamento da crise social.

A descentralização administrativa, determinada pela Constituição Federal, traz novas questões relacionadas à procura de pessoal qualificado. A consolidação deste processo vem exigindo um melhor aparelhamento das administrações públicas locais, com o consequente aumento da demanda por profissionais para atuar em prefeituras e órgãos públicos em geral. Embora o planejamento, neste âmbito, geralmente se limite a ser um esforço de coordenação administrativa, que não chega ao estágio de produzir efetivas mudanças estruturais, a ampliação de conhecimento de processos econômicos, socioespaciais e culturais poderá expandir a capacidade de ação do corpo técnico envolvido nas tarefas administrativas.

As mudanças em curso na economia, na administração de recursos e nas formas de organização dos interesses sociais evidenciam a necessidade de que o ensino do planejamento urbano e regional assuma diferentes programas e projetos entre as instituições de ensino, com vistas a atender às demandas regionais e locais de formação profissional (PIQUET EL AL, 2005). O desafio é reconhecer e tratar as diferenças sem gerar perdas teóricas; aderir a modelos desconectados dos contextos investigados; aceitar modismos e cair em casuísmos.

Mas, este desafio inclui, também, a superação de generalizações que, por estimularem falsas homogeneidades, pouco avançam no conhecimento da diversidade que caracteriza o país. Sem dúvida, cada vez mais, a sociedade brasileira requer ser mais bem conhecida, o que dependerá da promoção de debates, entre especialistas e atores políticos, centrados na construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual

III.2 MEDINDO A TEMPERATURA: EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA ANPUR

Como vimos no **Capítulo I**, nos seus primeiros trinta anos de existência a ANPUR promoveu ou apoiou de uma quantidade relevante de Seminários, Colóquios, *Workshops* e reuniões, nas qual seus diretores diretamente, ou os representantes de seus membros filiados ou associados, indiretamente, se engajaram, seja na organização, seja na participação em mesas.

A compilação desses eventos, ainda que não seja exaustiva de tudo que ocorreu na área naquelas décadas, nos ajuda a identificar quais os temas eram preocupação ou assunto do “campo” em determinado momento, quais permanecem, por estarem atrelados a redes de pesquisa ou grupos mais consolidados, e quais se tornaram apenas pontuais, refletindo ora uma reação do campo, ou dos agente do campo, a algum fato originado dentro ou fora do mundo acadêmico, hora apenas interesses momentâneos de alguns de seus atores.

A Tabela 7 – Eventos nacionais e internacionais promovidos e apoiados pela ANPUR sistematiza as informações obtidas em Ata e no site da ANPUR, excluídos os eventos de caráter regional, os SEPEPUR e aqueles realizados no âmbito da ABPC. Esses dois últimos tratados separadamente.

Dos 172 eventos reunidos, a primeira informação que depreendemos é a predominância considerável do tema “urbano”, com 49% do total, ou 73% daqueles em que é informada alguma referência espacial¹⁹⁷ (56 eventos). Número relevante frete ao regional (8% ou 12%, respetivamente), e mesmo aos eventos que trazem como tema o “planejamento urbano e regional” (10% ou 15%).

Algumas observações sobre os números gerais. Quando tratados por décadas, ou períodos temos os seguintes números gerais. A compilação de temas foi feita da seguinte maneira x “tesário” UrbanData.

Tabela 7a - Blocos e sub-blocos de classificação dos eventos promovidos ou apoiados pela ANPUR

BLOCO	SUBLOCO	QTD	BLOCO	SUBBLOCO	QTD
referência espacial	urbano	100	objetos	região, escalas	6
	regional	27		urbanismo	18
	sem referência espacial	51		ambiente, clima, sustentabilidade	9

¹⁹⁷ Referência espacial: “territórios empíricos, em diferentes escalas, que o estudo recorta em sua análise. Atendem ao critério os artigos que mencionam cidades brasileiras, podendo ser essas em perspectiva comparada a espaços não-brasileiros também” (FREIRE-MEDEIROS, 2021).

	internacional	12		pobreza, desigualdade	3	
	Amazônia	3		história	20	
lugar ou escala	cidade, município(pal), local, intraurbano	53		economia, econômico(a), finanças, financeiro, financiamento	7	
	metropole/ metropolitano	6		produção, (re)estruturação, urbanização	8	
	território/ territorial	11		forma, imagem, desenho, projeto	6	
	espaço/ espacial	8		rede, rede urbana, rede de cidades	9	
	fronteiras, área de f., litoral	4		grandes projetos, megaprojetos	6	
	Amazonia, floresta	2		cultura	1	
	global, globalização	4		patrimônio, monumento, conservação	1	
				população, migração	2	
atores e ação estatal	movimentos sociais, atores políticos, sujeitos coletivos, conflito	3		técnica, tecnologia, informação, inovação	6	
	planejamento	23		meios e fins	método, metodologia, teoria, paradigma	13
	desenvolvimento	20			ensino, pesquisa, p. científ., área PUR	18
	Estado, estatal, p. públicas	27	exemplo, prática, experiência, modelo, compara		28	
	gestão	5	crise, dilema, impasse, perspectiva		5	
	legislação	10	Brasil, proposta, agenda		9	
	reforma urbana, política urbana	4				
	habitação, habitacional	0				
	mercado fundiário, imobiliário, solo, terra	11				
	serviço, infraestrutura	3				

III.3 OS ENCONTROS NACIONAIS E OS PREMIO DA ANPUR

A cada dois anos, é organizado o ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR, cujos trabalhos são publicados em anais.

A ideia da realização de um encontro nacional da área de planejamento regional e urbano [foi] construída a partir de reuniões sucessivas entre representantes da ANPUR e dos órgãos de fomento à pesquisa (CNPq, FINEP, CNDU e BNH) [a parir] do reconhecimento da maturidade da comunidade científica e da necessidade de reiterar a especificidade desta área de pesquisa no âmbito da atuação destas instituições. Às agências de fomento, notadamente a FINEP e o CNPq, interessava uma delimitação temática mais clara e critérios mais objetivos para a alocação de recursos e definição de suas ações programáticas. À ANPUR, a realização de um Encontro Nacional que reunisse de forma mais ampla os representantes das diversas instituições universitárias e centros de pesquisas

Tabela 7 - Eventos Nacionais e Internacionais promovidos ou apoiados pela ANPUR (*exceto SBPC, ENANPUR, SEPEPUR)

PERÍODO	ORGANIZADOR/ APOIADOR	ANO EVENTO	EVENTO	URB X REG	referencia espacial					
					urbano	regional	sem refer. espacial	internacional	Amazônia	
89-94	ADM/UFBA	1990	Colóquio Internacional Poder Local e Movimentos Associativos	U	1					
89-94	NI	1990	Encontro Pesquisa na Área de Planejamento Urbano e Regional	U/R	1	1				
89-94	UNB	1990	Encontro planejamento urbano e regional em áreas de fronteiras	U/R	1	1		1		
89-94	NB, NERU/E&D, FAU/USP	1990	Encontro planos diretores urbanos e leis orgânicas municipais	U	1					
89-94	GT Macro Urbanização	1990	Encontro urbanização e rede urbana	U	1					
89-94	FAU/UFBA	1990	I Seminário História Urbana	U	1					
89-94	CAEN/UFC	1990	Seminário acompanhamento de pesquisas sobre divisão inter-regional do trabalho	R		1				
89-94	NERU/E&D	1990	Seminário Brasil pós-80	NI			1			
89-94	IPPUR/UFRJ	1990	Seminário metodológico conceito e estudo de região	R		1				
89-94	SBPC?	1990	Simpósio Política Científica e Tecnológica para o Planejamento Urbano e Regional	U/R	1	1				
89-94	NAEA/UFPA	1991	Encontro Grandes Projetos	NI			1			
89-94	CAEN/UFC, IPPUR/UFRJ	1991	Evento Reestruturação do Espaço Urbano e Regional	U/R	1	1				
89-94	FRGS, METROPLAN, CPRM	1991	Evento Relatório de Impacto Ambiental como Instrumento de Planejamento Urbano	U	1					
89-94	ANPUR, GEO/USP	1992	Encontro Internacional Novo Mapa do Mundo	NI				1		
89-94	IPPPUR/UFRJ	1992	Seminario Integração, Regiões e Regionalismos	R		1				
89-94	IPPUR/UFRJ	1992	Seminário Metropolização e Rede Urbana, perspectivas dos anos 90	U	1					
89-94	FAU/USP	1992	Seminário Questões Ambientais Litorâneas	R		1				
89-94	A, EA/FGV-SP, NEUR/UNB	1992	V Colóquio Internacional Poder Local	U	1					
89-94	MAU/UFBA	1993	II Seminario História da Cidade e do Urbanismo	U	1					
89-94	IPPUR/UFRJ	1993	Seminario Estruturação Interna das Cidades Brasileiras	U	1					
89-94	UFBA, PMSalvador	1993	Seminario Financas Regionais e Locais	U/R	1	1				
89-94	NI	1993	Seminario Interdisciplinar Cidade e Producao do Cotidiano	U	1					
89-94	IPPUR/UFRJ	1993	Seminário Metropolização e Sociedade	U	1					
89-94	UNB	1993	Seminario Nacional Planejamento Urbano e Regional: Novas Horizontes	U/R	1	1				
89-94	ANPUR, SBPC	1993	Workshop Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas e Perspectivas	U	1					
89-94	RJ, GEO/UFC, IGEO/UFRJ.	1994	Colóquio Reestruturação produtiva e impactos sobre o território	NI			1			
89-94	FAU/UFBA	1994	Evento Paradigmas, Métodos e Metodologias na área dos Estudos Urbanos	U	1					
89-94	em Arquitetura ESC/USP	1994	IV Seminário sobre história da cidade e do urbanismo	U	1					
89-94	EESC/USP-SC, FAU/UFBA.	1994	Seminario História do Urbanismo e do Planejamento Urbano no Brasil, 1900-1950.	U	1					

PERÍODO	ORGANIZADOR/ APOIADOR	ANO EVENTO	EVENTO	URB X REG	referencia espacial				
					urbano	regional	sem refer. espacial	internacional	Amazônia
89-94	M/USP - Dept°. GEO/UNB.	1994	Seminário Internacional Áreas de fronteira no marco da globalização	NI				1	
89-94	Centre de Sociologie Urbaine	1994	Seminário Internacional Origens das Políticas Urbanas Modernas na America Latina - 1900/1950	U	1			1	
89-94	MDU/UFPE, ADM/UFBA,	1994	Seminário Internacional Redes: Configurações teórico-metodológicas e tendências de análise	NI		1			
89-94	R, EESC/USP e MDU/UFPE	1994	Seminario Nacional Propostas para o Brasil urbano no final do século	U	1				
89-94	Estudos à Pesquisa Urbana.	1994	Seminário Redes de Cidades: novas articulações urbano-regionais na reestruturação do espaço brasileiro	U/R	1				
89-94	SIAP, LINCOLN	1994	Seminário Sistema de Informação sobre mercado imobiliário	U	1				
89-94	PPUR/UFRJ/UFRJ, FAU/USP	1994	I Seminário Rede dinâmica imobiliária e estruturação intraurbana	U	1				
89-94	ADM/UFBA	1994	VI Coloquio Internacional Poder Local	U	1				
89-94	MDU/UFPE, ADM/UFBA,	1994	Workshop Redes: Configurações teórico-metodológicas e tendências de análise	NI		1			
95-2002	UFRJ	1995	Seminário Interdisciplinar Integracao x Separatismo: o paradoxo contemporaneo	NI		1			
95-2002	UFC	1995	Seminário Interdisciplinar Terra e Trabalho no Brasil: Uma Agenda para Discussão	NI		1			
95-2002	ANPUR (SP)	1995	Seminário Nacional Formação do Planejamento Urbano: conteúdos, métodos e didáticas.	U	1				
95-2002	FAU/USP	1995	Seminario Reformas Urbanas Realizadas: as experiencias internacionais e nacionais no Sec. XX	U	1				
95-2002	NI	1995	Seminario Território: Globalizacao e Fragmentação.	NI			1		
95-2002	temia, Centros de Pesquisa	1997	Evento práticas e experiências de planejamento urbano e regional	U/R	1	1			
95-2002	FAU/USP, IPPUR/UFRJ	1997	Oficina sobre assentamentos humanos	U	1				
95-2002	IPPUR/UFRJ	1997	Seminário Internacional Rede em planejamento urbano e regional	U/R	1	1			
95-2002	PROPUR/UFRGS	1998	Encontro da Rede Latinoamericana de História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
95-2002	NI	1998	Evento	NI		1			
95-2002	IPPUR/UFRJ	1998	I workshop sobre Redes	NI		1			
95-2002	UNB	1998	II Seminário Nacional planejamem o urbano	U	1				
95-2002	NERU/UNB	1998	II Seminário Rede dinâmica imobiliária e estruturação intraurbana	U	1				
95-2002	FAU/USP	1998	III Seminário Rede dinâmica imobiliária e estruturação intraurbana	U	1				
95-2002	PROURB/UFRGS	1998	IV seminário História da cidade e do urbanismo	U	1				
95-2002	FEE/RS, PROPUR/UFRGS,	1998	Seminário As áreas de fronteira na América Latina	U	1		1		
95-2002	IPPUR/UFRJ	1998	Seminário Espaço, tempo e inovação tecnológica na vida metropolitana	U	1				
95-2002	FAU/UFBA	1998	Seminário Espaços Urbanos: conhecimento e projeção	U	1				
95-2002	UFRJ, FASE, LINCOLN, GTZ	1998	Seminário Instrumentos para a gestão do solo urbano	U	1				
95-2002	PPUR/UFRJ, Terracap/GDF	1998	Seminário Internacional mecanismos de captura de mais-valias imobiliárias	U	1				
95-2002	Geoplogia Social da LFFF.	1998	Seminário Pobreza, desigualdades sociais e dinâmica urbana	U	1				

PERÍODO	ORGANIZADOR/ APOIADOR	ANO EVENTO	EVENTO	URB X REG	referencia espacial				
					urbano	regional	sem refer. espacial	internacional	Amazônia
95-2002	NI	1998	Seminário Tendências do desenvolvimento regional e urbano: implicações econômicas para a reorganização	U/R	1	1			
95-2002	CEDEPLAR, IPPUR/UFRJ	1998	Simpósio Internacional de Planejamento Urbano e Regional	U/R	1	1			
95-2002	SEDUR	1998	V Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil	U	1				
95-2002	ADM/UFBA	1998	VII Colóquio Internacional Poder Local	U	1				
95-2002	R/UFRJ/UFRJ, NEUR/UNB	1999	I Seminário Dinâmica Imobiliária e Estruturação Intra-Urbano	U	1				
95-2002	UNB	1999	II International Symposium on Space Syntax	U	1				
95-2002	ADM/UFBA	1999	VIII Colóquio Internacional Poder Local	U	1				
95-2002	UFPE	1999	XI Seminário sobre conservação e desenvolvimento sustentado	NI			1		
95-2002	FAUIUNB e PPG GEAIUNB	2000	II Seminário Nacional Planejamento Urbano e Regional	U/R	1	1			
95-2002	IPPUR/UFRJ	2000	Seminário Ensino de planejamento	U/R	1	1			
95-2002	UNB	2000	V Seminário Internacional Documentação e Conservação dos Monumentos do Movimento Moderno (D	U	1				
95-2002	UFRN e MDU/UFPE	2000	VI Seminário História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
95-2002	FAU/UFBA	2002	VII Seminário História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
95-2002	CEDEPLAR	2002	X Encontro Economia Mineira	NI			1		
2003-2009	UFMG	2003	Encontro Transdisciplinar sobre População e Espaço	NI			1		
2003-2009	de Pesquisa em Direito).	2003	I Encontro Nacional CONPEDI/ANPUR — Estatuto da cidade: Os desafios urbanos do século XXI	U	1				
2003-2009	ADM/UFBA, ISA	2003	IX Colóquio Internacional Poder Local	U	1				
2003-2009	UNB	2003	VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
2003-2009	RED, IPPPUR/UFRJ	2004	Reunião da Red Iberoamericana Globalização e Território	NI			1		
2003-2009	CEDEPLAR, IPPPUR/UFRJ	2004	Seminário Internacional Economia Política do Espaço	NI			1		
2003-2009	RJ, PROARQ/UFRJ, ANPUR	2004	VIII Seminário História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
2003-2009	MCID	2005	2a Conferências das Cidades	U	1				
2003-2009	UNB, UFPA	2005	Mesa Redonda na reunião anual da ANPOCS — Norte/Nordeste	NI			1		
2003-2009	ABHAB/FAUUSP, FAU/USP	2005	Seminário Nacional Plano Diretor e Política Urbana	U	1				
2003-2009	- Consultores associados.	2005	V Seminário Internacional da LARES - Latin American Real Estate Society	NI			1		
2003-2009	REDII	2005	VI Encuentro de Postgrados Iberoamericanos sobre Desarrollo y Políticas Territoriales: Construyendo es	R		1		1	
2003-2009	ADM/UFBA	2005	X Colóquio Internacional Poder Local	U	1				
2003-2009	UCSAL	2006	Abertura do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social	NI			1		
2003-2009	MDU/UFPE	2006	Encontro de Trabalho sobre Boas Práticas de Políticas de Gestão Urbana	U	1				
2003-2009	IBGE	2006	II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais	NI			1		
2003-2009	UNAM	2006	II WPSC - II World Planning Schools Congress	NI			1		

PERÍODO	ORGANIZADOR/ APOIADOR	ANO EVENTO	EVENTO	URB X REG	referencia espacial				
					urbano	regional	sem refer. espacial	internacional	Amazônia
2003-2009	PPG-AU/FAU-MACKENZIE	2006	IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
2003-2009	NAEA/UFPA, OPP, COMOVA	2006	Seminário Internacional Cidades na Floresta	U	1		1	1	
2003-2009	NI	2006	Seminário Pensar as Cidades Baianas	U	1				
2003-2009	Cidade e Sociedade/UFSC	2006	Seminário Planejamento Urbano no Brasil e na Europa: um diálogo ainda possível?	U	1		1		
2003-2009	FAU/SJT	2006	Seminário Projetos Urbanos e Contemporâneos	U	1				
2003-2009	CIAGS/EA-UFBA	2006	Sessão de abertura do curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e G	NI			1		
2003-2009	Câmara dos Deputados	2006	VII Conferência das Cidades	U	1				
2003-2009	MCID	2007	3a Conferência das Cidades	U	1				
2003-2009	UFRJ, LABHAB/FAU/USP	2007	Construindo uma Agenda para a Cooperação em Ensino e Pesquisa	NI			1		
2003-2009	UFBA, UFRB, UNEB, UCSal	2007	I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas	NI			1		
2003-2009	USP, PUCCAMP, ANAMA	2007	I Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Rest	U	1				
2003-2009	UFRJ, UFRB, UNEB, UCSAL	2007	II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens	NI			1		
2003-2009	NI	2007	Reunião do Coordinating Committee do GPEAN AESOP 2007 Planning for the risk society	NI			1		
2003-2009	da Bahia, FISENGE/UFBA	2007	Seminário PAC em debate	NI			1		
2003-2009	CEDEPLAR/UFMG, PGE/UFPA	2008	II Colóquio Amazônia, Economia e Sustentabilidade	NI					1
2003-2009	NAEA/UFPA	2008	Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento - 2008	NI					1
2003-2009	CEHA/UFAL, PPGEUA/UFPA	2008	X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo XSHCU	U	1				
2003-2009	CEDEPLAR/UFMG	2008	XII Seminário sobre a Economia Mineira. Economia, História, Demografia e Políticas Públicas	NI			1		
2003-2009	NI	2009	Colóquio Internacional Interdisciplinar Pontes e idéias: Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês no Bra	U	1				
2003-2009	UFBA	2009	Evento Desafios do Urbanismo na França e no Brasil	U	1			1	
2003-2009	NI	2009	ISA International Sociological Association Research Committee 21 - RC-21 2009 Meeting: Inequality, Inc	NI			1		
2003-2009	IPEA, ANPOCS e ANPEC	2009	Painel Temas Prioritários para Análises de Políticas Públicas e para o Planejamento do Desenvolvimento	NI			1		
2003-2009	NI	2009	Seminário franco-brasileiro "Os Desafios do Urbanismo na França e no Brasil" Data: 9 a 13 novembro 20	U	1				
2003-2009	IPPUR/UFRJ, FAU/UFRN,	2009	II Seminário Nacional sobre o tratamento de áreas de Preservação Permanente em meio urbano e restr	U	1				
2003-2009	NI	2009	X Congresso da Asian Planning Schools Association (APSA)	NI			1		
2003-2009	ADM/UFBA	2009	XI Colóquio Internacional Poder Local: desenvolvimento e gestão social de territórios	U	1				
2010-2014	NI	2010	4ª Conferência Nacional das Cidades	U	1				
2010-2014	NI	2010	Atividades no World Urban Forum 5 (V Fórum Urbano Mundial)	U	1				
2010-2014	NI	2010	Da Metrópole à Cidade-Região	U/R			1		
2010-2014	NI	2010	I Fórum Experiências Compartilhadas – Diálogos sobre processos e metodologias de ensino em estudos	U/R	1				
2010-2014	NAEA/UFPA	2010	II Fórum Experiências Compartilhadas – Construindo uma agenda de pesquisa em estudos urbanos e re	U/R	1				

PERÍODO	ORGANIZADOR/ APOIADOR	ANO EVENTO	EVENTO	URB X REG	referencia espacial				
					urbano	regional	sem refer. espacial	internacional	Amazônia
2010-2014	NI	2010	III Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas	NI			1		
2010-2014	NI	2010	Pensamento de Henry Lefèbvre sobre o Direito à Cidade e o Direito à Diferença	U	1				
2010-2014	IPPUR/UFRJ	2010	Seminário Campi Universitários e Cidade	U	1				
2010-2014	NI	2010	Seminário Cidades no Brasil e África do Sul	U	1			1	
2010-2014	NI	2010	XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: a construção da cidade e do urbanismo: ideias tem	U	1				
2010-2014	NI	2011	Colóquio Internacional sobre o Padre Lebret e Josué de Castro	NI			1		
2010-2014	GEO/UFPE, FUNDEP	2011	I Simpósio de Geografia do Conhecimento e da Inovação	NI			1		
2010-2014	NI	2011	II Conferência do Desenvolvimento (CODE)	NI			1		
2010-2014	para o Desenvolvimento	2011	Lançamento do Observatório de Políticas Regionais	R		1			
2010-2014	envolvimento, BNDES, IPEA	2011	II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Cidades Médias (REDBCM)	U	1				
2010-2014	NI	2011	Reunião no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Diálogos Setoriais com a Sociedade Civil -	U	1				
2010-2014	NI	2011	Reunião no Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento	NI			1		
2010-2014	MCID, LINCOLN	2011	Seminário Internacional 10 Anos do Estatuto da Cidade	U	1				
2010-2014	GES/MPOG, GE-PA, OCDE	2011	Seminário Internacional Estratégias de Apoio das Universidades ao Desenvolvimento Regional	R		1			
2010-2014	NI	2011	V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional	R		1			
2010-2014	GPEAN	2011	World Planning Schools Congress 2011: Planning's Future - Futures Planning: Planning in an Era of Glob	NI			1		
2010-2014	P, IAU/USP-SC, FAU/UPM	2012	15th IPHS Conference (International Planning History Society)	NI			1		
2010-2014	NI	2012	36º Encontro Anual da ANPOCS Simpósio: Dilemas e desafios do planejamento na resolução dos proble	NI			1		
2010-2014	volvimento, BNDES, GE-RJ	2012	Apresentação do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional — Edição 2012: Homenagem a Rô	R		1			
2010-2014	in Jacques (PPGAU/UFBA)	2012	CORPOCIDADE + Cidade & Cultura: experiências metodológicas	U	1				
2010-2014	NI	2012	I Conferência Estadual do Desenvolvimento Regional do Rio de Janeiro	R		1			
2010-2014	ES; FAPERJ; UFRJ; ANPUR.	2012	I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade	R		1			
2010-2014	Paris Est Créteil e APERAU	2012	II Diálogos Brasil-França 2012: construir a metrópole contemporânea. Programa Atílio	NI			1		
2010-2014	Geografia/UFMG), CAPES	2012	II Seminário CAPES: A Questão Metropolitana e o Ensino de Planejamento	U	1				
2010-2014	cooperação Brasil/França	2012	II Seminário Diálogos França-Brasil: a construção da cidade contemporânea	U	1				
2010-2014	PP/UFRN) e Ruth Maria d	2012	II Seminário Nacional Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano: abordagens, conflitos e pers	U	1				
2010-2014	/UFMG e Reitoria/UFMG.	2012	Red Iberoamericana de Investigadores — homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro	NI			1		
2010-2014	NI	2012	Reunião do GPEAN (Global Planning Education Association Network)	NI			1		
2010-2014	ADM/UFBA	2012	XII Colóquio Internacional de Poder Local Metamorfoses do Poder Local e Itinerários do Desenvolven	U	1				
2010-2014	R/UFRGS, PROPARG/UFGRS	2012	XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo	U	1				
2010-2014	NI	2012	XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais Transformações na população brasileira: complexidad	NI			1		

lugar ou escala		atores e ação estatal			objetos								meios e fins		
cidade, município(pal), metropolitano territorial espaço/ espacial fronteiras, área de f., litoral Amazonia, floresta global, globalização		movimentos sociais, atores planejamento desenvolvimento Estado, estatal, p. públicas gestão Legislação reforma urbana, política habitacao, habitacional m. fundiário, m. imobiliário, serviço, infraestrutura			região, escalas	urbanismo	ambiente, clima, pobreza, desigualdade	história	economia, econômico(a), produção, (re)estruturação	forma, imagem, rede, rede urbana, rede gr. projetos/ m. eventos	cultura	patrimônio, monumento, população, migração técnica, tecnologia, método,	metodologia, ensino, pesquisa, p-exemplo, prática, crise, dilema, impasse, Brasil, proposta,	outros	NI
					1					1					
1											1				
1													1		
1													1		
1						1	1		1						
									1		1			1	
		1	1	1											
				1								1			
1			1							1					
1				1									1		
1					1										
													1		
		1										1		1	
				1											
1													1		
1															
1										1					
1						1	1								
	1														
	1														
1		1										1			
1															
													1		

Tabela 7 - Eventos nacionais e internacionais promovidos ou apoiados pela ANPUR

PERÍODO	ORGANIZADOR/ APOIADOR	ANO EVENTO	EVENTO	URB X REG	referencia espacial				
					urbano	regional	sem refer. espacial	internacional	Amazônia
2010-2014	NI	2013	Encontro Programa Atílio	NI			1		
2010-2014	MDR, IPEA, BNDES.	2013	I Conferência Nacional do Desenvolvimento	NI			1		
2010-2014	NI	2013	II Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional A nova Política Nacional de Desenvolvimento	R	1				
2010-2014	NI	2013	Reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia	NI			1		
2010-2014	mo e ETERN-IPPUR/UFRJ	2013	Reunião com o Movimento da Vila Autódromo	NI			1		
2010-2014	NI	2013	Reunião do Comitê Coordenador do GPEAN	NI			1		
2010-2014	ABA, ANPOCS	2013	Reunião em Brasília sobre Ética na Ciência	NI			1		
2010-2014	CCJE/UFRJ	2013	Seminário Território, Desenvolvimento e Gestão	NI			1		
2010-2014	IPPUR/UFRJ	2013	Workshop Rede de Cidades	U	1				
2010-2014	ANPUR-SBPC	2014	2016 World Planning Schools Conference	NI			1		
2010-2014	servação Integrada (CECI).	2014	Colóquio Internacional Urbanismo e o Movimento Economia e Humanismo na América Latina	U	1				
2010-2014	NI	2014	II Conferência Internacional Megaeventos e Cidades	U	1				
2010-2014	DREG/UFPB, IPPUR/UFRJ	2014	II SEDRES - Seminário de Desenvolvimento Regional Itinerante Bianual	R		1			
2010-2014	NI	2014	III Diálogos França-Brasil	NI			1		
2010-2014	U, GEO/UFPA, NAEA/UFPA	2014	III Seminário Nacional Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano (APPURBANA)	U	1				
2010-2014	NI	2014	Seminário de Desenvolvimento Regional Itinerante Bianual	R		1			
2010-2014	Rede de Políticas Públicas	2014	Seminário Política, tecnologia e território	NI			1		
2010-2014	FAU/UFES	2014	XII ENEPEA — Encontro Nacional sobre o Ensino do Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo	U	1				
2010-2014	NI	2014	XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo	U	1				
2010-2014	U/USP, PUCCAMP, MACK	2014	XV Conferência IPHS Cities, regions, nations in planning history	U/R				1	
TOTAL GERAL 172					100	27	51	12	3

lugar ou escala				atores e ação estatal								objetos													meios e fins												
cidade, município(pal), metropole/metropolitano	território/territorial	espaço/espacial	fronteiras, área de f., litoral	Amazonia, floresta global, globalização	movimentos sociais, atores	planejamento	desenvolvimento	Estado, estatal, p. públicas	gestão	Legislação	reforma urbana, política habitacao, habitacional	m. fundiário, m. imobiliário, serviço,	infraestrutura	região, escalas	urbanismo	ambiente, clima, pobreza, desigualdade	história	economia, econômico(a), produção, (re)estruturação	forma, imagem, rede, rede urbana, rede gr. projetos/ m. eventos	cultura	patrimônio, monumento, população, migração	técnica, tecnologia,	método,	metodologia, ensino, p. pesquisa, p. exemplo, prática, crise, dilema, impasse, Brasil, proposta,	outros	NI											
						1	1																	1	1												
						1	1																														
									1																												
					1														1																		
											1																										
1		1				1													1																		
						1																															
1													1																								
																									1												
1														1	1									1													
53	6	11	8	4	2	4	3	23	20	27	5	10	4	0	11	3	6	18	9	3	20	7	8	6	9	6	1	1	2	6	13	18	28	5	9	12	5

atuantes na área significaria a possibilidade de sua consolidação enquanto Associação Científica. Uma Assembleia Geral constituída, asseguraria maior participação da comunidade nos debates acerca da reformulação dos seus estatutos e programas de trabalho. (ENANPUR I, ANAIS..., PG. 6).

Sistematizou-se os Anais, procurando extrair deles: quais os temas recorrentes, que permaneceram, e quais foram perdendo força e por quê? Quais temas foram tratados como “emergentes” e por quê? Os temas mais procurados em determinado período são condicionados pela agenda de políticas públicas em implementação naquela ocasião, são o resultado do acumulado de interesse de seus pesquisadores ou são mero reflexo da hegemonia de seus “agentes promotores”? Quem são os convidados a falar sobre cada tema e por quê? Que características os colocam na posição de destaque num Encontro?

Foram sistematizados dados gerais de cada ENANPUR (tema e local de realização), informações sobre as sessões temáticas (organizadores, quantidade de trabalhos apresentados em cada sessão), obtidos dos Anais dos Encontros, bem como os “marcadores” dos convidados a participar das mesas e conferências (perfil de formação e atuação acadêmica e profissional), obtidos de fontes diversas.

Procurando relacionar as questões deste capítulo com as descobertas do anterior, pergunta-se ainda: em que medida a composição/ perfil da Diretoria (junto com a Comissão Organizadora) interfere na escolha dos temas tratados pela Associação, elegendo abordagens e deixando outras de lado?

Para conformação das respostas foi fundamental a realização de uma (nova) rodada de entrevista com os responsáveis pela seleção dos temas e trabalhos, tentando resgatar na memória daqueles o processo de tomada de decisão e os fatores que condicionaram as escolhas naquele momento.

Justamente estas regiões em que há ausência de Programas na área, o foco de muitas discussões, como é o caso dos trabalhos publicados no XVII ENANPUR 2017: i) “A política de regularização fundiária urbana de interesse social: algumas conclusões a partir da pesquisa nas regiões Norte e Nordeste” e ii) “Planejamento regional no Nordeste: a (re)produção de um processo arcaico”¹⁹⁸.

Passaremos agora a sistematizar os encontros bianuais que a Associação realiza, focando nos aspectos principais: organização, mesas e sessões temáticas, buscando analisar....

III.3.1 TEMAS CENTRAIS E TEMAS DO MOMENTO

¹⁹⁸ FISCHER; SIQUEIRA, 2017, p. 35 e CASTRO; CARDOSO; SOUSA, 2017, p. 69

Nos primeiros 30 anos de Associação foram realizados 15 eventos. Os temas centrais e quantitativos foram sistematizados na tabela a seguir.

Tabela 5 - ENANPUR - Temas Centrais

N	ANO	CIDADE	TEMA
I	1986	Nova Friburgo	Mudanças Sociais no Brasil e a Contribuição da Ciência e Tecnologia para o Planejamento Regional, Urbano e Habitacional
II	1987	Teresópolis	Planejamento Urbano e Regional na Transição Brasileira
III	1989	Águas de São Pedro	Não consta nos Anais
IV	1991	Salvador	Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território
V	1993	Belo Horizonte	Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento
VI	1995	Brasília	Modernidade, Exclusão e a Espacialidade do Futuro
VII	1997	Recife	Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios do planejamento
VIII	1999	Porto Alegre	Não consta nos Anais
IX	2001	Rio de Janeiro	Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço
X	2003	Belo Horizonte	Encruzilhadas do Planejamento: repensando teorias e práticas
XI	2005	Salvador	Planejamento, Soberania e Solidariedade: perspectivas para o território e a cidade
XII	2007	Belém	Integração Sulamericana, Fronteiras, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Regional
XIII	2009	Florianópolis	Planejamento e Gestão do Território: Escalas, Conflitos e Incertezas
XIV	2011	Rio de Janeiro	Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias
XV	2013	Recife	Desenvolvimento, Planejamento e Governança: 30 anos da ANPUR

Seguindo sistematização feita por MONTE-MÓR (2013), os primeiros três ENANPUR, em 1986, 1987 e 1989, (em Nova Friburgo (Rio de Janeiro), Teresópolis (Rio de Janeiro), e em Águas de São Pedro (São Paulo), respectivamente) manifestaram uma preocupação comum com o desenvolvimento econômico, em sua expressão mais pura. O primeiro ENANPUR apresentou um balanço da produção na área desde o início da década de 1980, cobrindo teses de doutorado e de livre docência, dissertações de mestrado, pesquisas concluídas e em andamento e artigos publicados ou aceitos para publicação, além de relatórios de consultoria e outros materiais referentes às três temáticas abordadas no encontro, quais sejam: Planejamento Regional, Planejamento Urbano e Tecnologia da Habitação. Um relatório para cada área temática buscou refletir o estágio em que se encontrava a produção do conhecimento à época.

Fica evidente, ao analisar os Anais do primeiro ENANPUR, o isolamento dos centros de pós-graduação, particularmente na área de planejamento regional, apresentando duplicidade de esforços, refletindo a pequena comunicação e baixa circulação de textos entre eles (datilografados, e em cópias limitadas). É também notório o descolamento da produção dos centros acadêmicos do processo decisório do planejamento regional no país, que não

Tabela 8 - ENANPUR - Conferências, Mesas e Sessões

N	ANO	ATIVIDADE	TIPO	TÍTULO
I	1986	Grupo de Trabalho	ST	Planejamento Regional - Estudos sobre a Questão Regional
I	1986	Grupo de Trabalho	ST	Planejamento Urbano - Elementos para Avaliação do Estágio Atual das Pesquisas ligadas ao Planejamento Urbano
I	1986	Grupo de Trabalho	ST	Tecnologia da Habitação - Pesquisa em Ciência e Tecnologia
I	1986	Painel	SE	A Questão Urbana e Regional na Constituinte
I	1986	Sessão de Abertura	SE	Não informado
II	1987	Sessão Temática	ST	Não informado
II	1987	Sessão Temática	ST	Impactos de Grandes Projetos
II	1987	Sessão Temática	ST	Migrações Internas
II	1987	Sessão Temática	ST	Políticas Habitacionais
II	1987	Sessão Temática	ST	Processo de Metropolização
II	1987	Sessão Temática	ST	Produção Imobiliária e Uso do Solo Urbano
II	1987	Sessão Temática	ST	Região, Desenvolvimento e Planejamento Regional
II	1987	Sessão Temática	ST	Serviços Urbanos e Demandas Sociais
III	1989	Comunicações Institucion	SE	Macro-Urbanização: Periodização e Recorte Espacial
III	1989	Grupo de Trabalho	ST	A Formação Acadêmica e a Formação Profissionalizante no Ensino de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
III	1989	Grupo de Trabalho	ST	Estrutura Curricular e Áreas de Concentração ou Velhas Fôrmas para uma Nova Racionalidade
III	1989	Grupo de Trabalho	ST	O Marco Institucional do Ensino de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
III	1989	Grupo de Trabalho	ST	Relação entre Ensino e Pesquisa
III	1989	Sessão de Abertura	SE	Current Debate in British Urban Research
III	1989	Sessão de Abertura	SE	Razão e Modernidade
III	1989	Sessão Temática	ST	Distribuição Espacial da População
III	1989	Sessão Temática	ST	Formas de Organização da Preservação, Renovação e Revitalização do Espaço Urbano
III	1989	Sessão Temática	ST	Gestão Urbana e Regional
III	1989	Sessão Temática	ST	Produção do Espaço Construído - Aspectos Fundiários e Imobiliários
III	1989	Sessão Temática	ST	Produção do Espaço Construído - Serviços Urbanos
III	1989	Sessão Temática	TE	Questões Emergentes na Pesquisa Urbana e Regional
III	1989	Sessão Temática	ST	Região, Desenvolvimento e Planejamento Regional e Impacto de Grandes Projetos
IV	1991	Conferência	SE	Crise do conhecimento e novas formas de pensar o espaço
IV	1991	Conferência	SE	Por um novo Planejamento Urbano-Regional
IV	1991	Conferência	SE	Savoirs et projets sur la ville et la region: un temps de crise?
IV	1991	Sessão Temática	ST	Dinâmica Intra-Urbana
IV	1991	Sessão Temática	ST	Estruturação Histórica das Cidades
IV	1991	Sessão Temática	ST	Processos de Urbanização e Novas Redes Urbanas
IV	1991	Sessão Temática	ST	Reestruturação do Território e Perspectivas Regionais
IV	1991	Sessão Temática	TE	Temas Emergentes
IV	1991	Sessão Temática	ST	Transformações da Gestão Urbana e Regional
V	1993	Mesa Redonda	MR	Buscando Qualidade e Transparência no Desempenho Público: a Experiência de Avaliar a Política Habitacional do Município de São Paulo - 1989-1992
V	1993	Mesa Redonda	MR	Cidades Planejadas no Brasil: do Plano à Realidade
V	1993	Mesa Redonda	MR	Descentralização do Estado e Participação da Sociedade na Gestão Urbana
V	1993	Mesa Redonda	MR	Moderno e Tradicional: Verso e Reverso
V	1993	Mesa Redonda	MR	Política Habitacional: Possibilidade e Constrangimentos
V	1993	Mesa Redonda	MR	Por Uma Agenda da Pesquisa Urbana nos Anos 90
V	1993	Mesa Redonda	MR	Reforma Urbana na Cidade em Crise: Encruzilhadas e Perspectivas
V	1993	Mesa Redonda	MR	Segurança Alimentar: novo desafio do Planejamento Urbano
V	1993	Mesa Redonda	MR	Separatismo no Brasil
V	1993	Mesa Redonda	MR	Urbanização, Processos Migratórios e Estruturação Intra-Urbana
V	1993	Sessão de Comunicação	SE	Questões de Dinâmica Urbana
V	1993	Sessão de Comunicação	SE	Questões de História da Cidade, do Urbanismo e do Planejamento
V	1993	Sessão do Tema Central	SE	A Modernidade Aprisionada
V	1993	Sessão Temática	ST	Da Metrópole ao Campo: Novas e Velhas Espacialidades
V	1993	Sessão Temática	ST	Estado, Planejamento e Sociedade Civil: Gestão Urbana e Regional
V	1993	Sessão Temática	ST	Memórias, Identidades e Utopias
V	1993	Sessão Temática	ST	Regiões, Regionalismo e a Divisão (Inter)Nacional do Trabalho
V	1993	Sessão Temática	ST	Tecnologia, Meio Ambiente e Dinâmica Urbana
V	1993	Sessão Temática	TE	Temas Emergentes, Temas Recorrentes
VI	1995	Mesas e conferencias	MR	Não constam nos Anais
VI	1995	Sessão Temática	ST	Agentes e Formas de Interação Sócio-Espacial
VI	1995	Sessão Temática	ST	Dinâmica Intra-Urbana e Infra-Estrutura Social e Econômica
VI	1995	Sessão Temática	ST	Estado e Planejamento Urbano e Regional
VI	1995	Sessão Temática	ST	História, Preservação e Imagem Urbana
VI	1995	Sessão Temática	TE	Temas Emergentes
VI	1995	Sessão Temática	ST	Urbanização, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
VII	1997	Mesas e conferencias	MR	Não constam nos Anais

N	ANO	ATIVIDADE	TIPO	TÍTULO
VII	1997	Sessão Temática	ST	Estruturação do Espaço Intra-Urbano
VII	1997	Sessão Temática	ST	História, Forma e Imagens Urbanas
VII	1997	Sessão Temática	ST	Meio Ambiente, Saneamento e Impactos de Grandes Projetos
VII	1997	Sessão Temática	ST	Pobreza e Desigualdade Sócio-Espacial
VII	1997	Sessão Temática	ST	Políticas Setoriais e Gestão Local
VII	1997	Sessão Temática	ST	Sujeitos Coletivos, Conflitos Sociais e Territorialidade
VII	1997	Sessão Temática	TE	Temas Emergentes
VII	1997	Sessão Temática	ST	Urbanização e Regionalização
VIII	1999	Mesas e conferências	MR	Não constam nos Anais
VIII	1999	Sessão Temática	ST	Desenvolvimento Urbano Sustentável
VIII	1999	Sessão Temática	ST	Dinâmica Sócio-espacial
VIII	1999	Sessão Temática	ST	Esferas de Decisão e Gestão Municipal
VIII	1999	Sessão Temática	ST	Forma Urbana
VIII	1999	Sessão Temática	ST	História Urbana
VIII	1999	Sessão Temática	ST	Urbano e Regional
IX	2001	Mesas e conferências	MR	Não constam nos Anais
IX	2001	Sessão Temática	ST	Cidade e Urbanismo: história, forma e projeto
IX	2001	Sessão Temática	ST	Escalas do poder e novas formas de gestão urbana e regional
IX	2001	Sessão Temática	ST	Estruturação intra-urbana, política fundiária e a questão da moradia
IX	2001	Sessão Temática	ST	Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental
IX	2001	Sessão Temática	ST	Reconfigurações do espaço urbano e regional
IX	2001	Sessão Temática	ST	Sociabilidade urbana, conflitos sociais e território
IX	2001	Sessão Temática	TE	Temas emergentes: tecnologia, novas linguagens e processos espaciais
X	2003	Mesas e conferências	MR	Não constam nos Anais
X	2003	Sessão Temática	ST	Cidade, Planejamento e Gestão Urbana: história das idéias, das práticas e das representações
X	2003	Sessão Temática	ST	Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas
X	2003	Sessão Temática	ST	Novas escalas e estratégias territoriais na gestão ambiental
X	2003	Sessão Temática	ST	Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço
X	2003	Sessão Temática	ST	Re-configurações territoriais: re-estruturações econômicas e sócio-espaciais
X	2003	Sessão Temática	ST	Reestruturação intra-urbana: mercado imobiliário e dinâmica socioespacial
X	2003	Sessão Temática	TE	Temas emergentes: tecnologias, modelos e sínteses teóricas
XI	2005	Mesa Redonda	MR	Desejos de Território: movimentos, conflitos e conquistas
XI	2005	Mesa Redonda	MR	Estado e Construção de Territórios
XI	2005	Mesa Redonda	MR	Produção do Vínculo Social: que espaços de solidariedade?
XI	2005	Mesa Redonda	MR	Reforma Universitária
XI	2005	Mesa Redonda	MR	Soberania e Financiamento Externo da Política Urbana e Regional
XI	2005	Plenária	SE	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
XI	2005	Sessão Temática	ST	COMPLETAR
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Conflitos e Territorialidades na Amazônia
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Integração Sul-americana, relações transfronteiriças e Desenvolvimento Urbano e Regional
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Metrópole, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Mudanças Climáticas e o papel da Floresta Amazônica
XII	2007	Mesa Redonda	MR	O PAC e seus impactos na política de desenvolvimento urbano e regional
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Planejamento Territorial: uma retomada do papel do Estado no Desenvolvimento Urbano e Regional?
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Por uma Política Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento Urbano e Regional
XII	2007	Mesa Redonda	MR	Violência e cidades brasileiras: o que falar das políticas públicas?
XII	2007	Sessão Temática	ST	A Amazônia no cenário sul-americano
XII	2007	Sessão Temática	ST	Cultura, cidades e sustentabilidades
XII	2007	Sessão Temática	ST	Forma e dinâmica intra-urbana
XII	2007	Sessão Temática	ST	Gestão Urbana e Regional: Modelos, práticas e implicações
XII	2007	Sessão Temática	ST	História, cidade e urbanismo
XII	2007	Sessão Temática	ST	Rede urbana e estrutura territorial
XII	2007	Sessão Temática	ST	Território, conflitos e gestão ambiental
XIII	2009	Conferência	SE	América Latina: de berço a túmulo do neoliberalismo?
XIII	2009	Conferência	SE	Planning and the spatial management of poverty/ Planejamento e gestão espacial da pobreza
XIII	2009	Conferência de abertura	SE	O governo do território no novo milênio: trajetórias amazônicas
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Capitalismo global, mobilidade territorial e conflitos de acesso a terra
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Construção de políticas públicas e participação de novos atores
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Dinâmicas e conflitos nas cidades latino-americanas
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Espaço público e imagens da cidade
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Mudanças climáticas: implicações nas escalas urbana e regional
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Novas abordagens do desenvolvimento regional: escalas de análise e de ação política
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	O planejamento em questão: conflitos, incertezas e perspectivas
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Regularização fundiária e política habitacional

N	ANO	ATIVIDADE	TIPO	TÍTULO
XIII	2009	Mesa Redonda	MR	Vulnerabilidades, violência e novas estratégias políticas em redes
XIII	2009	Sessão Especial	SE	Estratégias para a pós-graduação e a pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais
XIII	2009	Sessão Especial	SE	Os desafios da educação superior no Brasil: novas arquiteturas acadêmicas.
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Ambiente e sociedade: dilemas, tensões e incertezas
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Espaços, redes e escalas
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Gestão do território: práticas e possibilidades da política
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Políticas públicas e planejamento urbano e regional: atores, conflitos e tendências
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Processos e transformações na configuração dos espaços urbanos
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Tecnologias de informação e comunicação na transformação do espaço: desafios para o ensino e a pesquisa urbana e regional
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Territórios, cultura e identidade
XIII	2009	Sessão Temática	ST	Urbanismo, urbanização e planejamento na história
XIV	2011	Mesas e conferências	MR	Não constam nos Anais
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Caminhos da história: fontes, métodos e questões
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Desenvolvimento regional, regionalismos e pactos territoriais
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Fronteiras, grandes projetos, gestão do território e mobilidade espacial
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Ideários de cidade: modelos e representações sociais
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Identidades culturais e apropriação social do espaço
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Movimentos sociais no campo e na cidade
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Política e planejamento urbano: instrumentos, planos e projetos
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Produção da cidade: agentes econômicos e atores políticos
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Questões ambientais: dimensões políticas, projetos e ação social
XIV	2011	Sessão Temática	ST	Rede: técnica e ciência na transformação do espaço
XV	2013	Conferência	SE	Não informado
XV	2013	Mesa Redonda	MR	30 anos da ANPUR: Significado e contribuição para as políticas públicas e urbanas
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Cultura, identidades e conservação: espaço público, sociabilidades e patrimônio cultural
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Desenvolvimento regional, tecnologia e conflitos territoriais: desigualdades regionais, inovação tecnológica e o "novo desenvolvimentismo"
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Inovações no planejamento e na gestão: tecnologias de informação e comunicação e cooperação em redes
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Meio ambiente, reprodução social e consumo: mudanças climáticas
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Novas tendências dos investimentos e o papel do planejamento e dos movimentos sociais
XV	2013	Mesa Redonda	MR	O Planejamento Urbano e Regional e as revistas
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Planejamento e urbanismo: novas tendências e consequências
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Pobreza urbana, produção e estruturação da cidade e da metrópole no "novo desenvolvimentismo"
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Poderes, conflitos e governança: gestão e governança urbana, metropolitana e regional
XV	2013	Mesa Redonda	MR	Política habitacional, financiamento e regulação estatal: políticas habitacionais e estruturação territorial
XV	2013	Sessão Temática	ST	COMPLETAR

incorporava os resultados e análises das pesquisas desenvolvidas, e quando o fazia, era somente no campo do discurso.

A ênfase nos processos históricos regionais caracteriza a maior parte da produção e, em que pese a diversidade de abordagens teóricas dos trabalhos apresentados (chamada no relatório de “certa confusão metodológica”), pode-se considerar que o enfoque (neo)marxista dominava as análises (críticas), sendo a acumulação capitalista desigual identificada como a principal explicação para as desigualdades regionais, historicamente presentes, mas agudizadas nas décadas anteriores. Parece claro que os processos de expansão e de integração territorial e econômica do capitalismo brasileiro ainda não haviam mostrado inteiramente seu caráter relativamente homogeneizante, particularmente diante da concentração de investimentos públicos nas áreas centrais metropolitanas do Sudeste (em que pesem os investimentos na fronteira amazônica).

O “bolo já havia crescido”, mas ainda não havia sido “distribuído”, poder-se-ia dizer com relação aos impactos regionais, utilizando um jargão da época. Ao contrário, a crise do Estado e da economia, e a conseqüente redução na capacidade de investimento governamental, pareciam ter limitado drasticamente a desconcentração regional que havia se esboçado na década anterior¹⁹⁹.

Já no campo do planejamento urbano, essa concentração de investimentos nas áreas mais desenvolvidas do país fica evidente também nos estudos e pesquisas no âmbito da Anpur no período em questão: três quartos (76%) da produção na área urbana se referia a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, evidenciando a hegemonia dos interesses dos centros filiados (também concentrados predominantemente no Sudeste do país), mas também refletindo impactos da concentração de investimentos nas grandes metrópoles do Sudeste, particularmente Rio de Janeiro e São Paulo.

No balanço do encontro de 1986, ficou também evidente que a produção na área dos estudos urbanos concentrou-se em três temas principais: o Estado, a produção do espaço urbano e a habitação, tratada também em seus aspectos tecnológicos. Pode-se identificar, no entanto, algumas tentativas teóricas de discussão sobre a reconstrução da natureza do urbano no país e vários estudos de caso que, contudo, não contribuíram para construir uma síntese geral. O relatório aponta para a necessidade de apoio e divulgação dos trabalhos realizados na área, assim como uma articulação permanente entre trabalho intelectual e ação política.

A área de Habitação optou por se concentrar na abordagem tecnológica (estudos técnico-experimentais e desenvolvimento de tecnologias construtivas), sendo os aspectos do planejamento abordados na sessão do Planejamento Urbano. Assim, os subgrupos trataram

¹⁹⁹ A partir do início dos anos 90, um conjunto de artigos colocou em discussão o processo de desconcentração e/ ou reconcentração produtiva no país. A respeito ver Diniz (1993, 2001), Cano (1995), Affonso & Silva (1995), Pacheco (1998), entre outros.

prioritariamente de temas como componentes e sistemas construtivos, conforto ambiental e transferência de tecnologias de construção. Apesar dessa especificidade, os coordenadores destacam que várias pesquisas em ciência e tecnologia desconsideram o processo produtivo como um todo, ignorando temas como estrutura fundiária, mercado habitacional, divisão e hierarquia do trabalho. Segundo o relatório, existem muitas pesquisas sobre estruturas e materiais, mas pouco interesse em investigar a repercussão dessas pesquisas no processo produtivo.

A preocupação em pesquisar o edifício não incorporava sua articulação com a cidade nem discutia as relações entre tecnologia da edificação e desenvolvimento urbano, desconsiderando as relações de trabalho como parte intrínseca da tecnologia. Considerou-se premente a necessidade de politizar as questões da ciência e tecnologia do ambiente construído, aproximando os pesquisadores dos movimentos sociais. Como nas demais áreas, identificou-se uma desarticulação entre campos de pesquisa, implicando duplicidade de estudos e lacunas, além da pouca apropriação social das pesquisas realizadas, baixa integração entre os centros e pouco conhecimento mútuo das pesquisas realizadas entre os pesquisadores e pelos potenciais consumidores. Resultava daí a necessidade de ampliar o apoio à criação de instrumentos para divulgação das pesquisas e troca de experiências. Esse quadro já se mostrou um pouco modificado no Encontro seguinte, em 1987.

No segundo ENANPUR, em Teresópolis, o tema do desenvolvimento foi trabalhado dentro do enfoque da economia regional, combinando análises de cunho marxista com estudos orientados para temas como regiões de fronteira, particularmente a Amazônia; áreas deprimidas e/ou vazias; novos pólos agropecuários no oeste da Bahia e no interior de São Paulo, além do debate acerca do Programa Regional de Interiorização do Desenvolvimento Urbano (PRIDU); entre outros. Além de ter uma sessão própria, a questão do desenvolvimento aparece articulada a temáticas abordadas por outros grupos de discussão no Encontro de 1987, principalmente, nas sessões sobre Processos de Metropolização e Impactos de Grandes Projetos.

No terceiro encontro, em Águas de São Pedro (São Paulo), em 1989, a temática regional envolveu tanto questões do desenvolvimento econômico quanto do planejamento regional, com trabalhos sobre conceitos e problemas regionais e impactos de grandes projetos. Os trabalhos abordaram também estudos críticos sobre a Sudene e a falência das políticas públicas de desenvolvimento, permeadas por discussões sobre a interiorização do desenvolvimento e a retomada do crescimento econômico. Vale ressaltar que, como na edição anterior, o tema da região como categoria de análise apresentou crescente volume de questionamentos sobre sua concepção. Contudo, dessa vez, o desenvolvimento articulava-se ao impacto trazido pelos grandes projetos e os estudos refletiram, como mostra o próprio texto de apresentação dos Anais “[...] as transformações que o país vem esperando na sua organização territorial, nas práticas de planejamento e na superação dos obstáculos do desenvolvimento.”

Quanto às questões urbanas ligadas ao desenvolvimento, estas já se afirmavam na área, ainda que timidamente. Nos dois encontros seguintes, a interiorização do desenvolvimento urbano foi objeto precípua de discussão, como também as questões ligadas ao processo de metropolização e à política habitacional, que já vinham sendo tratadas. Assim, algumas das questões urbanas que seriam privilegiadas na década seguinte foram desde ali anunciadas. Entretanto, as discussões ligadas às transformações trazidas pela nova Constituição não foram amplamente veiculadas, e podemos entender também que a questão social estava fora dos debates centrais do desenvolvimento urbano, apesar da temática dos movimentos sociais urbanos estar presente nas discussões desde o ENANPUR anterior.

Entretanto, as preocupações com o “desenvolvimento econômico puro” dominaram a cena, privilegiando a escala regional e se estendendo para a questão do “desenvolvimento urbano”, preocupação central no âmbito do planejamento. Questões ligadas às migrações, como também à provisão de serviços urbanos e aos temas da produção imobiliária e do uso do solo, que se imporiam como temas permanentes nas décadas seguintes, também já estavam presentes. Sem dúvida, a preocupação principal se articulava com a precária produção de cidades e seu papel no desenvolvimento econômico e social no país, refletindo as preocupações com a intensa urbanização das últimas décadas e a formação de extensas periferias precarizadas nas áreas metropolitanas e nas principais cidades médias no Brasil.

A década de noventa: mudanças de rumos nas discussões e novos conceitos O tema do desenvolvimento perdeu força relativa na década de noventa e pode-se mesmo dizer que esteve subsumido, sofrendo modificações na sua própria conceituação. Parecia não haver mais espaço na ANPUR para se discutir o “desenvolvimento econômico puro”, uma vez que agora surgiam novas questões candentes: a cultura, a questão social, e a temática da sustentabilidade.

No IV ENANPUR, em Salvador (Bahia), em 1991, a temática do território e sua reestruturação se impôs já no início da década, tendo os grandes projetos como referência principal. A reestruturação espacial do país, novos recortes regionais e novas territorialidades metropolitanas dominaram as apresentações no Encontro, surgindo também novos temas emergentes, em particular a discussão sociopolítica do Estado e a redemocratização do país. Aqui, as novidades trazidas pela nova Constituição de 1988 marcaram presença. Iniciou-se também um debate sobre questões ambientais e mudanças tecnológicas, em uma sessão temática com o nome de Temas Emergentes, sem encontrar ainda espaço específico para sua apresentação e discussão.

Foi no encontro de 1993, o V ENANPUR, em Belo Horizonte (Minas Gerais), que a questão ambiental se impôs e se firmou com uma sessão temática específica, incluindo a questão ambiental, a tecnologia e a dinâmica urbana. Como um tema novo, teve relativamente poucos trabalhos inscritos e parecia que teria uma participação limitada. Entretanto, ainda que o número de trabalhos apresentados não fosse grande, a confluência de pessoas nas sessões foi tamanha que a sala programada foi insuficiente para abrigar o público mobilizado,

certamente ecoando a Eco-92, a conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade do Rio de Janeiro no ano anterior.

De fato, a partir de então novas temáticas do desenvolvimento se impuseram, tendo a questão ambiental como tema dominante. A partir do V ENANPUR, o desenvolvimento passou a ser visto sob novos olhares, privilegiando o desenvolvimento tecnológico, processos de automação e as novas tecnologias de comunicação, ainda incipientes no país à época. Foram então iniciados os estudos dos seus reflexos sobre as cidades e regiões, que logo apareceram como algumas das abordagens principais da temática do desenvolvimento.

De outra parte, questões relativas à dinâmica sociopolítica da sociedade civil não mais apareceram sob a forma de debates sobre movimentos sociais urbanos, mas foram sim incorporadas aos debates sobre Estado e planejamento. Por outro lado, o desenvolvimento regional privilegiou temáticas ligadas aos regionalismos e à nova divisão (inter)nacional do trabalho, sendo as questões ligadas à metropolização gradualmente estendidas ao campo e entornos metropolitanos, para pensar novas espacialidades urbano-rurais (e metropolitanas). Cabe talvez enfatizar que a transferência da questão metropolitana do âmbito federal para o âmbito dos Estados, a partir da Constituição de 1988, começava a gerar debates, legislações e esforços ainda tímidos para uma abordagem na nova ordem institucional que, todavia, não se concretizou e apenas neste século começa a se desenhar mais claramente.

Entretanto, o debate entre desenvolvimento socioeconômico e preservação do meio ambiente foi, talvez, a maior ênfase do V ENANPUR em Belo Horizonte (2003), embora o Encontro tivesse proposto discutir, a partir do seu tema central²⁰⁰, “as modernidades” e “as encruzilhadas” que se apresentavam ao país, dentre elas, as mudanças na natureza do planejamento e a crescente importância da sociedade civil nesse processo. Nesse caso, cabe destacar que a discussão sobre modernidade – temática geral do Encontro – perpassou grande parte dos trabalhos apresentados nas diversas sessões temáticas, o que pode sugerir uma confluência de pensamentos na área do planejamento urbano e regional àquela época.

As novas espacialidades metropolitanas foram também tema de muitos trabalhos, discutidas para o país como um todo, sendo o rural tratado como tema da espacialidade metropolitana em transformação e tendo como pano de fundo os regionalismos e a nova divisão internacional do trabalho.

Contudo, a temática do desenvolvimento, ainda que de modo implícito, se fez presente nas mais diversas discussões, como no debate sobre uma agenda de pesquisa urbana para os anos 1990. Diante dos novos desafios colocados pela redemocratização recente do país e pelas alterações produzidas a partir do novo papel do Estado face à globalização econômica que se

²⁰⁰ A partir de 1991, os Encontros Nacionais da ANPUR começaram a ter temáticas centrais. Em Salvador, o tema foi Velhas e Novas Legitimidades na Reestruturação do Território, e em Belo Horizonte, Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento.

apresentava como uma agenda neoliberal e avessa ao planejamento, os estudos sobre a reestruturação do espaço industrial (incluindo o esvaziamento de algumas regiões históricas) e a influência das novas tecnologias refletiam esse novo contexto globalizado.

De fato, os trabalhos sobre a reforma do Estado, agora pensado diante das perspectivas das privatizações que logo em seguida se concretizariam, ou ainda os textos que tratavam do mercado imobiliário e do mercado de terras, discutiam as novas formas de ocupação em tempos de crise e transformações na sociedade e nas cidades. A proliferação de loteamentos clandestinos populares e periféricos, o crescimento das áreas faveladas, o resgate da discussão sobre a autoconstrução e, já com alguma expressão, os incipientes condomínios murados voltados para as elites, apontavam para um aumento da segregação socioespacial e para o crescimento das cidades sobre suas periferias, reinventando o que parecia ser, de um modo perverso, a nova forma (e organização social) urbana e metropolitana.

No VI ENANPUR, Modernidade, Exclusão e a Espacialidade do Futuro, realizado em Brasília (Distrito Federal) em 1995, todavia, o tema do desenvolvimento reapareceu com força, mas principalmente ligado à questão ambiental, e assim, qualificado como sustentável. Eco-desenvolvimento e sustentabilidade foram os temas de maior relevo naquele encontro, que teve como referência a urbanização, o desenvolvimento regional e o meio ambiente. No nível intraurbano, dinâmica imobiliária e infraestrutura econômica e social dominaram os debates, introduzindo técnicas quantitativas e índices para medir, entre outras coisas, a qualidade da vida urbana. Era talvez o início da profusão de indicadores utilizados para medir o desenvolvimento contemporâneo, agora não mais de caráter apenas econômico, mas também, e em especial, de caráter social e ambiental (que na década seguinte se fundiria em um único termo: socioambiental).

Houve, assim, uma aceitação, que parece ser definitiva, da incorporação do tema ambiental à questão do desenvolvimento urbano e regional, de modo a não mais ser possível retroceder. O meio ambiente se impôs como uma nova pauta de debates para o desenvolvimento socioeconômico, particularmente em sua escala regional, nacional e mundial, e vários trabalhos analisaram experiências regionais, sobretudo a partir da implantação de indústrias-polo, enfatizando conflitos entre deterioração ambiental e promessas de geração de empregos. Ou seja, a abordagem que opunha desenvolvimento socioeconômico às questões ambientais ainda era dominante, gerando perguntas do tipo: como pensar em preservar o ambiente se o país é pobre e precisa crescer?

Contudo, já se constatava uma imprecisão sobre a conceituação do que era a questão ambiental e, naquele encontro de 1995 já se levantou a necessidade de adoção de metodologias não instrumentalizadas, que considerassem o simbólico e o social no contexto do desenvolvimento, que já se dizia sustentável e que já marcava sua contraposição ao antigo conceito de crescimento sustentado, tão caro aos economistas.

Assim, vários estudos apontaram contradições e limites dos métodos de avaliação dos impactos de grandes projetos, chamando atenção para uma abordagem que se situasse

para além dos aspectos quantitativos nos estudos de risco ambiental. Surgiu também a ideia do ambientalismo como uma forma de equacionar os conflitos entre crescimento econômico e preservação ambiental, voltando aos temas do ecodesenvolvimento e/ou do desenvolvimento sustentável. Dessas abordagens decorre uma discussão sobre a necessidade de internalizar custos ambientais e sociais e pode-se notar uma espécie de politização da questão do meio ambiente, com o surgimento de estruturas institucionais para o setor, a exemplo das ONGs (Organizações Não-Governamentais).

Pela proximidade temporal, certamente muitos trabalhos ainda reverberavam as discussões levantadas na ECO 92 que, sem dúvida alguma, foi um marco decisivo, juntamente com a Constituição de 1988, na compreensão da problemática ambiental no Brasil e no seu tratamento como política de Estado.

Estudos sobre a Amazônia foram recorrentes, sobretudo por conta do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1994/97), imperando uma avaliação crítica de grandes projetos e programas com temas que depois se impuseram como centrais, como o potencial hidrelétrico da região e os conflitos entre planejamento energético regional e impactos socioambientais da construção de barragens. Além dessa relação central com o meio ambiente, outros trabalhos trataram de questões do desenvolvimento articuladas a temas como: avaliação do neoliberalismo e políticas sociais compensatórias na América Latina; articulação entre desenvolvimento e imagem urbana, envolvendo a preservação e espetacularização da cidade, em casos como o Pelourinho e o *city marketing* de Curitiba (Paraná); o tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos no desenvolvimento socioespacial; entre outros. A questão urbana, apesar de já ser tratada em alguns textos apresentados em outros encontros nacionais, permanecia distante da problemática ambiental, na ANPUR como em outras associações acadêmicas, como a ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Era como se a questão urbana não pudesse ser pensada de forma sustentável, diante dos requisitos radicais ambientais e da terrível pressão social e econômica sobre as cidades brasileiras. Essa articulação temática entre a questão ambiental e a questão urbana só veio aparecer nos ENANPUR, de forma sistemática, ao final da década de 1990, como veremos.

Em 1997, no VII ENANPUR, realizado em Recife (Pernambuco), foram as questões territoriais e socioambientais relacionadas aos impactos de grandes projetos que tiveram maior destaque. O tema desse encontro foi Novos Recortes Territoriais, Novos Sujeitos Sociais: Desafios ao Planejamento. Nesse contexto, a participação popular e a discussão da natureza das políticas públicas para o desenvolvimento urbano e regional tiveram também relevância, articuladas a novas territorialidades nos processos de expansão e interiorização do desenvolvimento do país. Ali, o conceito de “meio técnico-científico e informacional” proposto por Milton Santos ganhou maior visibilidade para a discussão da territorialidade das políticas públicas e para a própria discussão da integração socioespacial do território nacional.

Assim, questões ligadas ao desenvolvimento permeavam os debates sem, contudo, ter o tema do desenvolvimento socioeconômico como expressão central das preocupações

expressas no Encontro. Seria isto resultado de um desencanto com as perspectivas de crescimento do país, imerso na estagnação e dívidas? Aparentemente, as questões socioambientais e políticas vinham conseguindo ganhar espaço e tempo nas discussões diante da fragilidade relativa da economia, cujas abordagens do tema do desenvolvimento haviam sido historicamente dominantes, senão hegemônicas.

Entretanto, com a emergência das questões sociais e ambientais no centro dos debates, o desenvolvimento parecia ter sido colocado em posição secundária e ganhado, definitivamente, novos adjetivos além do econômico. De outra parte, questões ligadas à globalização e à nova divisão internacional do trabalho voltaram aos debates, analisando impactos nos espaços periféricos do capitalismo tais como desemprego estrutural, financeirização, terceirização e outros.

Debates sobre o planejamento estratégico nesse contexto da globalização e suas expressões no Brasil – particularmente em Curitiba e no Rio de Janeiro – enfatizaram o sentido de estratégias de desenvolvimento urbano para inserção das metrópoles no capitalismo globalizado, em detrimento das questões sociais e ambientais. Entretanto, o tom crítico dominante parece indicar que havia um entendimento comum – alicerçado pelo próprio tema geral do evento – de que o papel do planejamento no desenvolvimento não passava mais pela definição e imposição de uma forma final para a cidade, mas antes, ocupava-se de traçar trajetórias possíveis rumo a um futuro desejado. E esse futuro envolvia considerar os efeitos do espaço sobre a instância social, a busca por melhor qualidade de vida, redução da exclusão social e da segregação, além de uma preocupação central com o meio ambiente.

O VIII ENANPUR, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), realizado no último ano da década (e do milênio), explicitou os debates e conflitos nas várias escalas, do urbano-local ao mundial-global. Contradições e articulações entre desenvolvimento urbano e regional e desenvolvimento sustentável foram um ponto importante de debate naquele encontro e pela primeira vez apareceu como título de sessões temáticas o desenvolvimento urbano sustentável. Até então, a questão ambiental era predominantemente vista no Brasil como ligada à Amazônia, aos espaços naturais e rurais, sendo as cidades e os espaços urbanizados tradicionalmente vistos como vilões, principais causas da poluição ambiental, da destruição de ecossistemas, fonte dos problemas de saneamento, dos resíduos sólidos, do aquecimento e da poluição do ar e dos rios, entre outros.

Entretanto, no VIII ENANPUR questões relacionadas a problemas e a oportunidades no meio ambiente urbano e às injustiças socioambientais ganharam visibilidade. Foram também discutidos o novo papel do Estado e as demandas e limites do desenvolvimento local, em contraposição à temática da globalização. A crítica aos modelos de desenvolvimento dito sustentável, que se implantavam nas cidades brasileiras, e a análise dos instrumentos utilizados para medir e avaliar os impactos ambientais (e sociais) causados por grandes projetos e intervenções no espaço urbano (e regional) se destacaram também nos trabalhos expostos. De outra parte, questões ligadas à crescente segregação social (e ambiental) também ganharam

espaço nas discussões e sessões temáticas, dando continuidade às inúmeras críticas ao planejamento estratégico.

Nesse sentido, foi enfoque recorrente, em boa parte dos trabalhos apresentados, o reconhecimento das mudanças no papel do Estado que, em lugar de condutor de um projeto desenvolvimentista nacional, passava a abraçar um ideal de integração competitiva nos mercados globais em apoio aos capitais globalizados e nacionais. Foram frequentes, assim, estudos que debateram as recomendações de organismos internacionais para financiamento de projetos urbanos, bem como a discussão sobre o desenvolvimento local diante de uma economia globalizada. Esse novo papel do Estado, amplamente criticado, apontava para a necessidade de fortalecimento da participação social na elaboração de estratégias de desenvolvimento e do engajamento dos planejadores nesse processo político, remetendo a debates do início da ANPUR.

A multiplicação de experiências locais, como o orçamento participativo, os conselhos criados para debater políticas setoriais de impacto e os planos diretores demonstravam uma mudança de valores na relação entre Estado e comunidade.

Contudo, a construção de um processo mais democrático, segundo um autor, não poderia ser privada de um olhar crítico, sobretudo quanto às falhas de auto-organização dos movimentos populares uma vez que, de certo modo, continuaram vivos traços da cultura clientelista e fisiológica na relação dos interesses organizados com o Estado, apresentada com um discurso de esquerda. A análise desses mecanismos de participação, bem como a crítica a seus limites em uma sociedade que experimentava um processo de democratização recente, também apareceu em outros estudos de caso que avaliaram sua potencialidade de promoção do desenvolvimento local.

No ENANPUR de Porto Alegre foi também lançado o primeiro número da Revista da ANPUR – a RBEUR, ou Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais reunindo, naquele número, os principais trabalhos selecionados pelas sessões temáticas. A partir daqui, esta análise incluirá tanto os trabalhos apresentados nos ENANPUR quanto na RBEUR.

Desde a virada do milênio a RBEUR passou a publicar um conjunto de trabalhos, alguns selecionados nos ENANPUR e outros resultantes de chamadas públicas de artigos para publicação. Paralelamente, os encontros ganharam uma magnitude que tornou mais difícil avaliar os rumos tomados pelos debates e preocupações, visto que os trabalhos apresentados se multiplicaram enormemente e passaram a abranger uma tal quantidade de temas que se tornou difícil a apreensão mais detalhada e acurada do conjunto.

Os ENANPUR, como passaram a ser chamados, têm sido em geral compostos por duas ou três conferências feitas por profissionais mundialmente renomados; cinco ou seis mesas redondas sobre temas pré-definidos pela comissão organizadora e pela diretoria da Anpur, com apresentadores e debatedores convidados; oito ou mais sessões temáticas, que se subdividem em diversos sub-temas e abrigam a apresentação de quase duas centenas de trabalhos,

selecionados pelos comitês científicos do Encontro entre muitas centenas de trabalhos submetidos.

Em Belo Horizonte (Minas Gerais), em 1993, foram inauguradas as chamadas “sessões livres”, que se firmaram e vêm se expandindo a cada encontro como um espaço

para apresentação de pesquisas e debates conjuntos em andamento nos vários centros do país. São privilegiadas as propostas de sessões livres que envolvem participantes de dois ou mais centros membros da ANPUR, e assim elas sinalizam também as articulações e debates que animam o concurso de pesquisadores de vários estados e formações. Entretanto, como sessões livres, não têm um registro específico e cobrem uma enorme gama de temas e assuntos, sempre crescente – em 2011, foram 54 sessões livres aprovadas, entre um número ainda maior de propostas.

Assim, ainda que este período recente merecesse um estudo mais aprofundado, envolvendo não apenas as centenas de trabalhos apresentados em cada ENA, como também as temáticas discutidas nas sessões livres, nas mesas redondas e palestras, além do material apresentado nos outros encontros realizados sob o patrocínio da ANPUR, tais como os tradicionais Seminários de Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (SEPEPUR), que em sua VI versão incorporou a extensão universitária), o Seminário sobre a História da Cidade e do Urbanismo, o Seminário de Áreas de Preservação Permanente Urbanas e o Seminário de Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade, além de inúmeros outros apoiados pela Associação, neste artigo nos limitamos ao material publicado nos Anais dos ENANPUR e na RBEUR²⁰¹.

Nesse âmbito, o primeiro número da RBEUR ecoava o encontro de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), enfatizando a questão das escalas local e global e da sustentabilidade urbana, temas que foram retomados e enfatizados no número dois da revista e também no primeiro encontro do novo milênio – o IX ENANPUR, no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) em 2001, que teve como tema central “Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço”. As várias escalas de poder, novas reconfigurações urbanas e regionais, e também institucionalidades e territorialidades redefinidas pela problemática ambiental, dominaram as discussões naquele Encontro. Entre as questões emergentes apareceram com força e destaque, a tecnologia, tomada como motor do desenvolvimento, e a reestruturação do espaço social e econômico.

Os números da RBEUR que antecederam ao IX ENANPUR do Rio de Janeiro, além dos temas acima citados, trouxeram um balanço dos anos noventa sobre as opções estratégicas de desenvolvimento e dinâmica regional, mas incluíram também estudos ligados ao governo local, trazendo como novidade o privilégio, em alguns casos, do “comércio minorista”, o que nos anos seguintes ganharia o rótulo de “economia popular e solidária”. Questões ligadas ao controle

²⁰¹ Vamos nos referir a debates e discussões realizados também no âmbito das mesas redondas e conferências.

do uso do solo urbano e à dinâmica imobiliária urbana, com a adoção dos novos instrumentos urbanísticos que iniciavam sua discussão para implementação e seriam consagrados ainda em 2001, no Estatuto da Cidade, ganharam proeminência e visibilidade. Aspectos da reforma do Estado brasileiro e novas discussões sobre governança metropolitana foram também trazidos para o debate. Em paralelo, as colaborações latino-americanas retomaram questões ligadas às sinergias urbanas e à nova dinâmica do desenvolvimento territorial urbano e regional no continente, discutindo o papel do Estado diante dessas transformações.

De outra parte, a temática do desenvolvimento sustentável face à urbanização foi sistematicamente retomada, tanto nos números da RBEUR quanto no X ENANPUR, Encruzilhadas do Planejamento: repensando teorias e práticas, realizado em Belo Horizonte (Minas Gerais), em 2003, questionando o conceito de sustentabilidade e sua compatibilidade com o desenvolvimento urbano. Conflitos entre desenvolvimento e degradação ambiental, entre ambiente construído e ambiente natural, ações e planejamentos no âmbito das Agendas 21, e tentativas de clarificação e desmonte de “mitos” e ideologias consolidadas sobre o tema, foram algumas das principais questões trazidas para o debate.

Ainda na primeira metade da década de 2000, os temas da reestruturação econômica e da reestruturação territorial no país (em suas várias escalas) reapareceram várias vezes, tanto na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, quanto nos três encontros do lustro. Em 2002, a RBEUR trouxe a questão do desenvolvimento como subjacente ao debate sobre as apropriações ideológicas do processo de urbanização generalizada no país, e um trabalho sobre desenvolvimento local endógeno no contexto da competitividade subjacente ao planejamento estratégico. Retomava-se, assim, questões das escalas do desenvolvimento e, de modo pouco explícito, o papel do Estado e o debate sobre formas de planejamento, onde a crítica ao planejamento estratégico começava a ganhar relevância. Em alguns casos, havia claros objetivos em buscar articular desenvolvimento, escalas territoriais e regiões, sempre relacionando esses temas à problemática ambiental.

Assim, as questões relacionando território, desenvolvimento, justiça socioespacial e solidariedade deram o tom principal dos debates que movimentaram o primeiro lustro da década, tanto em dois ENANPUR (Belo Horizonte e Salvador²⁰²) quanto nos artigos publicados na RBEUR. Estudos referentes a territórios tradicionalmente ocupados e a populações nativas e tradicionais, ausentes da maioria dos encontros e publicações da ANPUR, começaram a aparecer com expressão, na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Ademais, questões ligadas à qualidade de vida e à sustentabilidade urbana voltaram a ser veiculadas nos números da RBEUR, tratando de aspectos ligados à Agenda 21, o papel do Estado a nível local, os impactos iniciais do Estatuto da Cidade e seus instrumentos de controle e planejamento.

²⁰² O XI ENA aconteceu em 2005 em Salvador, tendo como tema geral “Perspectivas para o território e a cidade: planejamento, soberania, solidariedade”.

Aspectos mais gerais, mas também específicos, ligados ao desenvolvimento local em articulação com questões ambientais e da sustentabilidade permaneceram como temas dominantes nos trabalhos apresentados nos encontros e na Revista, incluindo conflitos urbanos de ocupação do solo e segregação socioespacial, em particular no confronto entre a cidade formal e suas áreas faveladas.

De outra parte, questões relacionadas a populações tradicionais reapareceram nos debates nos ENANPUR, desta feita privilegiando situações rurais e regionais. Esse tema ganhou força particularmente no XII ENANPUR de 2007, em Belém (Pará), onde a questão amazônica teve maior destaque e expressão. A dimensão latino-americana – ou panamazônica – trouxe maior visibilidade a integração (sub)continental para o desenvolvimento, reforçando também a dimensão cultural e ambiental das populações tradicionais, das migrações históricas e recentes. O desenvolvimento sustentável foi um tema dominante, abrindo também espaço, e dialogando com trabalhos voltados para conflitos entre grandes projetos, populações locais e tradicionais e assim, colocando em xeque e sob intensa crítica o próprio do conceito e natureza do desenvolvimento socioeconômico tal como tradicional e predominantemente compreendido entre os estudiosos do desenvolvimento urbano e regional.

Por outro lado, ainda como expressão dos impactos do Estatuto da Cidade e da Política Urbana a nível federal, e em articulação tanto com o processo de democratização da gestão das cidades, como com processos de desenvolvimento nacional, regional e local, houve uma profusão de trabalhos avaliando Planos Diretores Municipais e discutindo o programa federal de “ação concentrada” – o PAC; conseqüentemente, discutindo também a retomada do Estado desenvolvimentista e as redefinições do seu papel.

Paralelamente, a discussão teórica e empírica do planejamento, com forte conteúdo crítico, foi retomada com intensidade, incorporando a discussão contemporânea da gestão urbana e do território como um todo. O subtema que tratava dessas questões recebeu mais de 200 trabalhos inscritos²⁰³. De fato, as implicações das novas relações entre Estado e Mercado, considerando as novas parcerias e colaborações, e suas implicações diante dos movimentos populares, das questões sociais candentes e de inevitáveis conflitos ambientais face aos interesses das várias frações do capital imbricadas no território ganharam nova dimensão nas discussões e trabalhos apresentados.

O XIII ENANPUR, em 2009, em Florianópolis, explicitava o novo contexto do planejamento urbano e regional em seu tema geral: “Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas”. Implícita estava a questão do desenvolvimento, a qual também incorporava, aos olhos dos pesquisadores da Associação, alguns desdobramentos dos enfoques contemporâneos: a íntima articulação entre planejamento e gestão; a ênfase no território; as

²⁰³ O subtema era intitulado “Gestão urbana e regional: modelos, práticas e implicações”, e abarcava todo o universo do planejamento e gestão que se expandia e se fortalecia no país com políticas urbanas e regionais.

dimensões inter-escalares; os conflitos crescentes entre questões econômicas, sociais e ambientais (expressas na política e no planejamento e gestão); e o sentido de incerteza que marca os tempos atuais. No âmago desse sentimento de incerteza parecem estar as dúvidas e disputas sobre os modelos de emancipação e de desenvolvimento. Os velhos modelos não mais parecem responder às demandas do presente e do futuro, próximo e distante, e não há ainda novos modelos de consenso como aquele do “progresso” que marcou a burguesia europeia e norte-americana no século XIX, e que se estendeu pelo mundo como “desenvolvimento”.

Em Florianópolis, todavia, por questões operacionais, os subtemas de planejamento e gestão foram separados em dois: o primeiro tratava de políticas públicas e planejamento urbano e regional, com ênfase nos atores, conflitos e tendências; o segundo, da gestão do território, suas práticas e as possibilidades da política. As incertezas, por sua vez, foram canalizadas para a questão ambiental, e novas temáticas foram incorporadas; entre elas, cabe citar as questões de cultura e identidade, agora reforçadas e diversificadas, e as mudanças climáticas, que pela primeira vez foram objeto de trabalhos apresentados.

A questão tecnológica ganhou maior visibilidade, privilegiando a informação e a comunicação em sua relação com o espaço, buscando uma articulação com o ensino, a pesquisa e as práticas nas cidades e regiões. Intimamente ligada a esta temática está a questão das redes que se formam no e através do território, representando um tema que há algum tempo vem sendo trabalhado por pesquisadores da área do PUR. Representa, sem dúvida, juntamente com outras temáticas contemporâneas acima citadas, algumas das novas vertentes dos debates do planejamento urbano e regional entre nós.

O XIV ENANPUR foi realizado no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), em 2011, e teve como temática central uma questão política subjacente ao planejamento: “Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias”. É possível notar a continuidade do debate sobre o tema do desenvolvimento, como nas mesas redondas especiais intituladas Arranjos produtivos locais: vetores do desenvolvimento regional e nacional, promovida pelo BNDES; Dimensões territoriais do desenvolvimento: as cidades médias e o Nordeste brasileiro, promovida pelo Centro Celso Furtado; e Por uma agenda de ensino e pesquisa em desenvolvimento regional, promovida pela ANPUR. Diversas outras mesas redondas e sessões especiais trataram também do tema, mesmo que nem sempre de forma tão direta.

Entretanto, mais uma vez o tema do desenvolvimento ganhou uma Sessão Temática específica. Com 57 trabalhos selecionados, a sessão temática Desenvolvimento regional, regionalismos e pactos territoriais trouxe, através de um conjunto de subseções, um panorama do debate contemporâneo sobre o tema, com um predomínio de trabalhos tratando questões ligadas à dinâmica territorial, às relações contemporâneas e políticas de desenvolvimento regional e urbano, ao planejamento de áreas metropolitanas e ao papel da infraestrutura produtiva na regionalização e no desenvolvimento.

Contudo, como de costume, a temática perpassou outras sessões, como é o caso da sessão temática Política e planejamento urbano: instrumentos, planos e projetos, área com o

maior volume de trabalhos (90 trabalhos, entre artigos e pôsteres). Nesse caso, parte expressiva dos trabalhos discutiu o papel do planejamento urbano e sua capacidade de transformar a realidade presente em um momento marcado por antagonismos: de um lado, um crescimento econômico que há muito não se via; de outro, o agravamento de problemas sociais e a persistência de práticas arcaicas de gestão.

O debate sobre políticas e programas urbanos, como o Minha Casa, Minha Vida, deu também novo fôlego às discussões articulando as questões habitacionais e do desenvolvimento urbano a partir de uma visão crítica sobre a retomada dos financiamentos públicos imobiliários e da produção da habitação – e do espaço urbano – para os setores populares. A discussão sobre grandes projetos, desta feita incluindo megaprojetos urbanos, foi outra temática que ganhou impulso nos trabalhos e debates do XIV ENANPUR, questionando sobretudo o processo de produção da cidade face aos megaeventos esportivos que se avizinham. Sendo o Encontro no Rio de Janeiro, o tema teve ênfase especial.

É interessante ressaltar ainda a presença da sessão temática Movimentos sociais no campo e na cidade, na qual foi possível verificar, em alguns trabalhos, o relato de experiências de “alternativas de desenvolvimento”, seja por meio de cooperativas, de assentamentos produtivos de famílias beneficiadas pela reforma agrária, casos de economia popular solidária, ou mesmo novas experiências de autoconstrução da habitação. Pela primeira vez, de forma mais concreta e expressiva, a temática das populações pobres e tradicionais, e dos movimentos populares e das alternativas socioespaciais e econômicas, apareceu de forma articulada e integrada às discussões sobre a natureza do desenvolvimento urbano, rural e regional, no Brasil contemporâneo. Invisíveis por décadas, ou séculos, as massas excluídas e empobrecidas começam a mostrar sua face, seus números, sua força cultural e política.

No Encontro de 2011, a temática ambiental apareceu também com destaque na sessão temática Questões ambientais: dimensões políticas, projetos e ação social. Os trabalhos se debruçaram, em sua maioria, sobre conflitos e riscos socioambientais relacionados à produção e ocupação das cidades, bem como à gestão dos recursos hídricos. Apesar da grande diversidade de casos, o texto elaborado pelos coordenadores das mesas revela uma visão preocupante sobre o estado da arte dessa questão ainda nos dias atuais, afirmando que os trabalhos apresentam pouca inovação metodológica, baixo conhecimento da bibliografia disponível e surpreendente desconhecimento sobre serviços ambientais, análises de risco e vulnerabilidade socioambiental. Os coordenadores concluem (em que pese os vários anos em que a temática frequenta os ENANPUR) que a área de planejamento urbano e regional continua isolada e com baixa interação com as ciências ambientais propriamente ditas.

Cabe finalmente ressaltar, com relação ao ENANPUR de 2011, que as 54 sessões livres também abordaram o tema do desenvolvimento, em sua grande maioria, tratando desde questões ligadas à exploração do petróleo e do pré-sal, até a discussão de um modelo de desenvolvimento atual baseado na exportação de recursos naturais. Análises dos resultados obtidos nos esforços recentes de planejamento e tentativas de redução das desigualdades do

país, dos limites da infraestrutura social e urbana, e dos megaeventos futuros e seus desdobramentos no desenvolvimento foram também centrais nas discussões, sempre privilegiando as conexões e impactos sobre o desenvolvimento urbano e regional.

III.3.2 CONFERÊNCIAS, MESAS E SESSÕES: ALGUNS ASPECTOS QUANTITATIVOS

Tabela 5a - ENANPUR quantitativos gerais

N	ANO	CIDADE	UF	REG	QTD SE	QTD MR	QTD ST	QTD ART
I	1986	Nova Friburgo	RJ	SE	1	1	3	5
II	1987	Teresópolis	RJ	SE	NI	NI	8	70
III	1989	Águas de São Pedro	SP	SE	1	2	11	49
IV	1991	Salvador	BA	NE	3	0	6	58
V	1993	Belo Horizonte	MG	SE	3	10	6	65
VI	1995	Brasília	DF	CO	NI	NI	6	89
VII	1997	Recife	PE	NE	NI	NI	8	117
VIII	1999	Porto Alegre	RS	SUL	NI	NI	6	145
IX	2001	Rio de Janeiro	RJ	SE	NI	NI	8	154
X	2003	Belo Horizonte	MG	SE	NI	NI	7	213
XI	2005	Salvador	BA	NE	1	7	7	140*
XII	2007	Belém	PA	N	5	8	7	363
XIII	2009	Florianópolis	SC	SUL	2	12	8	284
XIV	2011	Rio de Janeiro	RJ	SE	NI	NI	10	436
XV	2013	Recife	PE	NE	0	12	73	395

171 2583

*numero apenas atribuido pela impossibilidade de catalogar

III.3.3 OS TRABALHOS PREMIADOS PELA ANPUR

Desde a ata de 1991 já aparece a proposta 3) IPPUR, proposta apresentada por Martim Smolka. A proposta refere-se a premiação da produção científica. Sua justificativa deu-se nos seguintes termos: "como mecanismo/artificio para promover uma maior divulgação da produção científica relevante na área, poder-se-ia pensar, a exemplo — do que ocorre noutras Associações Científicas, na realização de um concurso para premiação dos trabalhos tidos como mais significativos. Uma Comissão "ad-hoc" constituída pela Diretoria da ANPUR se encarregaria de avaliar um conjunto de trabalhos definidos pela superposição de um número pré-estabelecido mínimo de indicações por membros da ANPUR. As indicações seriam tornadas, públicas e os melhores trabalhos receberiam prêmio na forma de pecúnia (obtida de algum patrocinador) e de menção honrosa. Estes prêmios teriam como patronos eminentes planejadores urbanos e regionais já falecidos, ex Carlos Nelson F. dos Santos. As categorias seriam livros, artigos de revistas e teses (de mestrado e doutorado). As indicações das teses

Tabela 10a - Prêmios concedidos pela ANPUR - livros e artigos

CATEGORIA	ANO	AUTOR	TÍTULO	ÁREA	UNIV	U, R, S/RE, INT, A	LOCAL/ESCALA	BLOCO/ SUB-BLOCO(S)
Artigo	1998	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Artigo	2001	Pedro Abramo Campos	A Ordem Urbana Walraso-Thütneniana e suas Fissuras: o Papel da Interdependência nas Escolas de Localização	ECO	UFRJ	U	_____	localização
Artigo	2003	Henri Acselrad	Discursos da Sustentabilidade Urbana	VER	UFRJ	U	_____	sustentabilidade
Artigo	2005	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Artigo	2007	Ester Limonad	Paris em chamas: arquitetura ou revolução?	GEO	UFF	U	SRE	arquitetura
Artigo	2009	Pedro Abramo Campos	A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas	ECO	UFRJ	I	metrópoles latino-americanas	infraestrutura
Artigo	2011	Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico	VER	UFPA	A	espaço amazônico	grandes obras
Artigo	2013	Henri Acselrad	Entre a lua e a rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973	VER	UFRJ	U	Rio de Janeiro	clandestinidade política
Artigo	2015	Fania Friedman	Notas sobre o planejamento no período João Goulart	VER	UFRJ	SRE	Brasil	planejamento
Artigo (menção)	1998	Jorge Luiz Alves Natal e Cesar Augusto Miranda Guedes	O mundo do trabalho brasileiro em perspectiva histórica	ECO	UFRJ	SRE	Brasil	trabalho
Artigo (menção)	2015	Jeroen Klink	Development regimes, scales and state spatial restructuring: change and continuity in the production of urban space in metropolitan Rio de Janeiro, Brazil	PUR	UFABC	U	Rio de Janeiro	produção do espaço
Artigo (menção)	2015	Pedro Novais	Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos	AU	UFRJ	U	Rio de Janeiro	megaeventos
Artigo (menção)	2015	Geraldo Magela Costa	Aproximação entre teoria e prática urbana: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre	GEO	UFMG	U	_____	Henri Lefebvre
Livro	1998	Nabil Bonduki	Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria	AU	USP	U	Brasil	habitação
Livro	2001	Antonio Heliodório Lima Sampaio	Formas urbanas: cidade-real & cidade-ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador	AU	UFBA	U	Salvador	morfologia
Livro	2003	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Livro	2005	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Livro	2007	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Livro	2009	Fania Fridman	Paisagem Estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro	PUR	UFRJ	U	Rio de Janeiro	paisagem e memória
Livro	2011	Maurício de Almeida Abreu	Geografia Histórica do Rio de Janeiro	GEO	UFRJ	U	Rio de Janeiro	geografia histórica
Livro	2013	Norma Lacerda	Mercado imobiliário em áreas pobres e Teoria das Convenções	PUR	UFPE	U	SRE	mercado imobiliário
Livro	2015	Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Maria Góes	Espaços Fechados e Cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial	GEOHIST	UNESP	U	Presidente Prudente, Marília e São Carlos	(in)segurança

Tabela 10a Premios concedidos pela ANPUR - livros e artigos

CATEGORIA	ANO	AUTOR	TÍTULO	ÁREA	UNIV	U, R, S/RE, INT, A	LOCAL/ESCALA	BLOCO/ SUB-BLOCO(S)
Livro	2015	Paula De Paoli	Entre relíquias e casas velhas. A arquitetura das reformas urbanas de Pereira Passos no Centro do Rio de Janeiro	AU	UFRJ	U	Rio de Janeiro	Pereira Passos
Livro (menção)	2003	—	—	—	—	—	—	—
Livro (menção)	2005	—	—	—	—	—	—	—
Livro (menção)	2007	—	—	—	—	—	—	—
Livro (menção)	2009	Denise Xavier de Mendonça	Arquitetura Metropolitana	AU	USP-SC	U	São Paulo	arquitetura
Livro (menção)	2009	Juliano Aparecido Pereira	Lina Bo Bardi – Bahia, 1958-1964	AU	USP-SC	U	Bahia	arquitetura
Livro (menção)	2011	—	—	—	—	—	—	—
Livro (menção)	2013	—	—	—	—	—	—	—
Livro (menção)	2015	Luciana de Oliveira Royer	Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas	AU	USP	U	SRE	habitação
Livro (menção)	2015	Maria Fernanda Derntl	Método e Arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811	AU	UNB	U	São Paulo	urbanização

Tabela 10b - Prêmios concedidos pela ANPUR - Teses

CATEGORIA	ANO	AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO	ÁREA	UNIV	U, R, S/RE, INT, A	LOCAL/ESCALA	BLOCO/ SUB-BLOCO(S)
Tese	1998	Frederico de Holanda	Bill Hillier	O espaço de exceção	AU	Bartlett	U	Brasília	avaliação espacial
Tese	1998	Carlos Américo Pacheco	Wilson Cano	Fragmentação da nação	ECO	UNICAMP	R	Brasil	desenvolvimento regional
Tese	2001	Glauco Bienenstien	Ana Clara Torres Ribeiro	Espaços Metropolitanos em Tempos de Globalização: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro	PUR	UFRJ	U	Rio de Janeiro	urbanização, globalização
Tese	2001	Cândido Malta Campos Neto	Philip Gunn	Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo	AU	USP	U	São Paulo	urbanização, modernismo
Tese	2003	Rose Compans	Carlos Bernardo Vainer	Empreendedorismo Urbano – entre o discurso e a prática	PUR	UFRJ	U	SRE	empreendedorismo urbano
Tese	2005	João Sette Whitaker Pereira	Ermínia Maricato	São Paulo: o mito da cidade global	AU	USP	U	São Paulo	mercado imobiliário, ideologia
Tese	2007	Arlison da Silva Favareto	José Eli da Veiga	Paradigmas do desenvolvimento rural: do agrário ao territorial	AMB	USP	R	SRE	desenvolvimento
Tese	2009	José Clewton do Nascimento	Ana Fernandes	(Re) Descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional	AU	UFBA	U	Icó, Sobral	patrimônio histórico
Tese	2011	Daniela Abritta Cota	Geraldo Magela Costa	A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte	GEO	UFMG	U	Belo Horizonte	legislação, operações urbanas
Tese	2013	Nelma Gusmão de Oliveira	Carlos Bernardo Vainer	O Poder dos Jogos e os Jogos de Poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo	PUR	UFRJ	U	Rio de Janeiro	megaeventos
Tese (menção)	1997	—	—	—	—	—	—	—	—
Tese (menção)	1999	—	—	—	—	—	—	—	—
Tese (menção)	2001	—	—	—	—	—	—	—	—
Tese (menção)	2003	—	—	—	—	—	—	—	—
Tese (menção)	2005	Elizete Menegat	Ana Clara Torres Ribeiro	Limites do Ocidente. Um roteiro para o estudo da crise de forma e conteúdos urbanos	PUR	UFRJ	U	Brasil e América Latina	urbanização, crise civilizatória
Tese (menção)	2005	Pedro Novais Lima Jr.	Carlos Bernardo Vainer	Uma estratégia chamada planejamento estratégico	PUR	UFRJ	U	VER	planejamento estratégico
Tese (menção)	2007	Andréa de Lacerda Pessoa Borde	Roberto Segre	Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas	AU	UFRJ	U	Rio de Janeiro	urbanização
Tese (menção)	2007	Jeová Dias Martins	Brasilmar Ferreira Nunes	As regras da metrópole: campo urbanístico e ordem social na Região Metropolitana de São Paulo	SOC	UNB	U	São Paulo	produção do espaço
Tese (menção)	2007	Nelson Baltrusis	Suzana Pasternack	Mercado imobiliário informal e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na Região Metropolitana de São Paulo	AU	USP	U	São Paulo	mercado imobiliário
Tese (menção)	2009	Chélen Fischer de Lemos	Carlos Bernardo Vainer	O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre estado, capital e território (1890 a 1990)	PUR	UFRJ	A	Amazonia	infraestrutura
Tese (menção)	2009	Thais de Bhanthumchinda Portela	Ana Clara Torres Ribeiro	O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público urbano contemporâneo	PUR	UFRJ	U	Rio de Janeiro, Salvador	cultura
Tese (menção)	2011	Lúcia Zanin Shimbo	Cibele Saliba Risek	Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro	AU	USP-SC	U	Brasil	habitação, mercado imobiliário

CATEGORIA	ANO	AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO	ÁREA	UNIV	U, R, S/RE, INT, A	LOCAL/ESCALA	BLOCO/ SUB-BLOCO(S)
Tese (menção)	2011	Michelly Ramos de Angelo	Sarah Feldman	Les Développeurs: Louis-Joseph Lebre et a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil	AU	USP	U	Brasil	SAGMACS
Tese (menção)	2013	—	—	—	—	—	—	—	—

Tabela 10c - Prêmios concedidos pela ANPUR - Dissertação

CATEGORIA	ANO	AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO	ÁREA	UNIV	U, R, S/RE, INT, A	LOCAL/ESCALA	BLOCO/ SUB-BLOCO(S)
Dissertação	1998	Ana Cláudia Miranda Dantas	Ana Clara Torres Ribeiro	Planejamento urbano nos anos 90: negociações entre as esferas pública e privada	PUR	UFRJ	U	34 municípios	legislação, instrumentos
Dissertação	2001	Alfio Conti	Jupira Gomes de Mendonça	A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito	AU	UFMG	U	Ipatinga	autogestão
Dissertação	2001	Jacques Sillos de Freitas	Lúcia Maria Sá Antunes Costa	Largo da Misericórdia: fragmentos da memória urbana em uma paisagem residual	URB	UFRJ	U	Rio de Janeiro	paisagem, memória
Dissertação	2003	Clarissa da Costa Moreira	Lilian Fessler Vaz	A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro	URB	UFRJ	U	Rio de Janeiro	preservação
Dissertação	2005	Mariana de Azevedo Barreto Fix	Francisco de Oliveira	São Paulo, cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem	SOC	USP	U	São Paulo	mercado imobiliário
Dissertação	2007	Amanda Cristina Franco	Carlos Roberto Monteiro de Andrade	Cidades de cura, cidades de ócio	AU	USP	U	Águas de Lindóia, Águas da Prata e Águas de São Pedro	urbanismo, ideias estrangeiras
Dissertação	2009	Silvana Lamenha Lins Olivieri	Paola Berenstein	Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade	AU	UFBA	U	SRE	cidade, cinema
Dissertação	2011	Marcos Felipe Sudré Souza	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano	AU	UFMG	U	Brasil	cidade, festa
Dissertação	2013	Glória Cecília dos Santos Figueiredo	Ana Maria Fernandes	A hegemonia das empresas imobiliárias: tendências de uso e ocupação do espaço da produção imobiliária licenciada pelo município de Salvador de 2001 a 2009	AU	UFBA	U	Salvador	mercado imobiliário
Dissertação (menção)	1998	Fernando Antônio Ferreira de Barros	Fernanda Antônia Sobral	Confrontos e contrastes regionais da ciência e tecnologia no Brasil	SOC	UNB	R	Brasil	desenvolvimento regional, programas
Dissertação (menção)	2001	—	—	—	—	—	—	—	—
Dissertação (menção)	2003	—	—	—	—	—	—	—	—
Dissertação (menção)	2005	Flávia Brito do Nascimento	Nabil Georges Bonduki	Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, Rio de Janeiro, 1946-1960	AU	USP-SC	U	Rio de Janeiro	habitação, história
Dissertação (menção)	2005	Rogério dos Santos Acca	Glauco Antonio Truzzi Arbix	A dinâmica industrial recente da metrópole paulista: das ilusões pós-industriais às novas perspectivas sobre desenvolvimento metropolitano	SOC	USP	U	São Paulo	indústria, desenvolvimento metropolitano
Dissertação (menção)	2007	Beatriz Silveira Castro Figueiras	Ana Clara Torres Ribeiro	Do mercado popular ao espaço da vitalidade: o mercado central de Belo Horizonte	PUR	UFRJ	U	Belo Horizonte	cultura, mercados populares
Dissertação (menção)	2007	Jennifer Dos Santos Borges	Suely Ribeiro Leal	A governança local nas reestruturações de áreas portuárias. Uma reflexão sobre o caso de Natal-Rio Grande do Norte	URB	UFPE	U	Natal	governança local, área portuária
Dissertação (menção)	2009	Aline Figueiredo de Albuquerque	João Sette Whitaker Ferreira	A questão habitacional em Curitiba: o enigma da cidade-modelo	AU	USP	U	Curitiba	habitação, discurso

CATEGORIA	ANO	AUTOR	ORIENTADOR	TÍTULO	ÁREA	UNIV	U, R, S/RE, INT, A	LOCAL/ESCALA	BLOCO/ SUB-BLOCO(S)
Dissertação (menção)	2009	Rosane Piccolo Loreto	Virgínia Pitta Pontual	Paraíso & Martírios: história de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife	URB	UFPE	U	Recife	patrimônio, demolição
Dissertação (menção)	2009	Eloi Martins Senhoras	Claudete de Castro Silva Vitte	Regionalismo transnacional e integração física: um estudo sobre a iniciativa de integração da infra-estrutura sul-americana	GEO	UNICAMP	I	América do Sul	infraestrutura, integração
Dissertação (menção)	2009	Evelyne Labanca Corrêa de Araújo	Silvio Mendes Zancheti	O laço que prende: um estudo sobre conservação integrada em metodologias de desenvolvimento local sustentável	URB	UFPE	U	Marechal Deodoro	patrimônio, metodologias
Dissertação (menção)	2009	Lucas Roosevelt Ferreira Linhares	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: o (sub)desenvolvimento sócioeconômico-espacial no Brasil e as possibilidades contemporâneas do seu planejamento	DREG	UFMG	R	Brasil	arranjos produtivos locais
Dissertação (menção)	2009	Maurício Brito e Cunha Valladares	Ana Lucia Nogueira de Paiva	Entre a natureza e o artifício: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia	AU	UFRJ	A	Amazônia	parques urbanos
Dissertação (menção)	2011	Priscila de Góes Pereira	Jorge Natal	Dificuldades de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): impasses, embates e conflitos – uma contribuição ao debate	PUR	UFRJ	R	Brasil	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
Dissertação (menção)	2011	Raquel Giffoni Pinto	Gian Mario Giuliani	O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais	SOC	UFRJ	R	Espírito Santo	conflito ambiental
Dissertação (menção)	2011	Maria Helena Lenzi		Das imagens à ausência. Das imagens, a ausência: um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis		UFSC			

seriam feitas a partir dos próprios programas. Cada programa indicaria um máximo de 3 teses julgadas merecedoras de consideração".

Em 1995 constava ainda como atividade a ser desenvolvida pela diretoria seguinte (1995-1997). Em 1997 a ANPUR instituiu o Prêmio Brasileiro "Política e Planejamento Urbano e Regional", que é uma premiação bienal, que contempla a produção nesse amplo campo de atividades nas categorias: livro, tese de doutorado e dissertação de mestrado. Em 1999 a ANPUR lançou a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, com periodicidade semestral. Em 2003, foi instituído o Prêmio Milton Santos, para a categoria melhor artigo, em 2012 foi criado o Prêmio Ana Clara Torres Ribeiro na categoria melhor livro e em 2016 o Prêmio Rodrigo Simões na categoria de melhor tese de doutorado.

Tabela 10a - Prêmios concedidos pela ANPUR - livros e artigos

Tabela 10c - Prêmios concedidos pela ANPUR - teses

Tabela 10a - Prêmios concedidos pela ANPUR – dissertações

III.4 PESSOAS E TEMAS RELEVANTES

UF	QTD		REG	QTD
RJ	4		SE	7
BA	2		NE	4
MG	2		SUL	2
PE	2		CO	1
SC	1		N	1
DF	1		TOTAL	15
SP	1			
PA	1			
RS	1			
TOTAL	15			

NOME	Conferen	Debatado	Total Gera
Ermínia Maricato	2	5	7
Luiz César de Queiróz Ribeiro	1	3	4
Nabil Georges Bonduki	2	2	4
Ana Clara Torres Ribeiro	1	2	3
Ana Maria Fernandes	1	2	3
Orlando Alves dos Santos Júnior	1	2	3
Raquel Rolnik	1	2	3



PARTICIPANTES DE CONFERÊNCIAS, MESAS REDONDAS E SESSÕES ESPECIAIS*		CONFERENCISTAS		EXPOSITORES E DEBATEDORES		COORDENADORES	
NOME	QTD	NOME	QTD	NOME	QTD	NOME	QTD
Erminia Maricato	8	Bertha Koiffmann Becker	3	Erminia Maricato	5	Ana Maria Fernandes	4
Ana Maria Fernandes	7	Erminia Maricato	2	Carlos Bernardo Vainer	4	Ana Clara Torres Ribeiro	3
Ana Clara Torres Ribeiro	6	Nabil Georges Bonduki	2	Luiz César de Queiróz Ribeiro	3	Martim Oscar Smolka	3
Luiz César de Queiróz Ribeiro	6	Philip Oliver Mary Gunn	2	Adauto Lucio Cardoso	2	Ana Cristina de Almeida Fernandes	2
Carlos Bernardo Vainer	5	Ricardo Libanez Farret	2	Alfredo Wagner de Almeida	2	Brasilmar Ferreira	2
Brasilmar Ferreira	4	Ana Clara Torres Ribeiro	1	Ana Clara Torres Ribeiro	2	Carlos Antônio Brandão	2
Martim Oscar Smolka	4	Ana Maria Fernandes	1	Ana Maria Fernandes	2	Circe Maria Gama Monteiro	2
Nabil Georges Bonduki	4	Ananya Roy	1	Antônio Carlos Galvão	2	Edna Maria Ramos de Castro	2
Philip Oliver Mary Gunn	4	Aspasia Brasileiro Alcantara de Cama	1	Brasilmar Ferreira	2	Eva Machado Barbosa Samios	2
Raquel Rolnik	4	Cândido Malta Campos Filho	1	Clélio Campolina	2	Jorge de Rezende Dantas	2
Tânia Fischer	4	Carolina Maria Pozzi de Castro	1	Eduardo César Marques	2	Leila Christina Duarte Dias	2
Bertha Koiffmann Becker	3	Cassio Frederico Camargo Rolim	1	Jan Bitoun	2	Lúcia Maria Machado Bógus	2
Carlos Antônio Brandão	3	Cecília de Almeida Gomes	1	José Júlio Lima	2	Luiz César de Queiróz Ribeiro	2
Leila Christina Duarte Dias	3	Celina Borges Lemos	1	Maria Cristina da Silva Leme	2	Marco Aurélio Andra de de Filgueiras Gom	2
Marco Aurélio Andra de de Filgueiras Gom	3	Celso Alves da Cruz	1	Nabil Georges Bonduki	2	Marcus André Barreto Campelo de Melo	2
Maria Cristina da Silva Leme	3	Christian Topalov	1	Naomar de Almeida Filho	2	Philip Oliver Mary Gunn	2
Orlando Alves dos Santos Júnior	3	Claudete de Castro Silva Vitte	1	Orlando Alves dos Santos Júnior	2	Roberto Luis de Melo Monte-Mór	2
Ricardo Libanez Farret	3	Cláudia Tavares Ribeiro	1	Raquel Rolnik	2	Tâmara Benakouche	2
Roberto Luis de Melo Monte-Mór	3	Djalma de Souza Bom	1	Tânia Fischer	2	Tânia Fischer	2
Tamara Benakouche	3	Dorren Massey	1	Emílio Pradilla Cobos	2	Virginia Pitta Pontual	2

PARTIC_AJUST	VINCULO PRINCIPAL	NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE/ RESPONSÁVEL
Conferencista	Ecole des Hautes Etudes en Sience Sociales	Christian Topalov
	Open University	Dorren Massey
	Universit� E�tv�s Lorand de Budapest	G�bor Sonkoly
	University of Berkeley	Ananya Roy
Coordenador	Lincoln Institute of Land Policy	Martim Oscar Smolka
Debatedor/ Expositor	CNRS – IHEAL	H�l�ne Riviere D’Arc
	FLACSO	H�ctor Poggiese
	Ford Foundation	Aur�lio Vianna
	Indiana University	Emilio Moran
	Lincoln Institute of Land Policy	Ed�sio Fernandes
	Lincoln Institute of Land Policy	Martim Oscar Smolka
	Sciences Po	Edmond Preteceille
	Universidad Aut�noma Metropolitana de Mex	Em�lio Pradilla Cobos
	Universidad Central de Venezuela	Al�rio Mart�n�z
	Universidad Nacional de Colombia	An�lida Rinc�n Pati�o
Universidad Nacional del Litoral	Victor Ramiro Fern�ndez	
University of Sussex	Mick Dunford	

CAPÍTULO IV – MAS QUEM FAZ A ANPUR?

“Aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e três, na sala de reuniões da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, reuniram-se professores doutores com o objetivo de criar a Associação”, sendo os mesmos a formar o conselho provisório: Lucio Grinover (PPGAU/FAU/USP), Ricardo Libanez Farret (NEUR/UNB), Guilherme Costa Varela, (MDU/UFPE), Martim Oscar Smolka (IPPUR/UFRJ) e Wrana Maria Panizzi (PROPUR/UFRGS). Integrariam ainda o Conselho Fiscal: Carlos Eduardo Comas (UFRGS), Rosélia Perisse Piquet (UFRJ) e Elide Monzeglio (USP). (ANPUR, ATA 1983)

Enfoque dado pelo relator da Ata de fundação da ANPUR, tratavam-se todos de “professores doutores”, o que à ocasião poderia ser considerado um “bem escasso” haja vista a reduzida rede de cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Boa parte dos que obtinham tal título o faziam no exterior.

Soma-se o fato de que esses professores representavam o total dos cursos de pós-graduação (em nível de mestrado) na área de Planejamento Urbano e Regional, sendo apenas um representante da pós-graduação em arquitetura e urbanismo (da FAU-USP), única instituição a oferecer formação em nível de doutorado.

Lucio Grinover, é Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade de São Paulo (USP, 1957) e doutor em Arquitetura e Urbanismo - AU pela mesma instituição (1966), fez especialização em Ecologia pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB (1978) e tem se dedicado a temas como hospitalidade urbana, espaço urbano e turismo. Foi professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – FAU/USP, onde chegou a diretor em duas gestões 1976-1980 e 1982-1986, condição que gozava quando participou da fundação da ANPUR²⁰⁴. Foi Representante da FAU/USP junto ao Ministério da Educação (1976-1986).

Ricardo Libanez Farret possui graduação em AU pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1962), fez mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional – PUR pela Universidade da Califórnia – Berkeley (UC-BERK, 1978 e 1983, respectivamente). Foi professor da FAU/UNB, e pesquisador do NEUR/UNB quando da fundação da ANPUR, núcleo no qual permanece (como associado), atuando paralelamente como consultor na área de desenvolvimento urbano e regional (temas como: política urbana, desenvolvimento

²⁰⁴ Como arquiteto trabalhou com Hélio Duarte, Marlene Picarelli, Roberto Tibau. Publicou na Acrópole, nº 297, p 268-269, jul 1963. Elaborou projetos de arquitetura: Escola Estadual Alexandre de Gusmão, Posto de Serviços (<https://arquivo.arq.br/profissionais/lucio-grinover>). Expôs na 8ª Bienal Internacional de São Paulo, em setembro de 1965 (<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa216894/lucio-grinover/eventos?classificacao=exposicao>)

(micro)regional, plano diretor urbano, revitalização de áreas urbanas e impactos ambientais urbanos) para órgãos públicos nacionais²⁰⁵ e organismos internacionais²⁰⁶.

Segundo entrevista concedida à autora, cursou, na condição de funcionário público da Secretaria Estadual de Habitação do Governo do Rio Grande do Sul, uma das primeiras especializações oferecidas pela Organização dos Estados Americanos – OEA na área de PUR na América Latina (ministrado na Colômbia em meados nos anos 60), quanto teve contato com profissionais de formações disciplinares diversas, sobretudo oriundos da sociologia, dando início assim ao seu interesse pelo Planejamento, visto que na faculdade o conteúdo sobre isso era quase inexistente e restrito à história do urbanismo.

Guilherme Costa Varela era professor (hoje aposentado) no Departamento de AU da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde se graduou também em AU (1971), e seguiu atuando nos órgãos de representação dos Docentes (ADUFPE, gestões 2012/2014 e 2014/2016)²⁰⁷. Se especializou em Planejamento de Transportes pela *Kyoto University* (KYOTO, 1974) área na qual seguiu, tendo cursado mestrado e iniciou o doutorado ambos em Planejamento Urbano – URB pela *Georgia Institute Of Technology* (GATECH, 1978 e 1989).

Martim Oscar Smolka é graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (PUC-RJ, 1970), com especialização em Finanças pela mesma PUC-RJ (1969), mestrado e doutorado em Ciências Regionais pela *University of Pennsylvania* (1974 e 1980), tendo recebido bolsas da *Ford Foundation* – FORD e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, respectivamente. Quando da fundação da ANPUR, era Professor Adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ (1980 – 1995), a quem doou o seu acervo bibliográfico²⁰⁸, e Diretor de Políticas Fundiárias da América Latina e Caribe do *Lincoln Institute of Land Policy* – LINCOLN. Continua ministrando cursos pelo LINCOLN, principalmente nas áreas de financiamento ao desenvolvimento urbano e infraestrutura, mercado e política

²⁰⁵ Tais como a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos - EBTU, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Ministério das Cidades – MCID.

²⁰⁶ Como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - BIRD e a Organização dos Estados Americanos – OEA.

²⁰⁷ <http://www.adufepe.org.br/institucional/quadro-de-diretorias/>

²⁰⁸ A Biblioteca do IPPUR/UFRJ foi criada em março de 1986, contando inicialmente com recursos da Fundação José Bonifácio - FUJB e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, tendo sofrido grave incêndio em 2016. No entanto, vem enriquecendo eu acervo com doações de grande relevância, com destaque para: parte da coleção da extinta Biblioteca do Banco Nacional de Habitação - BNH; parte da coleção particular dos professores Michael David Vetter e do Engenheiro José de Oliveira Reis e os acervos particulares dos Professores Eduardo Guimarães de Carvalho e Martim Oscar Smolka. (<https://ippur.ufrj.br/biblioteca/historia-missao-e-visao/>).

fundiários e imobiliários e sistemas tributários prediais, incluindo taxaço de mais-valias urbanas²⁰⁹.

Wrana Maria Panizzi graduou-se em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (UPF, 1970) onde concluiu o Bacharelado em Direito (1972). Tem Mestrado em PUR pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1977), Especialização e Doutorado em *Urbanisme et Amenagement* pela *Université Paris XII, Val-de-Marne* (Paris 12, 1979 e 1984) e Doutorado em *Science Sociale* pela *Université Paris I, Panthéon-Sorbonne* (Paris 1, 1988). É Professora Titular da UFRGS, onde foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em PUR (1981-1983), Pró-Reitora de Planejamento (1992-1994) e de Administração (1992-1993) e Reitora, por dois mandatos (1996-2004). Entre outros muitos cargos na área pública acadêmica ou de pesquisa²¹⁰, foi Vice-Presidente do CNPq (2007-2011), onde também coordenou o Comitê Assessor de Ciências Sociais Aplicadas. Recebeu inúmeros prêmios²¹¹, entre eles, a Grande Medalha da Inconfidência pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 2004²¹².

Carlos Eduardo Comas formou-se arquiteto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG, 1966). É mestre em Planejamento Urbano e mestre em Arquitetura pela *University of Pennsylvania* (UPENN, 1977) e doutor em *Projet Architectural et Urbain* pela *Université Paris VIII* (Paris 8, 2002). É Professor Emérito da UFRGS, da qual foi Professor Titular até 2013, e com a qual mantém vínculo no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura - PROPARG/UFRGS, na área de Teoria, História e Crítica da Arquitetura. Foi coordenador de 2005 a 2008 do PROPARG-UFRGS, assumindo em 2009 a coordenação editorial. Foi coordenador do

²⁰⁹ <https://www.lincolnst.edu/about-lincoln-institute/people/martim-o-smolka>

²¹⁰ Foi membro do Conselho Superior da FAPERGS, tendo também participado do Conselho da CIENTEC, FINEP, CGEE e EMBRAPA. Foi Presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE/RS - e do SEBRAE-RS. Atuou como Presidente do Conselho Universitário Iberoamericano - CUIB (2002-2003), também do Fórum das Instituições de Ensino Superior do RS (2002-2004) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES (2003-2004). Foi ainda membro da Associação de Universidades do Grupo Montevideu - AUGM (1997-2004).

²¹¹ Entre as homenagens recebidas estão os títulos de Cidadã de Porto Alegre, em 1998; a Medalha Cidade de Porto Alegre, em 2001; o Prêmio de Mulher Cidadã na categoria Profissionalização e Emprego, em 2002; e na categoria de Educação, em 2004, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Recebeu, ainda, a Medalha de Serviços Distintos, concedida pela Brigada Militar do Estado, a Medalha Negrinho do Pastoreio, em 2000, e foi também condecorada pela Ordem do Ponche Verde, Grau Oficial, em 2004, todas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2008, foi condecorada com a Ordem Nacional do Mérito Científico - Classe Grã-Cruz - e em 2002, na categoria Comendador pelo MCT, e em 1989 recebeu condecoração da Ordem Militar do Exército Nacional. Em 2001 recebeu o Prêmio Direitos Humanos no RS, concedido pela UNESCO, e em 2004, o Prêmio Pena Libertária da Educação pelo Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul - Sinpro/RS.

²¹² Possui livros e artigos nacionais e internacionais na área de educação superior, CT&I e estudos urbanos e regionais. Tem participado em diferentes conselhos administrativos e deliberativos de instituições de fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa, bem como de organização e coordenação de atividades científicas e acadêmicas nacionais e internacionais.

DOCOMOMO²¹³ Núcleo-RS de 2005 a 2007 e coordenador geral do DOCOMOMO Brasil de 2008 a 2011, voltando a ser seu coordenador em 2012. Membro do comitê assessor da área no CNPq em duas ocasiões, representante adjunto da área na CAPES no triênio 2005-2007, integra o conselho editorial das revistas *Arqtexto* (UFRGS), *Arcos* (ESDI/UERJ), *Arquitextos - Vitruvius e Architectural Research Quarterly* (Cambridge University). Membro do CICA (Comité Internacional dos Críticos de Arquitetura) da União Internacional de Arquitetos - UIA. Membro do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tem publicado extensamente sobre a arquitetura e o urbanismo modernos brasileiros e elaborado projetos de arquitetura e urbanismo significativos²¹⁴.

Rosélia Perisse Piquet é doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1978), da qual é Professora Titular, decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômica e onde foi coordenadora do Programa de Mestrado PUR. Formou-se em Economia na UFRJ (1962), fez especialização em Engenharia Econômica e Administração de Empresas e mestrado em Engenharia de Produção na mesma instituição (1971, 1975). Atuou como professora no curso de formação de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores – MRE e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ. Atualmente é Coordenadora dos cursos de Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Cândido Mendes - UCAM, aprovados pela Capes em 2015. Tem artigos e livros publicados sobre temas como desenvolvimento w planejamento urbano e regional e localização industrial.

Elide Monzeglio tem graduação em Pintura e Desenho pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (BA, 1953), especialização em Design e doutorado em AU pela FAU/USP, pós-doutorado pela *Facoltà Di Architettura, Politecnico Di Torino* (TOR, 1985) e pós-doutorado pela *Instituto Di Psicologia, Università Degli Studi Di Roma La Sapienza* (ROMA, 1991), ambos em Comunicação Visual. Foi professora livre-docente da FAU/USP, tendo atuado por quase uma década na Comissão de Pós-graduação e depois, em sua diretoria. Organizou a revista *Sinopses*, da Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, e ajudou a elaborar e manter a *Revista Pós*, da FAU/USP²¹⁵.

²¹³ O Docomomo Brasil foi criado em 1992, no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA (atual PPGAU/UFBA), seguindo a missão do Docomomo Internacional. Suas principais ações são a realização de inventários, campanhas de preservação e divulgação de obras de arquitetura, urbanismo, paisagismo, engenharia e artes em geral do Movimento Moderno no Brasil, bem como pedidos de tombamento. Essas ações são discutidas no âmbito dos Seminários Nacionais, cujo primeiro foi realizado em 1995. Desde então, á foram realizadas quatorze edições, tornando-se o principal fórum para troca de informações necessárias para uma ação mais eficaz em prol da preservação da herança moderna. (<https://docomomobrasil.com/>)

²¹⁴ Recebeu o prêmio internacional Philip Johnson Exhibition Catalogue Award 2017 por conta do catálogo da exposição “Latin American in Construction: Architecture 1955-1980”, realizada no MoMA, em Nova Iorque. (<https://www.archdaily.com.br/br/tag/carlos-eduardo-comas>).

²¹⁵ Segundo depoimentos de Katinsky; Sawaya e Oliveira César “Essas revistas são um capítulo à parte, pois era seu empenho que os trabalhos, publicados deveriam estar inseridos em um campo gráfico e

Esse primeiro corpo dirigente provisório seria substituído, apenas parcialmente, na primeira eleição de Diretoria realizada pela Associação, em 1984, tendo sido eleita a seguinte chapa: Presidente: Ricardo Libanez Farret; Secretário Executivo: José Galbinski (UNB); Diretores: Guilherme Costa Varela (MDU/UFPE), Martim Oscar Smolka (IPPUR/UFRJ) e Wrana Maria Panizzi (PROPUR/UFRGS).

José Galbinski tem graduação em AU, pela FAU/UFRGS (1963), especialização pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT, 1974) e doutorado pela *Cornell University* (CORN, 1978), ambos em *City and Regional Planning* e pós-doutorado na *City University of New York* (CUNY, 1982), com bolsas da *United States Agency for International Development - USAID*, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da *Fulbright Commission*, respectivamente. Professor Titular da FAU/UNB (aposentado) e do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Obteve reconhecimento de “Notória Especialização” para o projeto do Campus do Cérebro, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Foi consultor da *United Nations Centre for Human Settlements - UN-HABITAT* em Nairobi/Kenia, Buenos Aires/ Argentina e Tegucigalpa/ Honduras e líder do grupo de pesquisa Espaço, Habitação e Cidade do CNPq.

Embora com atuação reconhecida em suas respectivas áreas de conhecimento, vê-se que esse grupo inicial possuía uma formação e interesses bastante difusos, e mostram de que maneira esse campo de estudos não estava ainda consolidado como objeto de pesquisa e atuação. Muito embora durante os anos de repressão militar tivesse havido expansão do sistema de financiamento do desenvolvimento urbano, com órgão como o Banco Nacional de Habitação – BNH, que funcionou de 1978 a 1986, financiando obras de habitação e infraestrutura urbana (incluindo projetos de saneamento básico), e o Serviço Federal de Arquitetura e Urbanismo – SERFHAU²¹⁶, voltado à elaboração de planos e desenvolvimento institucional.

Além desses, empresas e grupos de pesquisa, como o CEDEC, o CEBRAP, como veremos adiante reuniu pesquisadores. Na academia, porém, o exílio ou afastamento forçado ajudou, por um lado, a criar uma academia mais autônoma, por outro, deslocou as cabeças pensantes.²¹⁷

visual representativos da excelência com que ela via a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Também foi empenho seu publicar, em cada número, um ‘ensaio gráfico’ de professores da FAU”. (Revista Pós, n., pag. 243). Também expôs no 19º Salão Paulista de Belas Artes (1954), na 3ª Bienal Internacional de São Paulo (1955), na 4ª Bienal Internacional de São Paulo (1957) e no 7º Salão Paulista de Arte Moderna (1958). Denominado, entre 1951 a 1968, como Salão Paulista de Arte Moderna, a partir de 1969, passa a chamar-se Salão Paulista de Arte Contemporânea. Em 1980, Salão Paulista de Artes Plásticas e Visuais. Em 1982 volta a chamar-se Salão Paulista de Arte. (<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa217129/elide-monzeglio/eventos?classificacao=exposicao>).

²¹⁶ SERFHAU

²¹⁷ CEDEC, CEBRAP. ver FIX; ARANTES, 2020.

O campo acadêmico de estudo urbanos e regionais viria a ser estruturado à partir mesmo da atuação da ANPUR, juntamente com os grupos de trabalho de outras associações acadêmicas, como a ANPOCS.

Estudar o corpo diretivo da ANPUR é uma forma de conhecer com alguma precisão algumas das características dos agentes do campo de Planejamento Urbano e Regional, ainda que restrita à sua parcela acadêmica, e perceber as inflexões no campo acadêmico e, paralelamente, o profissional.

Nos seus primeiros 30 anos de existência, passaram pela Diretoria da ANPUR 96 professores universitários, de diversas áreas de formação ...

Desses 96 participantes, alguns tiveram atuação mais destacada e constante na ANPUR, outros passaram por sua Diretoria apenas uma vez ou em cargos menos centrais como o de Conselheiro Fiscal. Procuraremos descrever essas personagens e seus percursos levando em consideração esses aspectos.

Deste primeiro grupo estudado elencaremos alguns marcadores, oriundos das informações do Lattes.

Entre esses, 5 (cinco) não possuíam lattes cadastrados ou não puderam ser encontrados no momento da pesquisa. Importante atentar para as limitações das fontes de dados empíricas, conforme ressaltado no início deste trabalho (tópico Materiais e métodos).

A seguir algumas informações gerais sobre as chapas e eleições, e nos itens seguintes maiores enfoques quanto à formação acadêmica, atuação profissional e, por fim, comentários sobre a questão da representação feminina na ANPUR.

Contagem de ÁREA-FORMAÇÃO				
ÁREA-FORMAÇÃO	Total	NOME	SIGLA-FORMAÇÃO	ÁREA-FORMAÇÃO
Administração	2	Ana Clara Torres Ribeiro	USP	Sociologia
Arquitetura e Urbanismo	45	Ana Maria Fernandes	Columbia	Arquitetura e Urbanismo
Ciência Política	2	Carlos Bernardo Vainer	PARIS 1	Desenvolvimento Econômico e Social
Ciências da Comunicação	1	Celso Monteiro Lamparelli	USP-São Carlos	Arquitetura e Urbanismo
Ciências Regionais	2	Edna Maria Ramos de Castro	EHESS	Ciências Sociais
Ciências Sociais	11	Ester Limonad	USP	Arquitetura e Urbanismo
Ciências Sociais Aplicadas	2	Helois Soares de Moura Costa	UCB	Planejamento Urbano e Regional
Desenvolvimento Econômico e Social	2	Leila Christina Duarte Dias	PARIS 1	Geografia
Economia	6	Maria Cristina da Silva Leme	USP	Arquitetura e Urbanismo
Geografia	17	Maria Flora Gonçalves	UNICAMP	Ciências Sociais
História	1	Martim Oscar Smolka	UPENN	Ciências Regionais
História Econômica	1	Milton Almeida dos Santos	UFBA	Geografia
Não informado	6	Norma Lacerda Gonçalves	PARIS 3	Geografia
Planejamento Urbano e Regional	27	Ricardo Libanez Farret	UC/BERKELEY	Planejamento Urbano e Regional
Sociologia	13	Virginia Pitta Pontual	EUP	Arquitetura e Urbanismo
		Wrana Maria Panizzi	PARIS 1	Ciências Sociais

Nesses 30 anos de ANPUR aqui estudados, foram 15 chapas eleitas, excluindo-se deste número o Conselho Provisório, tratado acima. As eleições ocorrem nas Assembleias Ordinárias bianuais que ocorrem no último dia dos Encontros Nacionais – ENANPUR e, por tradição, sendo a chapa eleita aquela formada pelos membros da Comissão Organizadora daquele evento

A seguir, na **Tabela 11 – Gestões ANPUR até 2013 (todos os cargos)**²¹⁸ -, constam os nomes dos Dirigentes da ANPUR por gestão (ano e local e eleição) - explicitando os cargos de Presidente e Secretários Executivo e Adjunto -, juntamente com as áreas de Graduação e Doutorado que cursaram²¹⁹, seguido dos vínculos universitários (local onde lecionam), Unidade da Federação – UF e Região Geográfica – REG desses vínculos, destacando-se as células que coincidem com a Região (amarelo escuro) e UF (amarelo claro) onde ocorreu a eleição da respectiva chapa.

Como vimos, a eleição da nova chapa diretora ocorre em Assembleia, no último dia do Encontro Nacional, sendo por “tradição”, a comissão organizadora do evento a assumir a diretoria pelo período seguinte. Tradição que, como vimos também, sofre interferências nos primeiros anos, mas segue de forma mais constante a partir de 2003, como retratado na Tabela 1, quando há coincidência entre células coloridas (em laranja claro) e os cargos de Presidente e Secretários Executivo e Adjunto.

Na mesma tabela vê-se as mudanças ocorridas na composição da Diretoria: inserção da função de Secretário Adjunto, a partir de 2003 e do quadro de Conselheiro Fiscal Suplente (aumentando em três pessoas), a partir de 2009.

Outra observação sobre esta primeira tabela é a coluna QTD DIR, que mostra a quantidade de vezes que um nome passou pela Diretoria da ANPUR nesses primeiros 30 anos de Associação, sendo 5 (cinco) a quantidade máxima de vezes encontrada neste recorte temporal, casos de Leila Christina Duarte Dias (UFSC) e Ricardo Libanez Farret (UNB).

Nesta coluna (QTD DIR), o degradê de cinzas mostra essa participação, variando de 5 a 1. Para as tabelas seguintes, quando constarem todos os cargos dos dirigentes da ANPUR, adotar-se-á a manutenção desta coluna, bem como a de vínculo²²⁰, para facilitar o acompanhamento visual e as comparações.

Analisando a **Tabela 11** e as **Tabelas 11a a 11d**, geradas a partir dela, dois aspectos saltam aos olhos. Em primeiro lugar, a predominância da Região Sudeste - SE (43%) - em negrito na tabela, dentre as Universidades de vínculo dos Diretores da ANPUR, o que apenas reflete a concentração de Instituições de Ensino Superior – IES nesta Região, sobretudo no Estado de

²¹⁸ Cargos: Presidente, Secretário Executivo, Secretário Adjunto (a partir de 2003), Diretores (4 por gestão), Conselheiros Fiscais (3 por gestão) e seus suplentes (a partir de 2009).

²¹⁹ Tentou-se fazer uma padronização das siglas por disciplina, que permanece no decorrer da tese como um todo, mantendo como referência os conteúdos apresentados no Currículos Lattes, procurando captar as diversidades decorrente das classificações adotadas pelas próprias instituições universitárias, ou órgãos e entidades, quando for o caso. **Não se intentou uma adequação forçada às áreas CAPES/CNPQ para não se correr o risco de perder a informação mais relevante.**

²²⁰ Universitários, para os Dirigentes da ANUR, ou à entidade e órgão ocupado no período, para participantes de outras origens e atividades da ANPUR.

Tabela 11 - Gestões ANPUR (até 2013) - Todos os cargos

QTD DIR	NOME	CARGO	GRAD- AREA	DOUT- AREA	VÍNCULO	UF- VINC	REG- VINC	ANO- INÍCIO	UF- ELEICAO	REG- ELEICAO
1	José Galbinski		AU	PUR	UNB	DF	CO			
5	Ricardo Libanez Farret		AU	PUR	UNB	DF	CO			
1	Guilherme Costa Varela		AU	URB	UFPE	PE	NE	1984	SP	SE
2	Martim Oscar Smolka		ECO	DREG	UFRJ	RJ	SE			
5	Ricardo Libanez Farret	PRESID	AU	PUR	UNB	DF	CO			
3	Wrana Maria Panizzi		DIR	CPOLSOC	UFRGS	RS	S			
2	Carlos Bernardo Vainer	SEC EXEC	NI	ECO	UFRJ	RJ	SE			
1	Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller		AU	NI	UNB	DF	CO			
1	Jorge de Rezende Dantas		ARQ	GEO	USP	SP	SE	1986	RJ	SE
2	Martim Oscar Smolka	PRESID	ECO	DREG	UFRJ	RJ	SE			
1	Raul da Silva Navegantes		NE	NE	UFPA	PA	N			
5	Ricardo Libanez Farret		AU	PUR	UNB	DF	CO			
1	Celso Monteiro Lamparelli	PRESID	AU	NI	USP	SP	SE			
1	Ivone Salgado		AU	URB	PUCCAMP	SP	SE			
1	Marcus André Barreto Campelo de Melo		NI	CPOL	UFPE	PE	NE			
1	Mário Velloso Costa		NE	NE	UFMG	MG	SE	1989	SP	SE
1	Moema Castro Debiagi		NE	NE	UFRGS	RS	S			
1	Philip Oliver Mary Gunn	SEC EXEC	AU	URB	USP	SP	SE			
2	Rainer Randolph		FIS	CPOLSOC	UFRJ	RJ	SE			
5	Ricardo Libanez Farret		AU	PUR	UNB	DF	CO			
4	Ana Clara Torres Ribeiro		CPOLSOC	SOL	UFRJ	RJ	SE			
2	Circe Gama Monteiro		AU	SOL	UFPE	PE	NE			
1	Cristina Gobbi		ENG	NI	UNB	DF	CO			
2	Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes		AU	CPOLSOC	UFBA	BA	NE	1991	BA	NE
1	Maria Adélia Aparecida de Souza	SEC EXEC	GEO	GEO	USP	SP	SE			
1	Milton Almeida dos Santos	PRESID	DIR	GEO	USP	SP	SE			
1	Roberto Smith		ECO	ECO	UFC	CE	NE			
3	Wrana Maria Panizzi		DIR	CPOLSOC	UFRGS	RS	S			
3	Benny Schvasberg		AU	SOL	UNB	DF	CO			
1	Hermes Magalhães Tavares		ADMP	ECO	UFRJ	RJ	SE			
1	Isaías Carvalho Santos Neto		AU	AU	UFBA	BA	NE			
1	José Carlos Cavalcanti		ENG	HIS	UFPE	PE	NE			
1	Naia Geila Innocente de Oliveira	SEC EXEC	CPOLSOC	NI	FEE-RS	RS	S	1993	MG	SE
3	Roberto Luís de Melo Monte-Mór		AU	URB	UFMG	MG	SE			
2	Suzana Pasternak Taschner		SAU	SAU	USP	SP	SE			
3	Wrana Maria Panizzi	PRESID	DIR	CPOLSOC	UFRGS	RS	S			
3	Ana Maria Fernandes		AU	AMB	UFBA	BA	NE			
2	Carlos Bernardo Vainer	PRESID	NI	ECO	UFRJ	RJ	SE			
2	Circe Gama Monteiro		AU	SOL	UFPE	PE	NE			
2	Geraldo Magela Costa		ENG	GEO	UFMG	MG	SE	1995	DF	CO

QTD DIR	NOME	CARGO	GRAD-AREA	DOUT-AREA	VÍNCULO	UF-VINC	REG-VINC	ANO-INÍCIO	UF-ELEICAO	REG-ELEICAO
2	María Cristina da Silva Leme		AU	AU	USP	SP	SE	1995	DF	CO
1	Pedro Abramo	SEC EXEC	ECO	ECO	UFRJ	RJ	SE			
5	Ricardo Libanez Farret		AU	PUR	UNB	DF	CO			
1	Romulo Celso Krafta		AU	URB	UFRGS	RS	S			
1	Aldo Paviani		GEO	GEO	UNB	DF	CO			
2	Celia Ferraz de Souza Denise Barcellos Pinheiro		AU	AU	UFRGS	RS	S			
1	Machado		AU	GEO	UFRJ	RJ	SE			
5	Leila Christina Duarte Dias		GEO	GEO	UFSC	SC	S	1997	PE	NE
1	María Flora Gonçalves		ACEN	CPOLSOC	UNICAMP	SP	SE			
1	Norma Lacerda Gonçalves	PRESID	AU	GEO	UFPE	PE	NE			
1	Silvio Mendes Zancheti	SEC EXEC	AU	AU	UFPE	PE	NE			
2	Tania Maria Diederichs Fischer		PEDA	ADM	UFBA	BA	NE			
1	Cássio Frederico Camargo Rolim		ECO	ECO	UFPR	PR	S			
1	Décio Rigatti Esterzilda Berenstein de		AU	AU	UFRGS	RS	S			
1	Azevedo Frederico Rosa Borges de		AU	URB	UFBA	BA	NE			
2	Holanda		AU	ARQ	UNB	DF	CO	1999	RS	S
2	Geraldo Magela Costa		ENG	GEO	UFMG	MG	SE			
1	Henri Acselrad		NI	PUR	UFRJ	RJ	SE			
1	María Flora Gonçalves	PRESID	ACEN	CPOLSOC	UNICAMP	SP	SE			
1	Yvonne Miriam Martha Mautner	SEC EXEC	AU	AU	USP	SP	SE			
1	Eva Machado Barbosa Samios		CPOLSOC	CPOLSOC	UFRGS	RS	S			
2	Heloisa Soares de Moura Costa		AU	DEMO	UFMG	MG	SE			
5	Leila Christina Duarte Dias		GEO	GEO	UFSC	SC	S			
2	María Cristina da Silva Leme	PRESID	AU	AU	USP	SP	SE	2001	RJ	SE
1	Paulo Castilho		AU	AU	UNB	DF	CO			
2	Rainer Randolph		FIS	CPOLSOC	UFRJ	RJ	SE			
1	Sarah Feldman		AU	AU	USP-SC	SP	SE			
2	Suzana Pasternak Taschner	SEC EXEC	SAU	SAU	USP	SP	SE			
3	Virginia Pitta Pontual		AU	AU	UFPE	PE	NE			
4	Ana Clara Torres Ribeiro		CPOLSOC	SOL	UFRJ	RJ	SE			
3	Ana Maria Fernandes		AU	AMB	UFBA	BA	NE			
2	Brasilmar Ferreira Nunes Carlos Roberto Monteiro de		ECO	SOL	UNB	DF	CO			
1	Andrade		AU	AU	USP-SC	SP	SE			
2	Heloisa Soares de Moura Costa	PRESID	AU	DEMO	UFMG	MG	SE	2003	MG	SE
1	José Antônio Fialho Alonso		CPOLSOC	NI	FEE-RS	RS	S			
1	Jupira Gomes de Mendonça	SEC ADJU	AU	PUR	UFMG	MG	SE			
3	Roberto Luís de Melo Monte- Mór	SEC EXEC	AU	URB	UFMG	MG	SE			
1	Sonia Marques		NE	NE	UFRN	RN	NE			
3	Ana Maria Fernandes	PRESID	AU	AMB	UFBA	BA	NE			

Tabela 11 - Gestões ANPUR (até 2013) - Todos os cargos

QTD DIR	NOME	CARGO	GRAD-AREA	DOUT-AREA	VÍNCULO	UF-VINC	REG-VINC	ANO-INÍCIO	UF-ELEICAO	REG-ELEICAO
2	Edna Maria Ramos de Castro Frederico Rosa Borges de		CPOLSOC	CPOLSOC	UFPA	PA	N			
2	Holanda		AU	ARQ	UNB	DF	CO			
5	Leila Christina Duarte Dias		GEO	GEO	UFSC	SC	S			
2	Lilian Fessler Vaz Marco Aurélio Andrade de		AU	AU	UFRJ	RJ	SE	2005	BA	NE
2	Filgueiras Gomes	SEC ADJU	AU	CPOLSOC	UFBA	BA	NE			
1	Nabil Georges Bonduki		AU	AU	USP	SP	SE			
3	Rodrigo Ferreira Simões		ECO	ECO	UFMG	MG	SE			
2	Tania Maria Diederichs Fischer	SEC EXEC	PEDA	ADM	UFBA	BA	NE			
1	Adauto Lúcio Cardoso		AU	AU	UFRJ	RJ	SE			
2	Brasilmar Ferreira Nunes		ECO	SOL	UNB	DF	CO			
2	Edna Maria Ramos de Castro	PRESID	CPOLSOC	CPOLSOC	UFPA	PA	N			
1	João Farias Rovati		AU	AU	UFRGS	RS	S			
1	José Julio Ferreira Lima	SEC EXEC	AU	AU	UFPA	PA	N			
5	Leila Christina Duarte Dias		GEO	GEO	UFSC	SC	S	2007	PA	N
1	Luis Eduardo Aragón Vaca	SEC ADJU	CPOLSOC	GEO	UFPA	PA	N			
1	Renato Luiz Sobral Anelli		AU	AU	USP	SP	SE			
3	Roberto Luís de Melo Monte- Mór		AU	URB	UFMG	MG	SE			
3	Virginia Pitta Pontual		AU	AU	UFPE	PE	NE			
4	Ana Clara Torres Ribeiro		CPOLSOC	SOL	UFRJ	RJ	SE			
2	Celia Ferraz de Souza		AU	AU	UFRGS	RS	S			
1	Elis de Araújo Miranda		GEO	PUR	UCAM	RJ	SE			
1	Eloisa Petti Pinheiro		AU	HIS	UFBA	BA	NE			
2	Elson Manoel Pereira	SEC EXEC	ENG	URB	UFSC	SC	S			
3	Ester Limonad		AU	AU	UFF	RJ	SE			
1	Iná Elias de Castro		GEOHIS	CPOLSOC	UFRJ	RJ	SE			
5	Leila Christina Duarte Dias	PRESID	GEO	GEO	UFSC	SC	S	2009	SC	S
1	Lucia Cony Faria Cidade		AU	PUR	UNB	DF	CO			
1	Maria Inês Sugai Maria Lucia Refinetti Rodrigues	SEC ADJU	AU	AU	UFSC	SC	S			
1	Martins		AU	AU	USP	SP	SE			
3	Rodrigo Ferreira Simões		ECO	ECO	UFMG	MG	SE			
1	Silvio José de Lima Figueiredo		TUR	COMUN	UFPA	PA	N			
4	Ana Clara Torres Ribeiro	PRESID 1	CPOLSOC	SOL	UFRJ	RJ	SE			
1	Angelo Szaniecki Perret Serpa		NI	AMB	UFBA	BA	NE			
3	Benny Schvasberg	SEC ADJU	AU	SOL	UNB	DF	CO			
1	Cibele Saliba Rizek		CPOLSOC	SOL	USP-SC	SP	SE			
2	Elson Manoel Pereira		ENG	URB	UFSC	SC	S			
3	Ester Limonad	PRESID 2	AU	AU	UFF	RJ	SE			
2	Lilian Fessler Vaz		AU	AU	UFRJ	RJ	SE	2011	RJ	SE
1	Maria Ângela de Almeida Souza		AU	HIS	UFPE	PE	NE			
1	María Mónica Arroyo		GEO	GEO	USP	SP	SE			
1	Paola Berenstein Jacques		AU	HIS	UFBA	BA	NE			

Tabela 11 - Gestões ANPUR (até 2013) - Todos os cargos

QTD DIR	NOME	CARGO	GRAD-AREA	DOUT-AREA	VÍNCULO	UF-VINC	REG-VINC	ANO-INÍCIO	UF-ELEICAO	REG-ELEICAO
1	Paulo Pereira de Gusmão Saint-Clair Cordeiro da Trindade		ADMP	GEO	UFRJ	RJ	SE			
1	Júnior		GEO	GEO	UFPA	PA	N			
1	Orlando Alves dos Santos Juniór	SEC ADJU	CPOLSOC	PUR	UFRJ	RJ	SE	2012	NA	NA
3	Benny Schvasberg		AU	SOL	UNB	DF	CO			
1	Clarice Maraschin		AU	PUR	UFRGS	RS	S			
1	Eduardo Alberto Cusce Nobre		AU	AU	USP	SP	SE			
1	Eneida Maria Souza Mendonça		AU	AU	UFES	ES	SE			
1	Fabiano Rocha Diniz	SEC ADJU	AU	GEO	UFPE	PE	NE			
1	Francisco de Assis da Costa		AU	AU	UFBA	BA	NE			
1	Geraldo Majela Gaudêncio Faria		AU	SOL	UFAL	AL	NE	2013	PE	NE
1	Ivo Marcos Theis		ECO	GEO	FURB	SC	S			
1	Lúcia Leitão Santos	SEC EXEC	AU	AU	UFPE	PE	NE			
1	Pedro de Novais Lima Júnior		AU	PUR	UFRJ	RJ	SE			
3	Rodrigo Ferreira Simões Simaia do Socorro Sales das		ECO	ECO	UFMG	MG	SE			
1	Mercês		AU	AU	UFPA	PA	N			
3	Virginia Pitta Pontual	PRESID	AU	AU	UFPE	PE	NE			

continuidade à orientação até agora seguida, que tem permitido contemplar as diferentes temáticas e abordagens, e as diferentes regiões”. (ANPUR, ATA 1989).

Tal chapa seria composta pelos Profs. Celso Lamparelli (USP, presidente), Philip Gun (USP, Secretário-Executivo) e, como diretores, os Profs. Ricardo Farret (UNB), Marcus André B. C. de Melo (UFPE) e Rainer Randolph (UFRJ). Sendo porposto para o Conselho Fiscal os Profs. Mario Velloso Costa (UFMG), Ivone Salgado (PUCCAMP) e Moema Castro Debiagi (UFRGS), tendo esta sido eleita com a unanimidade dos votos dos vinte delegados presentes.

As diferentes temáticas e abordagens podem ser observadas nos temas de estudo dos professores, como veremos a frente, no **Capítulo III**. Inicialmente, apenas para termos uma ideia geral do conjunto dos dirigentes da ANPUR, nos ateremos às disciplinas de formação (graduação) e doutoramento (pós-graduação) dos professores.

Dentre as disciplinas que compuseram as 15 primeiras Diretorias, vê-se como maioria os formados, em nível de graduação, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo – AU (52%) – em negrito na tabela. Isso se deve, mais uma vez, à própria estrutura do sistema de ensino superior brasileiro, que dispunha, até o começo no século XXI de um número superior de IES voltadas a essa formação.

Na sequência, aparecem as disciplinas de Ciências Políticas e Sociais - CPOLSOC, com 9%, Economia, com 8%, Geografia, com 7% (8%, quando somados os cursos de Geografia e História juntos²²¹), e Engenharia, com 4%. Os restantes 12% ficam para todas as demais disciplinas de graduação dos Diretores: Direito – DIR (3%), Saúde – SAU (1%), Administração Pública (1%), Artes Cênicas – ACEN (1%), Pedagogia – PEDA (1%), Física – FIS (1%), Turismo – TUR (1%) e Arquitetura – ARQ (1%), quando o curso não inclui formação conjugada em urbanismo, somando-se ainda 4% de Não Informado - NI, quando não consta essa informação no Lattes, e 3% de NE, quando o Lattes não foi localizado.

Quando considerada a área do curso de doutorado, no entanto, a predominância da pós-graduação em AU é sensivelmente menor (22%), quase empatando com a pós-graduação em Ciências Políticas e Sociais, pois quando somadas às especialidades de Sociologia e Ciência Política, informados separadamente²²², perfazem um total de 21%. Depois dessas, a Geografia tem 14%, o Planejamento Urbano e Regional – PUR, em negrito na tabela, tem 10% e a pós-graduação em Urbanismo tem 7%, mesmo percentual da pós-graduação em Economia.

Os demais 15% estão distribuídos nas seguintes formações doutorais: Meio Ambiente – AMB (3%), História (3%), Administração – ADM (1%), Saúde – SAL (1%), Arquitetura – ARQ

²²¹ Alguns Lattes não diferenciam essas áreas e como foi essa uma opção do próprio preenchedor, resolvemos manter conforme original

²²² Mesmo caso da referência anterior. Como cada Universidade tem uma grade diferente, e alguns dos cursos de pós-graduação foram feitos no exterior, preferiu-se manter a categorização mais próxima ao original encontrado no Lattes.

(1%), Demografia – DEMO (1%), Desenvolvimento Regional – DREG (1%), Comunicação – COMUM (1%), sendo ainda 4% de NI e 3% de NE.

Se analisarmos as chapas ao longo dos anos vemos pouca alteração tanto com relação à distribuição geográfica, quanto à representação institucional e quanto aos cursos de formação.

No subitem a seguir detalharemos mais o aspecto da formação disciplinar dos dirigentes da ANPUR nos seus primeiros 30 anos de existência.

IV.1 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO ACADÊMICA

Na **Tabela 12 – Diretores ANPUR até 2013 – Formação**, abaixo, sistematizou-se, para os nomes dos 96 (noventa e seis) professores e profissionais²²³, que passaram por Diretorias da ANPUR (em todos os cargos) as instituições de graduação e doutorado, bem como os respectivos países e áreas.

Esta **Tabela 12** trabalha duas ideias principais: a coincidência (ou diversidade) entre as universidades de vínculo profissional, de graduação e de pós-graduação e a “migração” de áreas e países entre os cursos de graduação e pós-graduação.

Migração não necessariamente quer dizer abandono ou descarte das opções feitas anteriormente, mais uma certa adaptação incremental. Foi o que explicitou, em outras palavras, Heloisa Soares de Moura Costa, em entrevista à autora:

Um primeiro conjunto de observações diz respeito à dispersão entre as universidades de formação, de mestrado e a de atuação profissional. Da amostra de 96 (noventa e seis) professores, 38% lecionam na mesma instituição onde cursaram a graduação, 34% lecionam onde fizeram o mestrado, e apenas 18% permanecem como professores na mesma universidade de doutoramento.

A coincidência entre as universidades de graduação e mestrado mantém a mesma faixa (de aproximadamente 1/3 - um terço) das observações anteriores, ou seja, 33% dos professores aqui listados fizeram graduação e sua primeira pós-graduação na mesma instituição (excluídas

²²³ Dos 96 Diretores da ANPUR apenas José Antônio Fialho Alonso não é professor universitário, atuando como pesquisador da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE/RS, vinculada à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo daquele Estado. Optou-se por não excluir este nome da amostragem e, conseqüentemente, das estatísticas produzidas sobre a formação universitária e, para facilitar a redação, seguiu-se tratando todos de forma homogênea. Oportunamente faremos diferenciação, quando tratar-se do aspecto de atuação profissional.

Tabela 12 - Diretorias ANPUR - formação acadêmica

QTD DIR	N	NOME	VÍNCULO	GRAD-UNIV	MEST-UNIV	DOUT-UNIV	GRAD-PAÍS	MEST-PAÍS	DOUT-PAÍS	GRAD-ÁREA	MEST-ÁREA	DOUT-ÁREA
1	27	Adauto Lúcio Cardoso	UFRJ	UFRJ	UFRJ	USP	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	AU
1	28	Aldo Paviani	UNB	PUC-RS	NI	UFMG	BRA	NI	BRA	GEO	NI	GEO
4	3	Ana Clara Torres Ribeiro	UFRJ	PUC-RJ	IUPERJ	USP	BRA	BRA	BRA	CPOLSOC	SOL	SOL
3	4	Ana Maria Fernandes	UFBA	USP	UPEC	UPEC	BRA	FRA	FRA	AU	URB	AMB
1	29	Angelo Szaniecki Perret Serpa	UFBA	NI	NI	BOKU-WIEN	NI	NI	ALE	NI	NI	AMB
3	5	Benny Schvasberg	UNB	UFF	UFRJ	UNB	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	SOL
2	11	Brasilmar Ferreira Nunes	UNB	USP	UFRJ	UPJV	BRA	BRA	FRA	ECO	PUR	SOL
2	12	Carlos Bernardo Vainer	UFRJ	NI	NI	PARIS 1	NI	NI	FRA	NI	NI	ECO
1	30	Carlos Roberto Monteiro de Andrade	USP-SC	USP	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	31	Cássio Frederico Camargo Rolim	UFPR	USP	UFRJ	USP	BRA	BRA	BRA	ECO	PUR	ECO
2	13	Celia Ferraz de Souza	UFRGS	MACK	UFRGS	USP	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	AU
1	32	Celso Monteiro Lamparelli	USP	UFRJ	NI	NI	BRA	NI	NI	AU	NI	NI
1	33	Cibele Saliba Rizek	USP-SC	USP	PUC-SP	USP	BRA	BRA	BRA	CPOLSOC	CPOLSOC	SOL
2	14	Circe Gama Monteiro	UFPE	UFPR	UFRJ	OX	BRA	BRA	ING	AU	PUR	SOL
1	34	Clarice Maraschin	UFRGS	UFRGS	UFRGS	UFRGS	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	PUR
1	35	Cristina Gobbi	UNB	UNIUBE	UNB	NI	BRA	BRA	NI	ENG	AU	NI
1	36	Décio Rigatti	UFRGS	UFRGS	UFRGS	USP	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	AU
1	37	Denise Barcellos Pinheiro Machado	UFRJ	UFRGS	NI	UPEC	BRA	NI	FRA	AU	NI	GEO
2	15	Edna Maria Ramos de Castro	UFPA	UFPA	EHESS	EHESS	BRA	FRA	FRA	CPOLSOC	SOL	CPOLSOC
1	38	Eduardo Alberto Cusce Nobre	USP	USP	OBU	USP	BRA	ING	BRA	AU	AU	AU
1	39	Elis de Araújo Miranda	UCAM	UFPA	UFPA	UFRJ	BRA	BRA	BRA	GEO	AMB	PUR
1	40	Eloisa Petti Pinheiro	UFBA	UFRJ	UFBA	UPC	BRA	BRA	ESP	AU	AU	HIS
2	16	Elson Manoel Pereira	UFSC	UFSC	UFSC	IUGA	BRA	BRA	FRA	ENG	ADM	URB
1	41	Eneida Maria Souza Mendonça	UFES	UFRJ	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
3	6	Ester Limonad	UFF	MACK	UFRJ	USP	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	AU
1	42	Esterzilda Berenstein de Azevedo	UFBA	UFBA	UFBA	USP	BRA	BRA	BRA	AU	CPOLSO C	URB
1	43	Eva Machado Barbosa Samios	UFRGS	UFBA	UFRGS	UBIEL	BRA	BRA	ALE	CPOLSOC	SOL	CPOLSOC
1	44	Fabiano Rocha Diniz	UFPE	UFPE	UFPE	IHEAL	BRA	BRA	FRA	AU	URB	GEO
1	45	Francisco de Assis da Costa	UFBA	UFPA	NI	UPC	BRA	NI	ESP	AU	NI	AU
2	17	Frederico Rosa Borges de Holanda	UNB	UFPE	UL	UL	BRA	ING	ING	AU	ARQ	ARQ
2	18	Geraldo Magela Costa	UFMG	UFMG	UFRJ	LSE	BRA	BRA	ING	ENG	PUR	GEO
1	46	Geraldo Majela Gaudêncio Faria	UFAL	UFPR	PARIS 1	PARIS 1	BRA	FRA	FRA	AU	AU	SOL
1	47	Guilherme Costa Varela	UFPE	UFPE	GATECH	GATECH	BRA	EUA	EUA	AU	URB	URB
1	48	Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller	UNB	FADU	UNB	NI	URU	BRA	NI	AU	AU	NI
2	19	Helôisa Soares de Moura Costa	UFMG	UFRJ	AA	UFMG	BRA	ING	BRA	AU	URB	DEMO
1	49	Henri Acselrad	UFRJ	NI	PARIS 1	PARIS 1	NI	FRA	FRA	NI	ECO	PUR
1	50	Hermes Magalhães Tavares	UFRJ	FGV	PARIS 3	UNICAMP	BRA	FRA	BRA	ADMP	ECO	ECO
1	51	Iná Elias de Castro	UFRJ	UFRJ	UFRJ	IUPERJ	BRA	BRA	BRA	GEOHIS	GEO	CPOLSOC
1	52	Isaías Carvalho Santos Neto	UFBA	UFBA	UFBA	USP	BRA	BRA	BRA	AU	CPOLSO C	AU
1	53	Ivo Marcos Theis	FURB	FURB	UFSC	TÜBINGEN	BRA	BRA	ALE	ECO	ADM	GEO
1	54	Ivone Salgado	PUCCAMP	USP	UPEC	UPEC	BRA	FRA	FRA	AU	URB	URB
1	55	João Farias Rovati	UFRGS	UFRGS	UFRJ	PARIS 8	BRA	BRA	FRA	AU	PUR	AU

QTD DIR	N	NOME	VÍNCULO	GRAD-UNIV	MEST-UNIV	DOUT-UNIV	GRAD-PAÍS	MEST-PAÍS	DOUT-PAÍS	GRAD-ÁREA	MEST-ÁREA	DOUT-ÁREA
1	56	Jorge de Rezende Dantas	USP	UFMG	NI	PARIS 1	BRA	NI	FRA	ARQ	NI	GEO
1	57	José Antônio Fialho Alonso	FEE-RS	UFMS	UFRGS	NI	BRA	BRA	NI	CPOLSOC	ECO	NI
1	58	José Carlos Cavalcanti	UFPE	UFPE	UFRJ	UM	BRA	BRA	ING	ENG	PUR	HIS
1	59	José Galbinski	UNB	UFRGS	NI	CORNELL	BRA	NI	EUA	AU	NI	PUR
1	60	José Julio Ferreira Lima	UFPA	UFPA	OBU	OBU	BRA	ING	ING	AU	AU	AU
1	61	Jupira Gomes de Mendonça	UFMG	UFMG	UNAM	UFRJ	BRA	MEX	BRA	AU	AU	PUR
5	1	Leila Christina Duarte Dias	UFSC	UFRJ	UFRJ	PARIS 4	BRA	BRA	FRA	GEO	GEO	GEO
2	20	Lilian Fessler Vaz	UFRJ	UFRJ	UFRJ	USP	BRA	BRA	BRA	AU	PUR	AU
1	62	Lucia Cony Faria Cidade	UNB	UFRJ	UFRJ	CORNELL	BRA	BRA	EUA	AU	PUR	PUR
1	63	Lúcia Leitão Santos	UFPE	UFPE	UFPE	UPTO	BRA	BRA	PRT	AU	URB	AU
1	64	Lucio Grinover	USP	USP	NI	USP	BRA	NI	BRA	AU	NI	AU
1	65	Luis Eduardo Aragón Vaca	UFPA	UNAL	MSU	MSU	COL	EUA	EUA	CPOLSOC	GEO	GEO
2	21	Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes	UFBA	UNB	PARIS 1	UT	BRA	FRA	FRA	AU	GEO	CPOLSOC
1	66	Marcus André Barreto Campelo de Melo	UFPE	NI	UFPE	SUSSEX	NI	BRA	ING	NI	PUR	CPOL
1	67	Maria Adélia Aparecida de Souza	USP	USP	IHEAL	PARIS 1	BRA	FRA	FRA	GEO	GEO	GEO
1	68	Maria Ângela de Almeida Souza	UFPE	UFPE	UFPE	UFPE	BRA	BRA	BRA	AU	URB	HIS
2	22	Maria Cristina da Silva Leme	USP	USP	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	69	Maria Flora Gonçalves	UNICAMP	FESPSP	PUC-SP	UNICAMP	BRA	BRA	BRA	CPOLSOC	CPOLSOC	CPOLSOC
1	70	Maria Inês Sugai	UFSC	USP	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	71	Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	USP	USP	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	URB	AU
1	72	María Mónica Arroyo	USP	FLL-UBA	USP	USP	ARG	BRA	BRA	GEO	GEO	GEO
1	73	Mário Velloso Costa	UFMG	NE								
2	23	Martim Oscar Smolka	UFRJ	PUC-RJ	UPENN	UPENN	BRA	EUA	EUA	ECO	DREG	DREG
1	74	Milton Almeida dos Santos	USP	UFBA	NI	UNISTR A	BRA	NI	FRA	DIR	NI	GEO
1	75	Moema Castro Debiagi	UFRGS	NE								
1	76	Nabil Georges Bonduki	USP	USP	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	77	Naia Geila Innocente de Oliveira	FEE-RS	PUC-RS	NI	NI	BRA	NI	NI	CPOLSOC	NI	NI
1	78	Norma Lacerda Gonçalves	UFPE	UFPE	UFPE	PARIS 3	BRA	BRA	FRA	AU	URB	GEO
1	79	Orlando Alves dos Santos Júnior	UFRJ	UFF	UFRJ	UFRJ	BRA	BRA	BRA	CPOLSOC	PUR	PUR
1	80	Paola Berenstein Jacques	UFBA	UFRJ	PARIS 1	PARIS 1	BRA	FRA	FRA	AU	FILO	HIS
1	81	Paulo Castilho	UNB	UFRJ	UNB	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	82	Paulo Pereira de Gusmão	UFRJ	FGV-EBAPE	UFRJ	UFRJ	BRA	BRA	BRA	ADMP	ENG	GEO
1	83	Pedro Abramo	UFRJ	UFF	UFRJ	EHESS	BRA	BRA	FRA	ECO	PUR	ECO
1	84	Pedro de Novais Lima Júnior	UFRJ	UFRJ	TUNS	UFRJ	BRA	CAN	BRA	AU	PUR	PUR
1	85	Philip Oliver Mary Gunn	USP	BELF	ED	USP	ING	ING	BRA	AU	PUR	URB
2	24	Rainer Randolph	UFRJ	GÖTTING	TUM	FAU-UEN	ALE	ALE	ALE	FIS	ECO	CPOLSOC
1	86	Raul da Silva Navegantes	UFPA	NE								
1	87	Renato Luiz Sobral Anelli	USP	PUC-CAMP	UNICAMP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	HIS	AU
5	2	Ricardo Libanez Farret	UNB	UFRGS	UC-BERK	UC-BERK	BRA	EUA	EUA	AU	PUR	PUR
3	7	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	UFMG	UFMG	UFRJ	UCLA	BRA	BRA	EUA	AU	PUR	URB
1	88	Roberto Smith	UFC	MACK	UFC	USP	BRA	BRA	BRA	ECO	ECO	ECO

Tabela 12 - Siretoria ANPUR - formação acadêmica

QTD DIR	N	NOME	VÍNCULO	GRAD-UNIV	MEST-UNIV	DOUT-UNIV	GRAD-PAÍS	MEST-PAÍS	DOUT-PAÍS	GRAD-ÁREA	MEST-ÁREA	DOUT-ÁREA
3	8	Rodrigo Ferreira Simões	UFMG	UFMG	NI	UNICAMP	BRA	NI	BRA	ECO	NI	ECO
1	89	Romulo Celso Krafta	UFRGS	UFRGS	OBU	CAM	BRA	ING	ING	AU	URB	URB
1	90	Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	UFPA	UFPA	UFPA	USP	BRA	BRA	BRA	GEO	AMB	GEO
1	91	Sarah Feldman	USP-SC	MACK	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	92	Silvio José de Lima Figueiredo	UFPA	UFPA	UFPA	USP	BRA	BRA	BRA	TUR	AMB	COMUN
1	93	Silvio Mendes Zancheti	UFPE	USP	UM	USP	BRA	ING	BRA	AU	URB	AU
1	94	Simaia do Socorro Sales das Mercês	UFPA	UFPA	USP	USP	BRA	BRA	BRA	AU	AU	AU
1	95	Sonia Marques	UFRN	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE
2	25	Suzana Pasternak Taschner	USP	USP	USP	USP	BRA	BRA	BRA	SAU	SAU	SAU
2	26	Tania Maria Diederichs Fischer	UFBA	UFRGS	UFRGS	USP	BRA	BRA	BRA	PEDA	ADM	ADM
3	9	Virginia Pitta Pontual	UFPE	UFPE	UFPE	USP	BRA	BRA	BRA	AU	URB	AU
3	10	Wrana Maria Panizzi	UFRGS	UPF	UFRGS	PARIS 1	BRA	BRA	FRA	DIR	PUR	CPOLSOC
1	96	Yvonne Miriam Martha Mautner	USP	USP	USP	UCL-BSA	BRA	BRA	ING	AU	AU	AU

neste caso as especializações e o “doutorado direto”), sendo que os mesmos 33% mantiveram como instituição de doutoramento aquela onde cursaram mestrado.

Vejamos com mais detalhes alguns desdobramentos desses aspectos nas Tabelas 12a a 12g a seguir.

As principais universidades representadas nas Diretorias da ANPUR e seus percentuais em relação aos ocupantes de cargos são: UFRJ e USP (15% cada), UNB e UFPE (10% cada), UFBA (9%), UFRGS (8%), UFPA (7%), UFMG (6%). Se somadas, a USP e a USP São Carlos – USP-SC teria juntas 18% da participação entre os Diretores da ANPUR²²⁴.

VÍNCULO	QTD	%	GRAD-UNIV	QTD	%	MEST-UNIV	QTD	DOUT-UNIV	QTD	DOUT-UNIV	QTD
UFRJ	14	15%	USP	16	17%	UFRJ	17	USP	31	PARIS 1	7
USP	14	15%	UFRJ	12	13%	USP	11	UFRJ	5	UPEC	3
UNB	10	10%	UFPE	8		UFRGS	7	UNICAMP	3	EHESS	2
UFPE	10	10%	UFRGS	8		UFPE	6	UFMG	2	CORNELL	2
UFBA	9	9%	UFPA	6		UFBA	3	UNB	1	UPC	2
UFRGS	8	8%	UFMG	5		UFPA	3	UFPE	1	UCLA	1
UFPA	7	7%	MACK	4		UNB	3	IUPERJ	1	SUSSEX	1
UFMG	6	6%	UFBA	4		PUC-SP	2	UFRGS	1	GATECH	1
UFSC	3		UFF	3		UFSC	2	TOTAL BR	45	IHEAL	1
USP-SC	3		UFPR	2		IUPERJ	1			UBIEL	1
FEE-RS	2		PUC-RS	2		UFC	1			IUGA	1
UFAL	1		PUC-RJ	2		UNICAMP	1			UL	1
UFRN	1		UFSM	1		TOTAL BR	57			LSE	1
UFF	1		PUCAMP	1						BOKU-WIEN	1
UNICAMP	1		FGV-EBAPE	1		MEST-UNIV	QTD			MSU	1
FURB	1		UNIUBE	1		PARIS 1	4			TÜBINGEN	1
PUCAMP	1		UFSC	1		OBU	3			OBU	1
UFC	1		FURB	1		UPEC	2			UC-BERK	1
UFPR	1		UNB	1		TUNS	1			OX	1
UFES	1		FGV	1		GATECH	1			UCL-BSA	1
UCAM	1		CHCAE	1		UL	1			UNISTRA	1
TOTAL	96		UFPB	1		IHEAL	1			UM	1
			UFF	1		TUM	1			FAU-UEN	1
			TOTAL BR	83		MSU	1			UPORTO	1
						UC-BERK	1			CAM	1
			GRAD-UNIV	QTD		EHESS	1			UPENN	1
			GÖTTING	1		UM	1			UPJV	1
			BELF	1		UNAM	1			PARIS 3	1
			UNAL	1		ED	1			UT	1
			FADU	1		UPENN	1			PARIS 4	1
			FLL-UBA	1		AA	1			PARIS 8	1
			TOTAL INTERN*	5		PARIS 3	1			TOTAL INTERN*	42
			excluídos NI e NE			TOTAL INTERN*	23			excluídos NI e NE	
						excluídos NI e NE					

Essas duas primeiras instituições são também as maiores responsáveis pela formação dos dirigentes da ANPUR, nos três níveis de ensino superior aqui tratados, graduação, mestrado e doutorado, contribuindo, USP e UFRJ, respectivamente, com as seguintes porcentagens: 17%, 11%, 32% e 13%, 18%, 5%. O dado mais chamativo diz respeito à importância da USP na formação de doutores. Um terço dos diretores da ANPUR passou por algum de seus *campi* paulistanos²²⁵. Dentre os que fizeram doutorado no Brasil (45), esta instituição é responsável,

²²⁴ As estimativas feitas a partir da Tabela 11 diferem das obtidas a partir da Tabela 22 pois naquela, ao se considerar as gestões, há repetição dos nomes que ocuparam cargos mais de uma vez e, portanto, das instituições que representam, o que ocorre também quando tratadas as áreas de estudo. Tal diferenciação é válida pois na formação das chapas, como vimos, os critérios de diversidade regional e abrangência temática (tratado inicialmente como área de formação, sabendo-se que não se resume a isso) são consideradas.

²²⁵ Nenhum dos diretores listados se graduou ou se pós-graduou na USP – São Carlos.

pois, por quase 70% dos membros. Isso sem dispor de uma Pós-graduação específica em Planejamento Urbano e Regional, como é o caso da UFRJ, na figura do IPPUR, que, por outro lado, tendeu a atrair mais desses estudantes em nível de mestrado.

Mais adiante discriminar-se-á melhor os quesitos de curso, ano de obtenção do título, e possibilidades de convívio e formação de redes de relação e orientação, entre outros aspectos, como o prestígio universitário de seus professores.

Ainda em um nível macro de observação, cabe ressaltar a crescente contribuição das universidades estrangeiras na formação dos professores e profissional das primeiras gestões da Associação/ do corpo diretivo da ANPUR. Foram 5 (cinco) diretores que fizeram graduação fora do país, 23 (vinte e três) que saíram para fazer mestrado e 42 (quarenta e dois, ou quase 50%) que optaram pelo doutorado no exterior. Somando os dois níveis de pós-graduação

Quantitativamente, temos que a metade ou um pouco mais (51 membros, 53%) dos 96 membros dirigentes fizeram pelo menos um nível de formação no exterior, sendo que 34 (35%) dirigentes fizeram apenas 1 dos níveis de formação fora do país, 15 (16%) estudaram no exterior em duas oportunidades e apenas 2²²⁶ (2%) se formaram integralmente no estrangeiro. Portanto, apenas 45 diretores (47%) se formaram integralmente no Brasil.

Entre as universidades mais procuradas por este “grupo”, as francesas são de longe o destino mais comum. O conjunto de Tabelas 12h a 12j a seguir explicitam os países de preferência.

GRAD-PAÍS	QTD	MEST-PAÍS	QTD	%	DOUT-PAÍS	QTD	%
ING	1	FRA	9	39%	FRA	20	48%
ALE	1	ING	7	30%	ING	8	19%
URU	1	EUA	4	17%	EUA	7	17%
ARG	1	ALE	1		ALE	4	
COL	1	CAN	1		ESP	2	
TOTAL INTERNAC	5	MEX	1		PRT	1	
		TOTAL INTERNAC	23		TOTAL INTERNAC	42	

Razões de muitas vezes de ordem pessoal ou familiar condicionam as escolhas dos países, como no caso de HSMC, que revelou, em entrevista à autora, que tomou como oportunidade para se pós-graduar²²⁷ a ida de seu marido (também ex-diretor da ANPUR, Geraldo Magela Costa), que cursou doutorado na Inglaterra, aproveitando assim das facilidades oferecidas à época pela CAPES, para familiares de bolsistas no exterior.

²²⁶ Luis Eduardo Aragón Vaca (UFPA), que estudou na UNAL, MSU e MSU; e Rainer Randolph (UFRJ), que estudou em GÖTTING, TUM e FAU-UEN, respetivamente, na graduação, mestrado e doutorado.

²²⁷ HSMC fez xxx na LSE

Outros buscam instituições específicas por sua notoriedade, ou por alguma facilidade linguística anteriores, como expôs Sara Feldman, em entrevista à autora. Ela comentou que estudou francês na escola Caetano de Campos, importante escola²²⁸.

A facilidade linguística pretérita é fator importante, já que muitos estudaram frances nas escolas brasileiras, inclusive as públicas, a exceção de Vaca, quem se formou em xxx tendo o espanhol sua língua materna, estou em xxx no mestrado e doutorado e atualmente ministra aulas na UFPA.

Dos que buscavam a notoriedade da instituição ou que desejavam contato com um determinado professor, tem-se os casos de xxx

Universidade pública x privada

Sobre a importância/ notoriedade/ trajetória de determinadas escolas no ensino de pur fora do Brasil

Enquanto no nível de graduação figuraram pelo menos três universidades latino-americanas (países: Uruguai, Argentina e Colômbia), o número de instituições latino-americanas cai para 1 (hum – no México) quando se trata de formação em nível de mestrado, e para 0 (zero) no destino dos futuros doutores, diretores da ANPUR.

Tais números divergem, para o grupo estudado, das teses que apresentam o Chile como destino comum dos intelectuais voltados aos estudos urbanos, muito embora o país tenha de acolhido importantes pensadores (FIX; ARANTES, 2020).

Depois da França, que recebeu 39% dos que fizeram mestrado no exterior e 48% dos que decidiram deixar o Brasil para se doutorar, segue a Inglaterra com 30% e 19% respectivamente, e os Estados Unidos, com 17% dos que optaram tanto pelo mestrado, quanto pelo doutorado no exterior.

Sobre as diferentes tradições no ensino nesses países

No tocante às migrações de curso (ou área), vemos que elas são bastante significativas na trajetória de formação acadêmica do corpo diretivo da ANPUR. Entre a graduação e o mestrado 69 (72%) dos dirigentes mudaram de área de estudo.

Esse número cai para 52 (54%) se considerarmos cursos de Arquitetura – ARQ ou Urbanismo URB aglutinados sob o rótulo de Arquitetura e Urbanismo - AU, por exemplo, fazendo o mesmo para as áreas de Geografia - GEO e de História HIS dentro do mesmo rótulo GEOHIS, visto que há cursos de graduação e de sobretudo de pós-graduação que não fazem diferenciação, ou pelo menos essa não foi feita no preenchimento do Lattes. Tal indistinção

²²⁸ ano de xxxx, quando o francês saiu do currículo escolar). Por outro lado, também constitui uma barreira. Dentre os diretores que estudaram no exterior em mais de uma oportunidade, nenhum migrou de domínio linguístico (do francês para o anglo-saxão, por exemplo

ocorre em especial no caso das Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política, onde, quando especificadas, e passando a serem consideradas como Ciências Políticas e Sociais – CPOLSOC de forma mais ampla.

Entre os níveis de graduação e doutorado a migração parece menor, o que quer dizer uma possível reaproximação com a área de formação original. Mesmo assim o número ainda permanece alto: 55 (57%) diretores mudaram de área, ou 46 (48%) se consideradas as áreas de forma aglutinada, conforme explicação acima. Praticamente os mesmos níveis de mudança de área ocorre entre mestrado e doutorado: 59 (61%) dirigentes mudaram de área entre mestrado e doutorado, respectivamente, 52 (54%) se aplicada a aglutinação das áreas.

Quanto aos cursos mais presentes, é visível a quantidade de membros que vieram dos bancos das escolas e Arquitetura e Urbanismo – AU (em negrito na Tabela 12), que predomina como formação inclusive em nível de doutorado, embora em patamares menos representativos, sendo apenas no mestrado que o Planejamento Urbano e Regional – PUR (tambem em negrito, na Tabela 12) se destaca entre as áreas mais procuradas, muito graças à existência do IPPUR, que abrigou 64% dos diretores que se tornaram mestres nesta área.

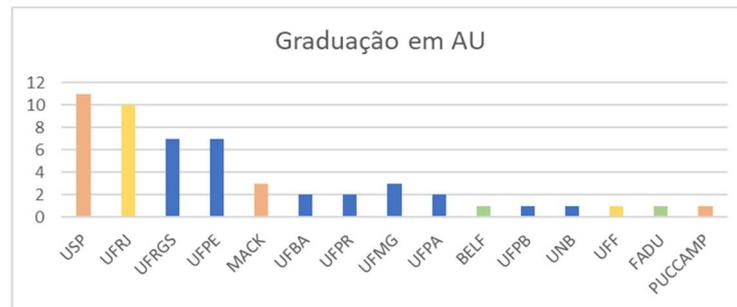
A seguir, as Tabelas 12k a 12m descrevem um pouco mais detalhadamente a distribuição da formação do corpo diretivo da ANPUR.

GRAD-ÁREA	QTD	%	MEST-ÁREA	QTD	%	DOUT-ÁREA	QTD	%
AU	52	54%	PUR	22	23%	AU	25	26%
ARQ	1	1%	AU	16	17%	ARQ	1	1%
CPOLSOC	8	8%	URB	12	13%	URB	7	7%
ECO	7	7%	ARQ	1	1%	GEO	14	15%
GEO	6	6%	GEO	6	6%	PUR	9	9%
GEOHIS	1	1%	ECO	5	5%	CPOLSOC	7	7%
ENG	4	4%	CPOLSOC	4	4%	SOL	6	6%
ADMP	2	2%	SOL	3	3%	CPOL	1	1%
DIR	2	2%	ADM	3	3%	ECO	6	6%
ACEN	1		AMB	3	3%	HIS	4	4%
FIS	1		DREG	1		AMB	2	2%
PEDA	1		ENG	1		ADM	1	
SAU	1		FILO	1		COMUN	1	
TUR	1		HIS	1		DEMO	1	
			SAU	1		DREG	1	
NE	4					SAU	1	
NI	4		NE	4				
TOTAL DIR	96		NI*	12		NE	4	
			TOTAL DIR	96		NI	5	
			*Muitos fizeram doutorado direto			TOTAL DIR	96	

Algumas observações sobre as tabelas acima e anteriormente apresentadas: 55% (53) dos diretores dos 30 primeiros anos da ANPUR vieram de escolas de Arquitetura e Urbanismo, sendo que 11 vieram da USP, 10 da UFRJ, 7 da UFRGS, 7 da UFPE e 3 do Mackenzie e 1 na

PUCAMP, e 1 na UFF. São Paulo tem, portanto, 15 de 53 (28%) de formandos em AU, enquanto o Rio de Janeiro tem 12 (21%).

A distribuição das instituições de origem é apresentada no **Gráfico 2**, destacando-se em laranja a UF de São Paulo - SP, em amarelo a UF do Rio de Janeiro – RJ e em verde as universidades estrangeiras²²⁹.



Esse destaque é dado o grau de concentração que ocorre nessas duas localidades, entre os anos de 19xx e 19xx.

Sobre esses anos em São Paulo e no Rio, no contexto do país

Quanto a formação em Ciências Políticas e Sociais - CPOLSOC assim como nas demais disciplinas (ou áreas) ela se dá de forma bem dispersa, sem haver maiores concentrações em uma ou outra universidade. Tem-se um formando em CPOLSOC em cada uma das seguintes universidades brasileiras: USP, UFSM, UFPA, PUC-RS, UFBA, PUC-RJ, UFF, e um formando na UNAL (país), Luis Eduardo Aragón Vaca

A área de Planejamento Urbano e Regional - PUR não aparece como graduação por não haver, naquela época, graduação nesta área no Brasil, e tendo os demais (2) que fizeram sua primeira formação no exterior optado pelas áreas de Física e Geografia, respectivamente, Rainer Randolph na GÖTTING (Alemanha) e María Mónica Arroyo FLL-UBA (Argentina).

A área de PUR ganha importância no mestrado, como dito, como o IPPUR concentrado 14 (quatorze) futuros diretores, que ali estudaram entre os anos xx e xx.

Depois da UFRGS, que recebeu 4 alunos, futuros diretores da ANPUR, a única universidade brasileira procurada para o curso de mestrado em PUR foi a UFPE (1). No exterior, viraram mestres nas seguintes instituições: ED (1), TUNS (1) e UC-BERK (1).

Ainda em nível de mestrado, para a área de AU, a USP segue a Universidade mais procurada, tendo recebido 9 futuros dirigentes da ANPUR, entre os anos xx e xx, seguida pela

²²⁹ Philip Oliver Mary Gunn se formou em AU na Inglaterra BELF e Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller na FADU no Uruguay. Sobre a formação dos arquitetos no Uruguay....

UNB (3 alunos), e da UFBA (1 aluno). Destaque deve ser dado ao mestrado em Urbanismo na UFPE, responsável por formar 5 dos 96 futuros diretores da Associação, entre os anos xx e xx.

Entre as universidades estrangeiras procuradas para o mestrado em AU (ou Urbanismo), tem-se: OBU (3), UPEC (2), UL (1), PARIS 1 (1), UNAM (1), AA (1), GATECH (1) e UM (1).

A Geografia ganha importância no doutoramento dos membros dirigentes da ANPUR, acolhendo 14 (15%) diretores. Desses, 7 (50%) se mudaram para a França para estudar: IHEAL (1), PARIS 1 (2), PARIS 3 (1), PARIS 4 (1), UNISTRA (1) e UPEC (1), 2 foram para os EUA (LSE e MSU), e 1 TÜBINGEN. Os que ficaram no Brasil, estudaram na USP (2), UFMG (1) e UFRJ (1).

A UFRJ lppur é o destino de 4 (44%) dos 9 doutores em PUR, seguido, no Brasil, pela UFRGS (1), e fora, pela CORNELL (2), PARIS 1 (1) e UC-BERK (1).

No entanto, também neste nível mais alto de formação acadêmica, é a USP quem mais recebeu estudantes em busca da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – AU. Dos 33 doutores em AU (100% dos que fizeram doutorado em AU no Brasil) que vieram a compor as primeiras gestões da ANPUR, 22 (67%) frequentaram a FAUUSP, entre os anos xx e xx.

USP e principais orientadores

Porém ao contrário da Geografia, foi a Inglaterra o país que mais recebeu esses doutorandos: UL 1, ING 1, OBU 1, UCL-BSA 1, CAMING 1, tendo a França recebido 3, PARIS 8, FRA 1, IUGA 1, UPEC 1 e os EUA 2, GATECH 1, UCLA 1. Outras instituições frequentadas foram: UPC 1, ESP 1, UPORTO 1, PRT 1,

A importância numérica das Ciências Sociais e Políticas, como área de formação, decresce da graduação para a pós, perdendo posição para a Geografia e a Economia no mestrado, e para Geografia e o PUR no doutorado

Também a área de Economia - ECO diminuiu sua participação no mestrado, e um pouco menos no doutorado, quando comparada à sua participação na graduação do corpo diretivo da ANPUR.

A área Ambiental - AMB aparece com mais destaque que a área de desenvolvimento regional - DREG, mas recente, mas que vem ganhando importância entre as instituições filiadas à ANPUR, como vimos.

Uma das principais características do corpo diretivo nos primeiros 30 anos de ANPUR é a excelência acadêmica. Medida pela própria régua estabelecida pelos órgãos brasileiros responsáveis pela organização do Sistema de Ensino Superior – SES, alguns números procuram dar concretude à afirmação.

Conforme sistematizado na **Tabela 13 – Presidentes ANPUR/ Bolsa Produtividade CNPq**, dos 16 Presidentes eleitos, excluídos os membros do Conselho Provisório, 11 (68%) são Bolsista Produtividade do CNPQ.

N	NOME	GESTÃO	VÍNCULO	TÍTULO	BP CNPQ	AREA	COMT/COMS	REVISOR
1	Ricardo Libanez Farret	1984	UNB	PD	1A	S	N	N
2	Martim Oscar Smolka	1986	UFRJ	PD	1B	S	S	S
3	Celso Monteiro Lamparelli	1989	USP	LD	N	N	N	N
4	Milton Almeida dos Santos	1991	USP	LD	2	S	S	N
5	Wrana Maria Panizzi	1993	UFRGS	LD	1D	S	S	S
6	Carlos Bernardo Vainer	1995	UFRJ	TI	N	S	N	N
7	Norma Lacerda Gonçalves	1997	UFPE	TI	1C	N	S	S
8	Maria Flora Gonçalves	1999	UNICAMP	PD	1A	S	S	S
9	Maria Cristina da Silva Leme	2001	USP	LD	1A	N	S	S
10	Heloisa Soares de Moura Costa	2003	UFMG	TI	1A	S	S	S
11	Ana Maria Fernandes	2005	UFBA	TI	N	N	N	N
12	Edna Maria Ramos de Castro	2007	UFPA	TI	1B	N	S	N
13	Leila Christina Duarte Dias	2009	UFSC	TI	N	N	N	N
14	Ana Clara Torres Ribeiro*	2011	UFRJ	TI	N	N	N	N
15	Ester Limonad	2011	UFF	TI	1A	N	S	N
16	Virginia Pitta Pontual	2013	UFPE	PD	1C	S	S	S

Ricardo Farret, Martin Smolka, Celso Lamparelli e Milton Santos, todos já apresentados anteriormente, não são Bolsista Produtividade do CNPq por diferentes razões. Ricardo Farret passou a dedicar-se a consultorias externas (tais como), contando tendo também com outras fontes de recursos para as pesquisas do NEUR (quais?).

Martin Smolka, desligado da UFRJ em xxx, atua no *Linconl* desde xxx e tem, portanto, entre outras atividades de consultoria, recursos para ensino e pesquisa oriundos, em boa medida, naquela instituição.

Celso Lamparelli e Milton Santos podem ser considerados pertencentes a uma geração anterior à implementação do sistema de avaliação pessoal e institucional hoje vigente. Ambos se formaram nos anos de xxx, enquanto boa parte do restante dos membros das diretorias finalizou a graduação nas décadas seguintes.

Os demais Presidentes todos são importantes pesquisadores, incluindo Maria Flora Gonçalves, que publica com frequência. O fato de não ter Bolsa Produtividade se deve a ???.

Mas talvez o mais interessante de se observar na Tabela 3 seja a hegemonia feminina na Presidência da ANPUR, garantindo a ocupação deste posto desde 1993, e de forma ininterrupta, desde 1997, tendo a Presidência caído nas mãos de um representante do sexo masculino apenas na gestão 1995-1997. Carlos Vainer é Pesquisador Produtividade 1A, assim como Norma Lacerda, Maria Cristina Leme, Heloisa Soares e Ana Clara Torres Ribeiro. Sobre essas pessoas: Carlos Vainer, Norma Lacerda, Maria Cristina da Silva Leme, Heloisa Soares de Moura Costa, Ana Clara Torres Ribeiro.

A dedicação à burocracia acadêmica também é parte relevante da atuação dos membros da diretoria da ANPUR. Pelo menos 50% dos seus presidentes foram representantes de área na CAPES ou no CNPQ, Representante de Área CAPES, Representante de Área CNPQ

Embora Cristina e Milton em nível estadual (FAPESP).

Wrana foi quem atingiu o mais alto posto como cargo diretor/ presidente no CNPQ e na FINEP. Wrana Membro do Conselho Administrativo Fundação de Ciência e Tecnologia, Fundação de Ciência e Tecnologia, CIENTEC, Brasil (2008-2011), Presidente Conselho Universitário Ibero Americano, CUIB, Espanha. (2002 – 2003).

IV.2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E PÚBLICA

Para entender o campo de PUR e também as “tomadas de posição” dos membros diretores da ANPUR, achou-se necessário investigar também seu percurso fora do ambiente acadêmico.

Sintetizou-se os seguintes “marcadores” ²³⁰: É possível identificar dois diferentes grupos, aqueles com alguma atuação em órgãos do poder executivo, em nível federal, estadual ou municipal, e aqueles que não possuíam tal experiência ou dedicação, ou não as consideraram relevantes a ponto de inseri-las em seus lattes.

Dentre os 16 Presidentes da ANPUR, apenas 4 (Ana Clara Torres Ribeiro, Carlos Bernardo Vainer, Ester Limonad, Martim Oscar Smolka) não tiveram atuação em órgãos executivos. Portanto, ¾ (75%) dos diretores tiveram alguma passagem em órgão públicos, seja como servidores, diretores ou apenas consultores.

Smolka, pelas razões já mencionadas, pois deixou de mora no Brasil no início dos anos xxx. Ana Clara teve sua vida dedicada à academia. Ester, sua discípula mais próxima na ANPUR. Mais sobre Ester

Carlos Vainer, em entrevista sua trajetória na igreja católica (semelhante ao da Ermínia Maricato). Como veremos, se dedica em especial aos movimentos sociais e tem uma opinião bastante clara sobre o papel da ANPUR na formação de “quadros”.

Secretários executivos: Aduino Lúcio Cardoso, Brasilmar Ferreira Nunes, Henri Acselrad, Ivo Marcos Theis, Lilian Fessler Vaz, María Mónica Arroyo, Paola Berenstein Jacques, Rainer Randolph

²³⁰ Por se tratar de diferentes órgãos, instancias etc., optou-se por não elaborar uma tabela de consolidação. Esses dados aparecem na ACM

Dentre os 80 diretores (que não chegaram a ser Presidentes), apenas 8 não especificaram em seus Lattes passagens por órgãos da administração pública, muito embora alguns desses tenham atuação importante no assessoramento e na formulação de políticas públicas em diferentes canais de acesso.

Como vimos Rainer e Ester participaram ativamente nos órgãos de fomento à vida acadêmica.

Dentre os que atuaram em órgão do executivo, definiu-se a categorização em dois grupos: em órgãos voltados à pesquisa, tais como ... servidores x consultores... A maior experiência como servidores públicos (ou estagiários bolsistas), entre os Presidentes da ANPUR, parece ter advindo das instâncias estaduais do poder executivo.

Nos anos 60 e 70, recém-formados ou no último ano de graduação, foram trabalhar como servidores públicos de nível técnico (ou estagiária bolsista) em Secretarias, Fundações ou Conselhos voltados ao Planejamento, Habitação, ou Desenvolvimento, como os casos de Heloisa Costa, Maria Flora, Ricardo Farret e Virginia Pontual. Acrescentar esse da Ana Fernandes

Conforme relataram à autora, essas experiências foram de importância capital para o prosseguimento de suas atividades, encaminhando-se do Urbanismo para o Planejamento Urbano (como Farret e Costa), pois nessas tomaram contato com equipes multidisciplinares, sendo esse, talvez, o maior ganho nas suas mudanças de perspectiva sobre a prática de suas profissões e as necessidades formativas para tal.

NOME	GRAD-ARI	GRAD-UN	GRAD-ANI	ORGÃO	SIGLA	ANO INIC	ANO FIM
Helôisa Soares de Moura Costa	AU	UFRJ	1976	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais	SEPLAG - MG	1978	1989
Maria Flora Gonçalves	CPOLSOC	FESPSP	1970	Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo	SEPLAM-SP	1971	1975
Ricardo Libanez Farret	AU	UFRS	1962	Secretaria de Habitação e Bem estar	SEHAB-RS	1962	1968
Virginia Pitta Pontual	AU	UFPE	1974	Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco	CONDEPE	1971	1975
Virginia Pitta Pontual	AU	UFPE	1974	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife	FIDEM-PE	1975	1980

Percurso semelhante com o Ricardo Farret, cuja informação também foi obtida em entrevista. Ricardo Libanez Farret foi também consultor da Empresa Brasileira Transporte Urbano – EBTU, como descrito no início do Item 1.3

Tais percursos parece serem comuns aos professores desta área e desta geração... o que precisará ser mais bem trabalhado.

Neste nível de governo, Celso Lamparelli chegou a ser Coordenador do Setor de Melhoria das Condições do Homem do Grupo de Planejamento do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959 a 1961) e Coordenador do Núcleo de Pesquisas de Administração e Políticas Urbanas da Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo – FUNDAP (1978- 1986), enquanto Virginia Pitta Pontual teria chegado a Assessora Técnica do Secretário de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco no ano de 1990, além de atuar como Assessora de Planejamento do Administrador do Arquipélago de Fernando de

Noronha, a Administração do Arquipélago era órgão vinculado ao Governo do Estado de Pernambuco (1989-1990).

Como conselheira, consultora ou colaboradora, Ana Maria Fernandes, Heloisa Soares de Moura Costa e Wrana Maria Panizzi tiveram atuação em órgãos estaduais como Conselho Estadual de Cultura – BA, Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – DF, Instituto Estadual de Florestas – MG, Fundação de Ciência e Tecnologia – RS e Hospital de Clínicas de Porto Alegre – RS.

Também para Maria Cristina da Silva Leme atuou como servidora pública, por quase uma década (1976-1983), porém sua experiência foi no nível municipal de governo, na Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo teria sido formadora, mesma secretaria onde Lamparelli assumiria cargo de Direção técnica (1983-1984). Conforme relatou à autora, para Cristina Leme.

Foi nesse nível a administração pública que chegaram aos seus maiores postos de assessoria ou diretoria técnica: Heloisa foi Assessora da Diretora de Planejamento da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL (1993), Maria Flora Gonçalves trabalhou como Chefe da Assessoria Técnica do Gabinete do Secretário da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – SMADS, na Coordenação do Observatório de Políticas Sociais (2005), Norma Lacerda Gonçalves foi Diretora Geral de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura do Recife (2001-2003)²³¹, enquanto Virginia Pitta Pontual foi Chefe do Departamento de Urbanismo da Diretoria de Planejamento Urbano de Recife (1986).

Nos anos 2000²³² seriam também consultoras, em especial²³³, dos conselhos municipais de políticas públicas (Cultura e Patrimônio Cultural, Urbanismo, Habitação e Política Urbana), casos de Ana Maria Fernandes, Heloisa Soares de Moura Costa, Maria Flora Gonçalves e Wrana Maria Panizzi.

No nível federal, de todos os presidentes da ANPUR, apenas Norma Lacerda foi servidora efetiva (1986-1986) como Coordenadora da equipe técnica responsável pelo processo de estruturação e implementação do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Urbano (PCDU, Projeto BRA 85/08) e pelo acompanhamento e avaliação do Projeto de Desenvolvimento Metropolitano do Recife (Acordo 2179 BR), assinado pelo Governo Brasileiro e as Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mediante convênio de cooperação técnica entre a Sudene e a FUNDAJ.

²³¹ Foi também Prefeita da Cidade Universitária - UFPE (2004-2009),

²³² Heloísa teria sido Conselheira Conselho Municipal de Habitação Belo Horizonte ainda em meados dos anos 1990 (1994-1996).

²³³ Ana Maria Fernandes foi consultora Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (2005) e Maria Flora Gonçalves, na Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (2006).

Heloisa Soares de Moura Costa, Ana Maria Fernandes, Edna Maria Ramos de Castro, Leila Christina Duarte Dias e Virginia Pitta Pontual foram todas membros do Conselho Nacional das Cidades - CONCIDADES, respectivamente, 2003, 2006, 2008, 2010 e 2014, na maior parte dos casos (verificar), representando as Associação, dentro do segmento Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa

Ana Maria Fernandes foi ainda consultora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2007).

Leila Christina Duarte Dias e Edna Maria Ramos de Castro Fundação Nacional de Artes foram consultoras da FUNARTE, do Ministério da Educação. Ambas participaram da equipe de pesquisa sobre publicações relativas ao espaço urbano, cuja coletânea publicou artigos das diferentes regiões do Brasil. O projeto foi coordenado pelas professoras Raquel Rolnik (USP) e Ana Fernandes (UFBA) Pesquisa para o volume Cidades, na Coleção Ensaios Brasileiros, da FUNARTE, a convite de Ana Fernandes e Raquel Rolnik.

Por sua vez, Wrana foi membro do Grupo Executivo Reforma Ensino – Gestão FHC em 2004 se dedicou à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA como membro de comitê assessor, em pesquisas sobre Soja, Trigo e outros, entre os anos 2009 e 2010 e do Conselho de Administração da CGEE.

Resumo dos diferentes perfis de presidentes. Dentre os que chegaram ao cargo de Diretor da ANPUR.

Secretários Executivos – os dentro do eixo Rio São Paulo e os demais fora do eixo, experiência pontual x relevante no tempo – organizar por décadas.

Jose Galbinski foi Consultor da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP (1984-1985), mesma época em que foi consulto do Ministério do Interior - MINTER, tendo sido ainda Pesquisador Ministério da Educação - MEC (1993 -1994).

José Julio Ferreira Lima teve Cargo Técnico na Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM (1986 -1995), Cargo Consultivo Prefeitura Municipal de Belém (1995 – 1996) e Cargo Diretivo na Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Finanças do Pará (2007 – 2010).

Lúcia Leitão Santos teve Cargo Técnico na Prefeitura da Cidade do Recife por mais de uma década (1982-1996).

Maria Adelia Aparecida de Souza trabalhou na Prefeitura Municipal de Campinas, onde foi Assessora Técnica Superior (2004), mesma época em que foi Consultora Científica do Ministério da Justiça, vencedora do Concurso de Pesquisa em Ciências Aplicadas com o projeto Uso do Território Brasileiro pelo Sistema de Justiça (2004 -2005).

Naia Geila Innocente de Oliveira trabalhou na Secretaria Estadual do meio Ambiente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi Diretora da Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (2001-2003).

Philip Oliver Mary Gunn, durante os anos 1979 e 1986 trabalhou na Empresa Metropolitana de Planejamento Governo do Estado de São Paulo - EMPLASA como analista de sistemas e como Coordenador Programa Macro Eixo Rio São Paulo – localizar quem mais trabalhou na EMPLASA.

Roberto Luís de Melo Monte-Mór coordenou a área de Política Urbana do Centro de Desenvolvimento Urbano – CDU²³⁴ (1976 -1979), tendo, antes disso, sido pesquisador na Fundação João Pinheiro (1972 – 1973 e 1973 - 1979).

Tania Maria Diederichs Fischer, no ano de 2004, foi Membro de comitê assessor do Governo do Estado da Bahia. Conselho propõe políticas públicas e diretrizes específicas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento com vistas à articulação das relações de Governo com representantes da sociedade civil organizada.

Dentre os demais cargos, incluindo Secretários Adjuntos... os mais ligados posteriormente ao desenvolvimento regional x os mais ligados ao planejamento urbano

Aldo Paviani, teve experiência como Gerente de Pesquisa (2013) e como Diretor na Companhia de Planejamento do Distrito Federal do Governo do Distrito Federal (2015).

Eduardo Alberto Cusce Nobre assumiu cargo Diretivo na Prefeitura do Município de São Paulo (2003-2006) e consultivo no Conselho Municipal de Política Urbana da Cidade de São Paulo (2015-Atual).

Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller teve assessorou Coordenação na Diretoria Técnica da CODEPLAN (Grupo de Trabalho para o Processo de Elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal, 1990- 1991) e cargo técnico na Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP (1984-1984).

Hermes Magalhães Tavares, como Técnico em Desenvolvimento na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE (1964-1970), onde foi chefe de Divisão de Assistência Técnicas aos Estados e Municípios (1965 -1966), tendo trabalhado em seguida no Instituto Nacional de Tecnologia, no Rio de Janeiro (1970 -1972)

Jorge de Rezende Dantas foi Coordenador de Planejamento Municipal e Micro, na Superintendência de Articulação com os Municípios – SUPAM (1972-1974), tendo antes sido Técnico Especializado na Coordenação do Plano de Estrutura Metropolitana de Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro – PLAMBEL (1970-1972).

²³⁴ Sobre a CDU

Lucia Cony Faria Cidade trabalho na Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (1976-1988).

Maria Angela de Almeida Souza foi estagiária Companhia de Habitação Popular de Pernambuco - COHAB-PE, do Governo do Estado de Pernambuco (1966-1970), onde chegou a ocupar cargo técnico diretivo (1988-1992). Trabalhou ainda como arquiteta, no Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Pernambuco (1970-1977), na Secretaria de Habitação do Estado de Pernambuco (1980-1988) e na Secretaria de Habitação Saneamento e Obras do Estado de Pernambuco (1992 -1996)

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins trabalhou na Prefeitura do Município de São Paulo, ocupando cargo técnico (1975-1982), e diretivo (1989 -1992). Foi conselheira no Conselho de Habitação do Município de São Paulo (2003 -2007) e participa do Grupo de Gestão da Operação Urbana Água Espreada (2015-Atual). Foi uma das poucas a trabalhar no poder legislativo, assumir cargo técnico na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1993-1994) e posteriormente, na Câmara Municipal de São Paulo (1996 -1998).

Nabil Georges Bonduki atuou na Coordenadoria Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (1982 -1984)

Pedro de Novais Lima Júnior Banco trabalhou como técnico no Nacional da Habitação – BNH (1984)

Sarah Feldman, coo representante da Secretaria Municipal de Planejamento no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental - CONDEPHAT da Cidade de São Paulo (1989 -1992).

Silvio José de Lima Figueiredo teve Cargo Diretivo Companhia de Turismo do município de Belém (1997-2000), tendo sido consultor do Museu Paraense Emílio Goeldi (2007-2012) e di Ministério da Educação (2000- Atual). Para os ocupantes dos demais cargos dentro da diretoria, sistematizamos a Tabela que segue:

CARGO ANPUR	NOME	M	M_ANO IN-FIM	E	E_ANO IN-FIM	F	F_ANO IN-FIM
SEC ADJ	Benny Schvrsberg	PM-RJ	1992-94	GDF	1995-98	MAST	1985-89
CONS FISC	Celia Ferraz de Souza	PM-POA	1975-77				
CONS FISC	Circe Maria Gama Monteiro			GE-PE	1980-89	INEP	2004-Atual
CONS FISC	Décio Rigatti			GE-RS	1980-90		
CONS FISC	Denise Barcellos Pinheiro Machado	PM-POA	1979-80				
CONS (SUPL)	Elis de Araújo Miranda	PM-BL	2001				
CONS FISC	Eneida Maria Souza Mendonça	PM-VT	1983-2001	GE-ES	1982		
CONS FISC	Esterzilda Berenstein de Azevedo			GE-BA	1972-95		
SEC ADJ	Fabiano Rocha Diniz	PM-JG, SA	1991-2004	SUAPE	2006	FUNDAJ	2004-2005
CONS (SUPL)	Francisco de Assis da Costa	PM-JP	1983-1988	GE-PB	1981-1991		
CONS FISC	Frederico Rosa Borges de Holanda					CHESF	1967-1969
CONS (SUPL)	Iná Elias de Castro					MPAS	1976-1980
CONS FISC	Ivone Salgado	PM-SP	1979				
CONS FISC	José Antônio Fialho Alonso			GE-RS	1973-Atual		
SEC ADJ	Jupira Gomes de Mendonça	PM-BH	1986-2008				
SEC ADJ	Luis Eduardo Aragón Vaca					MCTI	1998-Atual
SEC ADJ	Maria Inês Sugai					SPU-SC	2009-Atual
CONS FISC	Paulo Castilho Lima			GDF	2001-Atual		
CONS FISC	Paulo Pereira de Gusmão	PM-RJ	1991-2000	GE-RJ	1976-2005	IPEA, IBGE, IBAMA, INCT, MMA	1973-1999
CONS FISC	Renato Luiz Sobral Anelli	PM-SCarl	2001-2013				
CONS FISC	Romulo Celso Krafta	PM-POA	1975-1985	GE-PR	2013		
CONS FISC	Simaia do Socorro Sales das Mercês	PM-BL	1991-1997	GE-PA	1985-2006		

IV.3 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E OUTRAS

ARTIGOS COMPLETOS EM PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS NACIONAIS		ARTIGOS COMPLETOS EM PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS INTERNACIONAIS	
NOME	QTD	NOME	QTD
Tania Maria Diederichs Fischer	110	Milton Almeida dos Santos	67
Suzana Pasternak Taschner	82	Marcus André Barreto Campelo de Melo	33
Milton Almeida dos Santos	77	Suzana Pasternak Taschner	21
Roberto Luís de Melo Monte-Mór	50	Norma Lacerda Gonçalves	18
Heloisa Soares de Moura Costa	48	Frederico Rosa Borges de Holanda	17
Ana Clara Torres Ribeiro	41	Henri Acselrad	16
Ivone Salgado	39	Pedro Abramo	10
Frederico Rosa Borges de Holanda	37	Silvio Mendes Zancheti	9
Norma Lacerda Gonçalves	36	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	8
Brasilmar Ferreira Nunes	30	Brasilmar Ferreira Nunes	7
Cássio Frederico Camargo Rolim	29	Denise Barcellos Pinheiro Machado	7
Henri Acselrad	29	Carlos Bernardo Vainer	6
Marcus André Barreto Campelo de Melo	29	Circe Maria Gama Monteiro	6
Ana Maria Fernandes	28	Leila Christina Duarte Dias	6
Rainer Randolph	25	Rainer Randolph	6
Leila Christina Duarte Dias	24	José Carlos Cavalcanti	5
Virginia Pitta Pontual	23	Tania Maria Diederichs Fischer	5
José Carlos Cavalcanti	22	Maria Cristina da Silva Leme	4
Maria Cristina da Silva Leme	21	Ricardo Libanez Farret	4
Aldo Paviani	20	Ana Clara Torres Ribeiro	3
Sarah Feldman	20	Romulo Celso Krafta	3
Décio Rigatti	18	Cássio Frederico Camargo Rolim	2
Geraldo Magela Costa	18	Celia Ferraz de Souza	2
Carlos Bernardo Vainer	15	Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller	2
Hermes Magalhães Tavares	15	Heloisa Soares de Moura Costa	2
Philip Oliver Mary Gunn	14	Maria Adélia Aparecida de Souza	2
Romulo Celso Krafta	14	Martim Oscar Smolka	2
Circe Maria Gama Monteiro	13	Philip Oliver Mary Gunn	2
Maria Adélia Aparecida de Souza	11	Virginia Pitta Pontual	2
Jupira Gomes de Mendonça	10	Aldo Paviani	1
Pedro Abramo	10	Celso Monteiro Lamparelli	1
Benny Schvarsberg	9	Décio Rigatti	1
Celso Monteiro Lamparelli	9	Eva Machado Barbosa Samios	1
Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes	9	José Galbinski	1
Celia Ferraz de Souza	8	Sarah Feldman	1
Silvio Mendes Zancheti	7	Wrana Maria Panizzi	1
Denise Barcellos Pinheiro Machado	6		
José Antônio Fialho Alonso	5		
José Galbinski	5		
Wrana Maria Panizzi	5		
Esterzil da Berenstein de Azevedo	4		
Maria Flora Gonçalves	4		
Eva Machado Barbosa Samios	3		
Isaías Carvalho Santos Neto	3		
Lucio Grinover	3		
Ricardo Libanez Farret	3		
Jorge de Rezende Dantas	2		
Martim Oscar Smolka	2		
Roberto Smith	2		
Yvonne Miriam Martha Mautner	2		

IV.3 MARCADORES DE DISTINÇÃO

PREMIOS INTERNACIONAIS	
NOME	QTD
Milton Almeida dos Santos	8
Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller	3
Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	3
Silvio Mendes Zancheti	3
Francisco de Assis da Costa	2
Heloisa Soares de Moura Costa	2
Maria Cristina da Silva Leme	2
Rainer Randolph	2
Rodrigo Ferreira Simões	2
Circe Maria Gama Monteiro	1
Frederico Rosa Borges de Holanda	1
Maria Adélia Aparecida de Souza	1
María Mónica Arroyo	1
Paola Berenstein Jacques	1
Pedro de Novais Lima Júnior	1

PREMIOS ACADEMICOS INTERNACIONAIS	
NOME	QTD
Rainer Randolph	2
Heloisa Soares de Moura Costa	2
Francisco de Assis da Costa	1
Paola Berenstein Jacques	1
Frederico Rosa Borges de Holanda	1
Rodrigo Ferreira Simões	1
Maria Adélia Aparecida de Souza	1
Milton Almeida dos Santos	1

PREMIOS PROFISSIONAIS INTERNACIONAIS	
NOME	QTD
Milton Almeida dos Santos	7
Gunter Rolan Kohlsdorf Spiller	3
Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	3
Maria Cristina da Silva Leme	2
Circe Maria Gama Monteiro	1
Edna Maria Ramos de Castro	1
Francisco de Assis da Costa	1
Pedro de Novais Lima Júnior	1
Rodrigo Ferreira Simões	1
Wrana Maria Panizzi	1

PREMIOS ANPUR	
NOME	QTD
Pedro Abramo	4
Henri Acselrad	2
Pedro de Novais Lima Júnior	2
Carlos Bernardo Vainer	1
Ester Limonad	1
Frederico Rosa Borges de Holanda	1
Geraldo Magela Costa	1
Nabil Georges Bonduki	1
Norma Lacerda Gonçalves	1
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	1
Tania Maria Diederichs Fischer	1
Wrana Maria Panizzi	1

PREMIOS ORIENTAÇÃO TESE, DISSERTAÇÃO, IC	
NOME	QTD
Paola Berenstein Jacques	9
Rodrigo Ferreira Simões	6
Heloisa Soares de Moura Costa	5
Maria Inês Sugai	5
Norma Lacerda Gonçalves	5
Virginia Pitta Pontual	5
Brasilmar Ferreira Nunes	4
Denise Barcellos Pinheiro Machado	4
Sarah Feldman	4
Lilian Fessler Vaz	3
Angelo Szaniecki Perret Serpa	2
Cibele Saliba Rizek	2
Elis de Araújo Miranda	2
Elson Manoel Pereira	2
Geraldo Majela Gaudêncio Faria	2
Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	2
Celia Ferraz de Souza	1
Décio Rigatti	1
Eneida Maria Souza Mendonça	1
Esterzil da Berenstein de Azevedo	1
Geraldo Magela Costa	1
Ivo Marcos Theis	1
Maria Adélia Aparecida de Souza	1
Maria Ângela de Almeida Souza	1
Maria Cristina da Silva Leme	1
María Mónica Arroyo	1
Milton Almeida dos Santos	1
Philip Oliver Mary Gunn	1

PREMIOS NACIONAIS

NOME	QTD
Milton Almeida dos Santos	32
Maria Inês Sugai	26
José Galbinski	21
Rodrigo Ferreira Simões	18
Wrana Maria Panizzi	18
Lilian Fessler Vaz	14
Aldo Paviani	11
Tania Maria Diederichs Fischer	11
Maria Adélia Aparecida de Souza	9
Benny Schvarsberg	8
Frederico Rosa Borges de Holanda	8
João Farias Rovati	7
Nabil Georges Bonduki	7
Carlos Bernardo Vainer	6
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	6
Celia Ferraz de Souza	5
Paulo Castilho Lima	5
Pedro Abramo	5
Pedro de Novais Lima Júnior	5
Renato Luiz Sobral Anelli	5
Clarice Maraschin	4
Eduardo Alberto Cusce Nobre	4
Esterzilda Berenstein de Azevedo	4
Lúcia Leitão Santos	4
Marcus André Barreto Campelo de Melo	4
Circe Maria Gama Monteiro	3
Denise Barcellos Pinheiro Machado	3
Ester Limonad	3
Ivone Salgado	3
José Julio Ferreira Lima	3
Maria Ângela de Almeida Souza	3
Sarah Feldman	3
Adauto Lúcio Cardoso	2
Ana Maria Fernandes	2
Edna Maria Ramos de Castro	2
Fabiano Rocha Diniz	2
Francisco de Assis da Costa	2
Geraldo Majela Gaudêncio Faria	2
Henri Acselrad	2
Ivo Marcos Theis	2
Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	2
Norma Lacerda Gonçalves	2
Orlando Alves dos Santos Júnior	2
Paola Berenstein Jacques	2
Silvio José de Lima Figueiredo	2
Cássio Frederico Camargo Rolim	1
Elis de Araújo Miranda	1
Eneida Maria Souza Mendonça	1
Geraldo Magela Costa	1
Jorge de Rezende Dantas	1
José Carlos Cavalcanti	1
Lucio Grinover	1
Maria Mónica Arroyo	1
Ricardo Libanez Farret	1
Yvonne Miriam Martha Mautner	1

PREMIOS ACADEMICOS NACIONAIS

NOME	QTD
Maria Inês Sugai	24
Rodrigo Ferreira Simões	16
Lilian Fessler Vaz	10
Aldo Paviani	7
João Farias Rovati	7
Wrana Maria Panizzi	6
Carlos Bernardo Vainer	5
Milton Almeida dos Santos	5
Clarice Maraschin	4
Frederico Rosa Borges de Holanda	4
Lúcia Leitão Santos	4
Marcus André Barreto Campelo de Melo	4
Maria Adélia Aparecida de Souza	4
Tania Maria Diederichs Fischer	4
Benny Schvarsberg	3
Celia Ferraz de Souza	3
Circe Maria Gama Monteiro	3
Ester Limonad	3
José Galbinski	3
José Julio Ferreira Lima	3
Nabil Georges Bonduki	3
Pedro Abramo	3
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	3
Adauto Lúcio Cardoso	2
Henri Acselrad	2
Ivone Salgado	2
Maria Ângela de Almeida Souza	2
Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins	2
Pedro de Novais Lima Júnior	2
Denise Barcellos Pinheiro Machado	1
Edna Maria Ramos de Castro	1
Eduardo Alberto Cusce Nobre	1
Esterzilda Berenstein de Azevedo	1
Fabiano Rocha Diniz	1
Francisco de Assis da Costa	1
Geraldo Magela Costa	1
Geraldo Majela Gaudêncio Faria	1
Ivo Marcos Theis	1
Norma Lacerda Gonçalves	1
Paola Berenstein Jacques	1
Paulo Castilho Lima	1
Renato Luiz Sobral Anelli	1
Sarah Feldman	1
Silvio José de Lima Figueiredo	1
Yvonne Miriam Martha Mautner	1

PREMIOS PROFISSIONAIS NACIONAIS

NOME	QTD
Milton Almeida dos Santos	26
José Galbinski	18
Wrana Maria Panizzi	9
Tania Maria Diederichs Fischer	7
Benny Schvarsberg	5
Frederico Rosa Borges de Holanda	4
Lilian Fessler Vaz	4
Nabil Georges Bonduki	4
Paulo Castilho Lima	4
Renato Luiz Sobral Anelli	4
Aldo Paviani	3
Eduardo Alberto Cusce Nobre	3
Esterzilda Berenstein de Azevedo	3
Maria Adélia Aparecida de Souza	3
Pedro de Novais Lima Júnior	3
Celia Ferraz de Souza	2
Denise Barcellos Pinheiro Machado	2
Maria Inês Sugai	2
Pedro Abramo	2
Rodrigo Ferreira Simões	2
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior	2
Sarah Feldman	2
Ana Maria Fernandes	1
Carlos Bernardo Vainer	1
Cássio Frederico Camargo Rolim	1
Edna Maria Ramos de Castro	1
Elis de Araújo Miranda	1
Eneida Maria Souza Mendonça	1
Fabiano Rocha Diniz	1
Francisco de Assis da Costa	1
Geraldo Majela Gaudêncio Faria	1
Ivo Marcos Theis	1
Ivone Salgado	1
Jorge de Rezende Dantas	1
José Carlos Cavalcanti	1
Lucio Grinover	1
Maria Ângela de Almeida Souza	1
Norma Lacerda Gonçalves	1
Paola Berenstein Jacques	1
Ricardo Libanez Farret	1
Silvio José de Lima Figueiredo	1

CORPO EDITORIAL EM PERIÓDICO NACIONAL

NOME	QTD
Marcus André Barreto Campelo de Melo	27
Edna Maria Ramos de Castro	26
Leila Christina Duarte Dias	26
Paola Berenstein Jacques	18
Heloisa Soares de Moura Costa	16
Sarah Feldman	15
Frederico Rosa Borges de Holanda	13
Rainer Randolph	12
Jupira Gomes de Mendonça	11
Geraldo Magela Costa	10
Virginia Pitta Pontual	10
Ana Clara Torres Ribeiro	9
Ana Maria Fernandes	9
Circe Maria Gama Monteiro	8
Maria Cristina da Silva Leme	8
Norma Lacerda Gonçalves	8
Roberto Luís de Melo Monte-Mór	8
Wrana Maria Panizzi	8
Aldo Paviani	7
Lucia Cony Faria Cidade	7
Silvio Mendes Zancheti	7
Maria Adélia Aparecida de Souza	6
Brasilmar Ferreira Nunes	5
Décio Rigatti	5
Lilian Fessler Vaz	5
Tania Maria Diederichs Fischer	5
Henri Acselrad	4
Hermes Magalhães Tavares	4
Ivone Salgado	4
José Antônio Fialho Alonso	4
Lucio Grinover	3
Maria Flora Gonçalves	3
Pedro Abramo	3
Romulo Celso Krafta	3
Esterzilda Berenstein de Azevedo	2
José Carlos Cavalcanti	2
José Galbinski	2
Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes	2
Maria Ângela de Almeida Souza	2
Yvonne Miriam Martha Mautner	2
Benny Schvarsberg	1
Cássio Frederico Camargo Rolim	1
Orlando Alves dos Santos Juniór	1
Suzana Pasternak Taschner	1

CORPO EDITORIAL RBEUR

NOME	QTD
Maria Cristina da Silva Leme	4
Sarah Feldman	4
Edna Maria Ramos de Castro	3
Geraldo Magela Costa	2
Henri Acselrad	2
Leila Christina Duarte Dias	2
Lilian Fessler Vaz	2
Lucia Cony Faria Cidade	2
Norma Lacerda Gonçalves	2
Paola Berenstein Jacques	2
Ana Clara Torres Ribeiro	1
Ana Maria Fernandes	1
Benny Schvarsberg	1
Brasilmar Ferreira Nunes	1
Circe Maria Gama Monteiro	1
Frederico Rosa Borges de Holanda	1
Heloisa Soares de Moura Costa	1
Ivone Salgado	1
Jupira Gomes de Mendonça	1
Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes	1
Marcus Andre Barreto Campelo de Melo	1
Maria Angela de Almeida Souza	1
Maria Flora Gonçalves	1
Rainer Randolph	1
Roberto Luís de Melo Monte-Mór	1
Silvio Mendes Zancheti	1
Virginia Pitta Pontual	1
Wrana Maria Panizzi	1

CORPO EDITORIAL EM PERIÓDICO INTERNACIONAL

NOME	QTD
Marcus Andre Barreto Campelo de Melo	35
Frederico Rosa Borges de Holanda	5
Pedro Abramo	5
Silvio Mendes Zancheti	4
Circe Maria Gama Monteiro	3
Maria Adelia Aparecida de Souza	3
Paola Berenstein Jacques	3
Henri Acselrad	2
Lucia Cony Faria Cidade	2
Norma Lacerda Gonçalves	2
Romulo Celso Krafta	2
Sarah Feldman	2
Ana Maria Fernandes	1
Geraldo Magela Costa	1
Heloisa Soares de Moura Costa	1
Leila Christina Duarte Dias	1
Maria Cristina da Silva Leme	1
Orlando Alves dos Santos Junior	1
Rainer Randolph	1
Roberto Luís de Melo Monte-Mór	1

UM CAMPO PARA A ANPUR? CONCLUSÕES E APONTAMENTOS PARA PESQUISAS FUTURAS

A especificidade dos campos de conhecimento e atuação profissional confere desafios importantes para os programas de pós-graduação e cria uma interrogação sobre os contornos e conteúdos nas áreas de ensino e pesquisa.

Percebe-se que a diversidade das instituições que compõem a pós-graduação na área reunida pela ANPUR traz uma riqueza de visões e de posturas. “Estudos urbanos e regionais” são os termos comumente utilizados como referência ao conhecimento gerado por áreas ligadas, principalmente, às ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Constitui-se, tanto como objeto de estudo de um programa específico, como muitas vezes dispersa-se por distintos departamentos acadêmicos.

Os objetivos dos programas ligados aos estudos urbanos e regionais são também distintos: em alguns casos, como nos cursos de economia, sociologia e geografia, tanto o objeto como o objetivo dos programas é o entendimento de processos econômicos e sociais que estruturam as cidades e as regiões e o estudo dos diferentes arranjos institucionais que intervêm nestes processos. De outro lado, programas de planejamento urbano e regional tem o duplo objetivo: ao mesmo tempo em que se propõe ao entendimento de tais processos, procuram capacitar os estudantes a atuar de forma propositiva

Trabalhos anteriores a este já pretenderam um quadro detalhado das disciplinas lecionadas, das linhas de pesquisa e projetos desenvolvidos e das atividades de extensão realizadas pelos docentes dos cursos com uma temática regional/territorial que são membros da ANPUR, visando identificar os objetos pesquisados e conteúdos ensinados, as matrizes teóricas, abordagens conceituais e metodológicas e instrumental operacional adotados como potencial para intensificar e aprofundar o diálogo com membros da ANPUR voltados para temáticas regionais e territoriais que não pertencem à Área de Planejamento Urbano e Regional da CAPES.

As tensões predominantes veem da origem mesmo do termo: engenheiro-arquiteto Idelfonso Cerdá, inventor da palavra *urbanización* Diante de resultados empíricos que, em grande medida, contradiziam aquelas expectativas, perspectivas menos otimistas ganharam espaço dentro deste debate, em especial as teorias reprodutivistas (Bourdieu e Passeron, 1975; Bowles e Gintis, 1976; Willis, 1977).

A pergunta principal é: em que medida a ANPUR, sendo uma associação multidisciplinar, consegue construir objetos (e propor respostas) de forma interdisciplinar?

As questões de fundo seriam: como o método de classificação das áreas e de avaliação dos programas da CAPES/ CNPq, principais reguladores e financiadores do sistema de ensino superior no Brasil recente, influenciam os recortes das disciplinas/ programas, e a conformação

de redes de pesquisa? Como as pesquisas interdisciplinares e as redes de pesquisadores respondem às dificuldades específicas? Uma interdisciplinaridade é possível ou existem disciplinas/ programas/ pessoas hegemônicas capazes de emplacar de forma “legítima” sua forma de análise? Existe uma influência/ imposição de construções de agendas vindas de fora (internacionais) ou a ANPUR consegue ser “relativamente autônoma” nesse sentido?

Para configurar a resposta, procedeu-se a um levantamento bibliográfico de artigos veiculados pela RBEUR e de textos, publicados por membros das diretorias, que intentam fazer um balanço ou “estado da arte” dos objetos ou agendas de pesquisa principais da ANPUR, ou que procuram sistematizar as discussões sobre o sistema universitário. Será mais uma vez de fundamental importância os novos depoimentos obtidos por meio de entrevistas a serem realizadas com os dirigentes da ANPUR.

Diferente do que ocorria em países como a França e EUA, onde.... % dos professores estudaram. Esses dois países são tomados ao longo de toda a tese como balizas comparativas, uma vez que foram o destino privilegiado dos professores estudados e assim influenciando o modelo de profissionalização no Brasil (como expressamente dito por x, y, z?).

A especificidade dos campos de conhecimento e atuação profissional confere desafios importantes para os programas de pós-graduação e cria uma interrogação sobre os contornos e conteúdos nas áreas de ensino e pesquisa.

Como propõe LAPETIT, é preciso dar um salto epistemológico. Estaria a ANPUR conseguindo²³⁵?

Para esta professora, na exposição "a Geografia na ANPUR. Uma breve reflexão sobre essa disciplina num espaço interdisciplinar (IN LEME: 2015) resume que a análise da estrutura curricular e das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Geografia vinculados à ANPUR permite revelar os temas abordados, os grandes marcos teóricos que pautam essa área e as diferentes perspectivas de análise. Isso possibilitará melhor compreender a área, indagar sobre **o ostracismo de alguns temas** que no passado tiveram relevo, entender o sentido das mudanças como busca de respostas a novos problemas, ou simplesmente como modismos.

Foco, paralaxe e pontos cegos

Nesses vinte e sete anos de Encontros Nacionais, a ANPUR ganhou tal dimensão que, se em seu segundo Encontro, em 1987, foram apresentados cerca de 60 trabalhos, o XIV ENANPUR, em 2011, reuniu 438 apresentações (entre artigos e pôsteres). Além disso, 12 mesas redondas, 54 sessões livres, e outras atividades paralelas reuniram debates de temas múltiplos

²³⁵ ethos profissional x acadêmico, URBANISMO X PLANEJAMENTO – PROFISSÃO URBANISTA X PLANEJADOR CAU X CREA ASBEA ETC

no campo da pesquisa e do planejamento urbano e regional, implicando novas abordagens e novas questões sem, todavia, abandonar temas centrais desde há muito ligados ao desenvolvimento urbano e regional no Brasil. (MONTE-MOR, 2013: 123).

Nesse percurso, a questão do desenvolvimento foi associada a diferentes conjuntos de temas, como foi possível notar a partir das sínteses dos Encontros apresentadas acima. Mesmo quando não esteve presente como foco principal de um dos grupos de trabalho do ENANPUR, o tema do desenvolvimento sempre perpassou as sessões do evento, com abordagens regionalizadas, com perspectivas históricas, com avaliações sobre a atuação do Estado, seus instrumentos de ação urbano-regional e na construção de políticas públicas.

Paralelamente, a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais da ANPUR – RBEUR – ampliou essas discussões ao trazer também para os debates da área do Planejamento Urbano e Regional contribuições de estudiosos e pesquisadores não diretamente vinculados aos centros-membros da Associação, firmando-se como uma das mais importantes revistas nacionais na área.

Nota-se uma mudança expressiva no tratamento das questões do desenvolvimento, ao longo dessas décadas, e pode-se esperar novas mudanças nos próximos anos. Se no início da Associação as abordagens do desenvolvimento privilegiavam leituras econômicas centradas na problemática regional, ao longo do tempo a questão urbana foi sendo mais claramente explicitada e as questões ambientais surgiram como uma temática central para a abordagem do tema do desenvolvimento.

Questões políticas e sociais também ganharam espaço nas discussões e trabalhos da área, e mais recentemente, novos atores e novas questões surgiram na cena regional e urbana para redefinir os debates sobre o planejamento do desenvolvimento. Entre eles, cabe citar a presença dos grandes atores privados envolvidos diretamente no planejamento, como também em parceria com o Estado, fortalecendo as idéias de gestão e governança. De outra parte, novos atores sociais derivados de espaços e grupos sociais historicamente marginalizados ou excluídos, seja populações pobres e/ou tradicionais, seja novas formas de associação e cooperação para a produção, expressam alternativas contemporâneas ao modo de integração social e econômico hegemônico centrado no mercado capitalista.

Desdobramentos podem ser esperados no fortalecimento de novos temas, atores e espaços de discussão, e na própria redefinição do desenvolvimento. A exemplo de debates mundiais, as superações das velhas abordagens desenvolvimentistas devem trazer novas questões para o país, na medida que as problemáticas contemporâneas consigam se impor na agenda de ações do Estado, e dos movimentos sociais organizados. Considerando a crise mundial da economia capitalista e a redefinição do papel do Estado na condução dos negócios e das próprias políticas públicas, pode-se esperar um fortalecimento do planejamento e uma importância crescente da questão urbana e regional – e assim, da questão espacial – nos debates acerca do desenvolvimento brasileiro.

Ata 1995 Foi, ainda, levantada como **lacuna do encontro o pouco tratamento dado a questão do instrumental tecnológico na manipulação de dados na área** e sugerido que a pesquisa em andamento na ANPUR desenvolva mais essa questão, especificamente no eixo temático coordenado por Eva Samios.

limites da interdisciplinaridade

Os novos cursos da Área PLURD, além de proporem diversificação de temas e problemas, intensificaram e aprofundaram abordagens multi, inter ou mesmo transdisciplinares. Recentemente, observa-se três formas típicas de interlocução entre o planejamento urbano e regional e as áreas mais próximas, os “três campos principais da composição” da Área o Planejamento Urbano, o Desenvolvimento Regional e a Demografia.

(...) (i) arquitetura, urbanismo, sociologia, história, ciência política e outras disciplinas das humanidades nos cursos mais voltados às realidades metropolitanas; (ii) com economia, administração empresarial, geografia e mesmo ciências agrárias, da saúde e outras nos cursos com uma orientação mais regional; (iii) nas questões de gestão e análise ambiental, a colaboração com as geociências é importante e deve ser destacada. (PLURD/ CAPES, 2016).

No entanto, a interdisciplinaridade é tema antigo e de extrema importância para o Planejamento Urbano e Regional, dentro e fora da academia.

Como visto anteriormente, a área careceu por muito tempo de cursos de graduação em "Planejamento Urbano", "Desenvolvimento Regional" ou mesmo em "Demografia", ficando restrita ao nível da pós-graduação²³⁶.

Por conta disso, os programas e cursos de pós-graduação em PLURD tem corpo docente com formação disciplinar variada e recebem anualmente discentes também com diferentes formações, exigindo desde logo diálogo interdisciplinar.

Porém, para RANDOLPH (2013, CAPES, 2016), haveria diferenças de entendimento sobre o termo não apenas entre os Programas, mas, e especialmente, entre as duas Subáreas Planejamento Urbano e Regional, por um lado, e Demografia, por outro. Assim, ele avalia que, para além de ser “objeto” dos instrumentos de avaliação, a Área deve ser vista também como oportunidade e estímulo ao debate acadêmico a respeito.

²³⁶ Havia apenas 3 cursos, incluindo recentemente UFABC.

O conhecimento interdisciplinar é tema complexo. O que são abordagens multi, inter ou transdisciplinares, Randolph (2013 e 2016), resume algumas perspectivas de abordagem sobre o tema²³⁷.

Segundo ele, análise da bibliografia sobre “Interdisciplinaridade” mostra não haver consenso sobre seu significado, pelo contrário, o termo seria objeto de constantes controvérsias. Duas vertentes de compreensão se destacariam na “disputa simbólica” pelo termo:

A primeira vertente teria duas expressões: 1. o entendimento da interdisciplinaridade como diálogo entre disciplinas científicas com a finalidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos disciplinares de determinado objeto; 2. o conjunto de pesquisas definidas a partir de um campo da pesquisa temática que se opõe a assimilações progressivas de diferentes disciplinas²³⁸.

Neste caso, reconhece-se a especificidade disciplinar, mas adota-se espécie de colaboração deliberada entre os saberes disciplinares sobre tema previamente definido. Este posicionamento, com suas duas expressões, estaria vinculado a uma perspectiva idealista, à filosofia do sujeito, hegemônico nos debates consagrados pelo Congresso de Nice, na França, em 1969.

A segunda vertente partiria do pressuposto da interdisciplinaridade concebida à partir do conhecimento das condições sociais e materiais de produção do saber em determinada época, ou seja, o modo de produção vigente. A interdisciplinaridade seria, pois, produto histórico, compreendida dentro do contexto e das determinações históricas que levaram à construção (histórica e social) de determinados objetos, por meio da tensão entre sujeitos pensantes e as condicionantes de seu pensamento (sua “materialidade”).

Neste caso, estaria em pauta não o método e a possibilidade de superar, através dele, a fragmentação e a especialização da Ciência. Mas a problematização da relação entre objeto e sujeito, abandonando-se separações dicotômicas entre os dois. Nem sujeito, nem objeto são autônomos. Apenas uma concepção histórica do pensamento e de seu “movimento” é capaz de dar conta da relação entre os dois.

Essas diferentes compreensões, presentes na Área, ajudariam a entender o porquê da interdisciplinaridade não se constituir como “realidade”, apesar das articulações (imaginadas) existentes entre saberes disciplinares e (praticadas) entre seus pesquisadores.

²³⁷Importantes análises são também elaboradas por RIBEIRO, Ana Clara Torres. O ensino do Planejamento Urbano e Regional. Propostas à ANPUR. RBEUR, v.4, n.1/2 – maio/novembro 2002.

²³⁸ Ou conjunto de pesquisas cujo objeto temático se oporia a assimilações progressivas de diferentes disciplinas.

O desafio permanece. Diferenças epistemológicas continuam a se expressar nos objetos, nos protagonistas, nas problematizações e na visão do próprio mundo (relação sujeito-objeto) dos Programas e das subáreas.

RANDOPH (2016), por duas vezes (2013 a 2016) coordenador da Área PLURD (vindo de PUR) na CAPES acredita que a interdisciplinaridade praticada na subárea PUR se aproximaria mais da vertente da construção histórica do que da filosofia do sujeito.

Porém esta aproximação adviria mais das características do processo histórico de transformação da sociedade brasileira, expressados na criação e no funcionamento dos programas e cursos, do que numa adesão explícita a qualquer um dos dois posicionamentos epistemológicos acima sistematizados.

Deste modo, para ele, nas propostas de cursos de pós-graduação, especialmente em PUR, que vêm sendo submetidas, a interdisciplinaridade seria resultado mais (implicitamente) da mera prática de seus formuladores do que da reflexão explícita da Área.

No que tange a subárea de PUR, haveria uma “interdisciplinaridade própria”:

baseada, por um lado, na aceitação de uma variedade de abordagens metodológicas “interdisciplinares” que estão relacionadas aos diversos objetos trabalhados nos Programas. Mas, por outro lado, essa interdisciplinaridade não se origina numa procura explícita de ultrapassar e superar métodos disciplinares, mas é o resultado de um processo mútuo e interativo entre a procura e identificação de objetos e a própria constituição dos protagonistas. A articulação com métodos e técnicas vai mostrando, na prática e na sua apropriação em ensino e pesquisa, o potencial para dar conta da produção de conhecimento a respeito das questões que movem um curso. É isto que, talvez, possa ser chamada de uma abordagem interdisciplinar e, ao mesmo tempo, “focada” na medida em que é na constituição e transformação dos Programas que se articulam metodologias a partir e em torno de temas e questões, de campos complexos inclusive de intervenção na realidade, de objetos e de sujeitos produtores de “espaços sociais”.

A subárea Demografia, ao contrário, segundo CAPES (2016) se posicionaria mais próxima à interdisciplinaridade na perspectiva da filosofia de subjetividade.²³⁹

Estes diálogos variam de intensidade de acordo com a instituição em que estão sediados os centros ou departamentos que congregam os demógrafos, podendo estar mais próximos da Economia, das Ciências Sociais, das Ciências da Saúde ou da Estatística. Está no início da questão da sua institucionalização como disciplina científica autônoma a definição da Demografia como o estudo do tamanho, distribuição territorial e composição da população, suas mudanças e os componentes dessas mudanças. Essa definição evidencia a diversidade

²³⁹ “na medida em que reconhece sua interdisciplinaridade nos próprios objetos de seu trabalho. Como no caso das experiências internacionais, a Demografia realizada no Brasil tem diálogos intensos com grande variedade de disciplinas.

dos aspectos da realidade social aos quais a Demografia se dedica, e que estão expressos na própria definição da dinâmica demográfica, que incorpora como seus elementos básicos constitutivos a natalidade, a mortalidade e a migração.

Decorre daí que a Demografia recorre principalmente à Biologia e Sociologia para estudos sobre fecundidade; Economia e Geografia para estudos sobre migração e mobilidade espacial da população; e às Ciências de Saúde para análises da mortalidade. Ou seja, a partir da própria compreensão do seu objeto de estudos, a Demografia se entende como caracteristicamente interdisciplinar.

Nesse sentido entende-se melhor a formação do demógrafo, que acontece especificamente na pós-graduação, quando o candidato já tem uma formação disciplinar. Esta especificidade da Demografia faz com que incorpore diálogos permanentes com outras disciplinas, embora tenha o seu cerne específico, que envolve o conhecimento técnico e analítico relativo aos estudos sobre os componentes da dinâmica demográfica e suas interrelações, assim como as relações desses componentes da dinâmica demográfica com as diversas facetas da realidade social. Essa característica faz com que, por exemplo, estudos sobre família, gênero e etnias façam parte do seu âmbito disciplinar, além das outras abordagens já citadas” (PLURD/ CAPES, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A

ABRANCHES, Aparecida Maria. **Nacionalismo e Democracia no Pensamento de Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado). IUPERJ, Rio de Janeiro, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (org.). **As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3a edição, 1997.

AMARAL, Oswaldo. (2013). As Transformações nas formas de militância no interior do PT - Maior inclusão e menor intensidade. **RBCS** Vol. 28 nº 82.

ANDRADE, Luis Aureliano da Gama. Política urbana no Brasil: o paradigma da organização e a política. **Estudos Cebrap**, São Paulo, (18): 117-47, out./dez. 1976.

ANGELO, Michelly Ramos de. **Les Developpeurs**: Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. Tese (Doutorado). São Carlos, IAU/USP, 2010.

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos estudos CEBRAP**, no 83, p. 103-127. São Paulo: CEBRAP, 2009.

ARTIGAS, Vilanova. Uma falsa crise. In ARTIGAS, V. **Caminhos da arquitetura**. Ed Pini, 2a ed, 1986.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados** n.8. v52, pp. 109-120, 2004.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Azevedo e Luís Aureliano Gama. **Habitação e Poder - Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. (Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais).

B

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A luta pela terra urbana. **Revista de Direito Processual Geral**, Rio de Janeiro n. 51, 2003.

BARROS; BELLUZZO; ABRANCHES. O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso. Debate mediado por José Arthur Gianotti. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo v. 44, 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política – 1956 – 1961. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

_____. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo, Editora Ática, 1981.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença, 1981.

BITTENCOURT, Boris; GARCIA JR, Afrânio Jr., *Compétition et cultures: entre marchés, États et champs*. In: SIMÉANT, Johanna. **Guide de l'enquête globale en sciences sociales**. Paris: CNRS, 2015.

BLANK, Gilda. **Experiência de urbanização de favela carioca, Brás de Pina**. Dissertação de mestrado em Planejamento urbano e Regional. Rio de Janeiro: COPPE/PUR/UFR, 1977.

BOFF, Leonardo. **A Teologia da Libertação**: Balanço e Perspectivas. São Paulo: Ática, 1996.

BOLAFFI, Gabriel. Planejamento urbano, reflexões sobre a experiência recente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, 4. p. 50-53, nov. 82.

_____. A casa das ilusões: aspectos socioeconômicos do Plano Nacional de Habitação. **Novos Estudos CEBRAP** (edição).

BOLAFFI, Gabriel; CHERKEZIAN, Henry. BNH, bode expiatório. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo n. 13, pp. 45-55, out. 85.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, v. 22, n. maio/ju 2009, p. 8-14, 2009. Acesso em: 26 jul. 2023.

BONDUKI, Nabil; KHOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Florianópolis: XII Encontro da Anpur. **Anais...**, 2007.

BORTOLUCI, José Henrique. A descoberta do viver periférico-Articulações do popular na arquitetura paulista (1960-1980). **Novos estudos CEBRAP**, v.35, n.03, 2016.

BOURDIEU, Pierre. O Campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a. p.122-55. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989a.

- _____. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- _____. **Usos sociais da ciência**. Conferência e debate organizados pelo grupo Sciences en Questions. Paris, 1997. Trad. Denice Catani. São Paulo, Unesp (2003)
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990
- _____. **A Economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____. **Homo academicus**. Paris: *Éditions de Minuit*, 1984.
- _____. *Méthode scientifique et hierarchie sociale des objets*. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.1, p.4-6, 1975.
- BRANDÃO, Carlos. **Território & Desenvolvimento** – as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2001.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil, 1930-1950**. São Paulo: EDUSP, 2010.
- BURNETT, Frederico Lago. As cidades brasileiras e a desigualdade socioespacial. **Revista em Pauta**, n. 24, 2010

C

- CAMPOS, Cândido Malta. Urbanismo e antiurbanismo no debate nacional. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 217-235, 2015.
- CANÊDO, Leticia Bicalho et al.. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cadernos Cedes**. São Paulo: Cedes, 1997.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização. *In*. PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Brasil, território de desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- _____. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrôpole**, n.17 pp. 219-240, 10 sem. 2007.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências**. São Paulo, Espaço & Debates, n. 37, 1994.
- _____. **Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE (ano).

CARDOSO, Fernando Henrique. O regime político brasileiro (*) Trabalho apresentado em seminário realizado na Universidade de Yale em 23/4/1971. **Estudos Cebrap** 2 (edição, ano)

CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. *In*: SORJ, B; ALMEIDA, M. H. Tavares de (orgs.). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983

CARVALHO, Caio Santo Amore. **Lupa e telescópio**: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FAUUSP, 2004.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de Pesquisa em Educação** – PPGE/ME, FURB p. 414-429, set./dez. 2007.

CASTELLS, Manuel. **La Question Urbaine**. Paris: Maspero, 1972.

_____. **Sociologie des Mouvements Sociaux Urbaines**. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (2 vols.). 1974.

_____. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. Um renascentista na metrópole em desenvolvimento. *In*: WILHEIM, Jorge. **A obra pública de Jorge Wilhelm**: 50 anos de contribuição às cidades e à vida urbana. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

CERDÁ, Ildefonso. **Teoría general de la urbanización, y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona**. Madri: Imprenta Española, 1867

CESTARO, Lucas R. A contribuição de Lebrecht através da SAGMACS na formação de técnicos e profissionais de urbanismo no Brasil. **Risco IAU-USP**, v.14 n.1, jun. 2016.

CHARLE, Christophe. **Naissance des intellectuels: 1880-1900**. Paris: Éditions de Minuit, 1998.

_____. *Du bon usage des divergences entre histoire et sociologie*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, no 1, p. 106-111. Paris: ed. 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo** - utopias e realidade, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1965. [ano original]

_____. **La règle et le modèle**. *Sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Paris: Du Seuil, 1980. [versão brasileira]

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre (org.). **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

COMIN, Álvaro. De continuidades e rupturas. **Novos Estudos**, v. 52, 1998,

CORREIA, Telma; GUNN, Philip. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. *In*: BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da universidade, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã**. O ensino superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985.

_____. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível. em <http://www.cedes.unicamp.br>

D

DE GRAZIA, Grazia (Org.). **Plano Diretor**: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990

DE FARIA, Rodrigo S. O Departamento Nacional de Urbanismo e a institucionalização do setor de urbanismo no governo federal brasileiro: um contínuo processo histórico. **Oculum**. Campinas, 12(2), pp. 311-333, jul-dez. 2015.

_____. O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira: percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina. **Risco, IAU/USP**, v.14 n.2, abr. 2016.

DIAS, Marco Antônio. Dez anos de antagonismo nas políticas sobre ensino superior em nível internacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 893-914, Especial - Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

DINIZ, Clélio Campolina. Prefácio. *In*: ANPUR. **Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983-2013 - a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional**, São Paulo: Letra Capital, 2015.

DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. *In*. AGUIAR, F.. **Antônio Cândido**: pensamento e militância. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.

DURAND, José Carlos Garcia. **A profissão do arquiteto**, estudo sociológico. Rio de Janeiro, CREA, 1974.

_____. **Arte, privilégio e distinção**: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

DURHAN, E.; SCHWARTZMAN, S. **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: EDUSP, 1992.

DURHAM, Eunice. Uma política para o Ensino Superior Brasileiro: diagnóstico e proposta. Documento de trabalho 1/98. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**. São Paulo: NUPES/USP, 1998.

_____. O Ensino Superior no Brasil: público e privado. São Paulo. **Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo**. São Paulo: NUPES/USP, 2003.

DUVAL, Julien. *L'analyse des correspondances et la construction des champs*. **Actes de la recherche en sciences sociales**. 2013/5 N° 200 | pages 110 à 123 Le Seuil. <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2013-5-page-110.htm>

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. [1872].

F

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro. Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. especial, p. 115-122, 2015.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n.29, p.98-119, mar. 1991.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil, das origens à reforma de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FELDMAN, Sarah. Planejamento, desenvolvimento, habitação: o Brasil no circuito de experts internacionais. **Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Porto Alegre. UFRGS. 2012.

_____. Do Primeiro Congresso Panamericano de *La Vivienda Popular* (1939) ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963): Planejamento e Habitação na Perspectiva Da Metrópole Latino-Americana. **Urbana**, CIEC/UNICAM - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina, v.6, n.8, jun. 2014

_____. **Planejamento e Zoneamento**. São Paulo, 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005a.

_____. "O Arranjo Serfhou: Assistência Técnica aos Municípios/ Órgãos de Planejamento/ Empresas de Engenharia Consultiva". Salvador: **Anais do XI ENANPUR**, 2005b

_____. 1950: a década da crença no planejamento regional no Brasil. Florianópolis: **Anais do XIII ENANPUR**, 2009.

FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia, 30 anos de ANPUR: emergência e consolidação de uma associação acadêmica brasileira. *In: Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983-2013 - a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional*, São Paulo: Letra Capital, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977

FERREIRA, José Pelúcio. Apresentação. *In*. SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional/ FINEP, 1979.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli**: ensino e profissão em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2005

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997.

_____. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). São Paulo: IDESP, Série Histórica das Ciências Sociais, n. 4, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca et ali. RBEUR: Meta-análise de uma década de produção a partir do UrbanData-Brasil/CEM. **Anais do XIX ENANPUR**, Blumenau/ SC, maio de 2021.

FRIEDMAN, Fania. Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. Resenha. **RBEUR**, v.15, v.2, nov. 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Editora Fundo de Cultura, 1961.

G

GARCIA, Maria Manuela Alves. **A didática no ensino superior**. Campinas: Papyrus, 1994.

_____. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.97, p.64-72, maio 1996.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. Editora 34, 2002.

GONÇALVES, Daniel Soares Mano. Raízes do rigor: IUPERJ, UFMG e a rebelião das minúcias. **Anais 10o Encontro Associação Brasileira de Ciência Política** Belo Horizonte, setembro de 2016.

GOHN, Maria da Glória. O trabalho de assessoria dos arquitetos aos movimentos populares. **Sinopses**, n. 11, 1988.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. São Paulo, Vozes, 2003.

GOTTDIENER, Mark. **Paradigmas flutuantes**: o debate sobre a teoria do espaço. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

GRINOVER, Lúcio. A criação da ANPUR: gestão do Conselho Diretor Provisório (1983-1984) *in*: **Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983-2013** - a trajetória de um campo disciplinar e de sua Associação Nacional. São Paulo: ANPUR, Letra Capital, 2015.

GUSSO, Ramon José. (2012). **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**: o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, UFSC. INSTITUTO CIDADANIA. (2000). Projeto Moradia. São Paulo: IC.

H

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & debates**, vol. 6, p. 6-35. São Paulo: NERU, 1982.

HAUSSMANN, Baron E. **Mémoires** (1890-1893). Paris: V. Havard, 1890.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil**. Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2008.

HORNHARDT, Amanda Carolini Menconi. **O jeito de ser movimento do Movimento de Moradia da Leste II**: tensões entre o legado movimentalista e a demanda pragmática (1984-2014). Mestrado ou doutorado FAUUSP. 2015.

I

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

J

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil. **BIB-Boletim Informativo Bibliográfico**, n. 9, 1980.

K

KATINSKY, Julio; OHTAKE, Ruy; ARTIGAS, Rosa. **Vilanova Artigas**. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake, 2004.

KECK, Margareth E. **A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KHOURY, Ana Paula. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? **Arquitextos**, São Paulo, 2013.

KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. Tese (doutorado). São Paulo. Universidade de São Paulo, FFLHC, 2017.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel; Edusp, 1990.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Estudos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinícius Caldeira et alii. **São Paulo, 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por Que Construí Brasília?** Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1975.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2nd. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1975. [versão brasileira]

L

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil. **Cadernos AEL**, no 14/15, Campinas, IFCH/UNICAMP, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: FUPAM; Studio Nobel, 1999.

_____. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. *In*. BRESCIAN, M.E. (Org.) **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 77-93, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. A circulação de ideias e práticas na formação do urbanismo no Brasil. *in*... Olinda: CECI, 2009.

_____. A formação do pensamento urbanístico no Brasil 1895-1965. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v.5 n.3, 2012a.

_____. Três vertentes do urbanismo em São Paulo. **RBEUR** 6.2 1-16, 2012b.

_____. ANPUR. Consolidação do papel de articulação acadêmica e de fórum de debate de políticas urbanas e regionais. **RBEUR** V.6, N.1 / MAIO 2004

LEME, Maria Cristina da Silva; LAMPARELLI, Celso. A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica. **Anais IX Encontro Nacional ANPUR**, vol. 2, pp.675-687, Rio de Janeiro, 2001.

LIMONAD, Ester; RANDOLPH, Rainer. Planejamento, um campo em busca de um domínio. *In.* D'OTTAVIANO; MEDEIROS. **Planejamento urbano e regional: ensino pesquisa e extensão**. ANPUR, Belo Horizonte: 2021.

LIPPI, Lúcia de O. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. *In.* MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 volumes. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1995 e 2001

_____. A pesquisa e o ensino no campo dos estudos urbanos e regionais: permanências, desafios e novos caminhos. Sessão livre. **Anais XIV ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.

LOJKINE, Jean. **Le marxisme, l'Etat et la question urbaine**. Paris: FeniXX, 1977.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. [1960]

M

MACHADO, Adriano Henrique. A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores: da relação com os movimentos sociais à ideia de formar um novo partido. **Anais ANPUH**, Fortaleza, 2009.

MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro (org.). **Urbanismo em Questão**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PROURB, 2003.

MACHADO; PEREIRA e SILVA, Breve panorama evolutivo do ensino de urbanismo no Brasil. *IN.* MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques da. **Urbanismo em questão**. Rio de Janeiro: Editora do PROURB, 2003.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. *Aspectos de la política habitacional en Brazil*. Trabalho apresentado na II Reunião do Grupo Latino-Americano de Investigações Urbanas - **ISA**, México, 1981.

MAGALHÃES, Inês; et al. (1999). **Governo e Cidadania** - Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar as cidades. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

MAGALHÃES, Sérgio. **A cidade na incerteza: ruptura e contiguidade em urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2007.

MARICATO, Ermínia. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-ômega, 1979.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

MARQUES, Eduardo. A espoliação urbana e o campo dos estudos urbanos no Brasil. RESENHA. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 2017. <http://novosestudos.uol.com.br/category/resenha/>

MARQUES, Eduardo; BICHR, Renata; MOYA. *Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil*. **Redes - Revista hispana para el análisis de redes sociales**, vol. 25, no 1, p. 85-93. Madri, 2014.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. LABHAB-Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos do Departamento de Projeto. **Revista da Pós-FAUUSP**, n. 18, 2005.

MARTINS, Carlos Benedito. **Le nouvel enseignement supérieur privé au Brésil (1964-1983): rencontre d'une demande sociale et d'une opportunité politique**. 1986. Tese (Doutorado), Universidade de Paris V, Paris, 1986.

_____. **Ensino pago: um retrato sem retoques**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

MELO, Marcus André. Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de habitação". **Espaço & Debates**, n.24, Ano VIII, pp.75-85, 1988.

_____. Políticas públicas e habitação popular: continuidade e ruptura, 1979-1988. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v.2, pp. 37-61, 1989.

_____. Estado e mercado: a construção social da agenda do Estado na esfera da habitação, 1930 / 1990. **Anais do IV ENANPUR**, Salvador: 1991a.

_____. Interesses, atores e ação estratégica na formação de políticas sociais: a não-política da casa popular (1946/1947). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, p. 64-76, 1991b.

_____. Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. **Dados**, vol. 36, 1, 1993a.

_____. Municipalismo, Nation-Building e a Modernização do Estado no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.8, n°23, 1993b.

_____. Política de habitação e populismo: o caso da Fundação da Casa Popular. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. v.3, n.1, 2008.

MENDES, José Teles. O Plano Agache e o Rio de Janeiro: propostas para uma cidade jardim-desigual. **Revista Habitus** v.10 n.2, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. *In*: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História Geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MICELI, Sergio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1993.

_____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 volumes. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 2001 [1995 1a ed.].

_____. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. *In*. MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil** vol. 1, São Paulo, IDESP/Vértice/FINEP, p.16-22,1989.

_____. O cenário institucional as Ciências Sociais no Brasil. *In*. MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 volumes. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 2001b [2a. ed.].

_____. Biografia e cooptação, o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil. *In*. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

MICHAELIS. **Dicionário**. Acessível em <http://michaelis.uol.com.br>

MICHEAU, Michel; VERPRAET Gilles (coord.). *Formation et pratiques en urbanisme - regards sur les mutations américaines. Coloque franco-américain*. CNRS, APERAU, 29 et 30 janvier. Paris: Université Paris-Dauphine, 1989.

MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou 'patrão', o trem atrasou. **Contradições urbanas e movimentos sociais**, v. 2, 1977.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. **O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005** / Ana Maria Reis de Góes Monteiro. (Tese) Campinas, SP: [s.n.], 2007

MONTEIRO, Paulo; Flávio MOURA. **Elza Berquó: retrato de grupos. 40 anos do CEBRAP**. São Paulo: Cosac Naify, 2009

MONTE-MÓR (2013), O tema do desenvolvimento no contexto da ANPUR: uma reflexão crítica preliminar. **REBEUR** v.15, n.1, p.107-124, / maio 2013. pp. 107-124

N

NANCY, E.A. (2007) O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular - o aprendizado dos anos 80 e 90. Memória de Luta pelos Direitos Humanos no Brasil- Direito à Memória e à Verdade. **Relatório**. Brasília, MNDH.

NEIVA, Cláudio Cordeiro. Iniciativas de planejamento e avaliação na formulação de políticas para o ensino superior. O impacto da avaliação na universidade. *in*: DURHAN; SCHWARTZMAN, (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. A estrutura do ensino superior no Brasil. *In*: SOARES; OLIVEN. **Educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002.

_____. *Using social inclusion policies to enhance access and equity in Brazil's higher education*. In: KNIGHT, J. (Ed.). **Financing access and equity in higher education**. Rotterdam; Taipei: Sense Publishers, 2009. p. 169-188.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Transformações recentes no ensino superior brasileiro. In MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação Superior e os desafios no novo século: contextos e diálogos Brasil-Portugal**. Brasília, Editora da UNB: 2017, pp. 25–75. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7476/9788523013417.4>. Accessed 20 Sep. 2022.

NOBRE, Marcos. Pensando o impeachment. **Novos Estudos**, n. 34, 1992.

O

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, vol. 2, no 6, p. 36-54. São Paulo: NERU, 1982.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. **A Educação Ideológica no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p.172.

OLIVEIRA, Sonia Maria Queiroz de (org.). **Planos urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

ORTIZ, Renato. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

_____. A Procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.7-29.

P

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, p. 17-96, 1982.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **RBH**, v. 3, n. 6. 1983.

PASTERNAK, Suzana. Favelas no município de São Paulo. In. BLAY, Eva Alterman et al. **A luta pelo espaço**. Petrópolis: Vozes, 1978.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990

PEDROSA, Mário (1980). Hora da Lealdade. In. Fundação Perseu Abramo. **Dossiê**, n.1 ano 1. São Paulo, 2007.

PEIXOTO, Fernanda. Áreas. *In: Revista Tempo Social*. São Paulo, v. 17 n. 1, p.111-133, 2005.

PELLETIER, Dennis. *Économie et Humanisme: De l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde* (1941-1966). Paris: Les Éditions du Cerf, 1996.

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. *In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). Cidade, povo e nação – Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 363-376.

PERLATTO, Fernando. Sociologia pública, imaginação sociológica brasileira e a questão urbana. **Desigualdade & Diversidade**. Revista de Ciências Sociais, PUC-Rio edição dupla, no 12, jan/dez, 2013, pp. 111-130.

PERRUSO, Marco Antonio. **Em busca do “novo”**: Intelectuais Brasileiros e Movimentos Populares nos anos 1970/80. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2008.

PIQUET, Rosélia et al. Mestrado Profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação, o caso do planejamento regional e urbano. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 2, n.4, julho, 2005.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. **RBEUR**, v. 10, n. 1, p. 49-49, 2008.

PIQUET, Rosélia; VILANI, Rodrigo Machado. O papel dos mestrados profissionais na área de Planejamento Urbano e Regional. **RBEUR**, v. 15, n. 1, p. 95-95, 2013.

PORTO, Jadson Luis Rebelo; THEIS, Ivo Marcos. A pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil: quatro décadas de reflexões territoriais. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 3, p. 33-46, 2016.

PULHEZ, Magaly Marques. **O arranjo gerencial**: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo. Tese (Doutorado). São Carlos, 2014.

R

RANDOLPH, Rainer. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. **RBEUR**, v. 15, n. 1, p. 11-11, 2013.

_____. Política, planejamento e governança do desenvolvimento regional - quo vadis? **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, ISSN-e 1982-6745, Vol. 22, Nº. 1, 2017, págs. 218-239

RANIERI, Nina B. **Educação superior, direito e estado**: na lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no. 9.394/96). São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2000.

REZENDE, Vera F. (org.). **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana**. Rio de Janeiro: Jobran, 1996.

_____. O ensino do Planejamento Urbano e Regional. Propostas à Anpur. **RBEUR**, v.4, n.1/2, maio/novembro 2002.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 109.07, Vitruvius, jun. 2009 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Da cidade à Nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil". In RIBEIRO, L.C. Q. e PECHMAN, R. (Org.) **Cidade, Povo e Nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. (1a edição 1996).

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SILVA, Érica Tavares da; RODRIGUES, Juciano Martins. Metrópoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.177-207, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto. Plano Diretor e a Gestão Democrática da Cidade. **Sociedade e Território**, ano IV, no 12, 1990.

RIBEIRO, Renato Janine. **Para que serve a avaliação da Capes**. Coordenação de Aprimoramento de Pessoal de Nível Superior, 2007.

RODRIGUES, Lidiane Soares. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo**: mestres, discípulos e 'um Seminário' (1958-1978). Tese (Doutorado). São Paulo, 2015.

ROLDAN, Dinalva Derenzo. A atuação de Louis-Joseph Lebret em São Paulo e a fundação da SAGMACS em 1947. **Anais II ENANPARQ**, Natal, 2012.

ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos Anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: Ribeiro, L. C. Q.; Júnior, O. (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. **A Cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 2003

ROTHEN, José Carlos; SCHULZ, Almiro. SINAES: do documento original à legislação. Rev. **Diálogo Educ**, v.7, nº21, maio/ago.2007. p. 163-180.

S

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, pp. 36, 311.

SADEK, Maria Tereza Aina. **A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo**. Idesp, 1988

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "Classes Populares" no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes). In. CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

SAINT MARTIN, Monique de. *A propos d'une rencontre entre chercheurs*. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 71, n. 1, p. 129-134, 1988.

_____. **Noblesse sociale et noblesse scolaire: analyse sociologique de quelques cas de reconversion**. *Publications de l'École française de Rome*, v. 107, n. 1, p. 395-406, 1988.

_____. Uma "boa" educação. **Educação & Sociedade**, v. 20, p. 104-122, 1999.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas. **Tempo Social** - revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, May-Aug. 2018, pp. 219-253

SANTOS, Cláudio H. M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964-1998. **Textos para Discussão** no 654. Brasília: IPEA, 1999

SANTOS, Ana Lúcia Felix. **A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2009.

SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: UFRG, 2010.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. **Seqüências brasileiras**, p. 86-105, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, FINEP, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. O contexto institucional e político da avaliação. In. DURHAM; SCHWARTZMAN. **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: EDUSP, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Acessível em <https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/livros/um-espaco-para-a-ciencia-formacao-da-comunidade-cientifica-no-brasil/>

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

SCOTTÁ, Luciane. *Brazil Builds: Architecture New and Old*. Repercussão da divulgação da arquitetura moderna brasileira. **Revista AU** 17 / 24-29 / primer semestre 2015.

SEGRE, Roberto. **Arquitectura y urbanismo modernos: capitalismo y socialismo**. Editorial Arte y Literatura, 1988.

SERRAN, João Ricardo. O IAB e a Política Habitacional Brasileira (1954-1975). São Paulo: Schema, 1976.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil-1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 1021-1056, 2006.

_____. A avaliação defensiva no modelo CAPES de avaliação. É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**, v. 24, n. 01, p. 49-88, 2006.

_____. Que lugar ocupa a qualidade nas recentes políticas de educação superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, p. 69-89, 2006.

_____. O financiamento no anteprojeto de lei da reforma universitária. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 11, n. 02, p. 27-48, 2006.

SILVA, Ana Amélia da. A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania. **Espaço & Debates**, n. 3, 1990.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento**. São Paulo, Editora Vozes, CEBRAP, 1981.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Candido Malta (Ed.). **A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX**. São Paulo: Editora MacKenzie, 2008.

SORJ, Bernardo, **A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo**, da Resistência à Ditadura ao Governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Estratégias, crises e Desafios. *In*. MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 volumes. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 2001 [1995 1a ed.].

SOUZA, Berenice Guimarães Vasconcelos de. **O BNH e a Política do Governo**. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Tese de Mestrado, 1974.

SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v.1, n.1, p.147-164 jan./jul. 2010.

STALOCH, Rubens; ROCHA, Isa de Oliveira. Panorama dos Programas de Pós-Graduação da Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia: a lacuna nas Regiões Norte,

Centro-Oeste e Nordeste. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 139-159, maio-agosto 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n2p139>

STREMEL, Silvana. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-14, 2017. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>

_____. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

SUASNÁBAR, Claudio; PALAMIDESSI, Mariano. *Notas para una historia del campo de producción de conocimientos sobre educación en la Argentina*. 2007.

T

TAVARES, Jeferson. **O Processo de Transferência da Nova Capital**. Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional. Dissertação (Mestrado). EESC-USP, São Carlos, 2004.

TELLES, Vera da Silva - **Memorial** Apresentado em Concurso para Provimento de Cargo de Professor Doutor no Dpto de Sociologia da USP, São Paulo, fev/1998.

TOLEDO, Caio N. de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1997. p.123

TOPALOV, Christian. Os saberes da cidade: tempos de crise? **Espaço e Debates**, n.34. São Paulo. NERU. pp.28-38, 1991.

TOURAINÉ, Alain. O campo político de FHC. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 3-22, 1999.

TURNER, John FC; FICHER, Robert (ed.). **Freedom to build: dweller control of the housing process**. Macmillan, 1972.

_____. *Libertad para construir*. Barcelona: Siglo XXI Editores, 1976.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço & Debates**, n. 23, p. 12, 1988.

TRIBILLON, Jean-François. **L'urbanisme. La Découverte**. Repères, 2009. <https://www.cairn.info/l-urbanisme--9782707158864.htm>

TRINDADE, Hélió. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. *Revista brasileira de Educação*, n. 10, p. 05-15, 1999.

_____. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estudos Avançados*, v. 14, p. 122-133, 2000.

_____. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. *Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas*, 2003.

V

VALLADARES, Lícia do Prado; FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente. **BIB: o que se deve ler em ciências sociais no Brasil**, v. 2, p. 38. ANPOCS, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.

VALLADARES, Lícia do Prado. Lícia do Prado Valladares (**depoimento**, 2013). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013. 37pp.

VERPRAET, Gilles. **Les professionnels de l'urbanisme: socio-histoire des systèmes professionnels de l'urbanisme**. Paris: Economica, 2005.

_____. **Savoirs et pouvoirs dans l'analyse des groupes professionnels**. 2015. Thèse de doctorat EHESS, Paris, 2015.

VETTER, David. *The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: The Case of Grande Rio*. **Comparative Urbanization Series**. University of California, 1975.

VETTER, David; MASSENA, Rosa. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria da causação circular. In SILVA, L. A. M. (Org.). **Solo urbano**. Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VIDOTTO, Car; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. O discurso profissional e o ensino na formação do arquiteto e urbanista moderno em São Paulo: 1948 – 1962. **Revista Pós - FAUUSP** v.22 n.38, dez. 2015.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In. DEÁCK, Sueli; SCHIFFER, Sueli Ramos. (org). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999 pp. 169-244.

ZEIN, Ruth Verde. **Considerações sobre o Conjunto Habitacional CECAP-Cumbica**. Porto Alegre: Monografia, Faculdade de Arquitetura, PROPARG/UFRGS set. 1997.

WACQUANT, Loïc. **O Mistério do Ministério**. Pierre Bourdieu e a Política Democrática. São Paulo: Revan, 2005.

Atas e Estatutos da ANPUR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR. **Anais** do I Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR/ CNPq/ FINEP/ CNDU/ BNH, 1986.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária. Águas de São Pedro: ANPUR, 1989.

_____. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29.05.2009. Florianópolis: ANPUR, 2009.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 27.05.2011. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 02.04.2012. Rio de Janeiro: ANPUR, 2012a.

_____. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 08.11.2012. Brasília: ANPUR, 2012b.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 08.11.2012. Brasília: ANPUR, 2012c.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 24.05.2013. Recife: ANPUR, 2013.

Leis, Decretos, normativos e documentos de Área

BRASIL. Decreto nº. 3.567 de 2000

_____. Lei 10.861 de 2004

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos Temáticos. Brasília, MCID, 2004.

_____. Plano Nacional de Habitação – PLANHAB. Brasília, MCID, 2009.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. CAPES. Comissão Especial de Avaliação – CEA, 2004.

_____. CEA, 2008

_____. PLURD/ CAPES, 2013. Documento de área

_____. PLURD/ CAPES, 2016. Documento de área

_____. PLURD/ Capes, 2019. Documento de área

Documentos consultados na Fundação Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores. (1980). Programa (Documentos de Fundação)

_____. (1982). Plataforma Eleitoral (II Encontro Nacional)

_____. (1984). Teses para atuação do PT (III Encontro Nacional)

_____. (1985). Plataforma Eleitoral Nacional (Encontro Extraordinário)

_____. (1987). Resoluções Políticas (V Encontro Nacional)

_____. (1989) Programa de Governo

_____. (2002) Programa Uma Escola do Tamanho do Brasil

_____. Caderno Temático do Programa de Governo: Uma Escola do Tamanho do Brasil, assinado por colaboradores da Comissão de Assuntos Educacionais do PT.